

DEMOCRATIZAÇÃO,
MEMÓRIA E JUSTIÇA
DE TRANSIÇÃO NOS
PAÍSES LUSÓFONOS



ORGANIZAÇÃO

Maria Paula Araujo &
António Costa Pinto

autografia



DEMOCRATIZAÇÃO, MEMÓRIA
E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO
NOS PAÍSES LUSÓFONOS



ORGANIZAÇÃO

Maria Paula Araújo
António Costa Pinto

DEMOCRATIZAÇÃO, MEMÓRIA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NOS PAÍSES LUSÓFONOS

autografia 

Rio de Janeiro, 2017

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Reitor: Pedro Henrique Falcão
Vice-reitor: Dra. Socorro Cavalcanti

EDITORA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – EDUPE

Conselho editorial: Profª, Drª, Adriana de Farias Gehrer
Prof. Dr. Amaury de Medeiros
Prof. Dr. Alexandre Gusmão
Prof. Dr. Álvaro Vieira de Mello
Profª, Drª, Ana Célia O. dos Santos
Profª, Drª, Aronita Rosenblatt
Prof. Dr. Belmiro do Egito
Prof. Dr. Carlos Alberto Domingos do Nascimento

Gerente científico: Prof. Dr. Karl Schurster

Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos

ARAUJO, Maria Paula (org.)

PINTO, António Costa (org.)

ISBN: 978-85-7856-179-6

1ª edição, março de 2017.

CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Guilherme Peres

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

D45 Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos / organização
Maria Paula Araújo, António Costa Pinto. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Autografia; Recife,
PE: EDUPE, 2017.
322 p.; il.; 23 cm

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-7856-179-6

1. Democracia - Países de língua portuguesa. 2. Países de língua portuguesa -
Política e governo. 3. Países de língua portuguesa - Política social. I. Araújo, Maria Paulo.
II. Pinto, Antonio Costa.

17-40959

CDD: 909.097569
CDU: 94(1-4)=134.3

Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda.

Rua Buenos Aires, 168 – 4º andar, Centro

RIO DE JANEIRO, RJ – CEP: 20070-022

www.autografia.com.br

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização
do autor e da Editora Autografia.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO “CONEXÕES LUSÓFONAS”	7
INTRODUÇÃO	10
ENTRE A RECONCILIAÇÃO E A JUSTIÇA: A LEI DA ANISTIA DIANTE DAS COMISSÕES DA VERDADE Cristina Buarque de Hollanda e Fernando Perlatto	16
PARA ALÉM DAS CASERNAS: MEMÓRIA DE DIREITA, O REVANCHISMO E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL Fernanda Teixeira Moreira	41
MUSEUS E MEMORIAIS NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE DITADURAS: O MUSEU DO ALJUBE EM LISBOA E O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO Maria Paula Nascimento Araujo	73
EM NOME DA “VERDADE HISTÓRICA”: A COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, UMA COMISSÃO DE VERDADE NA DEMOCRATIZAÇÃO PORTUGUESA (1977-1991) Joana Rebelo Morais e Filipa Raimundo	97
EM BUSCA DE UMA “INTERNACIONALZINHA”: O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL EM PORTUGAL Rodrigo Pezzonia	130
CONSTRUINDO UMA DEMOCRACIA DE PARTIDOS: CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE EM PERSPETIVA COMPARADA (1991-2016) Edalina Rodrigues Sanches	164
PROCESSOS DE TRANSIÇÃO DUPLA EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE: A ADAPTAÇÃO DO MPLA E DA FRELIMO Claudia Generoso de Almeida	195

O CAMINHO RUMO À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM MOÇAMBIQUE, 1980-1990: DA LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA À LIBERALIZAÇÃO POLÍTICA Rufino Carlos Gujamo	227
MOÇAMBIQUE EM REVISÃO: UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE O PAPEL DA “SOLUÇÃO MOÇAMBICANA” Natália Bueno	259
TIMOR-LESTE: PARA UM EXERCÍCIO DE REVISITAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO Maria João Carapêto	289
SOBRE OS AUTORES	317

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO “CONEXÕES LUSÓFONAS”

É COM MUITA SATISFAÇÃO QUE APRESENTAMOS aos leitores o primeiro volume de nossa coleção, intitulado “*Democratização, Memória e Justiça de transição nos Países Lusófonos*”, organizado pelos professores António Costa Pinto e Maria Paula Araújo, ele do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e ela, do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A coleção que se inicia a partir dessa publicação é o primeiro resultado de trabalho da Rede de Pesquisa “Conexões Lusófonas: ditadura e democracia em português” (<http://rededepesquisa.wix.com/conexoeslusofonas>). Criada em 21 de março de 2016, em reunião ocorrida no Rio de Janeiro, iniciou suas atividades com a publicação de editais temáticos com vistas à organização de coletâneas, que expressassem as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos seus membros.

A Rede tem por objetivo precípuo produzir e divulgar conhecimentos acerca das ciências sociais no mundo lusófono, com destaque para as áreas de História, Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Possui gestão colegiada e coordenação binacional. No Brasil é coordenada por Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, da Universidade Federal de Juiz de Fora- MG, e em Portugal por Isabel Corrêa da Silva, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Os volumes da Coleção são coordenados pelos membros da Rede.

A presente Coleção é destinada a investigadores das áreas citadas, a estudantes de graduação e pós-graduação e à comunidade lusófona em geral.

Busca reunir trabalhos de abordagem comparativa em sua maioria, na tentativa de estabelecer pontes entre culturas diversas, que têm em comum, entre tantas outras identidades, a língua portuguesa. A participação na Coleção é aberta a pesquisadores interessados, desde que respondam aos requisitos dos editais e sejam aprovados pelos pares, especialistas em seus respectivos temas.

Os editais dos próximos números já estão abertos para a recepção de contribuições dos pesquisadores interessados. São eles:

Volume 2: Igrejas e Ditaduras no mundo lusófono (prelo) – submissões encerradas

Organização: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Prof.^a Dra. Maria Inácia Rezola (Escola Superior de Comunicação Social e Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL)

Volume 3 - Autoritarismos resilientes: do colonialismo aos regimes de partido-único e às democracias nos PALOP

Organização: Augusto Nascimento (universidade Nova de Lisboa) e Marçal de Menezes Paredes (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Volume 4: Marx e pensamento marxista no mundo lusófono

Organização: Prof. Dr. Américo Freire (CPDOC/FGV- Rio de Janeiro) Prof. Dr. Francisco Martinho (Universidade de São Paulo)

Volume 5: Violência e Resistência na Memória do Mundo Lusófono - século XX –

Organização: Prof. Dr. Pedro Aires Oliveira (FCSH – Universidade Nova de Lisboa) Profa. Dra. Sílvia Correia (IH – Universidade Federal do Rio de Janeiro) Prof. Dr. Vinicius Liebel (PPGH – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

A proposta é que todas as publicações estejam disponíveis em formato impresso e digital e que sejam, quando possível, publicados em mais de um país. O acesso aos editais pode ser feito pela página da Rede. As contribuições são bem-vindas.

Para a edição desta primeira coletânea contamos com o apoio da CAPES, do CNPq e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Agradecemos também a Bárbara Fuentes, bolsista de Iniciação Científica do Instituto de História da UFRJ, que auxiliou na organização e padronização dos textos.

PROFA. CLÁUDIA VISCARDI
Coordenadora da Rede no Brasil

INTRODUÇÃO

A CHAMADA TERCEIRA ONDA DE DEMOCRATIZAÇÕES conduziu a maioria dos países lusófonos à transição e consolidação de regimes democráticos, ainda que a qualidade das suas democracias seja muito variável. O ciclo de democratizações abriu-se com a revolução do 25 de Abril de 1974 em Portugal, terminando com a independência e democratização do pequeno Estado de Timor-Leste, em 2002. Ditaduras, guerras civis, e ocupações militares marcaram estes processos e deixaram muitos legados aos regimes democráticos. Este livro aborda diferentes aspectos dos legados autoritários, das democratizações, da justiça de transição e das políticas do passado nos países lusófonos.

O primeiro capítulo do livro, de autoria de Cristina Buarque de Hollanda e Fernando Perlatto, analisa as tensões da justiça de transição no Brasil, fortemente vinculada às ambiguidades e limites da Lei de Anistia, promulgada em 1979 ainda na vigência da ditadura militar. O processo transicional brasileiro, marcado pela anistia, encobertou agentes de Estado perpetradores de violência e, em contrapartida, voltou-se prioritariamente para a reparação das vítimas. Os autores investigam este processo através da análise das diferentes narrativas construídas ao longo dos anos em torno da justiça transicional brasileira que enfatizam aspectos opostos: de um lado a valorização de ideias como *acordo* e *reconciliação*; de outro, a defesa de propostas relativas à *justiça* e *verdade*. Cristina Buarque e Fernando Perlatto identificam os sujeitos políticos que operam com estas diferentes narrativas (a grande mídia, a Comissão Nacional da Verdade, as comissões estaduais de verdade, o Ministério Público Federal) e recompõe o diálogo e o

confronto na sociedade brasileira em torno destas narrativas e destas propostas políticas.

Fernanda Moreira, no capítulo 2, volta ao tema da anistia e do “revanchismo”, mostrando a importância destas questões na cena transicional brasileira por mais de quarenta anos. Fernanda analisou o discurso de importantes representantes políticos e militares da ditadura e da intelectualidade da direita brasileira, como Jarbas Passarinho, político da ARENA (o partido oficial do regime militar) que foi governador do Pará, Ministro do Trabalho e Ministro da Educação durante os anos da ditadura; Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército, um dos órgãos mais temidos da repressão política e o intelectual de direita Olavo de Carvalho, filósofo, jornalista e professor, um dos principais nomes do pensamento conservador brasileiro. Analisando textos e discursos de representantes da direita a autora se debruça sobre suas versões acerca da história recente do Brasil, suas construções de sentido, suas falas e seus silenciamentos e compõe o campo de estratégias e argumentos com os quais a direita (incluindo militares e civis) defendeu uma imagem positiva do golpe civil-militar de 1964 e da própria ditadura, mostrando os caminhos e embates de uma disputa pela história e pela memória que permanece ativa.

No capítulo 3, Maria Paula Araujo também aborda o tema da memória, mas por outro viés. Neste caso o foco são as políticas de memória desenvolvidas pelo Estado na direção da construção de *lugares de memória* para marcar a história da repressão e da luta contra a ditadura, como museus e memoriais construídos em antigos presídios. A autora analisa e compara o Museu do Aljube de Lisboa e o Memorial da Resistência de São Paulo, procurando articular a construção destes *lugares de memória* com as disputas políticas envolvidas nas transições de Portugal e do Brasil.

As Comissões de Verdade que tanto marcaram a justiça de transição na América Latina e em África, tiveram expressões mais raras nas democratizações europeias e os estudos sobre o tema tendem apenas a referir o caso a Alemanha pós-comunista, a antiga RDA. O capítulo de Filipa Raimundo e Joana Rebelo Moraes argumenta que terá havido uma outra comissão de verdade

criada na Europa ainda no século XX: a *Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista*, criada em Portugal em 1977 para investigar os abusos cometidos pela Ditadura entre 1926 e 1974. A Comissão do Livro Negro também se distingue da maioria por ter sido precedida por medidas punitivas de ajuste de contas com o passado, incluindo julgamentos, purgas administrativas e “selvagens” e restrições de direitos políticos durante a transição, particularmente em 1974 e 75. A Comissão do Livro Negro, no entanto, não produziu recomendações para reformas institucionais ou para compensação das vítimas, pelo que, além de ter permanecido no tempo como um fiel repositório da verdade documentada, não deixou qualquer legado. A sua utilidade académica é inegável, mas os efeitos ao nível social terão sido residuais, concluem as autoras.

Bem mais clássica e recolhendo a outras experiências internacionais representou a criação da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor Leste, criada em 2001, e que surgiu como resposta à necessidade de apuramento da verdade, de reconciliação, bem como o reconhecimento às vítimas do direito à verdade e à justiça, após anos de ocupação indonésia.

Em 1974, no seguimento da Revolução dos Cravos em Portugal, que pôs fim à colonização por parte daquele país, Timor atravessou um período que ficou marcado pela instabilidade política e que culminou com a ocupação do território pela Indonésia em 1975. A ocupação durou até outubro de 1999, e traduziu-se em milhares de mortes com acusações da prática de crimes contra a humanidade.

A Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor Leste (CAVR), criada em 2001, surgiu como resposta à necessidade de apuramento da verdade, de reconciliação e de garantia de não repetição, enquanto caminho para os desafios sociais, económicos e políticos emergentes, bem como o reconhecimento às vítimas do direito à verdade e à justiça. O capítulo de Maria João Dias Carapêto analisa o impacto da CAVR e do seu relatório «Chega!», concluindo que o país tem investido na proteção dos direitos humanos, mas que revela fragilidade em matéria de reconciliação, sobretudo porque o Programa Nacional de Reparações continua em discussão. Este importante instrumento em matéria de Justiça de Transição,

tem atrasado o restabelecimento das vítimas diretas do conflito, bem como o sentimento de justiça da população.

O tema da justiça de transição regressa com o capítulo de Natalia Bueno sobre Moçambique. No caso moçambicano, a elite política optou pela anistia em nome da paz e da estabilidade e fechou os olhos para os crimes e os abusos cometidos durante a guerra civil. Completando a fórmula da “solução moçambicana”, os rituais de purificação emergiram como mecanismos ideais para o tratamento das experiências traumáticas, favorecendo a reintegração dos indivíduos afetados pela guerra. Contrariando todas as expectativas, no entanto, a “solução moçambicana” deixou a desejar. Em 2012/13, a renovação do conflito com a RENAMO colocou em xeque não somente a paz e a estabilidade democrática, mas também a legitimidade do processo de reconciliação moçambicano. Assim, sustentada na justiça e na verdade como condições necessárias para a reconciliação e no papel dos mecanismos de justiça transicional como “motores” da reconciliação, a autora verifica que uma dose de verdade e de justiça poderiam ter contribuído para o processo de reconciliação do país ao facilitar a reparação do passado, o abrandamento da culpa coletiva, e o rompimento da cultura de negação e autodesresponsabilização que persiste no país desde o final da guerra civil.

Rodrigo Pezzonia, no capítulo 5, investiga um tema que entrelaça Brasil e Portugal: a atuação de lideranças e dirigentes do PC do B (Partido Comunista do Brasil) exilados em Portugal durante a ditadura militar brasileira. Após o *25 de Abril*, Portugal transformou-se numa pátria de acolhida para militantes de esquerda latino-americanos que buscavam não apenas o exílio mas um local em que pudessem também exercer uma atividade política de resistência. Assim, inúmeros militantes de vários partidos e organizações da esquerda brasileira dirigiram-se para Portugal após a Revolução dos Cravos. O texto de Pezzonia enfoca a atuação do PC do B, seguindo a trajetória de Diógenes Arruda, líder histórico do partido. O autor analisa as relações entre os comunistas brasileiros e portugueses neste período lançando luz sobre uma interação política ainda pouco conhecida.

Os estudos sobre as transições democráticas no continente africano (e não só) identificam três tipos de fatores – domésticos, regionais e interna-

cionais – como tendo sido responsáveis pela implementação de reformas de liberalização política na grande maioria dos estados, nos finais dos anos 1980, em plena terceira onda das democratizações. No plano doméstico, o fracasso das políticas económicas centralmente planificadas e a erosão das fontes de legitimidade dos partidos do governo estão entre os fatores catalisadores de mudança. Finalmente, no plano internacional, o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, significaram o fim do apoio do bloco comunista aos regimes de partido único em África, forçando estes últimos a encontrarem novos aliados no Ocidente. A combinação entre estes fatores, criou uma sequência de processos de liberalização e de transição política em África à qual as ex-colónias portuguesas não ficaram imunes. Entre finais de 1980 e 1994, os partidos que governaram o Estado desde a independência negociaram mudanças institucionais significativas com as forças da oposição para realizar as primeiras eleições multipartidárias na história dos países africanos lusófonos. Estes partidos eram o PAIGC na Guiné-Bissau, partido fundado em 1956 por Amílcar Cabral e que até 1980 representava também Cabo Verde; o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV); o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) fundado em 1956; a Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO) fundada em 1962 e o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP) fundado em 1972. Em comum estes partidos têm o fato de terem sido os principais protagonistas da luta contra o colonialismo português e os negociadores do processo de independência, instaurando regimes de partido único ideologicamente vinculados ao marxismo-leninismo. No capítulo 6, Edalina Sanches, examina os casos de Cabo Verde e de São Tomé analisando as duas fases centrais do processo de democratização: a liberalização e a transição. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe conseguiram consolidar-se enquanto democracias liberais, ainda que sustentadas por sistemas partidários com características diferentes, mas mais complexos foram os processos de mudança política em Angola e Moçambique, marcados por longas guerras civis após as respectivas independências.

O capítulo 7, da autoria de Claudia Generoso de Almeida, procura perceber de que forma o MPLA e a FRELIMO se comportaram em termos de adaptação à transição dupla para a paz e democracia durante a implementação dos respectivos acordos de paz assinados no início dos anos 90. A partir de um estudo aprofundado destes dois partidos, ela argumenta que, se queremos saber mais sobre como estes partidos têm sido capazes de influenciar a experiência de democratização em Angola e Moçambique, é necessário captar as suas respostas tanto a nível interno (do partido) como externo (do partido em relação a outras forças). Em particular, é necessário identificar os desafios principais e as respectivas respostas destes dois partidos dominantes num momento tão crucial como foi o da transição dupla para a paz e democracia multipartidária, que se conseguiu em Moçambique, mas não em Angola, que mudou uma forma de “Autoritarismo competitivo” e não de democracia.

Finalmente, retomando as teorias sobre a democratização, Rufino Gujamo analisa no capítulo 9, o processo de liberalização económica em Moçambique, observando o papel das crises económicas como fatores geradores de incentivos para as elites políticas no sentido da liberalização política e económica conducente ao estabelecimento do regime democrático assim como no papel do controle, consentimento e condicionalidade como fatores internacionais que influenciam a percepção e a decisão das elites políticas em direção à democratização.

O conjunto de estudos aqui apresentados representa diferentes estágios de pesquisa e distintas abordagens teóricas e metodológicas. Não procuramos uma abordagem unificada nem em nível analítico, nem político. Ao contrário, buscamos retratar a diversidade deste campo de estudos. Mas esperamos que este livro contribua para a troca intelectual e o intercâmbio académico entre pesquisadores do mundo lusófono, incentivando estudos locais, nacionais e transnacionais, abordagens comparadas e elaboração de esquemas teóricos mais gerais.

MARIA PAULA ARAÚJO E ANTÓNIO COSTA PINTO

ENTRE A RECONCILIAÇÃO E A JUSTIÇA: A LEI DA ANISTIA DIANTE DAS COMISSÕES DA VERDADE¹

Cristina Buarque de Hollanda

Fernando Perlatto

INTRODUÇÃO

NA LITERATURA INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, o Brasil figura como um caso de *blanket amnesty*. A Lei de Anistia, de 28 de agosto 1979, promulgada pelo último governo militar, teve um objeto impreciso: não se sabe ao certo quem ela alcançou e tampouco por quais motivos.

A falta de clareza, contudo, não é uniforme como a metáfora do cobertor pode sugerir. Ela é sobretudo relativa aos atores de violência da ditadura, a quem em geral não coube processos judiciais e julgamentos. Quanto aos opositores do regime, foram anistiados por causas que se supunham conhecidas, formalizadas em linguagem judicial em processos julgados ou em julgamento à época. A assimetria no tratamento dispensado aos operadores da violência durante os governos militares foi ainda flagrante na supressão dos chamados “crimes de sangue” do repertório de crimes passíveis de anistia. Como apenas os oponentes do regime haviam sido responsabilizados criminalmente por homicídios, apenas a eles coube a exceção prevista na lei. Os militares valeram-se do desconhecimento sobre seus atos.

No variado repertório dos regimes de anistia experimentados por sociedades transicionais, egressas de experiências autoritárias, o contraste mais

1. Parte da pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

evidente com o modelo brasileiro é o sul-africano, uma espécie de referência incontornável nessa matéria. Na África do Sul, a Comissão de Verdade e Reconciliação, constituída em 1995, institucionalizou o escambo entre o perdão judicial e a confissão de crimes – ou, se acompanharmos o vocabulário nativo da Comissão, entre o perdão judicial e a “verdade”. Os operadores desta versão da anistia buscaram minimizar o problema do desconhecimento sobre os crimes do tempo autoritário.²

No Brasil, o acento dos operadores da transição foi direcionado para a anistia como condição da construção de um tempo pacífico. O medo do retorno autoritário tinha o efeito de inibir demandas por esclarecimento. Para José Sarney, primeiro presidente da chamada “Nova República”, a anistia teria sido “a melhor opção dado o contexto” da época. Sem ela, supõe, “poderíamos ter tido direção divisionista”. O recurso contrafactual associado à evocação dos princípios de unidade e estabilidade também foram caros a muitos estudiosos do campo da chamada “transitologia”, com destaque para Guillermo O’Donnell e Phillipe Schmitter (1988). Assombrados pelo passado como potencialidade presente, percebiam os novos tempos como equilíbrio frágil, incerto. A solução da anistia como alternativa para a justiça de transição se vinculava, nessa perspectiva, à defesa de um andamento compassado, controlado, lento, gradual e seguro do processo de redemocratização, que traduzia a intenção de diversos setores da elite política e da sociedade civil no sentido de encontrarem na *reconciliação* e não na *punição* a chave para a construção da “nova” democracia brasileira.³

2. Além da África do Sul, as últimas décadas testemunharam a constituição de várias comissões de verdade ou similares, cada uma delas com características muito particulares, a exemplo da Comissão de Inquérito sobre Desaparecimento de Pessoas, de Uganda (1974), a Comissão Nacional de Investigação de Desaparecidos, da Bolívia (1982), a Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas, da Argentina (1983), a Comissão da Verdade e Reconciliação Chilena (1990), a Comissão da Verdade para El Salvador (1992), a Comissão para Esclarecimento Histórico da Guatemala (1997), a Comissão para Paz, no Uruguai (2000) e a Comissão da Verdade e Reconciliação no Peru (2001). Sobre as comissões da verdade em uma perspectiva internacional, ver: Hayner (1994); Rotberg & Thompson (2000); Mallinder (2008).

3. É importante distinguir a “Campanha da Anistia”, que teve curso no Brasil a partir de meados dos anos 1970, sob a liderança de organizações como “Movimento Feminino pela Anistia”, da Lei da Anistia de nº 6.683, promulgada em 28 de agosto de 1979. Enquanto a primeira, sob a bandeira da “anistia ampla, geral e irres-

A Lei da Anistia, em grande medida, mitigava a incerteza e admitia o princípio reparador como recurso para lidar com o legado da violência da ditadura.⁴ No lugar de criminalizar seus operadores, ia-se ao socorro das vítimas. Deste modo, o Brasil inverteu a cronologia de praxe da justiça de transição (aplicada ou simplesmente evocada por operadores e/ ou observadores internacionais de jovens democracias egressas de experiências autoritárias ou de guerra): a precedência da busca de “verdade” sobre a reparação. Sua Lei de Anistia já anunciava a necessidade de reparação laboral aos afetados pela ditadura. A nova democracia aos poucos converteu a referência vaga em um programa vigoroso, com alocação de cerca de oito bilhões de reais em indenizações a pessoas reconhecidas pelo Estado como vítimas diretas ou indiretas da ditadura, um dos fundos mais robustos de indenização no mundo.⁵ As peças de “verdade” necessárias ao reconhecimento do *status* de vítimas eram em geral providas pelos próprios pleiteantes. Isto, claro, quando possível, pois os documentos de que eventualmente dispunham exibiam “verdades” da ditadura, como, por exemplo, a alegação de suicídio em casos de morte causada por agentes do Estado.

Nesse caminho transicional próprio, que recusou o princípio retributivo e penal, a anistia reparadora foi articulada pelo Estado como forma de justiça. A responsabilização difusa do Estado substituiu a apuração de responsabilidades individuais. A despeito de uma notável máquina indenizatória e não obstante alguns avanços institucionais importantes no sentido

trita” para todos os perseguidos políticos teria se caracterizado pela esperança, a segunda, de acordo com Carlos Fico “compunha uma estratégia delineada por um grupo restrito de integrantes do regime (especialmente Geisel, Golbery e Petrônio Portela) e fazia parte da lógica segundo a qual era preciso enfraquecer o partido de oposição, o MDB, a fim de se garantir o controle da abertura política, planejada para transcorrer sem maiores percalços e, sobretudo, sem que os responsáveis pelos desmandos da ditadura fossem punidos” (FICO, 2012, p.51).

4. Sobre a Lei da Anistia no Brasil ver, entre outros, RODEGHERO (2014); SCHNEIDER (2016).

5. A máquina indenizadora foi operada pela “Comissão de Mortos de Desaparecidos”, instalada pelo Ministério da Justiça em 2001 e, sobretudo, pela “Comissão de Anistia”, que se converteu no setor responsável por analisar os pedidos de indenizações de pessoas atingidas pela ditadura militar. O direito à reparação econômica foi assegurado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Conforme o Serviço de Informação ao Cidadão, consultado em fevereiro de 2016, a cada uma delas coube, respectivamente, os gastos totais com medidas compensatórias de R\$39.986.150,00 e R\$7.965.210.635,37.

de esclarecimentos sobre o passado autoritário⁶, o conhecimento sobre a violência da ditadura seguia precário e inarticulado, legado a memórias de vitimação e fragmentos de informação institucional.⁷ O Estado reparador não era agente de esclarecimento.

Foi justamente a indignação sobre a ignorância do passado que moveu a militância de afetados pela ditadura e familiares de desaparecidos políticos a pressionarem de maneira mais intensa o sistema político.⁸ Nos quase quarenta anos passados entre a instalação da Lei de Anistia e os dias de hoje, a mobilização em torno do tópico do perdão judicial alcançou diferentes modulações e intensidades, tendo por vezes transbordado as fronteiras da militância política de afetados pelo regime e familiares para alcançar o debate público mais amplo.⁹

Um dos momentos mais importantes no que concerne às querelas públicas em torno da Lei da Anistia ocorreu em outubro de 2008, quando sua interpretação corrente foi questionada em ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao Supremo Tribunal Federal (STF) propondo-se que dela fossem excluídos “os crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra os opositores políticos durante o regime militar”. Nesse documento, rejeitado pelo STF em abril de 2010 por sete votos a dois,

6. A exemplo da Lei nº 9.140, de 1995, aprovada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que reconhecia como mortas pessoas desaparecidas durante o regime militar.

7. Há de ressaltar, nesse sentido, as dificuldades em se buscar um conhecimento mais amplo sobre este período, como decorrência da resistência das Forças Armadas em abrirem seus arquivos, especialmente aqueles relacionados a serviços de informação, como o do Centro de Informações do Exército (CIE), o da Aeronáutica (CISA) e o da Marinha (CENIMAR). Sobre o “pacto de silêncio” entre Forças Armadas e governos civis para a proteção de arquivos ver, entre outros, FIGUEIREDO (2015). A Lei do Acesso à Informação, aprovada pelo Congresso Nacional em 2011 e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2012, se configurou em um avanço importante, embora não definitivo, no sentido de assegurar uma maior publicidade em relação aos documentos deste período.

8. A mobilização de setores da sociedade civil resultou na produção de publicações importantes para a denúncia das violências cometidas durante o regime militar, destacando-se, nesse sentido, o livro *Brasil: Nunca Mais*, publicado em 1985 pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e pelo Conselho Mundial de Igrejas, sob a coordenação do Cardeal d. Paulo Evaristo Arns e do reverendo Paulo Wright.

9. Para um panorama geral sobre as transformações que ocorreram na justiça de transição no Brasil, desde o governo de José Sarney até o de Dilma Rousseff ver, entre outros BARAHONA DE BRITO (2013).

com prevalência da posição do ministro relator, Eros Grau, alegava-se distinção entre crimes políticos, cometidos por membros da oposição política ao regime, e crimes comuns de tortura, desaparecimento forçado e abuso de autoridade, entre outros cometidos por agentes do Estado brasileiro. Essa nova taxonomia dos crimes retiraria o benefício da anistia de militares vinculados à repressão política. O STF avaliou tratar-se de matéria política e inadequada a seu fórum.

Antes de publicada sua decisão, em março de 2009, o debate sobre a anistia brasileira alcançou fórum internacional, somando-se à agenda do chamado “movimento internacional dos direitos humanos”, composto por uma teia variada de atores, tratados e organizações que desde meados dos anos 1970 se chocam com o princípio de soberania nacional para lidar com questões de direitos. Exauridos os canais domésticos para apurar o desaparecimento forçado de 61 pessoas entre 1972 e 1974 na região do Araguaia, familiares das vítimas apelaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), que denunciou o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em dezembro de 2010, a Corte acusou responsabilidade do Estado brasileiro pelos crimes no Araguaia e, em desacordo com a decisão do Supremo, declarou ser ilegítima a anistia promulgada pelo governo Figueiredo, incompatível com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.¹⁰

Neste mesmo período, o debate sobre anistia ganhou novos contornos, impulsionado pelas controvérsias em torno da terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). O novo PNDH, que buscou rever e atualizar a primeira (1996) e segunda (2002) versões do programa publicadas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, foi construído entre 2008 e 2009 no âmbito das etapas municipais, estaduais e nacional da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, envolvendo diversos setores da sociedade civil organizada e do poder público. Após revisões do

10. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos foi adotada pela OEA em novembro de 1969, entrou em vigor internacional em julho de 1978 e teve adesão do Brasil em setembro de 1992.

formato original, o presidente Lula assinou o decreto que instituiu a nova diretriz nacional para os direitos humanos e criou, no Brasil, a figura jurídica do “direito à Memória e à Verdade”. Como meio de converter o enunciado de princípios em prática política, sua “diretriz 23” previu a composição de um “grupo de trabalho” para elaborar projeto de lei com vistas à criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), voltada “para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política”. Esse processo foi concluído em 18 de novembro de 2011, com a promulgação da lei que instituiu a CNV e aproximou o Brasil dos parâmetros internacionais para sociedades transicionais. Nos termos da nova lei, o Estado brasileiro assumia a responsabilidade por “identificar e tornar públicas as estruturas utilizadas para a prática de violações de direitos humanos”, assim como promover a reconstrução da história de violações dos direitos humanos e prover assistência às vítimas das violações (BRASIL, 2011).¹¹

O processo de aprovação desta lei trouxe mais uma vez o tópico da anistia para o centro do debate público. Em torno dele se confrontaram setores das Forças Armadas, vítimas e familiares de desaparecidos políticos, organizações de direitos humanos, setores da sociedade civil e também os próprios membros da CNV, divididos em duros conflitos que ultrapassaram suas capacidades de negociação interna e alcançaram canais da grande imprensa – eles próprios articuladores de entendimentos e narrativas sobre a mesma pauta. Após os primeiros meses de funcionamento da CNV, a difusão do debate se deu ainda pelas mãos de novos e inesperados atores locais: as comissões não-nacionais da verdade, organizadas em níveis estadual, municipal e, fora do escopo estatal, em universidades, sindicatos e as-

11. A Comissão Nacional da Verdade do Brasil alcançou, na avaliação de Kathryn Sikkink, especialista em políticas de direitos humanos da Universidade de Harvard, seis pontos numa escala qualitativa de sete. Sua metodologia de análise considera um elenco de quesitos que comporiam uma comissão de verdade ideal: a prática de testemunhos, a publicidade dada a eles, o encorajamento à participação, a produção de um relatório final de atividades, a publicidade dada ao documento, a publicação de nomes de violadores de direitos e a demanda por processos judiciais. Entre as 43 comissões de verdade recenseadas pelo *Transacional Justice Research Collaborative de Harvard*, apenas duas alcançaram a nota máxima, seis acompanharam o Brasil nos seis pontos e as demais alcançam uma média de apenas 3,18 sob os mesmos sete pontos referidos.

sociações profissionais. Sendo um fenômeno vivo, arredo a uma contabilidade precisa, foram estimadas no “Relatório Final” da CNV em cerca de cem comissões não-nacionais. Somaram-se à comunidade de corpos ou organizações de intérpretes sobre a anistia, diversificando e complexificando notavelmente as disputas públicas sobre essa matéria.

Este artigo se debruça justamente sobre tópicos e atores-chave do debate público contemporâneo sobre a Lei da Anistia em tempos de comissões da verdade, tensionado entre dois domínios narrativos que correspondem às duas seções principais deste texto. O primeiro deles toma a lei de 1979 como um “acordo que garantiu transição pacífica”. O segundo, em chave avessa, supõe ser a forma corrente da anistia uma “imposição dos militares”, baseada na “usurpação do direito à justiça”. A tais compreensões sobre o passado associam-se respectivamente, em vocabulário nativo, normativas organizadas em torno das ideias de: 1. *reconciliação* – por oposição ao *revanchismo* imputado a setores sociais ressentidos e resistentes a um recomeço da política. Para Marcos Napolitano, esse eixo discursivo alcançou *status* de consenso, baseado no forte apoio de setores liberais da sociedade, tanto no contexto do final do regime militar quanto na conjuntura dos anos 2000, quando a possibilidade da revisão da Lei de Anistia se apresentou de forma mais concreta. Embora os militares tenham perdido “a batalha da memória” sobre a ditadura, prossegue Napolitano, eles teriam conseguido ser “referendados (...) para impedir qualquer tipo de punição a torturadores ou qualquer julgamento público que envolva as Forças Armadas” (NAPOLITANO, 2015, p.103); 2. *justiça e verdade* – por oposição ao *esquecimento* atribuído à produção de militares e setores sociais afinados com eles.

Para abordar esta cena cindida entre modelos de narrativa, descrição e normatividade antitéticos relacionados à compreensão da anistia, investigaremos quatro operadores de discurso – variados nos seus públicos, alcances, formas e instrumentos. Os dois primeiros afinam-se grosso modo (embora não inteiramente) com o primeiro domínio narrativo, que associa as noções de *acordo* (para descrever o passado) e *reconciliação* (para imaginar presente e futuro). São eles: 1. os jornais *O Globo*, *a Folha de S. Paulo* e o *Estado*

de S. Paulo, recuperados neste artigo a partir de seus respectivos editoriais publicados entre 2010, momento de constituição do grupo de trabalho responsável pela elaboração de um anteprojeto de lei para a criação da CNV, e 2014, quando da publicação do “Relatório Final”, da CNV; 2. As Forças Armadas, abordadas a partir de manifestações públicas de seus integrantes e; 3. a Comissão Nacional da Verdade abordada a partir de suas rotinas, manifestações públicas, relatório final e também de entrevista em profundidade conduzida com um de seus comissionários, que desempenhou papel-chave na estabilização das relações na Comissão e na unificação do discurso no relatório final. Ainda que o “Relatório Final” da CNV tenha afinal apontado para a necessidade da revisão da Lei de Anistia, seus trabalhos desde o princípio foram pautados pela noção de *reconciliação*.

Os dois outros operadores de discurso, que se aproximam do segundo domínio narrativo, pautado na noção de *imposição* (para descrever os termos de transição para a democracia) e na recomendação de *justiça* (imaginada em simbiose com a “verdade” para lidar com a necessidade de reconfigurar presente e futuro), são: 1. a Comissão Rubens Paiva da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que articula uma espécie de forma-limite do discurso das comissões estaduais da verdade contra a anistia. Ela é recuperada neste artigo a partir de suas rotinas e produções documentais e também de entrevista em profundidade com seu criador e presidente; 2. o grupo de justiça de transição do Ministério Público Federal, que aproxima a justiça do seu entendimento mais estritamente jurídico e punitivo, em colisão explícita com o domínio narrativo da reconciliação.

Nosso argumento central é que o consenso suposto por Napolitano (2015) em torno do tema da reconciliação – vocalizado pelas grandes mídias impressas, por porta-vozes do governo Dilma e, em medida significativa (embora tensionada), pela CNV – tem importantes fissuras, representadas pela agenda explícita de enfrentamento à Lei de Anistia da Comissão Rubens Paiva e pela recente e vigorosa ação de promotores públicos federais. Com menor capacidade de repercutir no debate público – embora absolutamente não desprezível – as comissões não-nacionais e o MPF operam

uma inflexão fundamental em relação à CNV e ao tratamento dado à Lei da Anistia por diferentes órgãos da imprensa nacional: do par anistia e *reconciliação* à dupla *verdade-justiça* e *punição* – com matizes, é certo.

LEI DA ANISTIA, CNV, IMPRENSA E A RECONCILIAÇÃO NACIONAL

Segundo Antonio Costa Pinto, no processo de consolidação das democracias após períodos autoritários, “as velhas clivagens da transição não desaparecem por milagre: podem reemergir em conjunturas específicas, ainda que enquadradas pela ‘rotinização’ das instituições democráticas” (COSTA PINTO, 2013, p.29). Ao analisarmos o debate público que teve curso no Brasil nos últimos anos em torno da Lei da Anistia, quando da criação da CNV, percebe-se que as clivagens que estiveram presentes no processo de transição do país à democracia foram retomadas em uma nova conjuntura de embates públicos sobre o significado do passado autoritário. Neste novo cenário, o argumento da reconciliação nacional, tomado pela CNV como um de seus objetivos primordiais, foi atualizado em novas bases, com vistas a afastar problematizações sobre a Lei da Anistia.

Desde o momento inicial da constituição de um grupo de trabalho destinado à elaboração de um projeto de lei orientado para a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2010, passando por sua aprovação no Congresso Nacional em 2011, sua instalação oficial em 16 de maio de 2012, no governo Dilma Rousseff, até a publicação do “Relatório Final”, em 2014, a CNV e todas as questões a ela relacionadas produziram controvérsias públicas variadas, que polarizaram debates e discussões entre diferentes segmentos da sociedade brasileira sobre as características da ditadura civil-militar e acerca dos processos que conduziram à transição para a democracia.

No repertório extenso de disputas sobre a CNV figuram: de saída, a própria oportunidade ou não da instalação de uma comissão de verdade para investigar violações de direitos humanos praticadas no Brasil; os critérios para a escolha dos seus membros; o alcance do período de investigação, devendo ele se restringir à ditadura civil-militar de 1964 a 1985, ou abarcar também o período da ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945; o prazo de

funcionamento da comissão e sua adequação ao desenvolvimento das atividades anunciadas; a definição dos seus objetos de investigação – militares e civis partícipes dos processos de repressão e violações dos direitos humanos durante a ditadura ou também os membros de grupos guerrilheiros? Ou, nos termos em que os debates públicos se processaram: os “dois lados” do conflito ou apenas “um deles”?

Contudo, as principais controvérsias públicas em torno da CNV estiveram associadas ao alcance jurídico-político dos seus trabalhos. Ainda que sua lei de criação referendasse a anistia e se ancorasse na ideia de promoção da “reconciliação nacional”, afastando dela quaisquer poderes no sentido de responsabilizar criminalmente agentes do Estado envolvidos com práticas de tortura e assassinatos, diversos segmentos críticos da anistia viram no contexto dos debates sobre “verdades” a respeito da ditadura a possibilidade de relançar o tema na pauta pública. A questão que atravessou parte significativa das controvérsias relacionadas à temática versava, com algumas variações, em torno do seguinte tópico: deveria a Comissão Nacional da Verdade apenas ter um caráter de investigação e pesquisa sobre o período de repressão, ou poderia ela propor medidas orientadas para a revisão da Lei da Anistia, de 1979, de modo a instruir processos criminais contra o Estado e contra indivíduos que praticaram crimes contra os direitos humanos? No decorrer dos trabalhos, os embates na e em torno da CNV e da revisão ou não da Lei da Anistia se exacerbaram, com o engajamento de atores sociais historicamente dedicados ao tema, jovens ativistas de direitos humanos capturados por essa pauta, além de setores da opinião pública lançados ao debate por sua repercussão nos meios de comunicação.

É de se ressaltar que a renovação da disputa sobre a Lei de Anistia no contexto de criação da CNV não veio como surpresa, sobretudo quando se consideram exemplos internacionais e verifica-se que, de acordo com relatório publicado pela Anistia Internacional em 2010, dezenas de comissões similares à CNV, criadas entre os anos 1970 e 2010, rejeitaram as leis de anistia concedidas em seus países a agentes do Estado e, como corolário deste processo, permitiram que ações judiciais fossem tomadas no sentido de se

assegurar a punição àqueles que praticaram crimes durante o período repressivo (DIEGUEZ, 2012). No caso brasileiro, o fato de a CNV ter sido instituída por um governo composto por membros que foram perseguidos pelo regime militar – a começar pela própria Dilma Rousseff – alimentou essa preocupação.

Entre os insatisfeitos com a novidade, a reação mais contundente foi vocalizada por setores das Forças Armadas, como era de se esperar. Seu discurso, como se verá, articula dois eixos fundamentais de crítica, estreitamente imbricados entre si. Um deles afirma a necessidade de “unidade nacional” em oposição à potência radicalmente divisionista da comissão. Nesta chave discursiva, como já antecipamos, conciliação ou reconciliação são evocadas em contraponto ao revanchismo e ressentimento. O segundo eixo crítico, também já referido, mobiliza um princípio de imparcialidade, problematiza a ideia de punição e condiciona a legitimidade da demanda investigativa ao escrutínio dos “dois lados” em choque durante a ditadura – configuração afinal descartada pela CNV.

Acompanhando a cronologia das principais manifestações públicas dos setores militares, desde a criação até a conclusão da comissão, começamos pela ameaça de demissão do então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, na hipótese das ações da comissão convergirem na direção de julgamentos contra setores das Forças Armadas.¹² Quando foi publicado o PNDH-3 com a previsão de criação da comissão, os comandantes do Exército e da Força Aérea, respectivamente, general Enzo Martins Peri e brigadeiro Juniti Saito, consideraram o projeto “excessivamente insultuoso, agressivo e vingativo” e também insinuaram a possibilidade de renúncia caso o governo não recuasse em relação aos objetivos da CNV. Em uma nota na imprensa, os presidentes dos clubes Militar, Naval e Aeronáutica acusaram a comissão de “revanchista” e afirmaram que sua intervenção pública apenas contribuiria para “exacerbar as divisões entre os brasileiros” (*O Globo*, 06/01/2010, p.8).

12. Para uma análise mais detalhada dos embates do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, com outros setores do governo sobre a Comissão Nacional da Verdade, em especial com o Secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, ver DIEGUEZ (2011).

Em linha com o argumento da unidade, os Comandos do Exército, da Aeronáutica e da Marinha enviaram uma nota ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, na qual sustentaram que a criação da CNV “provocará tensões e sérias desavenças ao trazer fatos superados a nova discussão”. Segundo eles, a CNV vai abrir uma “ferida no amálgama nacional”, com o intuito real de promover “retaliações políticas” (*O Globo*, 09/03/2011, p.3). Na cerimônia de instalação da CNV, o coronel da reserva João Batista Fagundes, representante das Forças Armadas na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, presente na solenidade, disse: “A Comissão da Verdade é oportuna, mas não pode se enveredar pela questão criminal dos agentes do passado” (*O Globo*, 17/05/2012, p.10). Um dos momentos mais contundentes de posicionamento de setores das Forças Armadas contra a CNV ocorreu em 2014, quando 27 generais de Exército da Reserva, antigos integrantes do Alto Comando do Exército, assinaram um manifesto com críticas ao então Ministro da Defesa Celso Amorim, que teria afirmado que as Forças Armadas pediriam desculpas pelas violações de direitos humanos cometidas durante o período militar. No documento, os generais signatários reafirmavam a importância de manter intocável a Lei da Anistia. Criticavam os rumos da CNV, afirmavam que o “Exército de Caxias” não pediria desculpas pelo passado e aferravam-se à “convicção de que salvamos o Brasil!” (*O Estado de S. Paulo*, 26/09/2014).

Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, em 2012, Rômulo Biani Pereira, general reformado do Exército que foi chefe do Estado-Maior do Ministério da Defesa, censurava a negligência da CNV em relação aos crimes cometidos pelos segmentos “radicais da esquerda brasileira”. Pereira sustentava que o objetivo de fato da CNV era revogar a Lei da Anistia, esquecendo-se “os críticos que essa foi a lei que permitiu quase 33 anos de relativa paz no processo de crescimento democrático do país” (*Folha de S. Paulo*, 05/06/2012, p.2). Cerca de dois anos depois, na altura da publicação do “Relatório Final” da CNV, Pereira retomou suas críticas em matéria de *O Estado de S. Paulo*, argumentando que, ao defender a revisão da Lei da Anistia, a comissão impediria “qualquer possibilidade de conciliação”, exacerbando “o clima de desunião presente no País” (*Estado de S. Paulo*, 10/12/2014, p.2).

Os posicionamentos mais fortes contra a CNV e a possibilidade da revisão da Lei da Anistia vieram do Clube Militar, entidade constituída por militares da reserva. O General Clovis Purper Bandeira, por exemplo, editor de opinião do Clube Militar, publicou textos no site da entidade em que afirmava ser a CNV uma “Comissão Nacional da Meia Verdade”, movida por “revanchismo”. Quanto ao presidente da organização, o General Gilberto Rodrigues Pimentel, acusava a decisão de não investigar “terroristas” e a busca por “derrubar a Anistia”, com o intuito de “levar aos tribunais os agentes do Estado”. Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo* sobre o “Relatório Final” da CNV, Pimentel afirmou que a comissão, “contaminada ideologicamente”, não trabalhou de forma imparcial, deixando “uma grande mágoa” ao invés de “cooperar para a conciliação nacional” (*Folha de S. Paulo*, 18/08/2014, p.5).

As manifestações contrárias à revisão da Lei da Anistia, contudo, não se restringiram a setores das Forças Armadas. No campo político, diferentes figuras da vida pública se posicionaram contra os trabalhos da CNV, a exemplo do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que fez diversas intervenções e publicou vários artigos na imprensa sobre o tema.¹³ Entre setores de oposição ao governo, lideranças do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Democratas (DEM) se posicionaram contra a modificação da Lei da Anistia; e mesmo entre políticos que tiveram experiências na resistência e na luta armada, como Alfredo Sirkis (PV), a narrativa da anistia como acordo em vista da reconciliação nacional teve eco¹⁴. Dentro do governo, essa foi a tônica predominante, antecipada por Lula, na altura dos primeiros debates sobre o PNDH 3, e endossada fortemente por Dilma, a quem coube a

13. Ver, entre outros, seu artigo “Comissão da Retaliação”, publicado no jornal *O Globo*, em 23/11/2011, no qual acusa a CNV de promover um “revanchismo explícito de setores que não aceitam a Lei da Anistia, já reconhecida até no STF”. De acordo com Bolsonaro, “O projeto joga os militares no covil das hienas, reabrindo feridas e atingindo diretamente a hierarquia e a disciplina castrense”.

14. Alberto Sirkis foi militante da organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e é autor da obra *Os Carbonários* (1980). Para a posição de Sirkis sobre a CNV e a revisão da Lei da Anistia, ver seu texto na *Ilustríssima*, da *Folha de S. Paulo*, intitulado, “Tiro no pé”, publicado 06/04/2014.

instalação da comissão e o desenho de seus contornos mais gerais, com minimização das zonas de atrito com a perspectiva militar.

Alexandra de Brito nota a ambiguidade dos governos petistas em relação ao tópico da ditadura: se, por um lado, renovaram e ampliaram a Comissão de Anistia e empenharam-se na constituição de um conjunto de “políticas de memória”¹⁵, entre as quais a própria Comissão Nacional da Verdade, por outro lado, avançaram timidamente na abertura de arquivos e não ameaçaram a forma e a interpretação em curso da Lei da Anistia (BRITO, 2013, p.244-5). Desde a fase inicial de tramitação do projeto de lei para aprovação da CNV no Congresso, o governo se afastou das demandas de ativistas de direitos humanos e familiares de mortos e desaparecidos¹⁶ na direção do “consenso” apontado por Napolitano sobre as matérias da ditadura. O alinhamento da iniciativa de governo com os termos da transição política em fins dos anos 1970 foi explícito: o artigo primeiro da lei de criação da comissão atribuiu a ela o objetivo de “promover a reconciliação nacional” e o seu artigo 4º, § 4º determinou que não teria “caráter jurisdicional ou persecutório”, devendo respeitar, conforme destacado pelo artigo 6º, “as disposições da Lei nº6.683, de 28 de agosto de 1979” [a Lei de Anistia] (BRASIL, 2011). Em discurso proferido na solenidade de instalação da CNV, Dilma Rousseff alude indiretamente à Lei da Anistia, destacando sua valia na recondução à democracia:

Nós reconquistamos a democracia à nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de *pactos e acordos nacionais, muitos deles traduzidos na Constituição de 1988*. Assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado, e nunca deixei de enaltecer estes lutadores e lutadoras, também *reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização* (O Globo, 17/05/2012, p.4).¹⁷

15. Entre elas, o “Projeto Direito à Memória e à Verdade”, o “Projeto Memórias Reveladas”, o “Memorial da Anistia”, as “Caravanas da Anistia” e a própria CNV.

16. Sobre este aspecto ver, entre outros QUINALHA (2013).

17. Grifos nossos.

A inclinação do governo ao argumento dos militares sobre o “acordo” não foi esvaziada de tensões, a começar pela importante inflexão contida no princípio de responsabilidade do Estado pela busca de “verdade” sobre a ditadura. Soma-se a isso o fato das diferentes orientações em relação à anistia por parte de ministros de Estado¹⁸ e dos próprios comissionários da CNV¹⁹. A despeito disso, o arranjo narrativo que associa as noções de acordo ou pacto e reconciliação tendeu a prevalecer sobre as demandas por uma renovação legal ou interpretativa sobre a anistia, orientada para a punição.

O endosso dessa versão predominante excedeu o discurso e a ação contundentes de militares e membros do governo. Também jornais da grande imprensa com ampla circulação nacional, como antecipado na introdução, desempenharam um papel-chave no fomento dos debates público relacionados à CNV. Publicações como *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* somaram à produção (ou tentativa) de construção de um consenso em torno do par acordo-reconciliação nacional. Os termos da crítica à CNV realizados por estes meios de comunicação são bastante aproximados daqueles enunciados por militares.

Em editorial intitulado “Em defesa da Anistia”, a *Folha de S. Paulo* criticava membros da CNV que haviam se manifestado publicamente favoráveis à revisão da Lei da Anistia, acusando esta posição de “recorrente e rematado equívoco, cujas repercussões danosas se fazem pressentir em vários níveis”. De acordo com o editorial, este tipo de manifestação apenas contribuiria para aumentar a “desconfiança de que os trabalhos em curso se pautem pelo espírito de revanchismo, o que por sua vez alimenta a reticência de representantes das Forças Armadas” (*Folha de S. Paulo*, p.2, 25/05/2013).

18. Ao lado de Nelson Jobim e sua radical recusa de revisão da anistia estiveram figuras afeitas a uma nova normativa para os criminosos da ditadura, a exemplo de Paulo de Tarso Vannuchi e Maria do Rosário, Chefes da Secretaria de Direitos Humanos nos períodos 2006-2011 e 2011-2014, respectivamente, e Tarso Genro, Ministro da Justiça de 2007 a 2010.

19. Para uma análise dos embates internos ao governo no que concerne à CNV e à Lei da Anistia ver, entre outros, a reportagem de Consuelo Dieguez para a revista *Piauí*, “Conciliação de novo” (Edição 64, janeiro 2012).

A narrativa dominante dos editoriais da *Folha de S. Paulo* era que a Lei da Anistia teria “refreado ímpetos que poderiam levar a um processo de aprofundamento de conflitos e divisões, em prejuízo do reencontro da sociedade consigo mesma e com a reconstrução da democracia ora consolidada, de maneira inédita na história do país”. A anistia irrestrita, sustenta a *Folha*, deveria ser encarada como o “pacto que assegurou a transição democrática” em um “clima desanuviado dos ressentimentos que pesavam sobre ambas as partes em conflito”, configurando-se como um “modelo vitorioso de convivência democrática”. Embora “a tradição brasileira da reconciliação” pudesse ser vista por alguns “como sinal de fraqueza histórica”, teria sido ela a responsável para que “o país não se dilacerasse em lutas internas”.²⁰

Para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Lei da Anistia teria sido concebida justamente “para que a transição do regime militar para a democracia se desse de forma pactuada, evitando o revanchismo que inviabilizaria a reconciliação” (*O Estado de S. Paulo*, p.3, 11/12/2014). O Brasil, sustentava editoriais do jornal *O Globo*, “assim como retirou por impeachment um presidente do Planalto, sem uma vidraça estilhaçada nas ruas, conseguiu fazer uma transição de volta à democracia também sem violência”. A Lei da Anistia se configuraria, nesta perspectiva, como “a expressão legal do entendimento entre militares e oposição em torno de um projeto de redemocratização sem violência”, “tornando-se a expressão de um projeto que apostou na conciliação, e não no confronto, muito menos na violência ou em radicalismos revanchistas”.²¹

Em linha com essa perspectiva, os editoriais dos três jornais sustentavam que os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil não poderiam se sobrepor às leis nacionais no que concerne à revisão da Lei da Anistia. Segundo a *Folha de S. Paulo*, não seria sensato e nem desejável que “compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, determinando que a tortura é crime imprescritível, possam sobrepor-se à soberania jurídica na-

20. Ver os editoriais da *Folha de São Paulo*, publicados nos dias 25/05/2013 e 20/09/2014.

21. Ver os editoriais do *O Globo*, publicados nos dias 16/05/2012, 25/09/2014, 11/12/2014, 15/12/2014.

cional quando se trata das próprias fundações do Estado de Direito entre nós” (*Folha de S. Paulo*, 12/12/2014, p.2). Para *O Globo*, “esses tratados não estão acima da Constituição” (*O Globo*, 11/12/2014, p.2) e, de acordo com editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, esta interpretação seria absurda, pois consideraria que “o Estado brasileiro não é soberano para lidar com seus conflitos internos” (*O Estado de S. Paulo*, 11/12/2014, p.3).

O consenso grosso modo alcançado por Forças Armadas, governo e imprensa em torno das recomendações de reconciliação nacional e não-revisão da Lei da Anistia atravessou as décadas que separam o contexto de transição à democracia daquele de instalação e desenvolvimento dos trabalhos da CNV. Este consenso, atualizado, operou como uma espécie de “controle externo” dos trabalhos da comissão, submetida, desde a sua nomeação, a uma pressão permanente no sentido de abster-se do debate sobre a Lei da Anistia.²²

A despeito disso, houve forte disputa interna à comissão sobre a inclusão ou não do tópico da responsabilização criminal de agentes da ditadura no seu Relatório final.²³ As conselheiras Rosa Maria Cardoso da Cunha e Maria Rita Kehl em diversas ocasiões se colocaram publicamente a favor da revisão da Lei da Anistia. O alinhamento inicialmente favorável à recomendação formal da reconciliação (e suas implicações no debate sobre anistia)

22. A Comissão Nacional da Verdade foi composta inicialmente por sete membros: Claudio Fonteles, ex-procurador-geral da República; Gilson Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça; Jose Carlos Dias, advogado, defensor de presos políticos e ex-ministro da Justiça; Jose Paulo Cavalcanti Filho, advogado e ex-ministro da Justiça; Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista; Paulo Sergio Pinheiro, professor titular de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP); e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminal e defensora de presos políticos. Com a renúncia de Claudio Fonteles, em junho de 2013, sua vaga foi ocupada por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, advogado e professor titular de direito internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP. Gilson Dipp se afastou da Comissão e não participou do período final de suas atividades.

23. Desde a hora inaugural, a CNV foi marcada por uma série de disputas e tensões internas, que iam desde o debate sobre se os trabalhos da comissão deveriam permanecer secretos ou se tornarem públicos, à medida que novas informações fossem obtidas, até disputas sobre quem assumiria a coordenação rotativa, passando pelos embates que aqui mais nos interessam relacionados à defesa ou não da revisão da Lei da Anistia. Sobre as tensões e disputas entre os membros da CNV, ver a reportagem de Julia Duailibi para a revista *Piauí*, “A verdade da comissão” (Edição 91, abril 2014).

aos poucos – e conflitivamente – pendeu para o outro lado, sem alcançar, contudo, forma consensual. Apesar da posição divergente de um dos membros da CNV, Cavalcanti Filho – baseado nas mesmas razões que levaram o STF a rejeitar a ADPF proposta pela OAB –, a defesa da revisão da Lei de Anistia acabou por ser incorporada entre as “Recomendações” do “Relatório final”, concluído após dois anos e sete meses de trabalho. Na leitura afinal prevalecente, a extensão da anistia a agentes do Estado que cometeram violações de direitos humanos naquele contexto seria “incompatível com o direito brasileiro e a ordem jurídica internacional”, constituindo “crimes contra a humanidade, imprescritíveis e não passíveis de anistia” (BRASIL, 2014, p.965).

Esse giro de perspectiva chegou à cena pública embotado pelo forte convulsão da conjuntura política. Apesar do belo discurso da presidenta Dilma Rousseff, a cerimônia que marcou a entrega do “Relatório Final” em 2014 tinha um tom melancólico e não se comparava em pompa, prestígio e destaque à da instalação da CNV quase três anos antes, evidenciando que o próprio governo, envolvido em uma conjuntura política cada vez mais adversa, não estava disposto a assumir um enfrentamento mais significativo do consenso em torno da reconciliação nacional e da oportunidade da Lei da Anistia.

COMISSÕES ESTADUAIS DA VERDADE, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E O PARADIGMA PUNITIVO

Se o governo federal não fez ecoar a indicação revisionista da CNV – também recusada pela grande imprensa e pelos segmentos militares –, as cenas locais foram mais permeáveis à crítica da anistia. Desobrigados de mediações políticas com militares, governos estaduais e municipais sediaram comissões de verdade com discursos e percursos marcadamente distintos daqueles da comissão nacional. No lugar da fala sobre reconciliação, articulou-se um clamor por “justiça” e punição.

Entre as mais de cem comissões não-nacionais da verdade instaladas em seguida à CNV, um fenômeno *sui generis* em todo mundo, a Comissão Le-

gislativa da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva foi uma espécie de versão limite da crítica à anistia. É sobre ela que nos debruçamos nesta seção, com o objetivo de apontar uma importante fissura no discurso amplo da reconciliação.

A confrontação aberta da Comissão Rubens Paiva (CRP) com a CNV teve por objeto o contínuo normativo que aproxima os tópicos da anistia, da reconciliação e da imparcialidade face aos objetos sob investigação. Na lei de criação da CNV, é vedada a participação daqueles que “não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão”. Na prática, além da exclusão de militares e figuras associadas ao exercício ou aos valores políticos da ditadura, a interpretação desta cláusula significou a composição de um corpo de comissionários não diretamente afetado pelo regime, isto é, pessoas que, reputadas pelo compromisso com a democracia e os direitos humanos, não tenham sido presas, torturadas, constrangidas a esconder-se ou exilar-se em decorrência da ação persecutória da ditadura. A premissa de fundo era que a afetação direta de comissionários pelo regime poderia comprometer a isenção na busca da verdade.

Os termos de criação da CRP destoaram francamente – e até militantemente – desse princípio:

Você sabe por que a comissão da gente chamava Rubens Paiva? Claro, ele é um personagem paulista maravilhoso, deputado, mas, além do clichê, a Vera [filha de Rubens Paiva] foi pra Brasília [na sessão de instalação da CNV] com um pronunciamento preparado para falar do pai, mas não pôde ler o texto por uma saia justa com os militares. Mas aí ela voltou pra São Paulo e leu o texto aqui na Comissão de São Paulo e o nome do Paiva é um confronto a isso²⁴.

Proposta por instrumento legislativo como comissão parlamentar, a Comissão Rubens Paiva foi iniciada pelo comissionário em questão, que é um

24. Fragmento de entrevista conduzida no âmbito do projeto *Verdade e política: o caso das comissões não-nacionais da verdade no Brasil*, coordenado por Cristina Buarque de Hollanda.

deputado cuja figura pública é associada à resistência à ditadura, tendo sido ele próprio preso e torturado pelo regime. Embora alinhada com as exigências formais de pluralismo das comissões parlamentares, com representantes de diversos partidos políticos que, na prática, eximiam-se de participação e “apenas iam lá dar sua assinatura”, o deputado-comissionário refere-se à comissão paulista como uma “comissão de esquerda, uma comissão militante”. Para tanto, nomeou assessores que se tornaram sua principal face pública: militantes historicamente envolvidos com a pauta dos crimes da ditadura, vitimados pela ação violenta do regime. Seu ponto de partida invertia o da CNV: são justamente os afetados pelo regime, há décadas envolvidos com a busca de informações sobre crimes pregressos, que teriam maiores possibilidades de produzir uma narrativa sistemática sobre a atuação da ditadura.

Na sua fala, a CNV constitui uma espécie de antimodelo de ação: “enquanto na Nacional [CNV] não podia ter família envolvida, militante, aqui tinha tudo isso. A Nacional [CNV] tinha pessoas maravilhosas, mas que não entendem nada de ditadura”. E prossegue: “esse jeito Frankenstein da comissão foi um desespero”. Para o deputado-comissionário, “toda vez que o Estado, o governo, a estrutura oficial entra na questão da ditadura, entra pela porta dos fundos, faz uma enorme confusão”, ao invés de “entrar pelo lado da naturalidade, dos familiares das vítimas, dos atingidos, quer entrar pela superestrutura”. Investidos de uma relação apenas intelectual com a ditadura, faltava aos comissionários da CNV a autoridade da “vivência pessoal”. Nesta perspectiva, técnica e conhecimento profissionais estão por definição aquém dos saberes incomunicáveis da experiência. Entre afetados e não afetados pelo regime haveria um hiato intransponível.

Segundo o deputado comissionário de São Paulo, “no mundo inteiro, as vítimas, os depoentes e o testemunhal têm um valor fantástico”. Em desalinho com essa tendência, a CNV teria uma “coisa secreta”, escondida em suas rotinas. Ele se referia à condução de depoimentos a portas fechadas. Em grande medida, os depoimentos foram concebidos como rituais de comoção e sensibilização pública sobre a violência da ditadura. Em aberto

contraste com a CNV, que promoveu 52 depoimentos públicos, a Comissão Rubens Paiva conduziu 941.

Ao sigilo sobre testemunhos, soma-se o que seria um regime de restrições: a CNV “não podia mexer com militar, Itamaraty, operação Condor...”, disse-me o deputado comissionário paulista. Mais uma vez, chegamos a uma autodefinição pelo avesso: “aqui [em São Paulo] a gente fez tudo que eles não fizeram”. Não havia no estado um “detector de metais” para a comissão e justamente essa característica, segundo ele, teria se espalhado “pelo Brasil inteiro”.

De fato, o contraste de perspectivas e metodologia em relação à CNV não se restringiu à comissão paulista. A crítica ao tripé anistia-reconciliação-imparcialidade foi articulada, com nuances e intensidades várias, pelas comissões estaduais que se instalaram nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Amapá e Pará. Nos relatórios parciais e finais emitidos por cada uma delas, houve notável convergência em torno da demanda por responsabilização de criminosos da ditadura, com proposições de nova interpretação ou revisão da Lei da Anistia.²⁵

O dissenso sobre o paradigma da reconciliação – articulado pela grande imprensa, pelos segmentos militares, por setores do governo e, com fortes tensões, pela CNV – não se restringiu às comissões estaduais de verdade. Alcançou linguagem e forma judicial. E aqui chegamos, conforme anteci-

25. A título de exemplo: A Comissão da Verdade em Minas Gerais refere-se à anistia política como “ferida aberta” e sugere a revisão e/ ou a mudança na interpretação da Lei de Anistia, “de forma compatível e harmoniosa com a jurisprudência das cortes internacionais especializadas em direitos humanos” (Relatório Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais, 2014, p. 115). O relatório final da Comissão da Bahia apoia “iniciativas para excluir da lei de Anistia de 1979 ou de sua interpretação, a não responsabilização dos agentes públicos ou autores de tortura e ocultação de cadáveres, somando-se as posições já externadas por organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a nível nacional e na Bahia” (Relatório Comissão Estadual da Verdade da Bahia: 2014, p.180). O relatório da Comissão da Paraíba acolhe um lamento: “infelizmente esta lei [Lei de Anistia] foi reafirmada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, impedindo a punição, principalmente de pessoas que praticaram tortura em nome do Estado Brasileiro” (Relatório Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, 2014, p.4). No documento da comissão do Rio de Janeiro, sugere-se a punição de agentes do Estado e, para tanto, a anulação dos dispositivos da Lei de Anistia.

pado na introdução, ao segundo operador do segundo eixo discursivo, o Ministério Público Federal.

Refratário à noção de acordo transicional e ao objetivo de harmonização extrajudicial de setores sociais antagônicos durante a ditadura, o MPF operou e opera nas bordas da Lei de Anistia e, em fins dos anos 2000, iniciou um extenso conjunto de ações contra os agentes do Estado que cometeram violações de direitos humanos no passado autoritário. Em 2008, começaram os trâmites de processos de responsabilização civil e, em 2012, na esfera penal. Sem que houvesse uma alteração formal de seu quadro de atribuições e potencialidades, o mesmo desde a Constituição de 1988, o grupo de trabalho de justiça de transição do MPF alterou significativamente o cenário de medidas da justiça de transição no Brasil. Até 2009, o Poder Executivo concentrava 91% delas, sendo o restante concentrado no Poder Legislativo. No intervalo de 2010 a 2012, o MPF alcançou o Poder Executivo em iniciativas de justiça de transição, sendo cada um deles responsável por 43% delas, ao passo que o Poder Legislativo passou a concentrar 14%. Após o encerramento da Comissão Nacional da Verdade e de comissões não-nacionais em todo país, essa configuração seguramente sofreu alterações drásticas, com um desequilíbrio em favor das medidas do MPF e também de MPs estaduais, alimentadas pela publicação de relatórios finais com a nomeação de agressores. E aqui vale sublinhar o encontro de expectativas entre diferentes atores da justiça de transição: a instrução de processos judiciais é um horizonte imaginado também por muitos comissionários como possível e desejável para as investigações iniciadas por eles.

A despeito da aproximação em torno da crítica ao paradigma da reconciliação e da concentração em um corte temporal contemporâneo, as ações de comissões da verdade e do Ministério Público não são necessariamente sistemáticas e articuladas entre si. Elas se propagaram no país por dinâmicas de sugestão-imitação (TARDE, 2012, p.35-36), valendo-se de diferentes acúmulos locais das lutas por memória e justiça. Juntas representam um horizonte voltado para a perspectiva da punição e uma fissura no paradig-

ma da reconciliação, articulado, como se viu, por atores com maior projeção e capacidade de conformar opiniões.

Considerações finais

Desde o fim da ditadura e do processo de redemocratização do país, o tema da anistia tem aparecido, ora com força, ora de maneira tímida, no debate público brasileiro. Diferentes atores políticos e sociais têm se mobilizado no decorrer das últimas três décadas, portando argumentos diversos e estratégias narrativas distintas em torno da defesa ou da condenação dos pressupostos estabelecidos pela lei de 28 de agosto 1979. A criação da Comissão Nacional da Verdade em 2010 se configurou como um momento propício para que as disputas interpretativas sobre a anistia ganhassem novamente destaque no debate público, envolvendo atores diversos, como os meios de comunicação, os militares, os membros da CNV, segmentos das comissões não-nacionais da verdade e o grupo de justiça de transição do Ministério Público Federal.

No decorrer deste artigo, procuramos analisar estas disputas interpretativas, procurando problematizar a ideia de que teria sido construído um consenso na sociedade em torno do tema da anistia. Embora destacando e reconhecendo a força da narrativa de que a lei da anistia teria assegurado um “acordo que garantiu transição pacífica” e a “reconciliação nacional”, evitando atitudes revanchistas – interpretação esta defendida por setores da grande imprensa, por atores políticos e por diversos segmentos das Forças Armadas –, procuramos demonstrar que este consenso esteve permanentemente à prova, sendo contestado por diferentes vozes, que abriram frestas e fissuras nesta narrativa consensual. Estas vozes buscaram destacar que a lei da anistia se configurou como uma “imposição dos militares”, baseada na “usurpação do direito à justiça”, defendendo, por oposição ao esquecimento, agendas voltadas para noções como justiça, verdade e punição. Esta interpretação crítica da anistia se fez presente no âmbito da própria CNV, cujo relatório final apontava para a necessidade da revisão da lei da anistia, mas se apresentou publicamente de forma ainda mais vigorosa nas narrativas construídas pelas comissões não-nacionais da verdade e por pro-

motores públicos federais envolvidos nas disputas relacionadas à justiça de transição.

Desde a publicação do Relatório final da CNV em 2014, a conjuntura política do país sofreu uma reviravolta significativa. De lá para cá, o Brasil ingressou em um redemoinho político e social de enorme magnitude, resultando no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Se, por um lado, os acontecimentos na conjuntura recente fizeram com que o debate público sobre a anistia perdesse força na agenda nacional – assim como todas as demais recomendações do Relatório final da CNV –, por outro, o desenrolar dos fatos, com a posse de Michel Temer, veio corroborar a percepção do quanto ainda se faz necessária a reflexão sobre os significados da nossa experiência autoritária e de suas permanências no tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAHONA DE BRITO, Alexandra. Justiça de transição em câmara lenta: o caso do Brasil. In: COSTA PINTO, Antonio & MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs.). *O Passado que não Passa. A Sombra das Ditaduras na Europa do Sul e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRASIL, *Lei n. 12.528 de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm >. Acesso em: 02 de junho de 2016.

BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: < <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Capitulo%2018.pdf> >. Acesso em: 20 de junho de 2016.

COSTA PINTO, Antonio. O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul. In: COSTA PINTO, Antonio & MARTINHO, Francisco Palomanes (Orgs.). *O Passado que não Passa. A Sombra das Ditaduras na Europa do Sul e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DIEGUEZ, Consuelo. Para toda obra. *Revista Piauí*. Edição número 59, agosto de 2011. Disponível em: < <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/para-toda-obra/> >. Acesso em: 15 de junho de 2016.

- _____. Conciliação, de novo. *Revista Piauí*, Edição número 64, janeiro de 2012. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/conciliacao-de-novo/>>. Acesso em: 09 de agosto de 2016.
- DUAILIBI, Julia. A verdade da Comissão. *Revista Piauí*, Edição número 91, abril de 2014. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-verdade-da-comissao/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, v.28, p.43-59, 2012.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum*. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- HAYNER, Priscila B. Fifteen truth commissions. 1974 to 1994: a comparative study. *Human Rights Quarterly*, v.16, n.4, p.597-655, 1994.
- MALLINDER, Louise. *Amnesty, human rights and political transitions*. Bridging the peace and justice divide. Oxford: Hart Publishing, 2008.
- NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na ‘batalha da memória’: resistência e transição democrática no Brasil. In: QUADRAT, Samantha & ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e Memória das Ditaduras do século XX (Volume 1)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.96-108.
- O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988.
- QUINALHA, Renan. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. *Revista Jurídica da Presidência*, v.15, p.182-204, 2013.
- RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e seus significados ontem e hoje. In: AARÃO REIS, Daniel & RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Zahar: Rio de Janeiro, 2014, p. 172-185.
- ROTBERG, Robert & THOMPSON, Dennis (Eds.), *Truth vs. Justice: the morality of truth commissions*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- SCHNEIDER, Ann. Legislative efforts against impunity in the 1979 Amnesty debate in Brazil. *Bulletin of Latin America Research*, p.1-15, 2016.

PARA ALÉM DAS CASERNAS: MEMÓRIA DE DIREITA, O REVANCHISMO E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL¹

Fernanda Teixeira Moreira

EM BRASÍLIA, 21 DE NOVEMBRO DE 2006, alguns militares e civis se reuniram para saudar um Coronel Reformado. Hino nacional, discursos, congratulações, trajes de festa, almoços, membros dos clubes militares, generais e empresários. Aparentemente nada de excepcional, isto é, que fugisse ao protocolo de uma comemoração. Entre as palavras proferidas por um orador bastante aclamado, estavam aquelas em referência aos brasileiros que “lutaram e preservaram a democracia”, bem como ao homenageado, dito “um *patriota*” que defendeu “com o risco da própria vida, a nossa Pátria”. O ambiente era festivo. Porém, havia um detalhe destoante do clima amigável, o homem a ser prestigiado, segundo vozes acaloradas, era *vítima* “da *difamação* e do *rancor dos vencidos*”. Interessante notar que este tinha acabado de lançar um livro intitulado *A verdade sufocada*, e, em sua “defesa”, um polêmico escritor afirmara, nas páginas do *Jornal do Brasil*, o quanto esta obra era importante, pois dava ao *acusado* “alguma chance de ser ouvido fora do círculo de seus familiares e amigos”.

Não eram comemorações, no sentido de festas, mas atos em solidariedade ao homenageado. O homem a ser prestigiado e apoiado era o Coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra. Os discursos de defesa faziam referência ao processo movido pela família Teles, em 2005, onde constava a acusação por crimes de tortura, sequestro e cárcere privado do período em

1. O presente artigo é um resumo com trechos da dissertação de mestrado intitulada *Só os vitoriosos esqueceram: intelectuais de direita e as disputas pela memória da ditadura civil-militar brasileira* (MOREIRA, 2013). Este trabalho foi realizado com o apoio de bolsa concedida pela Capes/ REUNI

que Ustra comandou o DOI/CODI da unidade do II Exército de São Paulo². No almoço, as palavras aclamadas pelos convidados partiram de outro Coronel da reserva, conhecido por sua atuação política e intervenção na grande mídia, “o Coronel-Ministro” Jarbas Passarinho. Já no periódico, a voz não era militar, mas sim de Olavo de Carvalho, escritor conhecido por seu declarado posicionamento *de direita*³.

Os discursos em defesa do coronel colocavam a situação “dos que *combateram o terrorismo*” e de seus familiares como *condenados* a “um passado doloroso” esquecido pela sociedade, contrapondo-a com a dos “esquerdistas” para os quais, segundo Olavo de Carvalho, o futuro seria repleto de promessas, já que ainda havia “muito dinheiro nos cofres públicos para ser gasto em indenizações” (CARVALHO, 2006). O próprio Brilhante Ustra tecia as suas considerações ao destacar que “estava sendo julgado, apesar da Lei da Anistia” cuja validade, acreditava, seria revogada em breve e advertia “aos seus”: “Sou o primeiro!!! Mas, não se iludam, amanhã serão outros” (USTRA, p. 22-23).

Esses argumentos não foram forjados “no calor do momento”. No Brasil, em meados da década de 1980, ganhou força uma “batalha pela memória” da ditadura militar (MARTINS FILHO, 2002). Desde então, em contraponto aos relatos e reivindicações de ex-militantes de esquerda e seus familiares, um *campo intelectual* de direita passou a interferir no *espaço público* para legitimar socialmente uma versão sobre tal passado. Através da

-
2. Ação civil impetrada, na 23ª Vara Cível de São Paulo, por Maria Amélia Teles, César Augusto Teles, Edson Luis de Almeida Teles, Janaína de Almeida Teles e Criméia Schmidt de Almeida. O processo refere-se ao período em que estiveram presos nas dependências da OBAN/DOI-CODI do II Exército de São Paulo. A acusação de tortura, sequestro e cárcere privado, envolvia não só Maria Teles, Criméia e César Augusto, mas também os filhos Janaína e Edson Luis que – ainda crianças – também foram levados para as dependências que Ustra comandava. Como desdobramento, em 2008, o coronel foi considerado *torturador* pela justiça. Apesar de não ser uma ação criminal, esta teve um grande valor simbólico devido ao seu pioneirismo.
 3. As citações, muitas delas em paráfrase, foram retiradas de: CARVALHO, Olavo. “Abolindo a Inquisição”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º de junho de 2006. Disponível em: <http://www.jornaldobrasil.com.br/new-sarchive/> Vídeo do almoço de solidariedade ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em Brasília, novembro de 2006. A Verdade Sufocada. Visto em 05/12/2011 às 17:58. Disponível em: http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=294&Itemid=74

publicação de livros, artigos em periódicos e páginas virtuais, buscavam elaborar uma imagem do período ditatorial sem o peso negativo da repressão, da tortura, das mortes e dos desaparecimentos políticos, ou seja, da violência de Estado. Nesse sentido, o tema da Anistia é central na organização desses discursos.

De acordo com este *campo*, a anistia, por parte das esquerdas, havia se tornado “instrumento de um *revanchismo* imoral” (USTRA, 2007, p. 445). Alusão presente na reclamação de Olavo de Carvalho, contrária ao que intitulou de “campanha pertinaz e crescente de ódio aos militares”, classificando-a como estratégia “para que os réus confessos de terrorismo, instalados em altos postos da república pudessem estar tranquilos” (CARVALHO, 2001)⁴. De forma geral, ressaltavam aqueles que foram agentes da ditadura como os detentores de *valores morais e políticos* superiores aos dos indivíduos que haviam participado da luta armada, da contestação aos governos militares e, principalmente, àqueles beneficiados pela *justiça de transição*⁵, bem como aos militantes de esquerda que passaram a ocupar cargos políticos no período de democratização.

Sob a noção de um *revanchismo de esquerda*, o anticomunismo de outra ganhava um novo lugar e atribuía novas roupagens a antigas questões, atualizado e ligado aos embates do presente. A batalha das letras. A ideia de que “os vencedores nas armas” – no caso, os agentes da ditadura – seriam os “réprobos na história reescrita pelos vencidos” aduz à forma específica como esses indivíduos se posicionam em meio às tensões que marcam a

4. Na passagem há referência a dois artigos de Olavo de Carvalho, respectivamente: “A Nova Ordem Nacional” e “Tortura e Terrorismo”. Ambos de 2001.

5. Conceito derivado das ciências jurídicas, cunhado no âmbito dos processos de redemocratização, cujo significado está diretamente relacionado com a luta por reparação e justiça. A justiça transicional implica numa série de medidas para tratar o legado da violência de regimes autoritários e totalitários, por exemplo: processos aos perpetradores, políticas de verdade e reparação às vítimas, o direito à memória, reforma de instituições que ainda guardam resquícios e formas de atuação autoritárias, entre outros. Essas medidas são aplicadas de diferentes formas, de acordo com a cultura política, a conjuntura nacional e a correlação de forças de cada país. No Brasil, é implementada de forma gradativa, principalmente a partir da década de 1990, com ênfase na reparação simbólica, trabalhista e pecuniária às vítimas da repressão do Estado ditatorial. No caso brasileiro, não há punições. (Revista da Anistia Política, 2009).

constituição da memória social da ditadura. Desse modo, o presente artigo versará sobre as estratégias utilizadas por esse campo de direita para construir uma imagem positiva da ditadura militar, especialmente, no que tange àquelas que tomam a lei da Anistia como ponto de partida para a desqualificação das políticas de justiça de transição e de direitos humanos. Na primeira parte a abordagem será sobre o campo de direita e a segunda parte sobre a forma como a noção de revanchismo baliza tal discurso.

APRESENTAÇÃO DO CAMPO: OS INTELECTUAIS DE DIREITA

A memória é uma construção social que se alimenta de diversas narrativas, decorre daí a importância de analisar aqueles que narram e o *lugar* que lhes outorga autoridade de proferir um discurso (JELIN, 2000, p. 10). De acordo com Bourdieu (BOURDIEU, 2008), o poder das palavras está, muitas vezes, em quem representam e nos processos que as legitimam. Desse modo, antes de adentrar a questão do chamado revanchismo, é importante fazer uma breve reflexão sobre o campo de direita. Mais especificamente sobre o porquê dos argumentos de Olavo Carvalho e dos coronéis reformados Carlos Alberto Ustra e Jarbas Passarinho estarem em destaque nesse trabalho.

Para aqueles que participaram ativamente do Estado de exceção iniciado com o golpe de 1964, a Lei da Anistia representava o ensejo de encerrar os debates em torno das violações dos direitos humanos ocorridas no período em questão. No entanto, a despeito dessa política de *silenciamento*, o decreto de 1979 não foi capaz atender às principais reivindicações dos perseguidos políticos e dos familiares de vítimas da ditadura. O tema seguiu em aberto. À medida em que a democracia foi gradualmente se consolidando e os direitos humanos passaram a ser incorporados à agenda nacional, medidas de reparação e memória tiveram os primeiros avanços (MEZAROBBA, 2010). Nesse bojo, nas décadas 1980 e 1990, começaram a se formar grupos, não só por membros das Forças Armadas, com o intuito de discutir as prerrogativas militares no pós-ditadura e para defender uma visão positiva sobre o golpe de 1964 e o regime estabelecido (SANTOS, 2009).

Entre esses grupos, destacava-se o “Terrorismo Nunca Mais” – ou TERNUMA. No sítio virtual do grupo, seus integrantes se apresentavam como “um punhado de democratas civis e militares, inconformados com a omissão das autoridades legais e indignados com a desfaçatez dos esquerdistas revanchistas”. Através de textos e memoriais, articulados no próprio espaço eletrônico, pretendiam “passo a passo” vir a “contar a versão daqueles que derrotaram a luta armada no Brasil” e deixar tais registros “como um ponto de referência para as novas gerações”⁶. Entre os fundadores estava o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. O patrono simbólico da organização era o ex-presidente militar General Médici. O TERNUMA se tornou um importante centro articulador dos trabalhos de autores que escrevem artigos e livros, nos quais pautam imagens positivas do regime militar. O nome é uma contraposição ao grupo “Tortura Nunca Mais”⁷.

No entanto, entende-se que as palavras proferidas em defesa de Ustra partiram daqueles que, para além dessas entidades coletivas, formavam uma *comunidade argumentativa*⁸. Isto é, através da publicação de livros, autobiografias, artigos em periódicos e sítios virtuais, ofereciam reflexões sobre a memória da ditadura e, principalmente, elaboravam uma versão desse passado recente sem o peso negativo de questões como a tortura, os desaparecimentos políticos e a repressão. Buscava-se assim relativizá-las ou justificá-las de diferentes formas.

Da batalha das armas ao embate das letras. Nas palavras de Olavo de Carvalho (1999), era o “esforço para desafiar a hegemonia da esquerda nos meios intelectuais” já que, segundo o autor, “deixados à vontade no seu feu-

6. TERNUMA. “Apresentação”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/apres.htm>. Acesso em: 10/05/2010.

7. Fundado em 1985 com a bandeira de reparação jurídica e moral atuou no que concerne à questão da tortura, dos desaparecimentos e das indenizações. Criado originalmente no Rio de Janeiro, ao longo da década de 1990, foi expandido para outras cidades do Brasil.

8. Ao falar em Comunidade argumentativa, pretende-se destacar um espaço em que autores partilham vocabulários e usos de uma determinada retórica; onde estabelecem estratégias, organizam ideias e discursos cujo objetivo é interferir e mudar os rumos dos debates em que estão inseridos. Onde é o discurso, bem como o motivo pelo qual o constroem, que dá unidade (que não quer dizer homogeneidade) a determinados intelectuais engajados nos embates políticos de sua época (POCOCK, 2003, p. 63-83).

do”, “os derrotados de 1964 obtiveram assim uma vingança literária”. Como lembra Norberto Bobbio:

Quem fala dos intelectuais desempenha, pelo fato mesmo de assim agir, uma função que habitualmente cabe aos intelectuais; torna-se, ao menos naquela ocasião, um intelectual. [...] Não é preciso ser médico para falar de medicina, ou jóquei para falar de hipismo. Mas, não se pode falar de intelectuais sem fazer o que habitualmente fazem os intelectuais [...] (BOBBIO, 1997, p.8)

Ou seja, a habilidade de elaborar críticas, *mediá-las* e intervir nos debates “da cidade” (SIRINELLI, 2003). Nesse sentido, ao lançar o livro *A verdade sufocada*, Brilhante Ustra conclamava: “Chega de Silêncio! Escrevam. Façamos como eles, mesmo não sendo escritores” (USTRA, 2007, p. 566). *Vítimas do revanchismo esquerdista*. Esse é o ponto de partida para disputarem a memória do regime militar, para se colocarem nas discussões e expor suas ideias no *espaço público*.

Cabe ressaltar que ao inserir esses discursos numa *comunidade argumentativa*, não significa tratar de um espaço homogêneo ou de um grupo, mas de narrativas que competem na busca por legitimidade, apesar das afinidades. Para expressar suas reflexões, símbolos, concepções e, dessa forma, serem aqueles reconhecidos como aptos a tentar agir fora dos limites de seu *lugar* legitimador, esses indivíduos buscam estratégias diversas para afirmar suas ideias. Convergem numa causa, mas a esta atribuem significados distintos e, em meio a esse espaço de conflito, em que podem ser aceitos ou recusados, buscam ser aqueles “que conseguem agir com a palavra em relação a outros agentes” (BOURDIEU, 2008b, p. 89). Este foi o protagonismo alcançado por Jarbas Passarinho, Brilhante Ustra e Olavo de Carvalho.

Durante o evento que abre o presente artigo, Ustra foi homenageado não só por solidariedade ou amizade. Foi um homem da ditadura e da repressão. Sua trajetória, desde a década de 1970, esteve diretamente relacionada à diversas denúncias organizadas por familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura. O primeiro livro do coronel *Rompendo o silêncio*

foi apresentado como uma resposta ao “caso Bete Mendes”, que ganhou público em agosto de 1985.

Na época, Bete Mendes era Deputada Federal pelo Estado de São Paulo e nacionalmente conhecida por ser atriz da Rede Globo de televisão. Durante uma viagem ao Uruguai, na qual fazia parte de uma comitiva do presidente José Sarney, encontrou com Brilhante Ustra a quem reconheceu como o “Doutor Tibiriçá”. Este era um dos codinomes utilizado pelo homem que comandava as seções de tortura no período em que esteve detida na sede do II Exército Paulista. O caso envolvendo Ustra e a Deputada repercutiu amplamente na imprensa brasileira⁹.

Diante desse quadro, numa evidente tentativa de oposição à atitude tomada por Bete Mendes, o autor destacou que escrevera *Rompendo o silêncio*, em 1987, “por um dever de consciência”, enfatizando não ter por intenção “reacender ódios ou revanchismos” (USTRA, 1987). A narrativa de Ustra expunha argumentos balizados numa visão anticomunista e de contraposição ao que considerava agentes da esquerda, nos termos do autor, “não se combate terrorismo com flores, mas com coragem, tenacidade e objetividade”, ressaltando, pois, que lutou com pessoas “das quais por ideologia, por ignorância ou por fanatismo, praticaram os maiores e mais horrendos crimes” (USTRA, 1987). Desse modo, afirmara que era “caluniado, achincalhado, vilipendiado” e “comparado aos assassinos nazistas” por aqueles que, em suas palavras, visavam “escrever a história como um panfleto, diferente da realidade”, enfatizando que por essas razões tinha “o dever de ir a público para esclarecer muitos fatos” (USTRA, 1987).

O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ao intervir no espaço público para legitimar uma imagem positiva da ditadura, fez sob o olhar daqueles que foram figuras ativas das comunidades de informações e segurança. A questão dos crimes cometidos por membros do Estado ditatorial foi pausada numa clara defesa, não só da imagem do golpe de 1964 ou do regime militar, mas daqueles que integraram os “órgãos encarregados de fazer es-

9. Nessa época, Carlos Alberto Brilhante Ustra era adido militar em Montevideu.

pionagem e reprimir brasileiros considerados ‘subversivos’” (USTRA, 1987). Um discurso onde os que compunham tais espaços - em especial os DOIs - eram apresentados como os reais conhecedores das práticas dos grupos de esquerda que participaram da luta armada, no qual estes últimos apareciam caracterizados como *terroristas, fanáticos, assassinos, mentirosos...* Não obstante, balizava seus argumentos na experiência. Segundo Ustra, na vivência daqueles que “ante a incerteza e o perigo” e “atendendo ao chamado do Exército brasileiro”, logo “lutaram com coragem e abnegação no combate ao terrorismo” (USTRA, 1987).

Cumprе ressaltar que Brilhante Ustra publicou o livro *Rompendo o silêncio* após o lançamento do projeto “Brasil Nunca Mais”. Este último, inspirado no informe *Argentina Nunca Más* foi organizado pelo cardeal Paulo Evaristo Arns, da Arquidiocese de São Paulo e James Wright, pastor presbiteriano, além de ter apoio da organização internacional intitulada Conselho Mundial de Igrejas. Entre finais dos anos 1970 e início dos 1980, uma equipe de advogados conseguiu reunir mais de cinco mil páginas de testemunhos que foram organizados num livro de título homônimo lançado em julho de 1985. Este “documento” firmou-se como o principal ponto de referência da memória militante de esquerda organizada ao longo dos anos 1980 e 1990. *Brasil: nunca mais* se tornou um *best-seller* e a partir do impacto que causou na opinião pública contribuiu para que o Brasil ratificasse a Convenção Contra Tortura (BRITO, 2002, p. 203).

No bojo de processo, através da imagem de um discurso silenciado, de acordo com Ustra, *Rompendo o silêncio* tinha a pretensão de mostrar a versão daqueles que foram agentes da repressão. Nesse sentido, exaltava “a coragem, a determinação e a integridade dos homens de informações” que “dedicaram partes de suas vidas ao combate do terror”, ressaltando como uma atividade “de sacrifícios imensos, de *renúncias silenciosas*, dedicados exclusivamente ao Brasil - *no mais completo anonimato*” (USTRA, 1987).

Nos anos 2000, como apresentado no início do artigo, a imagem de Ustra também ganhou público através do processo movido pela família Teles. Diante desse quadro escreveu seu livro *A verdade sufocada* no qual afirmava

que, após vinte anos de pesquisa, pretendia “mostrar para as novas gerações o porquê da contrarrevolução de 1964 e o porquê da luta armada” e destacava que “teria muito a escrever sobre esses dias” bem como “sobre os combates travados, assim, desmentindo versões fantasiosas” e “mentiras ideológicas” (USTRA, 2007, p. 565). Vale destacar que o momento de publicação do livro convergia com o lançamento, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, durante o governo do Presidente Lula, da coletânea *Direito à memória e à verdade* (2006), com relatos e dados de militantes de esquerda que foram vítimas da repressão de Estado.

Já Jarbas Passarinho não foi um homem dos “porões”, mas ministro de quase todos os presidentes militares e um dos signatários do Ato Institucional nº 5. Na chamada Nova República continuou exercendo funções políticas e passou a ser um dos principais defensores da memória positiva da ditadura. Passarinho, até metade dos anos 1990, exerceu as funções de Ministro e Senador, ou seja, estava diretamente envolvido nos debates e embates que marcaram o período de *transição democrática* como, por exemplo, as disputas em torno da Constituinte e das “Diretas-Já”. Em suma, presente na constituição dos primeiros governos no pós-ditadura.

Como versa em sua autobiografia, sua atuação foi considerada, por setores militares e pela bancada governista do ARENA - posteriormente PDS¹⁰, bastante “útil na fase de transição do autoritarismo para a democracia plena, na coordenação dos debates parlamentares” (PASSARINHO, 1996, p. 469). Trata-se de uma figura pública que transitou do período de exceção para o democrático sem perder o seu lugar em determinados cargos políticos e de confiança do governo¹¹.

Ao contrário de Ustra, cujo trabalho foi publicado em livros e editoras independentes de pouca expressão, o espaço principal de circulação das ideias de Passarinho eram as colunas de opinião e fóruns de debate dos pe-

10. O ARENA ou Partido da Aliança Renovadora Nacional foi o partido representante dos interesses da ditadura e do golpe de 1964. Já o PDS ou Partido Democrático Social refere-se à designação adotada pelo ARENA após a sua extinção legal em 1979.

11. Foi Senador pelo PDS durante o governo do Presidente Sarney.

riódicos nacionais, nos quais participava ativamente das discussões sobre assuntos contemporâneos, em especial no tocante à questão da transição. Assim, pode-se dizer que o discurso do coronel desfrutava de um *status* distinto ao de Brilhante Ustra; atribuindo a Passarinho um *capital simbólico* diferenciado. Convém ter em vista que as publicações na imprensa periódica resultam de uma gama variada de relações que abrangem diferentes referenciais, envolvendo a escolha dos articulistas e dos temas, orientados tanto pela seleção dos editores como de leitores, portanto, o nome de Passarinho não surgiu nesses espaços por acaso.

Ao longo da década de 1980, marcada pela transição e seus embates, a questão da *reconciliação* - incluindo aqui diferentes acepções deste termo - figurava como um dos assuntos centrais das discussões políticas. Passarinho buscava afirmar a imagem de uma pessoa *moderada* e empenhada “na consolidação do processo democrático”, cujos argumentos não tinham orientações ou “comprometimentos ideológicos” (PASSARINHO, 1985a, p. 5). Nesse ritmo, nas páginas da *Folha de S. Paulo*, numa espécie de avaliação póstuma sobre o período da ditadura, ponderava que:

Em primeiro lugar, diria que fica a modernização do Brasil, por ser indiscutível a erradicação das estruturas obsoletas antes de 64, praticamente em todos os setores da vida nacional [...] se a modernização no Brasil é fato incontestável e do qual não há que temer retrocesso, no campo político os últimos 21 anos sugerem lições profundas. [...] O ideal é que se lute pela consolidação da democracia [...] Não basta que tenhamos tido êxito, como agora, ao fazermos a transição [...] Em linguagem bem coloquial sentenciava o General Castello Branco: “é fácil mergulhar no autoritarismo; o difícil é vir à tona, depois”[...] (PASSARINHO, 1985b, p. 3)

Esse era o tom dos discursos do Coronel. Em sua narrativa, a defesa da ditadura era organizada de modo a afirmar um engajamento com a *con-ciliação* do país. O autor destacava que a consolidação da democracia era “uma conquista que exigiria o empenho sincero de todos” ressaltando que

lastimava “não incorporar entre as consequências irreversíveis do autoritarismo extinto, o regime democrático estável” (PASSARINHO, 1985b, p. 3). E, assim, por um lado ressaltava as conquistas da “revolução de 1964” e por outro justificava as “dificuldades” dos governos autoritários. Apresentava suas narrativas como exemplo da “vitória sobre os radicalismos e demagogias”.

Conciliação significa virar a página no tocante à determinadas questões. Nos discursos de Passarinho, produzidos ao longo dos anos 1980, há poucas referências diretas à tortura, às prisões, desaparecimentos, entre outros assuntos polêmicos. O que não significa dizer que esses temas estavam ausentes nos trabalhos do Coronel. Ao cotejar seus diferentes artigos e declarações, percebe-se que Passarinho lançou mão de estratégias argumentativas diversas para tratar dos tópicos citados.

De modo semelhante à Ustra, Passarinho se colocava no debate como o defensor da verdade. Interessante notar que, mesmo pretendendo passar uma imagem de ponderação, percebe-se nas narrativas do autor que a verdadeira história seria aquela na qual é reconhecida a relevância do golpe de 1964 e de avanços sociais e econômicos durante o período ditatorial. Assim, os que contestavam tal versão foram caracterizados como “vítimas da paixão política” e, para além, como revanchistas inconformados com a derrota da luta armada. No entanto, enfatizando questões distintas à do autor anteriormente citado, seu testemunho era aquele de um homem público, comparável ao que Alfred Stepan (1987, p. 41) caracterizou como o militar enquanto liderança e dirigente do governo do país.

Desse modo, as narrativas de Passarinho buscavam retratar o Congresso, os gabinetes ministeriais e as reuniões de cúpula. Entre os assuntos principais de seus escritos estava a articulação para o golpe, explicações para os Atos Institucionais, cassações de direitos políticos, as políticas econômicas e sociais desenvolvidas durante o regime e a sua própria participação enquanto ministro durante a ditadura. Importante destacar que tal distinção - pautada pelo Coronel - torna-se mais clara no que tange ao tema dos crimes decorrentes da repressão de Estado:

[...] já a vileza de me pintar como defensor da tortura [...] é fruto de mente mórbida. [...] ‘Repito: Não defendo nenhum tipo de tortura.’ Poderia ser mais claro? **Ao chamar atenção para as duas faces da moeda, isto é, a violência contra os direitos humanos de ambos os lados, disse que o coronel Ustra deu sua explicação sobre seu trabalho no DOI-CODI. Não falei em justificação, mas em explicação que ele deu para a necessidade do imediatismo de suas providências.** Essa era uma face, oposta da mesma moeda (PASSARINHO, 1983, p. A3, grifos meus).

Apesar de ser tão militar e integrante do regime quanto Ustra, Passarinho em suas narrativas ancorava-se na estratégia de atribuir autonomia e responsabilidade pelos “excessos” àqueles que compunham os destacamentos de segurança. Tal argumento o colocava num lugar, pode-se dizer, mais cômodo. No ano de 1988, em entrevista ao programa *Roda Viva* na antiga TVE, quando perguntado “se seriam absolvidos os homens responsáveis pelo ‘movimento de 64’ caso passassem por uma espécie de Tribunal de Nuremberg”, a resposta do coronel afirmava que “muitos seriam, outros não”, pode-se dizer, traduzindo a diferença entre o seu lugar e, por exemplo, o de Brilhante Ustra.

Entretanto, não se pode perder de vista que mesmo com esse deslocamento de responsabilidade, no que tange aos crimes perpetrados com aval do Estado, esse tema era, normalmente, evitado e amenizado sob o termo “excesso”. Em meados dos anos 1990, principalmente a partir do momento que se desligou dos cargos públicos, Jarbas Passarinho passou a defender de modo mais veemente a memória da ditadura, inclusive no que diz respeito à questão dos crimes perpetrados por agentes do Estado ditatorial. Sobre o relato de integrantes da luta armada, Passarinho afirmava:

[...] mentem os que dizem ter lutado contra a ditadura quando defendiam arduamente as ditaduras de Fidel Castro e Stálin. Tartufos, os que simulam ter lutado por direitos humanos ofendidos ao mesmo tempo em que os aplaudia vio-

lados em Cuba. Não foi à toa que Voltaire disse, diante das farsas dessa natureza: “Assim se escreve a história” (PASSARINHO, 2004).

Olavo de Carvalho, por seu turno, surge no espaço público para defender uma imagem do golpe de 1964 e da ditadura militar já na década de 1990. A trajetória do autor é bastante distinta dos caminhos trilhados pelos coronéis Ustra e Passarinho. “O professor”, como alguns o chamam, teve destaque por sua trajetória literária, em que dedicou uma boa parte de seus escritos para a crítica às esquerdas. Ao contrário dos dois primeiros, não foi militar e se apresenta ao seu público leitor como um filósofo e cientista político ex-comunista. Nas palavras do autor, explicando sua trajetória:

Existem pessoas que têm o dom de se aproximar de quem está no poder. Eu pareço que fui brindado com o dom contrário. No tempo dos governos militares, logo no começo, entre 1966 e 68, eu era um militante do partido comunista e odiava os militares. [...] Hoje em dia, quando os esquerdistas estão no poder, dominam tudo e estão passando muito bem de saúde, já não estou mais ao lado deles [...] (CARVALHO, 1999a).

Em um artigo ressaltando a importância do grupo TERNUMA, o escritor Olavo de Carvalho afirmou:

A memória coletiva está inteiramente a mercê de duas forças estranhas: a mídia e o sistema nacional de ensino. Quem dominar esses dois canais mudará o passado, falseará o presente e colocará o povo no rumo de um futuro fictício. Por isso que o site de [sic] Ternuma é algo mais que a reconstituição de detalhes omitidos pela mídia. É uma contribuição preciosa à reconquista da verdadeira perspectiva histórica de conjunto, roubada da memória brasileira por manipuladores maquiavélicos, oportunistas levianos e tagarelas sem consciência¹².

12. TERNUMA- CARVALHO, Olavo de. *Militares e a Memória Nacional*. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=1408&tipo=1>, acessado em 13/05/2010.

Vale ressaltar que esse texto de Olavo de Carvalho - assim como a criação do TERNUMA - surgiu num período em que se desenvolvia, como parte da conjuntura nacional, uma *crise de identidade* militar, isto é, de setores das Forças Armadas que se sentiam desprestigiados pelas novas políticas e por uma redefinição de seu papel social - especialmente com a criação do Ministério da Defesa, incluindo a escolha de um civil para o cargo (em 1999) e, já no governo de Luis Inácio [Lula] da Silva, com as atividades do ministro Nelson Jobim, sobretudo o apoio deste às políticas de memória, reparação e justiça¹³. Dessa forma, a relevância de artigos como o de Olavo de Carvalho residia no fato de trazer à baila o olhar de um indivíduo que não participou do golpe de 1964 ou de qualquer esfera de atuação do Estado ditatorial, mas que, “após ter [se] desiludido com a perspectiva socialista”, reconhecia a importância dos militares e daquilo que fizeram, apoiados por “banqueiros, senhores do capital, empreiteiros, políticos de direita” e em 1964 “pela maior manifestação de massas de toda história nacional” - referência às “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”¹⁴.

A partir desses três discursos – de Ustra, Passarinho e Carvalho – tem-se uma dimensão da complexidade da intervenção desses intelectuais de direita. Como apresentado no presente artigo, apesar de convergirem numa causa, esses indivíduos falam de lugares variados e a partir de trajetórias diferentes. Assim, tanto Ustra como Passarinho e Carvalho são exemplos dos diferentes matizes que compõem a memória positiva da ditadura que, para além de pautarem um discurso anticomunista e de cunho conservador, têm

13. Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, os ministérios antes divididos entre as três forças (Marinha, Aeronáutica e Exército, este último representando o Ministério da Guerra) foram centralizados no Ministério da Defesa sob o comando de um civil.

14. As citações, extraídas de diferentes artigos, estão parafraseadas. Desse modo seguem as referências dos artigos: CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma injustiça pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acesso em: 06/01/2012. CARVALHO, Olavo de. *Op. Cit.* 1999, p. 133./ CARVALHO, Olavo de. Resumo do que penso sobre 1964. Disponível em: http://www.olavodecarvalho.org/textos/resumo_1964.htm. Originalmente publicado em: *Bah! (Jornal Universitário Gaúcho)*, maio de 2004. Acesso em : 25/10/2011.

uma forma semelhante de intervir no espaço público, a saber, através do que seria a “reação” ao “revanchismo das esquerdas”.

A LEI DA ANISTIA COMO PONTO DE PARTIDA

A construção de uma imagem positiva do período de exceção, isto é, sem a carga dos crimes cometidos por agentes do Estado, compõe um quadro complexo em que as imagens de *vítimas* e *perpetradores* confluem numa estratégia que permitiu a Ustra, Passarinho e Olavo de Carvalho adentrarem nas disputas de memórias e não aparecerem perante a sociedade como aqueles que “colocam o dedo na ferida”. Ou seja, neutros. Nas palavras de Passarinho, falar em vítimas do regime ditatorial significaria romper com o projeto de Lei da Anistia que “incluiu na graça os *crimes conexos*, assim tidos pelo congresso em 1979, como a *tortura* e o *terrorismo*” (PASSARINHO, 2008, p. A3). Até as *comemorações*, antes voltadas para celebrar “o fato histórico da Revolução de 1964”, agora tinham a função, como no almoço de Ustra, de protestar contra a dita “*manipulação hábil da opinião pública*” (CARVALHO, 2001).

Nesse sentido, ao estudar as direitas e o anticomunismo de direita é importante ressaltar que a noção de *pensamento dos vencidos* e de *ressentimento* ocupa, para estes, um lugar de suma importância. Em certa medida, pode-se dizer que o termo revanchismo, por ser bastante frequente no vocabulário político Ocidental desde o final do século XIX - em especial, no meio militar - e, principalmente, por expressar “um comportamento tendente a anular uma derrota sofrida”, surge nos discursos desses intelectuais como algo a ser combatido, em defesa da memória do “movimento de 1964” e do regime militar; elemento que autoriza sua intervenção pública, numa via de mão-dupla, tal como um *contrapensamento*, ao mesmo tempo reativo e defensivo, mas que também afirma e constrói uma imagem própria dos acontecimentos (BIANCHI, 1998, p. 116).

Se existe um marco temporal na constituição da ideia de *revanchismo das letras* e um “elemento fundador” do discurso desses intelectuais de direita, este é o decreto de 1979, para o qual conferiram significados específi-

cos e atribuíram um lugar simbólico. Como exemplificou Roberto Martins (1978), o ato político de anistiar adquiriu diferentes significados ao longo da trajetória republicana brasileira, confluindo com questões como o perdão, esquecimento, a reconciliação, apaziguamento e, vale acrescentar, num viés mais recente, à *reparação*. Num longo processo em que foram forjadas variadas interpretações, por diferentes grupos, num viés jurídico, político e também da memória. Ou seja, fruto de embates, disputas e acepções concorrentes. Considerar esta dimensão permite pensar tais autores como produtores de uma interpretação particular da Lei de Anistia, a despeito de ser por eles apresentada como a única possível - para a qual conferiram estatuto de verdade e buscaram legitimar socialmente.

Assim, num primeiro momento, pretende-se apresentar - de forma sucinta - o modo como o tema da Anistia surge nos discursos de Passarinho, Ustra e Olavo de Carvalho, considerando a abordagem de cada um dos autores. Do ponto de vista do coronel Jarbas Passarinho:

O presidente João Baptista Figueiredo disse que a anistia **não implicava perdão**, que pressupunha **arrependimento não pedido**, mas **esquecimento recíproco**, em favor da **reconciliação da família brasileira**. Perto de 30 anos passados, o esquecimento é unilateral [Grifo meu] (PASSARINHO, 2008, p. A3).

Dito isto, a definição de Passarinho é central para o entendimento do modo como esses intelectuais estabelecem estratégias para tratar o tema da Anistia e também para abordar algumas divergências presentes nesses trabalhos. Na afirmação do Coronel, *anistiar* surge como sinônimo de *esquecer* e, assim, condição necessária para *conciliar*, ou seja, “precisamente *pacificar* a família brasileira” (PASSARINHO, 1989, p. A3). No entanto, em outros textos, enfatiza que as “guerrilhas causadas pelos combatentes comunistas” acabaram “causando mortes não só de guerrilheiros como dos agentes da contrarrevolução” (PASSARINHO, 2004). Ou seja, apesar de reforçar a importância do esquecer mútuo, a citação de Passarinho segue culpabilizando a esquerda.

Na versão do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, mesmo citando que a Lei tinha validade para todos que tivessem cometido crimes políticos, a ênfase está, na prática, somente nas ações dos militantes de esquerda.

A Lei 6.683 [...] concedia a todos que cometeram crimes políticos, crimes eleitorais e aos que tiveram seus direitos políticos suspensos, a Anistia ampla e irrestrita. Proporcionando a todos os brasileiros que direta ou indiretamente haviam participado do movimento subversivo e da luta armada, aos banidos e aos que se exilaram voluntariamente, fugindo do País, o direito de retorno ao Brasil, além da extinção dos processos que estavam respondendo (USTRA, 2007, p. 444).

Seguindo por um caminho um pouco diferente, Olavo de Carvalho chega a afirmar que a Anistia não significou esquecimento e que, de certa forma, “na mais modesta das hipóteses, o retorno à democracia deveria implicar, para os dois lados, a obrigação de confessar publicamente seus pecados e crueldades” (CARVALHO, 2001). Apesar de apontar para uma divergência, no que tange a esta última consideração, é importante tomá-la como um recurso retórico, ou seja, uma estratégia, já que, cotejando com outras declarações de Carvalho, a posição do escritor tende abertamente para a defesa da atuação repressiva do Estado ditatorial:

Eis um placar que não permite, em sã consciência, fazer de um dos lados um monstro de crueldade, do outro uma vítima inerme e angelical - principalmente quando se sabe que a guerrilha não foi um último recurso encontrado por opositores desesperados após o esgotamento das alternativas legais, mas a retomada de uma agressão que, subsidiada e orientada desde Cuba, já havia começado em 1961, em pleno regime democrático (CARVALHO, 2001).

Se por um lado afirma uma igualdade de violência para ambas as partes envolvidas no conflito, por outro, ressalta a gravidade da intervenção da esquerda representada por “guerrilheiros armados, treinados e financiados pelo governo genocida de Fidel Castro”, nos termos do escritor, que ao in-

vés de “democratas sinceros em luta contra a tirania” eram “agentes revolucionários a serviço da mais sangrenta ditadura do continente” (CARVALHO, 2001). Ademais, destacava que “nunca, na história do mundo, uma revolução comunista foi abortada com tão escasso derramamento de sangue como aconteceu no Brasil em 1964” (CARVALHO, 2001).

Como alinhavado nessas breves considerações, um elemento de suma importância para o entendimento dessas narrativas é que tais indivíduos sublinham a reciprocidade da lei e de sua relação com a ideia de esquecimento mútuo. Pois vale observar que a crítica ao “revanchismo” está diretamente imbricada ao modo como formalizam uma imagem de Anistia conciliadora. Ou seja, um trabalho de *enquadramento*, no qual a memória da reconciliação é recuperada, por esses intelectuais, como fruto de um projeto formulado “para evitar traumas à sociedade com o conhecimento de eventos que deveriam ser sepultados em nome da paz” (PASSARINHO, 1996, p.487).

Nas palavras do coronel Passarinho: “O desejado foi o esquecimento, por ambas as partes, do ocorrido ao tempo das guerrilhas” (PASSARINHO, 2004). Nesse sentido, não se pode perder de vista que no trabalho desses intelectuais a afirmação de um esquecer mútuo está diretamente relacionada com a formação de uma imagem na qual “o coroamento do objetivo político da revolução” aparece representado pela vitória sobre a guerrilha e, com isso, “a normalização da vida política, num estado democrático de direito” (PASSARINHO, 1983, p. 7). Recuperando portanto a Lei da Anistia como um acordo conciliador, resultante de um esforço coletivo para “virar a página”, que ratificara o projeto articulado por membros do regime e também o silêncio sobre os ditos *excessos* ocorridos em decorrência da dita “luta ideológica fratricida que havia dividido o país” - quando o próprio termo excesso, cabe ressaltar, já porta uma atitude de silenciamento (PASSARINHO, 2004b, p. A3).

O “REVANCHISMO”, OS DIREITOS HUMANOS E A JUSTIÇA TRANSICIONAL

“A Anistia, de fato, não prosperou” (PASSARINHO, 2005, p.113). Assim afirmava Jarbas Passarinho. E deste tipo de argumento emerge a questão do

revanchismo. Como anteriormente abordado, esses que intitulo como intelectuais de direita se colocam nos debates de memória advogando a favor da ditadura; seja a favor daqueles que compunham o Estado ditatorial, das comunidades de segurança, dos valores conservadores e da direita... de modo que, para tal, afirmam a Anistia como um pacto social de esquecimento recíproco - a saber, uma forma de virar a página sem “pôr o dedo nas feridas”.

Como destacou Michael Pollak (1989), no processo de construção da memória daqueles que foram vitoriosos, *nas armas*, num determinado conflito, é importante enfatizar que, por mais que alimentem uma crença na qual “o tempo trabalha a seu favor” e de que seja possível, ao longo dos anos, estabelecer o esquecimento, estes indivíduos sabem que tal espaçamento temporal igualmente pode contribuir para reforçar irrupções de memórias daqueles que foram vencidos e marginalizados após o conflito. Desse modo, ao tratar dos discursos organizados por intelectuais de direita, pode-se dizer que a crítica ao intitulado revanchismo de esquerda compõe uma tática argumentativa e de intervenção que possibilita a esses indivíduos falarem de *si*, daquilo que defendem e, em especial, do *outro*.

Assim, de forma geral, partem do argumento de que a atitude revanchista seria resultante de uma espécie de “*má-fé*”, nas palavras de Olavo de Carvalho, “o pressuposto geral de toda instrumentalização esquerdista dos ‘anos de chumbo’” (CARVALHO, 2006):

Como acontece em todos os movimentos onde os comunistas são derrotados, eles iniciam a sua volta lutando pela anistia, que, uma vez conquistada lhes permite viver usando as liberdades democráticas que queriam destruir. Posteriormente, começam uma **virulenta** campanha para denegrir os que os combateram, posam de vítimas e de heróis e fazem da mentira e da calúnia o seu discurso (USTRA, 2007, p. 546, grifo meu)

Típica construção que permitiu a Ustra, Olavo de Carvalho e Passarinho - em meio aos debates de memória no pós-ditadura - caracterizar o revan-

chismo, exemplificando-o, principalmente, após a publicação da obra *Brasil nunca mais* (símbolo da memória militante da esquerda), como um atributo inerente a indivíduos *impregnados*, no termo de Olavo de Carvalho, pelo “veneno marxista” (CARVALHO, 1999). Assim retomando uma clássica categorização do imaginário anticomunista, em que esses atos considerados condenáveis são tidos como “decorrência necessária dos ensinamentos de uma ‘ideologia malsã’” (MOTTA, 2002, p. 76); ainda em confluência com a imagem que associa militância de esquerda a uma suposta ameaça à moral - sob o rótulo de corruptos, mentirosos, caluniadores, cínicos, entre outras classificações pejorativas. Não obstante, também surge como uma espécie de modelo concebido de modo a apresentar as “ações comunistas” como semelhantes a de *agentes patológicos* (MOTTA, 2002), no caso, responsáveis por “uma *virulenta* campanha” (CARVALHO, 1999a). O dito “revanchismo da esquerda” seria, por excelência, o lugar do anticomunismo no discurso desses intelectuais de direita.

Deste modo, assim como os *infiltrados* (USTRA, 2007) no governo de João Goulart e os *fanatizados* (USTRA, 1987) pela ditadura do proletariado, após o fim do período ditatorial, o alvo a ser combatido eram aqueles “*intoxicados* por Gramsci” (CARVALHO, 1999b) que viviam usando “as liberdades democráticas que queriam destruir”. Sob uma visão organicista da sociedade - integrada como um todo e marcada pela autoridade, a hierarquia e a obediência -, questionar as decisões e regras estabelecidas significaria o desvio, a violação e a marginalidade (D’APPOLONIA, 1996, p. 33-35). Logo, principalmente ao longo dos anos 1990, diante das denúncias de arbitrariedades cometidas no período ditatorial e pelo aumento da pressão por justiça, classificá-las como “revanchismo” possibilitou a esses intelectuais continuarem falando sobre o passado traumático, pois, ao mesmo tempo em que desautoriza a fala do outro, permite a tais indivíduos apresentarem seus argumentos como uma forma de defesa.

Conforme visto, a abordagem das atitudes que esses intelectuais de direita intitularam de “revanchismo” sugere uma continuidade destas com as intervenções da esquerda desde a década de 1930. A saber, nos trabalhos

de Ustra e Jarbas Passarinho a crítica ao tal “revanchismo” está associada a um *continuum* que perpassa à retórica de justificação do Golpe de 1964 e a necessidade dos Atos Institucionais, isto é, a ideia de que houve uma *reação* da direita ou uma *resposta* ao *fantasma da revolução brasileira* - no caso, refiro-me à luta armada -, esta última cuja origem estaria no sentimento de *revanche* dos “comunistas derrotados” no ano de 1935, durante a chamada “*Intentona comunista*”. Esse evento é chave na construção de um imaginário anticomunista, principalmente nas Forças Armadas. Como lembra Rodrigo Motta (2002, p. 76), foi o acontecimento que forneceu os “argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo”. Cumpre assinalar que não pretendo com isso falar em ausência de projetos revolucionários da esquerda, mas sim demonstrar como esses autores se valem desse assunto para afirmar o imaginário do “perigo vermelho” ou da “ameaça comunista”.

Nesse sentido, Ustra destacava que, para tecer suas considerações concernentes à “história reescrita pelos derrotados” em seu livro *A verdade sufocada*, tivera “que voltar ao tempo e escrever, ainda que superficialmente, sobre “a primeira tentativa de tomada do poder pelos comunistas, em 1935”, bem como, “analisar e estudar o período que vai de 1960 até os dias de hoje”. Exame, este, que considerava necessário para “mostrar a verdade” sobre “a segunda e terceira tentativa de tomada do poder pelos partidos e organizações marxistas-leninistas que optaram pela luta armada” (USTRA, 2007, p. 28). Ou seja, ligando a imagem das esquerdas brasileiras ao que seria um *revanchismo histórico*. Uma conspiração. Uma característica que seria própria da esquerda - segundo os argumentos de Ustra, Carvalho e Passarinho - e chegaria ao pós-ditadura como uma vingança das letras. Nas palavras de Jarbas Passarinho:

Vencidos pelas armas os comunistas hoje são todos herois. Sobreviventes foram readmitidos no serviço público, no mais alto posto da carreira interrompida. Os descendentes dos mortos foram providos com generosas indenizações e os que

os combateram, muitos dos quais caíram sob as balas ou ações terroristas, anti-heróis, sem o menor amparo do Estado (PASSARINHO, 2002, p. A2).

A denúncia por ditas indenizações unilaterais, de um tratamento diferenciado às vítimas do terrorismo, de uma política de memória e justiça que não respeitou a Lei da Anistia, são elementos centrais. Ou seja, se “o passado guerrilheiro ou terrorista é premiado e o reverso é punido” (PASSARINHO, 2001, p. A2), culpabilizam o governo, a política de *reparação* e, principalmente, os Direitos Humanos.

Primeiramente, para o entendimento dos argumentos elaborados por esses intelectuais de direita, convém observar que tal postura pode ser compreendida como uma tentativa de fazer frente à *memória do trauma* daqueles que foram vítimas da repressão do Estado, durante a década de 1990 e início dos anos 2000 - o que inclui as demandas por *justiça de transição* reivindicadas por frentes de lutas e organizações de militantes, ex-militantes de esquerda e familiares de mortos, desaparecidos e torturados durante a ditadura brasileira. Como destacou Elizabeth Jelin:

[...] a incorporação do mote ‘violações dos direitos humanos’ foi [...] uma verdadeira revolução paradigmática. Esta definição implica em conceber [...] o assinalar de uma responsabilidade central das instituições estatais em garantir a vigência e o cumprimento desses direitos [...] (JELIN, 2003, p. 5)

Modificações que, no Brasil, estiveram diretamente relacionadas com a emergência e consolidação da questão dos direitos humanos na América Latina, em especial, na Argentina e Chile. No caso brasileiro, a temática dos “direitos humanos enquanto bandeira política ante aos governos ditatoriais” que já se desenhava desde o final da década de 1970 - período da abertura - recebeu um importante impulso com a publicação da obra *Brasil nunca mais*. Ao longo da década de 1990, com o afastamento temporal bem como na presença de uma nova geração e de governos não alinhados com o Estado ditatorial, começou a ganhar força e a se consolidar uma memória

mais favorável aos que foram vitimados pela repressão do Estado ditatorial; um marco desse processo fora a redefinição da memória como um direito humano e político. De acordo com Olavo de Carvalho:

Até o começo da década de 1980, nenhum brasileiro, por mais esquerdista que fosse, ignorava que havia uma revolução comunista em curso [...] Passada uma geração tudo isso se apagou. A juventude, hoje, acredita piamente que não havia revolução comunista nenhuma [...] que os terroristas da década de 1970 eram patriotas lutando pela liberdade e pela democracia.

Dez anos após a publicação de *Brasil nunca mais*, mais especificamente em dezembro de 1995 - mês simbólico, pois remete ao AI-5 em 1968 -, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi sancionada a lei nº 9.140, que previa o reconhecimento da responsabilidade estatal pelas mortes e desaparecimentos políticos engendrados no período de setembro de 1961 até agosto de 1979. Esta também instalou uma comissão permanente para proceder no reconhecimento de pessoas desaparecidas ou mortas, disponibilizando esforços para localização de corpos e para emitir requerimentos referentes a possíveis indenizações (HEYMANN, 2007). Tal atitude marcou uma nova fase no que tange às políticas de memória, verdade e justiça no Brasil, que iria culminar com a organização, em 2007, de um livro resumo dos trabalhos realizados pelo projeto “Direito à Verdade e à Memória” (2007). Sobre o decreto Brilhante Ustra afirmara:

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro “perseguido político” que chegou à presidência da República após a contrarrevolução de 1964. Em agosto de 1995, sete meses após tomar posse, enviou ao Congresso nacional um projeto de lei, que entrou em vigor em 04/12/95- [...] Lei dos Desaparecidos Políticos-, estabelecendo condições para a indenização financeira aos familiares dos desaparecidos políticos. Naquela ocasião, foram relacionados nomes de 136 pessoas que, oficialmente, até então não haviam sido reconhecidas como mortas. Dessa relação constavam os nomes de 61 desaparecidos nas selvas do Araguaia, dos quais 32 es-

tudantes, recrutados, orientados, instruídos e fanatizados por experientes e inescrupulosos dirigentes do PC do B, para construírem o embrião do futuro Exército de Libertação Popular (USTRA, 2007, 484).

Seguia-se, nesse trecho, uma crítica à dita “unilateralidade” do projeto, que remete ao argumento no qual Passarinho, de modo semelhante a Ustra, afirma que “os mesmos terroristas do atentado à bomba no Aeroporto de Recife”, agora são tratados como “puros e chefiam órgãos de defesa dos direitos humanos”. Para esses indivíduos, o “revanchismo” chegara ao governo e, nas palavras de Olavo de Carvalho, seria uma “atitude esperada” de um presidente que “tolera[va] paternalmente invasões de terras” e “transform[ou] o ensino público numa rede de propaganda marxista”. O autor prosseguia destacando “a perigosa farsa que consiste em rotular de ‘direitista’ o governo de FHC”. Para Carvalho o presidente era “um gramsciano de carteirinha”, lembrando o argumento de que o revanchismo seria obra das ideias de Gramsci adotadas pela esquerda.

Esses argumentos ganharam mais força e geraram uma tensão maior, quando, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, tornou-se público o caso Lamarca e Marighella¹⁵, figuras conhecidas da oposição armada ao Regime, que foram anistiados e suas famílias indenizadas, pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça¹⁶. Consideração que, nos termos de Passarinho (2002, p. A2), feria as Forças Armadas, colocando-a numa espécie de “valhacouto de bandidos”; lembrando que “a guerrilha de Marighella matava”, como “assaltava bancos

15. Carlos Lamarca que na época da ditadura integrou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e se tornou um dos mais simbólicos opositores ao regime. Foi assassinado por agentes do Estado de exceção em 1971. Já Carlos Marighella foi um dos líderes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e foi morto também por agentes do regime em 1969.

16. Como noticiaram as reportagens da época: “[...] a lei estabelece que tem direito aos benefícios apenas as famílias de desaparecidos ou mortos em dependências policiais e assemelhados. Marighella e Lamarca não se enquadravam nesses dois casos, mas o entendimento acabou sendo de que ambos, ainda em combate, deveriam ter sido presos e algemados e suas vidas protegidas pelo Estado. [...] em função disso suas famílias terão direito à soma em dinheiro [...]” (VEJA, 1996, p.38).

e carros pagadores”, além do que “detonava bombas” e “atacava a instituição militar”.

Emerge dessa questão outro ponto fundamental, a saber, a questão das indenizações. De acordo com Alexandra Barahona de Brito, as eleições para presidente no ano de 1994 marcaram um novo período no que tange às memórias e políticas de reparação, especialmente, a partir de um manifesto, organizado pelo Grupo Tortura Nunca Mais, no qual os candidatos firmaram um compromisso referente ao reconhecimento dos crimes de Estado cometidos durante o regime militar¹⁷. E esse reconhecimento foi ampliado, como visto no caso Marighella e Lamarca, ao longo dos anos, com a criação de leis e emendas que determinavam o pagamento de indenizações aos atingidos pela ação do Estado ditatorial.

No governo do presidente Lula, concernente a tais políticas, foram incluídos mecanismos de reparação simbólica e pecuniária através de projetos como o “Direito à Memória e à Verdade” de 2006 - que se insere no recorte temporal deste trabalho. Sobre essas leis, Brilhante Ustra afirmava que:

Pretendia fazer uma análise dos instrumentos legais que concedem indenização aos anistiados políticos. Mas são tantos a partir do governo Fernando Henrique, que parece quase impossível resumir, em poucas páginas, as medidas provisórias, as leis, decretos, anexos criados, pouco a pouco, para atender, cada vez mais, a um número de comprometidos com o butim aos cofres públicos [...] (USTRA, 2007, p. 507)

Segundo esse argumento, a reparação seria uma forma de ganhar dinheiro, de fazer revanche, excluir e criminalizar o outro. É interessante notar que o mesmo Passarinho - que desloca a tortura enquanto contraparte do terrorismo para a ideia de guerra suja, esta pautada por agentes da re-

17. O Tortura Nunca Mais de Minas, São Paulo, Pernambuco e Rio que estiveram diretamente associados ao manifesto de 1994 (QUADRAT, 2008, p. 381).

pressão de Estado e por militantes armados da esquerda também defende uma indenização e reconhecimento de ambas as partes. Estratégia e exemplo de como os interesses de um campo estão acima de suas divergências.

Ainda no âmbito da reparação, por um lado as organizações de direitos humanos se pautam numa concepção de que esta não é só uma forma de compensação econômica, pois tal atitude “se transforma em um ‘cala boca’”, em especial “para o atingido e a sociedade como um todo”, propondo-a com medidas mais amplas que perpassam o auxílio psicológico, a publicização e o esclarecimento dos valores violadores e a responsabilização dos agentes envolvidos (COIMBRA, 2008, p. 21-22). Por outro lado, esses intelectuais de direita apresentam a reparação apenas sob um viés econômico:

E é assim que o grupo Tortura Nunca Mais julga que os suspeitos de envolvimento mesmo que indireto, remoto e conjectural em casos de tortura devem ser perseguidos até o fim dos tempos, como ratos, como nazistas, para que os réus confessos de terrorismo, instalados em altos postos da República, possam estar tranquilos e desfrutem de suas honras, glórias e mordomias [...]. Anistia, cargos, dinheiro público, no entender dessa senhora, são só para os terroristas, para os que mataram por atacado [...] (CARVALHO, 2001b).

Com esse argumento estabelecem uma crítica não só ao Grupo Tortura Nunca Mais, mas ao próprio governo federal que, por ser integrado por militantes e ex-militantes de esquerda, representaria o revanchismo a nível de Estado. E prosseguia associando as políticas de *justiça de transição* a uma espécie de corrupção e promoção financeira, pois “há muito dinheiro nos cofres públicos que ainda não foi gasto com indenizações” (CARVALHO, 2006a), nas palavras de Passarinho (2005, p. 150), diga-se, “vultosas indenizações” pagas “a anistiados, que se transformaram numa indústria”. Voltando à questão do *ativismo judicial* é interessante ter em vista que Ustra passou a ser, nos discursos desses intelectuais, uma espécie de vítima representante desse tipo de atitude revanchista, como expõe Olavo de Carvalho:

O processo de indenização movido por César Teles e sua esposa Maria Amélia contra o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra é confessadamente um ato político, calculado para estimular outros militantes esquerdistas. [...] A tática jurídica adotada é restringir *ex post facto* a aplicação da lei da Anistia, mediante a alegação de que ela só preserva contra punição penal, não contra ações cíveis [...] (CARVALHO, 2006a).

Nessa estratégia de abordagem do intitulado revanchismo, percebe-se que esses intelectuais se cercam por todos os lados de formas argumentativas diversas para criticar os ditos “esquerdistas”. Assim, Ustra argumentava em própria defesa que seus “acusadores não queriam sua presença no Tribunal no dia do julgamento e nem queriam o seu depoimento”. Prosseguia afirmando que se sentia como num circo, achincalhado por todas as partes. Na defesa do coronel, Olavo de Carvalho ressaltava que havia “uma diferença substantiva entre a reivindicação sincera de quem se sente prejudicado” e o “ativismo judicial que visa espremer até depois da última gota o limão das vantagens possíveis” (CARVALHO, 2006a).

Em suma, trata-se de um discurso que através da afirmação do testemunho de quem viu e viveu, tomam para a si a função de resguardar e repassar a memória, principalmente para aqueles que não vivenciaram a ditadura, de “um período de grandes avanços da sociedade brasileira” em que a corrupção, a subversão e a crise moral, as quais associam os governos atuais, foram combatidos por homens que acreditavam num país democrático e ordeiro, ou seja, longe da ameaça comunista. Ao contrário do *nunca mais*, pautado pelas bandeiras de memória, verdade e justiça de grupos como o Tortura Nunca Mais ou pelas medidas de *justiça de transição*, nesses discursos o que há é o *sempre*, ou seja, rememorar a ditadura como uma “catalisadora da evolução e como mantenedora da bandeira *ordem e progresso*” (JELIN, 2000, p.9). Se há uma dimensão do *nunca mais* nos trabalhos desses intelectuais de direita, este se refere à esquerda que, vencida pelo golpe e pelo regime estaria hoje no poder, dessa forma, ainda deveria ser combatida, pelo menos, através das letras.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou apontar as principais características e as principais estratégias trazidas à baila por um campo intelectual de direita cuja pretensão central seria defender uma imagem positiva do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura. Em especial, no que tange ao revanchismo, ou seja, o argumento que garante a esses indivíduos a possibilidade de intervirem nas disputas pela memória do período ditatorial utilizando-se da imagem de discurso neutro. No centro dessas narrativas estaria a Lei da Anistia, apresentada por esses intelectuais como o símbolo do “virar a página”, portanto, esquecer.

No entanto, cumpre ressaltar que para além de pautar uma bandeira de esquecimento, o discurso desses intelectuais guarda uma dimensão do que deve ser lembrado. Essa constatação permite considerar a crítica ao dito revanchismo de esquerda como uma estratégia de intervenção no espaço público por parte desses indivíduos. Nessa construção, mais do que negar ou esquecer os “anos de chumbo”, o que estava em questão é relativizar ditos “excessos” para, então, legitimar uma memória dos *anos de ouro*. Mais do que esquecer, *silenciar*. A justiça de transição e os direitos humanos surgem nessas narrativas como o símbolo do revanchismo e do “desrespeito” ao que seria o pacto social representado pela anistia.

Também buscou-se evidenciar, a partir dos discursos do Coronel Reformado Jarbas Passarinho, do Coronel Reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra e de Olavo de Carvalho que a defesa de uma memória positiva da ditadura militar é constituída por diferentes vozes e nuances, um *campo intelectual* ou uma *comunidade argumentativa* com seus porta-vozes legitimados por suas trajetórias. No entanto, alinhados num discurso conservador e anticomunista que se manteve vivo após o fim do período ditatorial.

FONTES¹⁸

CARVALHO, Olavo. Anistia?, 14 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/061114dce.html>. [Grifos meus].

18. As fontes estão organizadas na ordem em que aparecem no texto

Discurso proferido por Carlos Alberto Brilhante Ustra no almoço em sua solidade, 25 de janeiro de 2007. In: *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, abril de 2007, p. 22-23.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser, 2007.

CARVALHO, Olavo de. A Nova Ordem Nacional, *O Globo*, 25 de agosto de 2001. / _____. Tortura e Terrorismo, *O Globo*, 6 de janeiro de 2001.

PASSARINHO, Jarbas. Réquiem em vez de Ação de Graças, *O Estado de S. Paulo*, domingo, 08 de dezembro de 2002, Caderno A, p. 2.

_____. *Contradições e incertezas do nosso tempo*. Rio de Janeiro: EdNews, 2005.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Distrito Federal: Editer-ra, 1987.

PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

_____. Como fica o país após a morte de Tancredo, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 de abril de 1985a, Caderno Opinião, p. 5.

_____. Vitória sobre os radicalismos e demagogias, *Folha de S. Paulo*, São P., 30 de março de 1985b, Sábado, Caderno Opinião, p. 3.

_____. Historiadores e historicidas, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 de setembro de 1989, Domingo, Caderno Opinião, A3.

_____. Entrevista concedida ao programa *Roda Vida*, TVE, em 6 de outubro de 1988. Vídeo e transcrição disponíveis em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/255/entrevistados/jarbas_passarinho_1988.htm. Visto em: 06/02/2012.

O Grito do Porão. *Revista Veja*, 18 de março de 1987, p. 28. Disponível em: <http://www.veja.com.br>. Consultado em: 15/01/2011 às 22:36.

CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma injustiça pessoal*, Discurso proferido no Clube Militar, em 31 de março de 1999. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/reparando.htm>. Acessado em: 06/01/2012 às 15:00.

PASSARINHO, Jarbas. O contra-golpe de 1964, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de março de 2004.

_____. Julgadores Facciosos dos Direitos Humanos, *Folha de S. Paulo*, sexta-feira, 7 de novembro de 2008, Opinião, p. A-3.

- _____. *A Anistia e o revanchismo*, em 18 de novembro 2004. Disponível: <http://www.dci.com.br/A-anistia-e-o-revanchismo-4-81678.html>. Visto em: 28/02/2012 às 19:00.
- _____. Entrevista concedida à João Emílio Falcão. Passarinho faria 64 outra vez, *Folha de S. Paulo*, Domingo, 2 de Janeiro de 1983, 1º caderno, p. 7.
- PASSARINHO, Jarbas. A Anistia revisitada, *Folha de S. Paulo*, Domingo, 13 de setembro de 2004, Opinião, p. A-3.
- CARVALHO, Olavo de. *Anistia?*, 14 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/061114dce.html>.
- _____. *Ordem do Dia e Ordem Pública*. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/990415jt.htm>. Consultado em 15/05/2010 às 23:47. Publicado originalmente no “Jornal da Tarde”, 15 de abril de 1999a.
- _____. História Oficial de 1964, *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1999b.
- PASSARINHO, Jarbas. A incoerência, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 de novembro de 2001, Caderno A, p. 2.
- _____. A Esquerda mitônoma, *Correio Brasiliense*, Brasília, 14 de outubro de 2008b. Disponível em: <http://www.ternuma.com>.
- CARVALHO, Olavo. *O sorriso e a baba*. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/990218jt.htm>. Consultado em: 15/10/2010 às 12:09.
- Acerto Póstumo. *Revista Veja*. 18 de setembro de 1996, p. 38.
- CARVALHO, Olavo de. Tortura e Terrorismo, *O Globo*, 6 de janeiro de 2001b.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIANCHI, Giorgio. Revanchismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o poder. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 8.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BRITO, Alexandra Barahona de. Verdad, justicia, memoria y democratización en el cono sur. In: BRITO, Alexandra Barahona de; FERNANDEZ, Paloma Agui-

- lar & ENRIQUEZ, Carmen González (eds.). *Las Políticas Hacia El Pasado: Juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias*. Madrid: Ediciones Istmo, 2002.
- COIMBRA, Cecília Maria. Reparação e memória. In: *Cadernos AEL. Anistia e Direitos Humanos*, v. 13, n. 14/15, Campinas, UNICAMP, 2008.
- D'APPOLLONIA, Ariane Chebel. Les grands traits de la doctrine. In: *L'Extrême-droite en France. De Maurras à Le Pen*. Paris: Éditions Complexe, 1996.
- QUADRAT, Samantha Viz. A Emergência do Tema dos Direitos Humanos na América Latina. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz. *Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O 'Devoir de Mémoire' na França Contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela de Castro. *Direitos e Cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- JELIN, Elizabeth. *Los Derechos Humanos y la Memoria de la violencia política y la repressión: La construcción de um campo nuevo em las ciências sociales*. Buenos Aires: Cuadernos Del Ides, 2003.
- _____. Memórias em Conflicto. In: *Revista Puentes*, Buenos Aires, n.1, agosto de 2000.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: *Varia Historia*, UFMG, n.28, dezembro de 2002.
- MARTINS, Roberto R. *Liberdade para os brasileiros: anistia, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. In: *SUR-Revista Internacional de Direitos Humanos*, vol.7, n.13, dez. 2010.
- MOREIRA, Fernanda Teixeira. *Só os vitoriosos esqueceram: intelectuais de direita e as disputas pela memória da ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de; SOARES, Samuel Alves. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Extrema-Direita, volver! Memória, ideologia e políticas dos grupos formados por civis e militares da reserva*. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio". In: *Estudos Históricos*, vol.2, n.3, 1989.

MUSEUS E MEMORIAIS NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE DITADURAS: O MUSEU DO ALJUBE EM LISBOA E O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO¹

Maria Paula Nascimento Araujo

MUSEUS, MEMORIAIS E PROCESSOS DE TRANSIÇÃO POLÍTICA

APÓS SUPERAR UM PERÍODO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA produzido por um regime totalitário, por uma guerra civil, por ditaduras militares ou civis ou por eventos traumáticos uma das principais questões que um país tem que enfrentar é o enquadramento da memória da violência. Como registrar esta memória? Como torná-la de conhecimento público? O que selecionar para lembrar e o que esquecer? E, principalmente, como fazer para que esta memória sirva para a denúncia da violência, para fomentar a indignação em relação à intolerância e à violação dos direitos humanos. Enfim, de que forma esta memória socialmente construída pode servir ao objetivo da não repetição. Esta questão se torna ainda mais candente quando se refere a museus, monumentos e memoriais, construídos por ação do Estado, para marcar uma “política de memória”.

No livro *Las Políticas hacia el Pasado: juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias* (BARAHONA, 2002) as autoras Alexandra Barahona de Brito, Paloma Aguilar e Carmen González afirmam:

1. Este texto faz parte de um projeto que conta com o apoio de uma bolsa de produtividade do CNPq. A pesquisa realizada em Portugal contou com uma bolsa de estágio sênior concedida pela CAPES.

Se puede decir que la “política de memoria” consiste en dos cosas. Estrictamente concebida, se refiere a las políticas diseñadas para lidiar con el pasado en la transición (*memoria oficial o pública*); de manera más amplia, trata de cómo la sociedad interpreta y se apropia de su pasado (*memoria social*). (BARAHONA, 2002, p.69)

Museus, monumentos e memoriais construídos pelo Estado, muitas vezes a partir de demandas da sociedade, outras vezes como política de memória concebida pelo próprio Estado são parte deste processo. Eles refletem como Estado e sociedade (pelo menos num determinado momento do processo político de justiça de transição) desejam marcar, lembrar, ensinar e transmitir para as novas gerações o legado e a experiência da violência política – seja de uma ditadura, de uma guerra civil, de um genocídio.

Mais expressivo ainda é quando se trata de museus e memoriais construídos em determinados lugares, não apenas em “lugares de memória”, mas principalmente em lugares que configuram disputas de memória. Este é o caso do Museu do Aljube em Lisboa, construído na antiga prisão política de Salazar e do Memorial da Resistência de São Paulo, construído nas dependências do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP). São museus e memoriais que subvertem seu sentido original e transformam-se no símbolo de seu oposto. De lugares consagrados ao exercício do arbítrio e da violência, tornam-se lugares de denúncia desta violência, de homenagem às vítimas, de valorização da luta e da resistência e de fomento a uma cultura baseada no respeito aos direitos humanos e às normas democráticas.

Pensar a problemática dos lugares e as disputas por marcos territoriais nos remete, antes de tudo, às reflexões de Pierre Nora. Lugares de memória equiparam-se a museus, arquivos e monumentos como *marcos testemunhais do passado*; são nomeados pela sociedade quando se deseja marcar algum fato relevante. Para Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, orga-

nizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas porque essas operações não são naturais. (NORA; 1981)

Como as memórias não são espontâneas nem naturais, a construção de lugares de memória é uma ação política que tem por objetivo preservar as memórias, para que não se percam, para que permaneçam na história e na memória dos homens.

Inúmeros exemplos podem ser apontados para ilustrar esta operação de criar um lugar de memória transfigurando o objetivo inicial de um espaço simbólico e transformando-o em instrumento político em prol da democracia. Muitas vezes estes lugares de memórias assumem também funções didáticas e pedagógicas, com articulação com as escolas e organização de visitas de estudantes. Este é o objetivo proclamado de vários Museus e Memoriais que foram construídos em diferentes sociedades em contextos posteriores a períodos de grande violência política. A construção desses Museus e Memoriais, em muitos casos, teve um papel importante na implementação de uma cultura de defesa dos Direitos Humanos. A noção de que a educação e a cultura são armas eficazes para a defesa (ou a tentativa de defesa) dos Direitos Humanos é uma ideia que tem incentivado a criação de museus e memoriais deste tipo em todo o mundo.

A cidade de Berlim é um exemplo disso. Inúmeros memoriais, museus e centros comemorativos existem na cidade. A construção destes espaços teve papel de destaque no processo de condenação pública do nazismo, na denúncia do holocausto e na preservação da memória das vítimas. Inúmeros campos de concentração transformaram-se em lugares de memória; inúmeros museus e monumentos foram criados em homenagem às vítimas. Um dos mais importantes deles, hoje aberto a visitas de estudantes e turistas, é o memorial e museu do campo de concentração de Sachsenhausen. A 35 kms de Berlim, facilmente acessível por trem, o campo é um dos maiores espaços a céu aberto transformado em lugar de memória. Sachsenhausen foi a primeira instalação nazista destinada a funcionar como campo de concentração e de extermínio. O campo foi criado em 1936 e esteve ativo

até 1945. A partir daí e até 1950 foi utilizado pelos soldados soviéticos como campo de prisioneiros de guerra. Em 1961 foi inaugurado o Lugar Comemorativo Nacional de Sachsenhausen que desde 1993 pertence à Fundação de Memoriais de Brandeburgo. Sachsenhausen é não apenas um museu a céu aberto, mas sobretudo um memorial em homenagem às vítimas do holocausto. Na antiga sede de administração uma série de documentos detalha a vida no campo. O museu realiza seminários e visitas guiadas para estudantes e organiza exposições sobre diversos aspectos do campo. Na organização do material documental e histórico há um esforço em mostrar os prisioneiros em suas individualidades, superando a representação meramente numérica e aproveitando todos os elementos que possam dar uma ideia da vida e dos sentimentos dos prisioneiros. Há uma preocupação em não tornar o museu uma denúncia genérica da violência do nazismo, mas em mostrar que esta violência se abateu sobre pessoas concretas.

A ideia de falar das vítimas destacando a individualidade e a humanidade específica de cada pessoa aparece em muitos museus. A proposta certamente se ancora numa nova perspectiva historiográfica que nas últimas décadas revalorizou o *sujeito* na história e na historiografia. Não os nobres e grandes sujeitos da história, como reis, imperadores, generais, mas sim os sujeitos banais, cotidianos, comuns. Os cidadãos, os trabalhadores, os imigrantes, as mulheres donas de casa, os pais de família, os jovens, enfim, as “pessoas comuns”. É a vida dessas pessoas que muitos destes museus e memoriais procuram registrar e dar a conhecer. É a tragédia destas pessoas comuns, de carne e osso, quase sempre indefesas frente ao poder, que é resgatada do anonimato e do desconhecimento. Este foi o objetivo do Parque de La Memoria, inaugurado em 2007 na cidade de Buenos Aires. O monumento foi uma proposta de inúmeras organizações de direitos humanos argentinas com o objetivo de conferir visibilidade aos mortos e desaparecidos políticos assassinados pela ditadura militar argentina (1976-1983). O parque, construído na beira do rio de La Plata, na Avenida Costanera Norte, foi inaugurado em 2007. O monumento contém trinta mil placas gravadas com os nomes de homens e mulheres vítimas da ditadura argentina,

indicando o ano em que desapareceram e a idade que tinham. Patricia Valdez, uma das diretoras da organização Memoria Abierta², destaca a relação entre o monumento e o rio:

Erigir un monumento con los nombres de las víctimas del terrorismo de Estado en la Argentina y emplazarlo en las orillas del Río de la Plata, guarda un significado profundo. Ese es el lugar en el que fueron arrojados los cuerpos de cientos de detenidos desaparecidos. (VALDEZ, 2002, p.98)

O parque não é um museu. É um monumento comemorativo em memória das vítimas. Um espaço consagrado a elas que procurou unir informação quantitativa (são 30 mil placas) com informação qualitativa (nome, idade e ano de desaparecimento), procurando aliar a denúncia do caráter massivo da repressão com a homenagem individual e nominal a cada uma das pessoas desaparecidas. E foi construído num local onde os corpos de muitas destas pessoas foram lançados, subvertendo assim o sentido simbólico do rio de morte no rio de memória e homenagem.

Alguns destes museus foram criados para consolidar uma narrativa de paz e superação da violência. O exemplo mais clássico neste sentido é o Museu do Apartheid, em Johannesburg na África do Sul, criado em 2001, com o objetivo não apenas de mostrar os horrores do *apartheid* mas de enfatizar uma cultura de tolerância. O museu acompanhou o rumo político dado por Nelson Mandela e Desmond Tutu ao processo da transição política sul africana marcada pelo propósito de reconciliação e perdão³.

Museus e memoriais com este sentido tem se organizado em redes internacionais e transnacionais como a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência⁴ e a Rede Latino-Americana de Sítios de Memória⁵. Ambas as

2. Organização civil dedicada à luta pela memória, verdade e justiça no processo transicional argentino. É uma reunião de diversos grupos de direitos humanos e de familiares de mortos e desaparecidos.

3. V. <http://www.apartheidmuseum.org/> Acesso em: 14/02/2017.

4. V. www.sitesofconscience.org Acesso em 14/02/2017.

5. V. <http://www.nucleomemoria.org/rede-latino-americana-de-sitios> Acesso em 14/02/2017.

organizações têm por objetivo promover iniciativas de memória que dialoguem com as questões atuais referentes a defesa dos direitos humanos e da justiça social.

Lugares de memória são, portanto, lugares investidos de sentido histórico e de conteúdo político e, por isso mesmo, objeto de intensas disputas políticas. No livro “Monumentos, memoriales y marcas territoriales” Elizabeth Jelin e Victoria Langland analisam processos políticos ligados às disputas pela marcação dos espaços de violência do Estado e sua transformação em monumentos e memoriais em homenagem às vítimas (JELIN & LANGLAND, 2000). Em várias ocasiões estes processos envolveram diferentes segmentos do Estado e da sociedade na disputa pelos lugares. Mas o aspecto conflitivo deste processo não se reduz às disputas pelo lugar em si. Muitas vezes também se coloca em questão a forma de construir e representar esta mudança de sentido. Jelin nos chama atenção para este ponto: “Sabemos que la representación del horror y del trauma no es lineal y sencilla (...). Cómo representar entonces los huecos, lo indecible, lo que ya no está? Como representar a los desaparecidos?” (JELIN & LANGLAND, 2000, p.2).

A reflexão de Elizabeth Jelin, remete-nos à dramaticidade com que esta questão se colocou para a Argentina, país da pesquisadora, cujo número aproximado de desaparecidos políticos é de trinta mil pessoas. Este número extraordinário desafiou as formas de representação dos lugares de memória que a Argentina pós ditadura concebeu. O Parque de La Memoria, com suas trinta mil placas com os nomes dos desaparecidos, é um dos exemplos desse esforço. Mas o problema apontado por Jelin persiste nos diferentes museus e memoriais que são construídos a partir de lugares da repressão. Como inverter o sentido? Como subverter a lógica de funcionamento destes lugares? Como transformá-los de lugares da repressão em lugares de liberdade e de homenagem às vítimas e à resistência? Como operar este *deslocamento*? Esta transformação de sentido nunca é fácil nem automática. Ela depende fortemente do que Jelin chama de “empreendedores de memória”, pessoas ativas numa determinada conjuntura política que es-

tabelecem uma ligação entre o passado (memória e homenagem às vítimas; reparação e justiça) e o futuro (transmissão de mensagens políticas às novas gerações) (JELIN & LANGLAND, 2000, p.4). O passado tem que fazer sentido no presente e servir também como garantia de um futuro melhor, sem violência, sem ameaça aos direitos humanos, para todos. Estes “empreendedores de memória” podem estar vinculados ao Estado e/ou a sociedade civil, a partidos, movimentos sociais e organizações não governamentais; podem representar intelectuais, associações de vários tipos, podem ter variadas origens, mas deles depende o sucesso ético e político da instalação/criação de lugares de memória. Mas, de toda a forma, disputas políticas profundas, no Estado e na sociedade, precedem a construção de um lugar de memória.

O Museu do Aljube em Lisboa e o Memorial da Resistência em São Paulo podem ser vistos e analisados como signos indicativos da forma com que no Brasil e em Portugal foram (e são, na medida em que são museus muito recentes) construídas as narrativas de memória das ditaduras vividas nos dois países.

O Aljube e o Memorial se apresentam como lugares de memória que resignificam locais da repressão, denunciam a violência exercida nestes espaços e homenageiam as vítimas que por lá passaram. Mas são também museus que narram e valorizam a resistência e contam a história de seus países numa determinada perspectiva. Eles se propõem a narrar uma história de luta, resistência e liberdade. Por isso o Museu do Aljube traz também em seu nome as palavras “Liberdade e Resistência” e o Memorial de São Paulo se intitula “Memorial da Resistência”. São museus que homenageiam a luta política. Ambos foram iniciativas de Estado.

Apresentaremos agora uma reflexão sobre o sentido destas duas instituições como lugares de memória. Esta discussão será feita a partir de três elementos:

1. Uma descrição das instalações físicas dos museus e da forma como apresentam seus acervos;

2. Uma análise dos catálogos dos museus. O catálogo é como o museu se apresenta para os seus visitantes e para a sociedade em geral, mostra os aspectos que a direção do museu deseja ressaltar e, desta forma, expressa o próprio sentido da instituição;

3. Observação acerca de algumas das atividades realizadas no museu como visitas guiadas e atividades públicas ocorridas em auditório (no caso do Aljube).

Vamos, então, conhecer estes dois museus.

MUSEU DO ALJUBE

O *Museu do Aljube – Resistência e Liberdade*, situado na antiga cadeia do Aljube, em frente à Sé de Lisboa, foi inaugurado em 25 de abril de 2015 como parte de um projeto de memória dos anos da ditadura salazarista. Foi um projeto realizado em conjunto pelo Ministério da Justiça de Portugal e pela Câmara Municipal de Lisboa e agregou diversas instituições da sociedade civil, como a Fundação Mário Soares, o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e o Movimento Cívico *Não Apaguem a Memória!* O Museu foi concebido com um sentido político, histórico e pedagógico e contou com a assessoria de renomados professores universitários de História e ativistas que participaram da resistência e das lutas contra a ditadura. Sua organização espacial configura uma narrativa temática e cronológica da história contemporânea de Portugal da ditadura à Revolução dos Cravos, passando pelas formas de repressão, pelas formas de resistência, pela tortura, pelo colonialismo e pela guerra anti-colonial e culmina no 25 de abril. É um prédio de cinco andares – o térreo (que é chamado de piso zero) e mais 4 andares (4 pisos). Ao longo destes quatro pisos o museu exhibe quadros com textos de análise, cartazes, documentos de época, como jornais, revistas, fotografias, livros, caricaturas e panfletos; exhibe também mapas e organogramas e reproduz lugares e ambientes com figuras de cera e material cenográfico. O catálogo do museu expressa inteiramente o seu sentido político, histórico e didático. A autoria do catálogo é de pesquisadores, ativistas e historiadores importantes e vinculados ao pro-

cesso político português: Fernando Rosas, Luis Farinha e Alfredo Caldeira. O catálogo complementa a exposição permanente do museu: exhibe textos de análise, dados empíricos e quantitativos e reproduz uma seleção do material exposto nas salas do museu. O catálogo do Museu do Aljube, mais do que o catálogo de um museu, é um livro de história. Mas um livro de história com um projeto político claro e explícito, articulado ao projeto do próprio museu. Na abertura do catálogo lê-se:

O Museu do Aljube constitui, a um tempo, uma homenagem às vítimas da repressão salazarista e a todos os que dedicaram a sua vida à luta pela liberdade e pela justiça social. Será assim, para os que sempre viveram em liberdade, para as gerações do presente e do futuro, um farol de aviso de que a liberdade de que desfrutamos foi arduamente conquistada.

O propósito do museu é, portanto, servir a um projeto de memória e verdade na perspectiva da liberdade e da justiça social, ou seja, na perspectiva ampla dos direitos humanos e não afiliada a visões políticas específicas. Mas pretende ir além da memória do passado e projetar-se para o futuro, sinalizando para as novas gerações a importância da liberdade e da democracia⁶.

O prédio do Museu do Aljube teve longa história como presídio de diferentes tipos. Foi prisão eclesiástica entre o século XVI e XVII. Em 1845 tornou-se cadeia para mulheres. Na I República passou a ser também prisão para mulheres acusadas de crimes políticos, notadamente atividades monarquistas. A partir de 1928 o Aljube transformou-se em presídio para presos políticos passando para a jurisdição específica da Polícia Política e assim permaneceu até 1965 quando, após uma série de manifestações de protesto nacionais e internacionais contra suas condições prisionais, o Aljube foi encerrado. O prédio ficou abandonado por muitos anos até ser assinado o protocolo entre o Ministério da Justiça de Portugal e a Câmara Municipal

6. Catálogo Museu do Aljube. Câmara Municipal de Lisboa, 2015. Apresentação.

de Lisboa através do qual o prédio foi cedido à Câmara Municipal que se comprometeu a convertê-lo num museu dedicado “à memória do combate à ditadura e a resistência em prol da liberdade e da democracia” (como especifica o texto de apresentação do Catálogo).

No térreo (piso zero), além da recepção e da loja, o museu apresenta exposições temporárias e objetos arqueológicos da longa história do prédio. Mas será ao longo dos quatro andares seguintes que o visitante conhecerá a história do Aljube e da luta política que se encerra com a Revolução do 25 de abril. A exposição permanente do museu narra a história política contemporânea de Portugal ao longo de várias salas distribuídas em quatro pisos, com amplo material visual, iconográfico e analítico.

No piso 1 estão as salas referentes à “Ascensão e queda dos fascismos”. É uma sala que apresenta documentos iconográficos e textos sobre o fascismo italiano e alemão, uma análise e uma cronologia da expansão do fascismo na Europa e insere neste quadro a ditadura salazarista. A sala seguinte, “As certezas indiscutíveis” apresenta o “núcleo duro político e ideológico da sustentação do regime”. Esta sala expõe fotos da Mocidade Portuguesa⁷, cartazes de propaganda do salazarismo, selos da época. Apresenta também as “verdades indiscutíveis” – enunciadas por Salazar num discurso em Braga, que ficaram conhecidas como os “valores de Braga” e que constituíam os valores de base do apoio ao regime: “Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever”.

Deus, Pátria, família, trabalho, autoridade. Estes seriam os pilares da base de apoio retrógrada e conservadora do salazarismo que o museu destaca em sua apresentação.

Mas este andar também expõe a sala intitulada “Clandestinidade”. Aí são apresentadas as diversas oposições ao regime – republicanos, socialistas, comunistas. Ganha destaque nesta sala a exposição de jornais da imprensa

7. Mocidade Portuguesa era a principal organização juvenil do Estado Novo, criada em 1936.

política clandestina. Publicações produzidas de forma precária em gráficas clandestinas, muitas vezes em instalações rústicas, com o material impresso em mimeógrafos. O museu reproduz, numa das salas desta ala, uma gráfica clandestina, com um mimeógrafo mostrando como eram produzidas estas publicações. O mimeógrafo está no centro de um espaço que reproduz uma célula clandestina, figuras de cera o rodeiam e compõem o cenário.

No piso 1 ficam também as salas que narram a história e a atuação PIDE. As salas “Polícias Políticas” e “Tribunais Políticos” narram a história da criação da Polícia Política portuguesa e toda a sua trajetória, o crescimento de seu poderio político, os seus rituais e os tribunais políticos.

O piso 2 abre com a sala “Resistir”. Nesta sala são mostradas as diferentes formas de resistência à ditadura, tanto dentro do país quanto no exterior, as propostas de luta política (algumas delas propondo o confronto armado), as inúmeras organizações clandestinas e como esse cenário se traduzia em panfletos, cartazes, jornais. Destaca também a resistência dentro da prisão e a organização de presos para realizar fugas individuais e coletivas (algumas fracassadas, outras bem sucedidas).

Ainda no piso 2, em sequência às salas da resistência, o Museu apresenta o tema da Tortura. Nestas salas as sevícias e técnicas de tortura são expostas de várias maneiras com desenhos e descrições minuciosas e trechos extraídos de depoimentos orais ou escritos de ex-prisioneiros do Aljube. A sala concentra-se no tema da dor, do limite da dor, de suas sequelas e da tecnologia de produção da dor.

O piso 2 também apresenta o tema “Prisões e campo de concentrações”. Neste setor há um grande mapa do “Império Português” localizando as principais prisões políticas em Portugal e nos territórios africanos: Aljube, Caxias, Peniche e Tarrafal, este último o mais famoso campo de concentração português, estabelecido na ilha de São Tiago, em Cabo Verde.

No piso 3 ficam as salas referentes ao colonialismo e a luta anticolonial. Grandes painéis mostram fotos dos líderes africanos, informações sobre suas vidas, suas atividades políticas, seus escritos e, em alguns casos, suas mortes. Marcelino dos Santos, Eduardo Mondlane, Amélia Fonseca, Samo-

ra Machel, Agostinho Neto, Amílcar Cabral. Nestas salas são contadas as histórias da formação dos partidos e movimentos que conduziram a lutas de libertação africanas. Panfletos, jornais, cartazes, fotos narram a luta dos povos africanos.

Continuando neste piso a sala “Os que ficaram pelo caminho” fala dos mortos, uma centena e meia de pessoas que morreram vítimas da violência, da tortura ou da falta de cuidados médicos no interior da prisão. A ditadura salazarista não teve a característica de promover assassinatos de seus opositores de forma regular e sistemática. Isto não quer dizer que a ditadura era “bondosa”, mas que seu *modus operandi* específico não passou essencialmente pelo assassinato político (como nas ditaduras militares da América Latina, em especial na Argentina e no Chile), mas por outras formas de sujeição política. Em alguns casos, no entanto, houve assassinato deliberado de opositores do regime pelos agentes da PIDE ou na tortura. O Museu do Aljube assume a importância da memória do país render homenagem às vítimas, tornar sua história visível e denunciar suas mortes. Algumas destas mortes foram provocadas pelas próprias condições prisionais, sendo uma delas consequência de uma greve de fome que não se interrompeu. Numa parede desta sala o museu apresenta os nomes e as fotografias destes que “ficaram pelo caminho” e o catálogo do museu apresenta a lista de seus nomes, acompanhados de idade, ano em que morreu e profissão. Em alguns casos também é indicado a forma como morreu, apontando a prisão ou o campo de concentração, ou revelando se morreu sob tortura ou assassinado por agentes da PIDE.

As últimas salas do museu apresentam o *25 de abril*. Numa sala iluminada pela instalação de cravos vermelhos, grandes fotografias mostram a Revolução dos Cravos. Cenas dos jovens oficiais e dos soldados descendo as ruas, a multidão acompanhando as manifestações e os comícios e as capas dos principais jornais dos dias que se seguiram ao *25 de abril*, cartazes do Movimento das Forças Armadas. Vídeos das cenas do dia também são exibidos e narrados. O *25 de abril* é apresentado como o final triunfal da luta pela liberdade, o momento da vitória para onde confluíu toda a história

anterior narrada nas salas antecedentes. Além de promover a memória do período da ditadura, na verdade mais do que isso, o museu constrói uma narrativa histórica que sublinha a resistência e dá um sentido ao enfrentamento (e ao sofrimento) porque a história culmina no *25 de abril*. É uma narrativa que dá ênfase aos aspectos de confluência e que constrói uma visão na qual Portugal atravessa um longo e doloroso processo ditatorial até chegar, através de uma revolução que uniu todo o povo, à forma democrática de governo. Além de ser um memorial das vítimas, o Museu do Aljube é também um memorial da construção da democracia em Portugal. A narrativa histórica construída pelo museu conduz um processo que enfatiza as convergências e ofusca diferentes visões históricas e políticas do processo. O que cria, de certa forma, uma história única, oficial, com o propósito político de valorizar a democracia, suas práticas e suas normas; num formato em que o Portugal de hoje, de forma majoritária, possa se reconhecer nesta narrativa e nesta história.

Este propósito que se evidencia na própria organização espacial do museu, complementa-se no Centro de Documentação e no Auditório, localizado no último andar. O Centro de Documentação reúne uma grande coleção de livros sobre a ditadura com ênfase nos livros de memória e depoimentos de ativistas políticos, ex-presos, intelectuais e poetas que escreveram sobre a resistência, o enfrentamento e o sofrimento (as experiências carcerárias e de tortura). Alguns são exemplares raros como o livro “Dossiê Tarrafal”, publicado pelas Edições Avante! (editora do Partido Comunista Português), que traz depoimentos e desenhos de prisioneiros do “campo da morte”.

O auditório é o espaço que concentra as atividades didáticas do Museu, como palestras, lançamentos de livros e as *entrevistas públicas* com pessoas ligadas à resistência contra a ditadura que são chamadas para dar um testemunho. Estas entrevistas acontecem com regularidade convidando a cada vez uma pessoa a dar seu depoimento que é gravado e filmado e se transforma num documento do museu. As entrevistas são conduzidas pela professora de comunicação e jornalista Ana Aranha. Para cada entrevista uma es-

cola é convidada e o auditório se enche de colegas que são os que fazem mais perguntas. Enquanto eu pesquisava em Portugal tive a oportunidade de assistir algumas destas entrevistas, entre elas a de Edmundo Pedro, que tinha então 97 anos⁸. Um dos poucos sobreviventes do Campo de Tarrafal e que esteve preso por dez anos de 1936 a 1946. O auditório estava lotado não apenas de antigos militantes políticos, mas de jovens estudantes de liceu e da universidade. O sucesso das atividades realizadas no auditório do museu atesta que a instituição cumpre o seu objetivo político e pedagógico de história e memória, promovendo efetiva homenagem às vítimas e, principalmente, reconhecimento e valorização da luta contra a ditadura.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA

O Memorial da Resistência de São Paulo ocupa o antigo espaço prisional que havia no prédio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP). O prédio não era exatamente uma cadeia, como o Aljube, mas sim um Departamento de Polícia, uma delegacia, com celas destinadas a pessoas que estavam sendo investigadas e interrogadas. Na verdade o DEOPS era, mais do que tudo, um centro de tortura por onde passaram inúmeros presos políticos durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e a ditadura militar. Foi exatamente esta parte do prédio, que continha as celas e as salas de “interrogatório” (onde se realizavam as torturas), que foi transformada num lugar de memória. a partir de reivindicações de coletivos de ex- presos políticos, organizações de direitos humanos e grupos de familiares de mortos e desaparecidos.

O imponente prédio onde funcionou o DEOPS/SP por muitas décadas é uma construção do início do século XX, projetado para ser o escritório central da Estrada de Ferro Sorocabana, que funcionou ali de 1914 a 1940. A partir desta data passou a abrigar o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo até o seu fechamento em 1983, nos últimos anos da ditadura militar. Desta data até 1997 o prédio sediou a Delegacia de Defesa do

8. Esta entrevista foi realizada no Museu do Aljube no dia 4 de novembro de 2015.

Consumidor. Em 1998, a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo assumiu a gestão do prédio⁹. A partir daí se iniciou uma ampla discussão sobre o aproveitamento e ocupação do prédio com novos sentidos. Atualmente funciona no prédio a Estação Pinacoteca, da qual o Memorial da Resistência, inaugurado em 2009, faz parte.

O Memorial foi concebido como um espaço de homenagem às vítimas das ditaduras brasileiras – o Estado Novo varguista e a ditadura militar. Apesar deste objetivo declarado ele se volta muito mais diretamente para as vítimas da ditadura militar e mobiliza especialmente a memória das pessoas que passaram pelo DEOPS/SP, que foram torturadas ali e que permaneceram encarceradas nas celas da delegacia. Estas pessoas foram as que mais participaram do processo de construção do memorial, trazendo suas lembranças e gravando seus depoimentos (que são utilizados nas instalações do museu através de fones de ouvido que podem ser acessados pelos visitantes). As paredes do memorial também reproduzem trechos destes depoimentos. Estes ex-presos políticos participaram também da construção e montagem de algumas salas. Foram chamados pela equipe do Memorial que pediu que eles escrevessem nas paredes das celas as mesmas frases que eles haviam escrito quando estiveram presos no DEOPS. O catálogo mostra imagens em que alguns desses ex-presos, marcam nas paredes estas mesmas frases (ou o que se lembravam ou desejavam lembrar delas).

O Memorial é, efetivamente, um lugar de memória, mais do que um museu histórico. O principal objetivo reforçado na apresentação do catálogo é “dar voz aqueles que lá estiveram confinados”. Render homenagem às vítimas, denunciar a violência da tortura e dos métodos de coerção, recuperar experiências e lembranças dos presos políticos, dar visibilidade para a vida e a luta dessas pessoas é a finalidade da instituição. O Memorial assume também uma função pedagógica que se situa fundamentalmente no âmbito da valorização de uma cultura dos direitos humanos.

9. Informações contidas no Catálogo do Memorial da Resistência de São Paulo, Pinacoteca de Estado de São Paulo 2009.

Do espaço prisional que existia no interior do imponente prédio, restaram apenas quatro celas e um corredor no qual os presos tomavam banho de sol. Estas quatro celas e o corredor deram base ao projeto do memorial. Elas foram “reconstruídas” a partir das lembranças dos ex-presos e reproduzem o interior das antigas celas. Colchões no chão forrados com lençóis puídos, precárias instalações sanitárias, frases escritas nas paredes. As inscrições nas paredes são recorrentes e sintomáticas, fazem parte essencial do conceito do memorial. Existem dois tipos de inscrição. Um tipo, mais cenográfico, são as inscrições que os ex-presos fizeram nas celas que ocuparam, procurando reproduzir as inscrições que fizeram na época em que lá estiveram presos. O catálogo do Memorial narra este processo:

(...) um grupo de ex-presos foi convidado para realizar essa intervenção expográfica na cela com base em um exercício de memorização individual e coletiva. Em um dia, previamente agendado, os convidados foram sensibilizados para a recomposição daquilo que escreveram nas paredes, que viram escrito, ou qualquer outra menção que as suas lembranças permitissem acessar e, ao mesmo tempo, colaborasse para a recuperação da memória do conjunto prisional¹⁰.

O catálogo mostra fotos das pessoas escrevendo nas paredes da sala 3. São frases curtas que expõem medos, saudades, exortações à revolução e denúncias da ditadura. O outro tipo de inscrição são frases selecionadas a partir dos depoimentos dos ex-presos que ilustram quase todas as salas do memorial e dão sentido a esses espaços. As inscrições do primeiro tipo são frases escritas nas paredes pelas pessoas, de forma tosca, sem alinhamento, para reproduzir a situação da época. Já as segundas inscrições são frases selecionadas, pintadas de forma correta ou colocadas em relevo nas paredes, perfeitamente alinhadas e integradas ao espaço físico que ornamentam e dão sentido. Muitas vezes estão colocadas na parte superior das salas, mas perfeitamente ao alcance dos olhos do visitante. Por exemplo: no cor-

10. Catálogo do Memorial da Resistência, pp88

redor que era utilizado para tomar banho de sol é exibida a frase: “A vinda ao corredor era uma vez por semana, por uma hora, uma cela de cada vez. Mas nem todos vieram”. Fica subentendido que alguns foram enviados para outros presídios ou permaneceram em solitárias em regimes de castigo ou morreram. Nas paredes do corredor e de outras celas também foram colocadas frases com o objetivo de dar a ideia da vida cotidiana na prisão:

“Nossa cela tinha uns 16 colchonetes porque havia período que tinha 16, 18 presos e depois saíam alguns e eles não tiravam os colchonetes”;

“Dependendo da maneira como o carcereiro abria a porta, a gente percebia o que era: se era para chamar alguém para a tortura, se era alguém chegando, se era comida que estava vindo”;

“A tortura começava ali, no barulhinho da chave”¹¹;

O Memorial lança seu foco nas lembranças, nas vivências, na memória das vítimas, em especial naquelas que estiveram presas no DEOPS/SP. É a experiência delas que o Memorial destaca, o cotidiano no espaço prisional, o enfrentamento com a tortura. Dar a conhecer esta realidade é a prioridade do Memorial. A preocupação de contextualização histórica também existe. Quando o visitante entra no Memorial depara-se com um grande hall no qual está exposta uma linha do tempo que abrange a história do Brasil contemporâneo, marcando datas importantes, com fotos e pequenos textos explicativos. Mas esta linha do tempo está apenas nas paredes do hall. Ela não é reproduzida no catálogo nem em nenhum folder ou material do museu. No hall também está uma maquete das instalações originais prisionais do DEOPS. Após este hall o visitante adentra no espaço de memória. Nas celas iniciais há uma contextualização histórica com vídeos, fo-

11. Frases presentes nas paredes dos corredores e das celas do Memorial da Resistência. Estas são frases de ex-presos do DEOPS/SP.

tos e exposição de alguns dos mais importantes livros publicados durante a ditadura, como, por exemplo, o relatório *Brasil, nunca mais!*¹² Em outras salas são apresentados quadros e imagens que narram a transformação da prisão em lugar de memória, em outras são mostradas instalações com fotos de ex-presos e nomes de desaparecidos. E finalmente chega-se às salas que foram reconstruídas a partir das informações e lembranças dos ex-presos procurando reproduzir o espaço prisional do DEOPS, com colchões no chão, toalhas penduradas em toscos varais, instalações sanitárias precárias e as frases talhadas nas paredes.

Há ainda uma cela em que não há colchonetes nem reconstrução decorativa, apenas bancos ao longo das paredes, de onde pendem diversos fones de ouvido. Nesta sala os visitantes podem sentar nos bancos e ouvir, pelos fones de ouvido, as histórias narradas por aqueles que ali estiveram presos. No centro da sala uma flor num jarro rende homenagem às vítimas e aos ex-presos.

A última sala reproduz o escritório do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo: a escrivaninha, os armários, o mesmo velho arquivo de ferro onde as fichas de todos os presos eram guardadas. É apenas a reprodução física do espaço. O acervo do DEOPS foi transferido para o Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em todos os dias em que visitei o Memorial para a realização de minha pesquisa, havia visita de escolas e o espaço estava cheio de adolescentes que se concentravam sobretudo na sala dos fones de ouvido. Em comovente silêncio escutavam as histórias daqueles que, em outras épocas, apenas um pouco mais velhos do que eles, passaram por aquelas celas.

ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

Algumas aproximações e diferenças podem ser apontadas entre os dois lugares de memória. Algumas delas já foram mencionadas ao longo do texto

12. Publicado em 1985 no final da ditadura o livro *Brasil: nunca mais* era o resultado condensado do *Projeto Brasil Nunca Mais* realizado de forma clandestina desde 1979 que reuniu uma enorme lista de nomes de pessoas vitimadas pela ditadura. O projeto foi coordenado por D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. O livro *Brasil: nunca mais* é um documento e um monumento da luta contra o regime militar no Brasil

mas eu gostaria de retomá-las aqui. O Museu do Aljube apresenta uma narrativa sobre a história contemporânea de Portugal. O catálogo do Museu, neste sentido, é um documento historiográfico que apresenta análises históricas, farto material documental (utilizando-se do próprio acervo do Museu) e texto denso. Contou para isso com um grande número de historiadores, já consagrados na historiografia portuguesa. Três pequenas notas de apresentação no início do catálogo (do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, do Presidente da Comissão Instaladora e do Presidente do Conselho Consultivo do Museu) dão conta das formalidades institucionais necessárias. Após essa apresentação algumas páginas contam a história do Aljube e sua transformação de prisão em lugar de memória. A partir daí o catálogo entra na narrativa histórica, acompanhando o itinerário do museu, começando pelo item “Ascensão e queda dos fascismos”, porque na visão dos historiadores do Museu, este é o cenário de nascimento do salazarismo. A história de Portugal passa a ser contada, no catálogo, seguindo o fio narrativo da exposição do museu.

Já o Memorial da Resistência de São Paulo, como foi mencionado, tem por principal objetivo não deixar morrer a memória da repressão e render homenagem às vítimas, principalmente aquelas que passaram pelo DEOPS paulista. Mais do que o esforço de construção de uma visão histórica, como no caso do Museu do Aljube, as pessoas envolvidas no projeto do Memorial da Resistência estavam mobilizadas pelo tema da memória, do “Nunca Mais!” (da não repetição) e da reparação das vítimas.

No Museu do Aljube se concretiza uma visão historiográfica da trajetória política de Portugal, da ditadura ao 25 de abril e à construção da democracia. No Memorial da Resistência se evidencia uma determinada visão política em prol da memória, verdade e justiça. O Memorial afirma o tempo todo a dimensão da memória como um dever de Estado. Por isso mesmo o seu catálogo conta com uma apresentação num formato muito mais institucional, com textos de diversos representantes do governo do Estado de São Paulo e da Presidência da República. São textos do Secretário de Cultura e do Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São

Paulo; do Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, do Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e do Coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O catálogo do Memorial, no fundamental, narra o processo de transformação do prédio em lugar de memória. Na verdade o catálogo apresenta e discute o projeto museológico do Memorial com todos os detalhes. A história que narra é a história da construção do Memorial: o projeto, as etapas, as diferentes comissões, as pessoas e instituições que colaboraram e todo o passo a passo do processo. O catálogo apresenta também ensaios fotográficos e artísticos que se relacionam indiretamente com o tema do Memorial. Mas o foco principal do catálogo não é a história contemporânea do Brasil, nem a história da ditadura militar e sim a afirmação da importância do espaço como lugar de memória.

O Aljube coloca em questão uma visão da história de Portugal. O Memorial destaca a importância da memória para a transição política brasileira. O Museu do Aljube se insere numa disputa historiográfica e o Memorial da Resistência numa disputa de memória.

Esta questão também diz respeito aos “empreendedores de memória” mobilizados na construção das duas instituições. A participação intensa de historiadores no Museu do Aljube configurou a marca de avaliação e narrativa histórica do museu português. Já no Brasil, em que pese a participação de pesquisadores de reconhecida qualidade, como a antropóloga Maria Cristina de Oliveira Bruno e a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, os principais parceiros do Memorial foram os grupos de direitos humanos, familiares de mortos e desaparecidos e, principalmente, os próprios ex-prisioneiros do DEOPS – o que acentuou a dimensão de memória da instituição paulista.

ENTRE VÍTIMAS, HERÓIS E PROTAGONISTAS

O Museu do Aljube e o Memorial da Resistência também apresentam diferenças significativas em relação ao enquadramento de seus personagens históricos.

O sociólogo Berhard Giesen, num artigo intitulado “Sobre héroes, víctimas y perpetradores”, publicado na revista “Puentes” (GIENSEN, 2001. pp. 16-23), aponta para o que chama de uma mudança significativa na memória coletiva: a passagem da valorização do *herói* para a valorização da *vítima*. Giesen salienta o fato de que a memória coletiva das democracias modernas celebrava seus heróis fundadores, mas que nas últimas décadas, em lugar de celebrar estes heróis, as sociedades ocidentais colocaram no lugar central da memória coletiva as vítimas da violência política. Mais do que os “triumfos do passado”, tão caros à memória coletiva das democracias modernas, os monumentos e rituais públicos hoje estariam voltados para recordar o sofrimento das vítimas e os crimes dos perpetradores. Nesta operação simbólica, apontada por Giesen, não é apenas o *herói* que desaparece da narrativa histórica, mas também o *protagonista*, aquele que atua *politicamente para mudar a situação*.

O Memorial da Resistência se enquadra nessa visão apontada por Giesen. O foco do Memorial são as vítimas da ditadura militar brasileira. Este foco se explica, em parte, pelos “empreendedores de memória” que se mobilizaram na construção do memorial. Mas esta questão deve ser aprofundada. O foco nas vítimas tem a ver com a própria justiça de transição desenvolvida no Brasil que enfatizou a dimensão de reparação em detrimento de outras dimensões, como verdade e justiça. A ênfase na reparação coloca necessariamente o foco nas vítimas: apenas as vítimas podem ser reparadas. Só elas podem pedir reparação – política, simbólica e material – pelos danos sofridos.

Gislene Lacerda analisou o Memorial da Resistência em São Paulo e destaca esta ênfase nas vítimas (LACERDA, 2015). A autora salienta também que uma determinada geração participou mais ativamente da construção do projeto do Memorial: a geração que, através da luta armada, enfrentou a ditadura militar em seu período mais duro e repressivo, ou seja, os anos entre 1969 e 1973, durante o governo de Emilio Garrastazu Médici. Foram ex-militantes políticos egressos de organizações armadas que passaram pelo DEOPS paulista que, junto com grupos de direitos humanos e fami-

liares de mortos e desaparecidos, contribuíram mais de perto para a construção do Memorial. Nesse sentido a tônica da narrativa construída pelo Memorial é a violência da repressão. A denúncia da violência e a homenagem aos presos, torturados, mortos e desaparecidos teria sido mais importante do que a narrativa da redemocratização. Esta escolha parece ter sido responsável por um certo apagamento da luta pelas liberdades democráticas e pelo restabelecimento do Estado de direito.

O Museu do Aljube não apresenta uma narrativa baseada em “heróis”, mas enfatiza a dimensão protagonista dos atores políticos, como a militância clandestina do Partido Comunista Português durante a ditadura, os líderes políticos dos movimentos africanos, a ação dos capitães de abril na revolução e a atuação política das lideranças ligadas aos diferentes partidos após o retorno a Portugal. O Museu procura construir uma narrativa ampla que mostre diferentes atuações políticas em diferentes momentos. Um amplo leque de protagonismos políticos.

Os compromissos em relação à ocupação e outorga de sentido ao lugar de memória são portanto distintos. O Museu do Aljube se empenha em construir uma história que rompa em muitos sentidos com a ideia de um Portugal conservador, submisso, subjugado por quase meio século por uma ditadura mais retrógrada do que sanguinária. O Memorial da Resistência procura saldar parte da dívida do país com os grupos de direitos humanos, ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos, conferindo visibilidade às vítimas de prisões, torturas, assassinatos e banimentos, procurando aliar à reparação a memória e a denúncia do que aconteceu.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Museus, monumentos e memoriais não são instituições neutras. Elas espelham os debates, as disputas, as questões que são consideradas centrais numa determinada conjuntura, pela sociedade, pelo Estado e, principalmente pelos “empreendedores de memória”. Os museus, memoriais e monumentos são construídos para responder a questões candentes de seu tempo e de sua sociedade. Eles (melhor dizendo, os agentes de memória que

neles atuam) organizam seu projeto, suas instalações, seus textos, todo o seu material de divulgação como folders e catálogo para responder a estas questões. O Memorial da Resistência criado em 2009 e o Museu do Aljube em 2015 respondem às questões que as sociedades portuguesa e brasileira colocam. E são questões, até certo ponto, distintas. O debate em Portugal sobre a ditadura salazarista e o seu fim implica também numa avaliação da transição democrática que foi provocada por uma revolução; implica, portanto, na avaliação desta revolução e de tudo que ela produziu e no que resultou. Já o Brasil, tendo vivido uma transição marcada pela negociação entre as elites políticas, se esforça ainda em garantir um espaço de memória e reparação das vítimas.

Com inflexões diferentes entre a história e a memória, respondendo a demandas distintas de sociedades com processos diferentes de transição política o Memorial da Resistência e o Museu do Aljube se inserem neste enorme esforço de construir lugares de memória que sejam também espaços de consciência, que atuem como instrumentos da não repetição da violência política.

FONTES:

Catálogo do Museu do Aljube. Câmara Municipal de Lisboa, 2015

Catálogo do Memorial da Resistência de São Paulo. Governo de São Paulo, 2009

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

Coalizão Internacional de Sítios de Consciência: têm por objetivo promover iniciativas de memória. Disponível em < www.sitesofconscience.org >. Acesso em: 17 nov. 2016

Museu do Apartheid: tem por objetivo promover iniciativas de memória. Disponível em < <http://www.apartheidmuseum.org/> >. Acesso em: 17 nov. 2016

Rede Latino-Americana de Sítios de Memória: têm por objetivo promover iniciativas de memória. Disponível em < <http://www.nucleomemoria.org/rede-latino-americana-de-sitios> > Acesso em 17 nov. 2016

ICONOGRAFIA:

Frases presentes nas paredes dos corredores e das celas do Memorial da Resistência de São Paulo. Estas são frases de ex-presos do DEOPS/SP.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARAHONA DE BRITO, Alessandra; AGUILAR, Paloma & GONZALEZ, Carmen. *Las políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias*. Madrid. Ediciones Istmo, 2002.

BRASIL: NUNCA MAIS, Coordenação de D. Paulo Evaristo Arns, Versão digital no site do Ministério Público Federal.

GIESEN, Bernhard, *La construcción pública del mal y del bien*. Sobre héroes, víctimas y perpetradores. In: *Puentes*, número 5, octubre de 2001.

JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria (comps.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Siglo XXI de España, Madrid, 2002.

LACERDA, Gislene Edwiges de. *O Movimento Estudantil e a memória da transição democrática brasileira*. Tese de doutoramento, PPGHIS/UFRJ, 2015.

NORA, Pierre. *Entre a história e a memória. A problemática dos lugares*. PROJETO HISTÓRIA Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PC-SP, 1981.

VALDEZ, Patricia. El parque de la memoria en Buenos Aires. IN: Jelin & Langland (orgs.) *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Siglo XXI de España, Madrid, 2002.

EM NOME DA “VERDADE HISTÓRICA”: A COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, UMA COMISSÃO DE VERDADE NA DEMOCRATIZAÇÃO PORTUGUESA (1977-1991)

Joana Rebelo Moraes

Filipa Raimundo

INTRODUÇÃO

EM 1977 FOI CRIADA EM PORTUGAL, por iniciativa do Primeiro-Ministro do Partido Socialista Mário Soares, a Comissão do Livro Negro. Esta comissão foi encarregada de investigar os crimes e abusos cometidos desde a implementação da Ditadura Militar, em 1926, até à Revolução dos Cravos, em 1974. Os seus membros eram “cidadãos de reconhecida idoneidade moral e exemplar passado democrático”¹, declarados opositores ao antigo regime, com diferentes orientações ideológicas — “socialistas, comunistas, membros da maçonaria, intelectuais e políticos republicanos” (RAIMUNDO, 2015, p.18). Durante os 14 anos de atividade, a comissão procedeu à recolha de documentação de diversos arquivos de entidades do regime, que publicou em 25 relatórios sobre as instituições, as práticas e as vítimas do regime de Salazar. É este o objeto em torno do qual se desenvolve este capítulo, cujo objetivo é apurar se a Comissão do Livro Negro reúne as características necessárias para ser considerada uma comissão de verdade, à semelhança das descritas na literatura especializada.

1. Decreto-lei n.º 110/78, de 26 de maio (DR 120/78, Série I, 26/05/1978), Cria, junto da Presidência do Conselho de Ministros, na dependência do Primeiro-Ministro ou do membro do Governo em quem delegar, a Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista.

A análise deste caso tem por base os cinco elementos que compõem a definição de comissão de verdade desenvolvida por Priscilla Hayner (2011). Diz-nos esta autora que as comissões de verdade são (1) focadas no passado, (2) referentes a um padrão de acontecimentos verificado durante um determinado período de tempo, (3) envolvidas direta e amplamente com a população afetada, recolhendo informação das suas experiências, (4) temporárias, tendo como objetivo final a publicação de um relatório, (5) autorizadas ou mandatadas pelo Estado sob investigação (HAYNER, 2011, pp. 11-12). Esta investigação pretende assim apresentar um novo contributo na área da justiça de transição, prosseguindo com o trabalho já desenvolvido sobre o caso português (BRITO, 2004; PINTO, 2006; PINTO e RAIMUNDO, 2014; RAIMUNDO, 2015). É proposta uma nova abordagem à origem das comissões de verdade, com Portugal a ocupar um lugar cimeiro entre os processos de ajuste de contas com o passado da terceira vaga de democratizações. Espera-se desta forma contribuir para uma melhor compreensão do caso português de justiça de transição e do seu enquadramento internacional.

Esta investigação resultou da triangulação de três tipos de dados: documentos de arquivo, imprensa da época e entrevistas qualitativas. Os documentos de arquivo fornecem informação sobre o mandato da comissão, a constituição, o funcionamento, objetos de estudo e factos apurados. Foram consultados os arquivos da própria Comissão do Livro Negro, o arquivo do *Diário da República*, as atas de reuniões do Conselho de Ministros e os relatórios publicados pela comissão. A análise da imprensa da época assentou em nove títulos (quatro diários e cinco semanários), escolhidos com a preocupação de ter representados diferentes posicionamentos políticos. Com o objetivo de cobrir toda a existência da comissão sem, contudo, inviabilizar a pesquisa, foi selecionado um conjunto de datas-chave: as da publicação dos documentos legais mais relevantes e das conferências de imprensa de apresentação dos relatórios. As entrevistas qualitativas constituem o terceiro vértice do triângulo. Optou-se pela entrevista semiestruturada, orientada com base num guião composto pelas questões fundamentais a que a con-

versa deve dar resposta, sem impedir, contudo, que sejam colocadas em torno destas outras questões; serve apenas de fio condutor.

O capítulo está organizado da seguinte forma. A primeira parte do capítulo apresenta uma breve revisão de literatura, onde se discutem as várias definições de comissão de verdade propostas pelos principais autores. Na segunda parte, apresenta-se uma contextualização do objeto, colocando a Comissão do Livro Negro no âmbito do processo de justiça de transição e de democratização mais amplo. O terceiro capítulo analisa a Comissão do Livro Negro com base nos cinco critérios definidos por Priscilla Hayner, aos quais se acrescentou um sexto: a questão do impacto. O capítulo termina com uma reflexão sobre a adequação do conceito ao caso português. Sugere-se que a Comissão do Livro Negro pode ser considerada uma comissão de verdade, se adotarmos uma abordagem pouco rígida da definição.

O QUE É UMA COMISSÃO DE VERDADE?

Até aos anos 1990, as comissões de verdade não eram reconhecidas como ferramentas de justiça de transição (HAYNER, 2011, p.7). Posteriormente, a área tornou-se popular entre académicos e hoje multiplicam-se estudos de caso (ARCE, 2010; GAIRDNER, 1999; GIBSON, 2005; GRANDIN, 2005; ISAACS, 2010; MCCALPIN, 2012; entre outros) e análises comparadas (BAKINER, 2016; BRAHM, 2010; DANCY ET AL. 2010; FREEMAN, 2006; HAYNER, 2011; NAUENBERG, 2015; OLSEN et al., 2010; entre outros). Contudo, e apesar de toda a atenção de que são alvo, factores como as determinantes ou o impacto destas comissões continuam a ser amplamente debatidas. Mesmo no que diz respeito à abrangência do fenómeno, Brahm (2009) reforça a incoerência existente entre estudos comparativos que pretendem aglomerar todas as comissões de verdade. O autor constata que as análises quantitativas realizadas nos dez anos que antecederam a publicação do seu artigo, o número de comissões variava entre menos de 20 e perto de 75 (BRAHM 2009, p.1). Hayner corrobora esta inconsistência e justifica-a com a ausência de uma definição “única e amplamente aceita” (HAYNER, 2011, p.10). Também Dancy *et al.* consideram as discrepâncias

nas listas de comissões um sintoma da ausência de reflexão sobre a definição (DANCY, 2010, p.47).

Priscilla Hayner é reconhecidamente a maior estudiosa destes mecanismos (BRAHM, 2009; DANCY ET AL., 2010; FREEMAN, 2006; OLSEN *et al.*, 2010). A primeira versão da sua definição de comissão de verdade incorporava quatro aspectos: (1) focam-se no passado, (2) não tratam eventos específicos, tentam antes traçar o retrato de abusos ou violações aos direitos humanos ocorridos durante um determinado período de tempo, (3) são normalmente temporárias, a sua duração é pré-definida e são extintas com a publicação do relatório com as suas descobertas e (4) são investidas, pela entidade que as cria, de algum tipo de autoridade que lhes permite maior acesso à informação, maior segurança e proteção durante a investigação de temas sensíveis e um maior impacto do relatório (HAYNER, 1994, p.604). Oito anos depois, Hayner manteve os mesmos quatro elementos na sua definição de comissão de verdade, mas alterou a formulação de dois deles: (3) são temporárias e operam, habitualmente, em períodos entre seis meses a dois anos, completando o trabalho com a submissão de um relatório e (4) são oficialmente sancionadas, autorizadas ou mandatadas pelo Estado (e por vezes pela oposição armada, como parte de um acordo de paz) (HAYNER, 2001, p.14). Estas alterações trouxeram balizas temporais mais rígidas e introduziram o requisito da iniciativa ou apoio Estatal anteriormente ausente.

Sendo a mais citada, Hayner é também por ventura a mais contestada, tendo surgido nos últimos anos definições concorrenciais. Freeman, por exemplo, sugere a seguinte definição: “uma comissão de inquérito *ad hoc*, autônoma e centrada nas vítimas, estabelecida num Estado e autorizada pelo mesmo, com os propósitos primários de (1) investigar e reportar as principais causas e consequências de padrões alargados e relativamente recentes de violência severa ou repressão ocorridos no âmbito deste Estado durante períodos específicos de governação abusiva ou conflito e (2) elaborar recomendações para compensações e prevenção futura” (2006, p.18). A autora defende-se com o fato de estes elementos serem, embora adequa-

dos, “descritivos, ao invés de definidores” e até excludentes (HAYNER, 2011, p.11). Dancy *et al.* (2010, p.48) apontaram algumas falhas à definição de Hayner, nomeadamente no que diz respeito à publicação do relatório, aspeto que consideram “desnecessariamente limitador”, sob o argumento de que embora a maioria das comissões tenha sido criada com esse propósito, algumas não chegaram a concretizá-lo, o que não as tornou menos relevantes. Embora não identifique expressamente esta crítica, a própria Hayner corrobora a ideia, na última obra publicada, explicando que o não cumprimento dos objetivos – ao nível da publicação do relatório ou até da recolha de informação – pode dever-se a constrangimentos financeiros ou políticos e à falta de conhecimento ou dedicação por parte dos comissários e que estes casos e respetivos ensinamentos são também relevantes (2011, p.12). Olsen *et al.* (2010) também incluem, na listagem de comissões de verdade, vários casos cuja publicação do relatório nunca chegou a concretizar-se. Esta questão não é, contudo, consensual. Bakiner define uma comissão de verdade como um “corpo temporário estabelecido com um mandato oficial para investigar violações de direitos humanos ocorridas no passado, identificar os padrões e causas da violência e publicar um relatório final através de um procedimento politicamente autónomo” e defende que a não publicação do relatório viola a tarefa essencial da comissão: a de revelar informação (2016, p.24). A divulgação do relatório é também encarada como símbolo de autonomia política (2016, p.25), argumento que pode ser questionado, uma vez que sugere que a intervenção política – enquanto impedimento – é o único fator explicativo do insucesso de uma comissão no que diz respeito à publicação do relatório. Esta definição inclui também, ao contrário da de Hayner, uma referência concreta ao produto final da investigação: “identificar padrões e causas da violência”.

Em 2011, Hayner reedita o seu livro onde revê a sua definição. Não obstante continuar a definir as comissões de verdade como temporárias, não as delimita no tempo, mudança essa que, como veremos, nos permite considerar o caso português. A obrigatoriedade de publicação do relatório também é reformulada: na versão de 2001, apontava este momento como in-

dício da conclusão do trabalho de uma comissão. Na versão atualizada, menciona-o como um objetivo, deixando em aberto a sua concretização. Para além disso, Hayner acrescenta um quinto elemento, relacionado com o envolvimento entre comissões e vítimas, obtendo, assim, aquela que é a versão final: (1) focadas no passado, (2) referentes a um padrão de acontecimentos verificado durante um determinado período de tempo, (3) envolvidas direta e amplamente com a população afetada, recolhendo informações das suas experiências, (4) temporárias, tendo como objetivo final a publicação de um relatório, (5) autorizadas ou mandatadas pelo Estado sob investigação (2011, pp.11-12). A acompanhar a definição, a autora deixa uma ressalva: deve evitar-se definir o conceito de forma demasiado rígida, sob o risco de excluir casos que se tornam, pelas suas diferenças, relevantes, uma vez que constituem novos modelos.

No que diz respeito à distribuição geográfica deste fenómeno, Olsen *et al.* dizem-nos que o continente africano lidera os números da implementação de comissões de verdade (34%), seguido pelo continente asiático (28%), pelo americano (26%) e, por fim, pela Europa, com uma percentagem bastante reduzida (12%) (2010, p.40). Contudo, é importante notar que em termos absolutos, as comissões de verdade apenas representam — em conjunto com as compensações e as purgas — um quinto do total de mecanismos adotados. As anistias são as mais frequentes, representando perto de metade do total, seguidas pelos julgamentos, que contabilizam cerca de um terço (OLSEN *et. al*, 2010, p.39).

A literatura sobre justiça de transição procura explicar as condições que determinam a adoção dos diferentes tipos de mecanismo — especificamente, que tipos de regime e modos de transição são mais favoráveis. Olsen *et al.* (2010) condensaram os principais fatores e dividem-nos em três dimensões e respetivos indicadores. São estes o (1) tipo de regime, que compreende a duração, o grau de repressão, o momento da transição e liderança do antigo regime; (2) o tipo de transição e (3) os fatores de governação democrática, que incluem indicadores referentes ao passado dos novos líderes políticos, o passado democrático do país e a força da sociedade civil.

Relativamente às comissões de verdade, os autores apontam como expectável que sejam implementadas em transições que lidam com um legado de repressão profunda, cujo apogeu não tenha ocorrido num passado distante e em que o regime fosse liderado por uma figura singular – a de um ditador, ao invés das forças militares ou de um partido. O modo de transição mais favorável à criação de comissões de verdade seria a ruptura com o regime anterior e, no que diz respeito à governação democrática, espera-se que aumentem as probabilidades quando os novos líderes têm um passado ligado à defesa dos direitos humanos e quando o país tem um passado democrático (OLSEN et al, 2010, p.48). Os resultados da análise são, contudo, no que concerne às comissões de verdade, pouco significativos. Destaca-se apenas a contradição com a literatura respeitante ao modo de transição – as comissões de verdade tendem a estar associadas a transições negociadas – e a confirmação da influência positiva do passado dos novos líderes políticos e do passado democrático do país (2010, p.56).

A análise da literatura e da respetiva investigação na área da justiça de transição gerou várias expectativas em relação a potenciais resultados da análise. Em primeiro lugar, os continentes africano e americano lideram empatados, seguidos pela Ásia e pela Europa que, tal como na análise de Olsen *et al.*, registra a menor incidência destes mecanismos. Atendendo à reduzida popularidade deste mecanismo no continente europeu, a expectativa de responder afirmativamente à pergunta de investigação é afetada negativamente. Relativamente aos tipos de transição, a literatura gera uma expectativa também negativa por associar a criação de comissões de verdade às transições negociadas. Apesar de a literatura dar conta de uma reduzida implementação de comissões de verdade, o processo de ajuste de contas português contemplou praticamente todos os tipos de medidas de justiça de transição (RAIMUNDO, 2015, p.3), como veremos à frente, pelo que não se impôs como uma expectativa negativa para a resposta à questão de investigação.

Para encontrar a resposta à pergunta de investigação, a análise foi estruturada com base nos cinco elementos que compõem a definição de co-

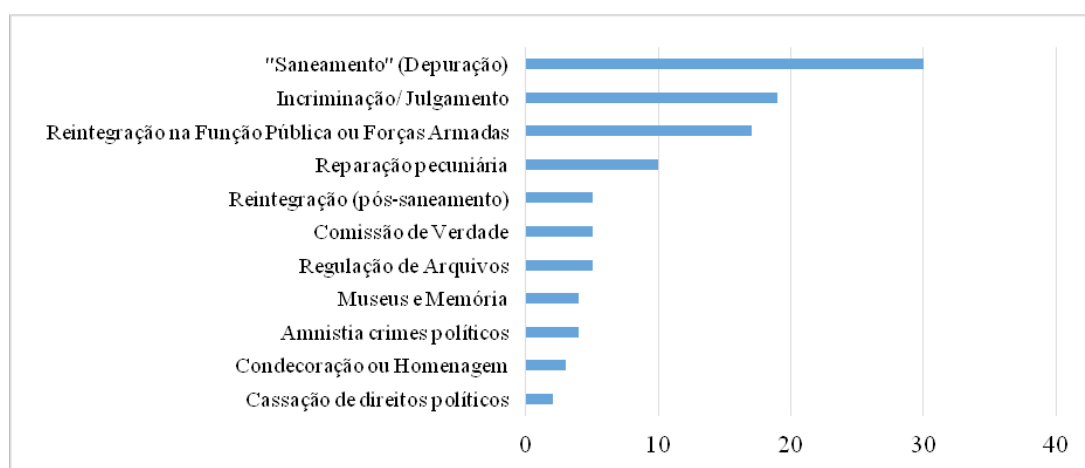
missão de verdade de Hayner (2011). Um dos argumentos que justificam a opção por esta definição é adaptado da obra da própria autora, que descreve a alternativa sugerida por Freeman (2006) e anteriormente apresentada como demasiado longa e complexa e, conseqüentemente, desapropriada para uso comum e por incluir elementos demasiado restritivos, até excludentes (HAYNER, 2011, p.11). Os mesmos argumentos podem ser adaptados à definição proposta por Bakiner (2016). A de Bevernage (2010) não é apropriada por ser demasiado simples e por focar apenas o produto final do trabalho de uma comissão de verdade. Optou-se, então, pela última versão da definição de Hayner. Antes de avançar com a análise convém, contudo, contextualizar o objeto no processo de democratização e de justiça de transição mais amplos.

A COMISSÃO DO LIVRO NEGRO NO CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO PORTUGUESA

Na madrugada de 25 de abril de 1974, um golpe militar levou à queda do Estado Novo português, dando também início à terceira vaga de democratizações (Huntington, 1991) e a uma nova vaga de processos de justiça de transição. O golpe ficou marcado pela ausência de violência e pelo rompimento da hierarquia militar, uma vez que foi executado por militares de média patente (Rezola, 2007; Pinto, 2006). A “Operação Fim-Regime” caracteriza-se também pela ausência de negociações entre os atores políticos do regime e os opositores revolucionários. Nestas condições, os novos governos democráticos têm mais liberdade para responsabilizar o antigo regime e a respetiva elite (OLSEN *et al.*, 2010, p.46). Estas características, aliadas à subsequente crise do Verão Quente de 75, marcado pela radicalização política da sociedade, justificam o facto de o caso português de justiça de transição ter sido especialmente propenso a processos de responsabilização e de punição, com uma reação ao passado mais vincada do que nos restantes países do sul da Europa (PINTO, 2013, p.391). Assim, a comissão que serve de objeto a este capítulo surge num contexto de intenso ajuste de contas com o passado que englobou quase todo o tipo de mecanismos de justiça de transição existen-

tes, como podemos ver no gráfico abaixo. A Figura 1 apresenta a legislação publicada em Portugal ao longo de 40 anos de democracia sobre o passado autoritário. Os dados revelam que houve uma grande diversidade de mecanismos, com uma particular ênfase para os de carácter punitivo.

Figura 1. Legislação sobre justiça de transição emitida em Portugal entre 1974 e 2015 (%)



Fonte: Base de dados da segunda autora (N=104)

Entre as medidas de incriminação/julgamento encontra-se um diploma que institui a *Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS*, criada em 1974 e extinta em 1991 (exatamente a mesma duração que a Comissão do Livro Negro, como veremos). Esta comissão, criada pelos militares que conduziram o 25 de Abril, foi encarregada de preparar os procedimentos legais para os julgamentos dos ex-membros da polícia política (PIDE/DGS) tendo por base os arquivos da própria polícia política (RAIMUNDO, 2013). Foi no contexto das atividades desta comissão que se procedeu à prisão preventiva de diversos funcionários da PIDE/DGS, que se redigiu uma lei retroativa de incriminação por pertença a uma organização de ‘terrorismo político e social’ e se julgou 2667 funcionários e colaboradores (Raimundo, 2015). A sua existência demonstra que a Comissão do Livro Negro não foi a única a fazer trabalho de investigação sobre os crimes e a ouvir as vítimas. Mais do que

isso, uma boa parte dos julgamentos resultantes do trabalho da Comissão de Extinção decorreu dois anos antes da Comissão do Livro Negro iniciar funções. Ou seja, o esforço de revelação da verdade histórica não surgiu no contexto de uma democracia que até então tivesse favorecido o perdão ou a reconciliação – pelo contrário, surgiu no rescaldo de um processo altamente punitivo. De igual forma, também não se tratou, como veremos, de uma comissão que tenha feito recomendações no sentido de julgar os responsáveis, já que esta função competiu à Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS, assim como a uma terceira comissão, que veremos em seguida.

Entre a legislação que classificámos como sendo relativa a ‘Comissões de Verdade’, encontra-se um diploma que estabeleceu uma comissão chamada *Comissão Nacional de Inquérito*. A documentação existente sobre esta comissão é muito reduzida e o seu impacto parece ter sido ainda menor, mas a menção a esta comissão justifica-se por ter representado a tentativa mais clara de estabelecer uma verdade histórica e punir os seus responsáveis com base nos depoimentos de quem foi vítima do regime que, como veremos, foi o único critério que a Comissão do Livro Negro não cumpriu na totalidade. A Comissão Nacional de Inquérito foi criada em 1974 pelo ministro do Partido Socialista Salgado Zenha a partir do diploma que instituiu os governos provisórios, e que definia como uma das funções desses governos a criação de:

... um inquérito a todos os abusos de poder, atentados contra os direitos dos cidadãos ou práticas de corrupção, acerca dos quais sejam apresentadas queixas ou dos quais haja notícia, publicando-se as suas conclusões e entregando-se aos tribunais comuns o julgamento das culpas que vierem a ser apuradas (decreto lei 203/74).

Diferentemente de outros mecanismos de ajuste de contas que foram criados pela mesma altura, este era centrado nas vítimas e colocava sobre elas a iniciativa de identificar quem havia abusado do poder durante o regime de Salazar e Caetano. Da mesma forma, a diferença fundamental em relação às clássicas comissões de verdade é que o diploma legal assentava

no princípio de que os cidadãos teriam que apresentar uma queixa que seria posteriormente averiguada pela comissão. A comissão não tinha assim o poder de iniciativa de averiguação dos fatos sobre os crimes cometidos durante a ditadura. O preâmbulo da lei afirma que esta comissão representava uma tentativa de dar resposta aos “anseios coletivos de justiça” e que estava em causa a necessidade de determinar as responsabilidades criminais e disciplinares dos colaboradores do regime para em seguida “agir em conformidade”. Essa característica de concluir os trabalhos com uma recomendação judicial, assim como a duração prevista para o funcionamento da comissão – dois anos – aproximam-na de uma comissão de verdade. O decreto lei fundador refere mesmo que:

... as conclusões dos inquéritos instruídos pela Comissão, sempre que deles resultem indícios suficientes da existência de fatos criminal ou disciplinarmente ilícitos, serão participadas às entidades judiciárias e administrativas competentes para instauração dos respectivos procedimentos criminais e disciplinares, sem prejuízo de a comissão, quando o tiver por conveniente, dar publicidade àqueles resultados, utilizando para tanto, se necessário, os órgãos da informação (decreto lei 110/78).

A comissão tomou posse no dia 9 de outubro de 1974, sendo presidida por um juiz conselheiro e tendo como funcionários três licenciados em Direito da confiança do gabinete do ministro. No discurso de investidura do novo presidente², o Ministro Salgado Zenha afirmou que teriam dado entrada no Ministério da Justiça, até aquela data, cerca de 4 mil queixas relativas a abusos de poder, injustiças ou irregularidades, e que outras tantas teriam também chegado aos ministérios competentes, à Presidência da República e à Presidência do Conselho. O Ministro se refere ainda à existência de dificuldades e insuficiências de meios e estruturas para dar resposta às referidas queixas. No contexto de

2. Edital do Boletim n.8 do MFA <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=extincir7> (consultado em 23.9.2016)

efervescência e da adoção de medidas de carácter excepcional, associadas à natureza da mudança de regime que se operava, é de notar que o Ministro tenha afirmado que ao nomear aqueles membros, procurava garantir que a atividade da comissão decorreria “dentro da estrita legalidade democrática, que para todos nós, servidores de justiça, é um ponto de honra criar e consolidar”, concluindo que “a democracia firma-se pela prática da democracia. E a democracia exige leis justas e instituições adequadas para as fazer respeitar”. Na realidade, o início do processo de justiça de transição em Portugal ficou profundamente marcado pela adoção de medidas marcadas por uma alegada legalidade revolucionária, que o Partido Socialista tentou contrariar, quer durante a transição, quer na fase de consolidação democrática, particularmente após ter vencido as primeiras eleições depois da entrada em vigor da nova Constituição, em 1976.

Embora a consolidação democrática — fase em que surge a Comissão do Livro Negro — se tenha caracterizado por uma ênfase, quer discursiva quer ao nível das políticas, na reconciliação e a pacificação da democracia, é já nesta fase que é adotada a última medida de carácter punitivo de que há registro. Dando seguimento ao que havia ficado definido na Constituição de 1976, foi aprovada em 1978 uma lei que proíbe a existência de organizações “que perfilhem a ideologia fascista”³. Esta iniciativa, num contexto de reconciliação, parece ter ficado a dever-se a um receio de que forças favoráveis ao *status quo ante* estivessem a reconquistar terreno; e não foi uma preocupação exclusiva da elite política: em janeiro do mesmo ano foi entregue ao então Presidente da República, Ramalho Eanes, um documento criado por oposicionistas ao Estado Novo e subscrito por 33 mil pessoas que reclamavam a criação de medidas de combate à ameaça fascista (Sousa *et al.*, 2016: 497). É nesse contexto, e aparentemente com um propósito semelhante, que é criada a Comissão do Livro Negro. Na ata da reunião do Conselho de Ministros em que foi proposta a criação do Livro Negro, como veremos adiante, é referida a “preocupação pela expansão de ideolo-

3. Lei 64/78, de 6 de outubro (DR 230/1978, Série I, 06/10/1978), Dá execução ao nº 4 do artigo 46º da Constituição, na parte em que proíbe as organizações que perfilhem a ideologia fascista. Disponível em www.dre.pt. Consultado em: 09/09/2016.

gias neofascistas” e o “combate ao ressurgimento da ideologia fascista”. Na sessão parlamentar de 23 de maio de 1978⁴, Mário Soares, então Primeiro-Ministro, descreveu estas ameaças como “demônios de um totalitarismo renascente” e alertou para o “renascer de certas organizações () de tipo vincadamente fascista e neossalazarista”, “saudosistas do antigo regime”. Pretendia-se que constituísse um “poderoso instrumento de esclarecimento público quanto aos crimes do fascismo e a verdadeira exautoração moral do antigo regime” e pensava-se, sobretudo, nas gerações mais jovens: “é () importante que os jovens saibam o que foi o fascismo para que se não possam insinuar dúvidas, em espíritos menos esclarecidos, quanto às virtudes da democracia e aos benefícios da liberdade”. Terá a existência de duas comissões prévias – a *Comissão de Extinção da PIDE/DGS* e a *Comissão Nacional de Inquérito* – assim como todo o ambiente de deslegitimação e estigmatização em que se inseriram, de certa forma esvaziado as funções da Comissão do Livro Negro? É o que veremos em seguida.

A COMISSÃO DO LIVRO NEGRO: OS CINCO CRITÉRIOS DE PRISCILLA HAYNER

Autorizada ou mandatada pelo Estado sob investigação

A Comissão do Livro Negro foi proposta, em 1977, por Mário Soares⁵, enquanto Primeiro-Ministro do I Governo Constitucional⁶. Não se tratou, portanto, nem de uma comissão presidencial, nem de uma comissão aprova-

4. *Diário da Assembleia da República*, série I, n.º 77, 24 de maio de 1978, pp. 2777-2799. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/>. Consultado em: 13/07/2016.

5. Mário Soares (1924-...), advogado e estadista, “foi ator principal da construção da democracia”, envolvido desde muito jovem na resistência ao regime de Salazar. Começou por estar ligado ao Partido Comunista Português (PCP), ao Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF) e ao Movimento de Unidade Democrática (MUD), do qual foi fundador, e, anos depois do rompimento com o PCP, fundou a Ação Socialista Portuguesa (ASP), antecessora do atual PS. Sofreu várias detenções pela polícia política, foi deportado em 1968 e exilou-se em Paris em 1970, tendo prosseguido a atividade política no estrangeiro. Foi o primeiro exilado político a regressar a Portugal após o 25 de abril e, dois anos depois, foi eleito Primeiro-Ministro. Foi Presidente da República entre 1986 e 1996 (Rollo e Brito, 1996).

6. O I Governo Constitucional (1976–1978) foi constituído pelo Partido Socialista (PS) e liderado por Mário Soares.

da por uma maioria parlamentar com o contributo de diversas forças políticas. Foi uma comissão mandatada pelo governo para investigar os crimes cometidos durante o regime que precedeu a democracia. A comissão deveria funcionar junto da Presidência do Conselho de Ministros, na dependência do Primeiro-Ministro ou do membro do Governo em quem este delegasse competências, algo que sucedeu durante toda a vigência da comissão. Os seus membros, escolhidos também pelo Primeiro-Ministro⁷, deveriam ter “reconhecida idoneidade moral e exemplar passado democrático”⁸.

Em 1991, o XI Governo Constitucional⁹ extingue a comissão, por considerar “realizado o objetivo que presidiu à criação da Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista, pela publicação de mais de duas dezenas de volumes sobre tal matéria”¹⁰. O legislador considerou que, a partir desta data, “a investigação histórica nesta área deve ser confiada ao interesse dos investigadores que a pretendam fazer no âmbito da sua atividade especializada”. A comissão terá tido conhecimento desta decisão em novembro do ano anterior apenas através da imprensa, como revela uma carta enviada por José Magalhães Godinho ao então Ministro dos Assuntos Parlamentares, Manuel Dias Loureiro. No documento, disponível no arquivo da SGP-CM, o presidente da comissão expressa a sua surpresa pela extinção da comissão, divulgada pela imprensa sem que os membros tenham sido prévia e oficialmente avisados e apresenta alguns argumentos que justificariam o prolongamento da existência da comissão.

Tratando-se de uma iniciativa criada por um executivo de esquerda e extinta por um governo de direita, constituído pelo Partido Social Democrata

7. Despacho do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, de 22 de abril (DR 94/1977, Suplemento, Série II, 22/04/1977). Disponível no arquivo da SGPCM.

8. Decreto-lei n.º 110/78, de 26 de maio (DR 120/78, Série I, 26/05/1978), Cria, junto da Presidência do Conselho de Ministros, na dependência do Primeiro-Ministro ou do membro do Governo em quem delegar, a Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista. Disponível em www.dre.pt. Consultado em: 08/12/2015.

9. O XI Governo Constitucional (1987-1991) foi constituído pelo PSD e liderado por Cavaco Silva.

10. Decreto-lei 22/91, de 11 de janeiro (DR 9/91, Série I – A, 11/01/1991), Extingue a Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista. Disponível em www.dre.pt. Consultado em: 08/12/2015.

(PSD) e liderado por Aníbal Cavaco Silva¹¹, esta análise procurou perceber se algum aspeto do funcionamento da Comissão do Livro Negro variou com a mudança de governo, durante os 14 anos de atividade. José Carlos Vasconcelos, antigo membro da Comissão do Livro Negro, entrevistado em Lisboa a 9 de março deste ano, mencionou como transversal a falta de incentivos, apoios e recursos financeiros e uma gradual perda de condições para realizar o trabalho, sem destacar nenhuma alteração concreta aplicada por nenhum governo. Denotou, contudo, um certo “desinteresse” dos governos liderados por Cavaco Silva, motivado talvez pela pertença a um setor político a que “não conviria” o trabalho da comissão. António Capucho, em quem foi delegada a competência relativa à Comissão do Livro Negro entre 1981 e 1983, enquanto Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro do VIII Governo Constitucional¹², admitiu a existência de um interesse reduzido do Estado, que justificou com o facto de se ter tratado de “um período extremamente conturbado da vida portuguesa” em que as prioridades, seja do governo, seja da administração pública, “estavam focadas em muitas outras direções que não a comissão”. O ex-membro do governo também abordou a questão da falta de recursos: “Admito perfeitamente que as reivindicações orçamentais da comissão, como de todos os setores, sofressem um grande travão, como ainda hoje sofrem”. Fernando Rosas, colaborador da comissão, denotou uma grande falta de atenção dos governos e mencionou um alegado receio dos governos de direita relativo à abertura dos arquivos. Comprova-se, portanto, que, como estabelecido o ponto 3 do artigo 4.º do decreto-lei 110/78, a comissão organizou livremente o seu modo de funcionamento.

Focada no passado

A reunião do Conselho de Ministros realizada a 6 de janeiro de 1977 marca a origem da comissão e a definição do seu objeto de trabalho: os “cri-

11. Aníbal Cavaco Silva (1939-...), economista e antigo líder do PSD, foi Ministro das Finanças (1980-1981), Primeiro-Ministro (1985-1995) e Presidente da República (2006-2016).

12. O VIII Governo Constitucional (1981-1983) resultou de uma coligação entre o PSD, o CDS e o Partido Popular Monárquico (PPM) e foi liderado pelo social-democrata Francisco Pinto Balsemão.

mes, violências e abusos praticados durante quase meio século em Portugal”¹³. A referência ao período a partir do qual a comissão deveria investigar é, à partida, vaga: “quase meio século”. Não permite esclarecer se o período investigado inicia em maio de 1926, data em que foi instaurada a Ditadura Militar, se apenas em julho de 1932, data em que Salazar foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros, ou se em abril de 1933, data da aprovação da Constituição de 1933. Ainda que o regime não se possa apelidar de “fascista”, a expressão não deveria em teoria referir-se a fatos ocorridos entre o período 1926-33, pelas razões supracitadas. O decreto-lei que cria a comissão vem clarificar esta ideia: “A Comissão procederá a um inquérito ao regime que vigorou em Portugal entre 28 de maio de 1926 e 24 de abril de 1974.”¹⁴ Deve ressaltar-se, contudo, que os últimos anos da ditadura são os que o Livro Negro pior relata. Alguns temas tratados pela comissão foram, pela densidade documental disponível, divididos em vários volumes e, uma vez que o critério da comissão era quase sempre o cronológico, os últimos anos acabaram por não chegar a ser descritos, provavelmente por falta de tempo e de recursos. Fernando Rosas refere-o relativamente à questão dos presos políticos, cujo último volume publicado corresponde ao período entre 1952-1960. Outros terão ficado por publicar¹⁵ pelos mesmos motivos, como é, por exemplo, o caso de uma série de vários volumes sobre os estudantes — o primeiro e único trata os anos entre 1926-1934 — e de correspondência trocada entre Salazar e Santos Costa¹⁶.

Além do objetivo já definido na reunião do Conselho de Ministros, o decreto-lei 110/78 acrescenta a necessidade de investigar “os atos políticos e

13. Ata da reunião de 6 de janeiro de 1977 do Conselho de Ministros, disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=00791.001#!I>. Consultado em: 04/04/2016.

14. Decreto-lei n.º 110/78 (ver nota 10 supra)

15. A informação sobre os relatórios que não chegaram a ser publicados foi encontrada em diferentes documentos disponíveis no arquivo da SGPCM, tais como atas de reunião ou cartas.

16. Santos Costa (1899-1982) foi “uma das mais significativas e importantes figuras” do Estado Novo. Apoiante de Salazar desde o início do seu percurso político, ocupou cargos importantes na área da defesa e da guerra. Nas suas cartas, Santos Costa denunciava os oficiais que participavam em conspirações contra o regime (Telo, 1996).

os atos de governação que conduziram o país a uma situação de crise nacional a que o 25 de Abril de 1974 veio pôr termo” e os “fatos que possibilitaram o aparecimento e duradoura instalação do regime fascista”. Acrescenta ainda a estes propósitos, o “profundo e generalizado sentimento da necessidade de apuramento e da reposição da verdade histórica”.

A ideia de que os mecanismos de justiça de transição servem para evitar que a história se repita está bem patente no discurso de tomada de posse. Nessa cerimônia, realizada em junho de 1978, o presidente da comissão falou na propensão dos portugueses para perdoar e esquecer e sugeriu que se perdesse “esse () jeito de generosidade, perdendo talvez, mas não esquecendo”¹⁷. Em nome da comissão, o presidente ditou a relação pretendida com o passado: “tempos desses não voltarão mais”¹⁸.

Estabelecidos os objetivos, era imperativo definir a melhor forma de retratar o passado. Como a própria comissão esclarece na introdução do primeiro volume publicado, o trabalho consistiu “no exame dos arquivos oficiais” e na reunião de documentos significativos “por si mesmos, dispensando comentários, e apenas, quando necessário, acompanhados de notas remissivas ou explicativas”. A análise dos documentos caberia, de acordo com a comissão, “aos historiadores, aos sociólogos, aos políticos” (Comissão do Livro Negro, 1979, pp.5-7). É assim que os arquivos do regime, e não os depoimentos orais, se tornam na principal fonte desta comissão. Entre os arquivos consultados contam-se os da Presidência do Conselho, da organização miliciana e paramilitar Legião Portuguesa; do partido de apoio ao governo do Estado Novo, União Nacional e do seu sucessor, a Ação Nacional Popular; da Comissão de Censura e do Exame Prévio, encarregados de assegurar o “controle governamental do discurso político” veiculado na imprensa (RAMOS DO Ó, 1996, p.139); dos Tribunais Plenários e do antecessor Tribunal Militar Especial, aparelhos judiciais repressivos criados para punir crimes políticos, de imprensa e outros “contra a segurança do Esta-

17. *Diário de Lisboa*, 23 de junho de 1978, p. 5, “Comissão vai fazer o processo do regime que oprimiu Portugal” (disponível em http://www.fmsoares.pt/diario_de_lisboa/ano_e_consultado_em_23/06/2016).

18. *Diário de Notícias*, 23 de abril de 1977, p. 3, “Esclarecer opinião pública das violências praticadas”.

do” (MADEIRA, 1996, p.979); de vários ministérios, governos civis e câmaras municipais. Além dos arquivos das entidades salazaristas extintas, a comissão recorreu à Comissão de Extinção da ex-PIDE-DGS.

Importa destacar, no que diz respeito aos arquivos da ditadura, o alegado desaparecimento ou destruição de documentação, por constituírem um possível entrave ao bom desempenho das funções da comissão. Um dos relatórios dá conta da destruição de “grande parte” dos arquivos dos Serviços de Censura, “no próprio 25 de abril ou nos dias que se lhe seguiram” (Comissão do Livro Negro, 1980b, p.6), que o próprio José Carlos Vasconcelos terá testemunhado, como referiu em entrevista. O antigo membro da comissão referiu ainda, em relação ao Arquivo Salazar, o fato de ser notória a ausência de muita documentação, sobretudo sobre a Guerra Colonial, pelas “pastas vazias” encontradas no local. Fernando Rosas, questionado sobre o mesmo assunto, admitiu, na entrevista, a possibilidade de existirem documentos em falta, dos quais alguns partidos “se apoderaram”, mas acredita que essas omissões documentais sejam pouco relevantes.

A definição do período a investigar não terá gerado qualquer controvérsia ou desentendimento, de acordo com as fontes consultadas nesta investigação e, em relação aos termos usados para referência ao passado, a análise dos relatórios leva a crer que nenhuma expressão seria evitada. Este fato por si só é ilustrativo do razoável nível de consenso existente em torno da narrativa dominante sobre o passado autoritário. Trata-se também de um período em que o enviesamento do espectro político à esquerda é ainda uma realidade. Nesse sentido, o regime é identificado como “fascista” (expressão incluída no próprio nome da comissão) e não há nenhuma expressão cuja omissão seja óbvia ou notória. Em termos temáticos, existiu apenas uma restrição: a documentação relacionada com as forças armadas. O decreto-lei 110/78 refere a função de:

Promover e centralizar a investigação, recolha e análise de documentos pertencentes ao Estado e demais entidades públicas, publicações de imprensa diária e não diária, filmes, registos sonoros, documentos particulares () e () elementos

suscetíveis de contribuir para o esclarecimento e elucidação do que foi o regime fascista em Portugal.

Contudo, o mesmo documento, exclui “quaisquer documentos e outro material, classificados ou não classificados, que respeitem à organização, funcionamento e disciplina das forças armadas, independentemente do lugar e sua situação”. Este fator poderá explicar a inexistência de um relatório sobre a guerra colonial, cuja ausência, pela relevância na história do regime, é notada facilmente. A restrição correspondente às forças armadas, que se poderia imaginar controversa, foi notada apenas pelo jornal *Diário Popular*, através de uma breve menção, a título meramente descritivo.

Referente a um padrão de acontecimentos

Para comprovar este elemento, a análise dos temas dos 25 relatórios publicados afigurou-se especialmente relevante. A escolha dos acontecimentos a contemplar na obra da comissão obedeceu às orientações estabelecidas pelos diplomas legais e, uma vez que o método de trabalho se prendia com a organização e publicação de documentos “destinados não a julgar aqueles que detiveram o poder durante quase meio século, mas sim o regime que eles institucionalizaram” (Comissão do Livro Negro, 1979, p.6), era imperativo que existisse documentação sobre estes eventos. José Carlos Vasconcelos descreveu a escolha como “relativamente óbvia”: a atenção deveria recair sobre os organismos e modos de repressão — a polícia política, a censura, as eleições e os demais instrumentos do regime. Dos 25 relatórios publicados entre 1979 e 1991, 16 adequam-se ao critério descrito por José Carlos Vasconcelos. A estes correspondem nove temas, alguns deles com mais de um volume editado. São estes as eleições; a política de informação (dois volumes); os livros proibidos; a proibição da *Time*¹⁹; a discriminação política no emprego; os estudantes; trabalho sindicatos e greves; legislação repressiva e

19. Este relatório não será analisado neste capítulo porque descreve um acontecimento isolado, ainda que, por se tratar de uma questão do âmbito da censura, se tenha prolongado no tempo e seja relevante em termos históricos.

antidemocrática (dois volumes) e os presos políticos (seis volumes). A análise de cada um destes relatórios permite aferir que o trabalho da comissão recaiu maioritariamente sobre os abusos que se repetiram e prolongaram no tempo.

O volume sobre eleições reúne documentação sobre as eleições presidenciais de 1949 e 1958, as legislativas de 1957, 1965 e 1969 e as autárquicas de 1967 e 1971 e demonstra como durante a vigência do regime, os atos eleitorais e o recenseamento constituíram “uma fraude indesmentível” (Comissão do Livro Negro, 1979, p.11). Nos volumes sobre política de informação, a censura é identificada como sendo “conjuntamente com a polícia política, a base do regime fascista” e é descrita como a maneira “mais primária e brutal de suprimir toda e qualquer forma de liberdade de expressão e de silenciar todas as vozes livres” (1980a: 5 e 6). Contudo, porque a repressão sobre a informação “não se restringia à censura” (1980a: 7), descrevem-se também “muitas outras formas de pressão, perseguições e ataques () usadas contra os órgãos de informação, em especial aqueles que pretendiam ser independentes ou de qualquer forma defendiam a democracia” (1980a: 6). Mais uma vez, a documentação demonstra como o regime limitou, de forma ampla e constante, um dos direitos fundamentais. Esta conclusão estende-se a “Livros proibidos no regime fascista”, o relatório que reproduz a *Relação de Obras* cuja circulação esteve proibida durante o regime. A proibição, apreensão e destruição de livros são consideradas características de “um regime político de opressão, de perseguição, de terror policial, de obscurantismo cultural” (1981a: 5).

Em 1982, a comissão publica o volume intitulado “Discriminação política no emprego no regime fascista”. Este volume pretendia demonstrar a discriminação sistemática que abrangia não só a função pública, mas também o setor privado, através da exposição de correspondência trocada entre entidades oficiais e da reprodução integral ou parcial de processos relativos a candidatos a funcionários ou funcionários demitidos. Como descrito na introdução deste relatório, “foram milhares () os cidadãos que, apenas por () se oporem à ditadura ou serem disso suspeitos foram demitidos ou aposen-

tados ou também impedidos de concorrer a uma vaga para um primeiro emprego ou até para uma promoção”. Além de ter afetado um largo número de pessoas, esta forma de abuso foi praticada durante toda a vigência do regime. Constitui, também ela, um padrão.

Em 1983, é publicado aquele que seria o primeiro volume sobre os estudantes, mas que acabou por ser o único. Este é referente ao período compreendido entre 1926 e 1934, descrito na introdução como o “mais agitado, intolerante e repressivo do regime ditatorial”. Além de relatar a experiência de um dos grupos sociais mais afetados pela supressão das liberdades fundamentais, este relatório demonstra que houve uma perseguição repetida no tempo, através da reprodução de vários tipos de documentos, depoimentos e notícias da época.

“Trabalho, sindicatos e greves” é a temática do primeiro relatório publicado no ano de 1984. Os documentos, provenientes dos arquivos Salazar, do Ministério do Trabalho (sucessor do Ministério das Corporações e Previdência Social) e do Ministério da Administração Interna (Ministério do Interior, durante o regime salazarista), englobam o período 1951-1974 e, à semelhança dos restantes, demonstram um padrão de violações.

A legislação repressiva e antidemocrática foi tema de dois volumes publicados em 1985, através dos quais a comissão pretendia demonstrar que “também pela legislação o regime se caracteriza e em seus aspetos mais rudemente totalitários e repressivos se define” (1985a: 5). No primeiro volume é compilada a principal legislação repressiva, complementada, no segundo volume, pelos diplomas legais sobre os corpos de polícia e as organizações de vigilância e repressão e por documentos diversos, tais como relatórios policiais, ofícios remetidos ao Ministro do Interior, denúncias de atividades de entidades e indivíduos opositores, entre outros. Constituem, ambos os volumes, prova da existência de um padrão de repressão constante durante o regime.

O relatório sobre os presos políticos foi dividido em seis volumes — tendo um sétimo ficado por publicar, como já referido — para “dar uma ideia, quanto possível completa, da amplitude das prisões efetuadas pela

polícia política” (1981c: 5). A comissão ressaltou, contudo, a impossibilidade de indicar o número exato de presos durante o regime, pela inexistência de registo até 1933 — ano a partir do qual passou a haver um livro de registos na PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, a antecessora da PIDE) — e pelo fato de os livros de entradas e saídas do Aljube, de Caxias e de Peniche — cadeias destinadas à detenção e interrogatório de presos políticos — nunca terem sido encontrados. Estima-se, contudo, que tenha rondado os 30 mil (1982b). Além de fotocópias de fichas de detidos, notas explicativas e dois depoimentos, todos os volumes incluem dados estatísticos — graficamente representados — das prisões efetuadas e outros elementos relevantes, como o tempo de detenção, o número de processos que foram ou não a julgamento, as condenações e as absolvições, entre outros. Na impossibilidade de publicar todas as fichas prisionais, a comissão definiu um critério: todos os que estiveram presos no Tarrafal; todos os que faleceram nas prisões políticas; aqueles que foram presos cinco ou mais vezes; os que foram vítimas de abusos. O primeiro volume trata o período compreendido entre 1932 e 1935. Por englobar o movimento operário de 18 de janeiro de 1934²⁰ e, conseqüentemente, um volume acrescido de detenções, a comissão entendeu publicar um depoimento, sobre o qual mais se dirá no decorrer desta análise. O segundo volume, publicado em 1982, retrata o período “mais dramático em termos de prisões efetuadas e talvez o de maior repressão e arbitrariedade por parte da polícia política durante os 48 anos de regime fascista, fenômeno que não se deve dissociar da guerra civil de Espanha” (1982b: 5). Este volume também inclui um depoimento sobre a revolta dos Navios da Marinha de Guerra, em setembro de 1936. O terceiro volume foi publicado em 1984 e trata o período 1940-1945 e o quarto, alusivo aos anos entre 1946 e 1948, saiu no ano seguinte. O quinto e o sexto volumes, referentes aos períodos 1949-1951 e 1952-1960, respetivamente, foram publicados em 1987 e 1988. Tal como todos os relatórios analisados acima, também

20. Revolta de sectores anarcossindicalistas e comunistas que ocorreu na Marinha Grande contra medidas laborais implementadas pelo Estado Novo (Patriarca, 1993).

este, sobre presos políticos, confirmam que o objeto investigado pela Comissão do Livro Negro não se tratou de um ato isolado, mas de atos repetidos no tempo.

Envolvida direta e amplamente com a população afetada

O envolvimento da Comissão do Livro Negro com as vítimas do regime foi o elemento que mais dúvidas suscitou na fase inicial desta investigação, por não ser uma das suas vertentes mais notórias. O decreto-lei 110/78, que cria a comissão, encarrega-a de investigar e tornar público “tudo quanto interesse ao esclarecimento dos fatos”. Este conceito é afunilado no ponto 1 do artigo 2.º, que diz que compete à comissão “promover e centralizar a investigação, recolha e análise de documentos pertencentes ao Estado e demais entidades públicas, publicações de imprensa diária e não diária, filmes, registos sonoros, documentos particulares, quando postos à sua disposição, e, de um modo geral, os elementos suscetíveis de contribuir para o esclarecimento e elucidação do que foi o regime fascista em Portugal”. Os testemunhos das vítimas não surgem referidos expressamente em nenhum dos documentos relacionados com a criação ou mandato da comissão, mas são passíveis de ser considerados “elementos suscetíveis de contribuir para o esclarecimento e elucidação” do regime, como se lê no decreto-lei acima citado.

Embora não constitua a vertente mais conhecida da atividade da Comissão do Livro Negro, a recolha e exposição de depoimentos existiu. Como a comissão refere na introdução do primeiro relatório, os documentos “não representam as únicas provas sobre o abuso”, alertando para as muitas ordens e diretrizes que, “pela gravidade” que revestiam, terão sido dadas “verbalmente ou através de escrito que logo era inutilizado” (1979, p. 6). Talvez com base nesta ideia tenha procurado incluir, em dois dos relatórios, testemunhos de participantes em acontecimentos de relevo, para uma visão mais detalhada, que nem sempre a documentação de arquivo possibilita. Os primeiros relatórios a incluir depoimentos foram os volumes I e II da série “Presos políticos no regime fascista”. O último volume sobre os presos políticos nunca chegou a ser publicado, mas fazia parte dos planos da co-

missão deixar de parte os elementos estatísticos para exemplificar concretamente, “através de casos e processos, as perseguições, arbitrariedades e prepotências da polícia política do regime” (1981c, p. 5). Ressalvando não passar de uma suposição, é possível prever que esse volume incluísse também testemunhos. Como veremos à frente, o contato da comissão com vítimas do regime foi mais alargado do que os relatórios fazem crer. Também o relatório relativo aos estudantes inclui quatro depoimentos, justificados pelo fato de não existir, nos primeiros anos da ditadura, uma polícia política devidamente organizada nem arquivos sistemáticos e completos nos ministérios, governos civis e universidades e, por esse motivo, se ter optado por recorrer a depoimentos de quem tenha vivido os acontecimentos e neles tenha tido “importante ação”.

Como referido anteriormente, o contato da comissão com as vítimas do regime não se reduz aos seis testemunhos publicados. As atas das reuniões da comissão, disponíveis no arquivo da SGPCM, incluem referências sobre a receção de uma carta a contar três casos de violência, em resposta a um apelo²¹; sobre o contato com “professores demitidos”²² e com docentes universitários e investigadores, relativamente “às medidas gravosas, impeditivas ou perturbadoras da vida universitária e respectivas carreiras de que tenham sido objeto”²³; sobre o contacto com os antifascistas que “ainda não deram” — expressão que pressupõe que, além destes, outros terão já participado — depoimentos²⁴; sobre a recolha de testemunhos de pessoas que sofreram prisões e torturas durante o fascismo²⁵; e sobre depoimentos a incluir no volume sobre a repressão²⁶ — que nunca chegaram a ser. Assumindo que o arquivo não está completo, poderá supor-se a existência de muitos outros contatos cujo apuramento já não é possível.

21. Rascunho da ata da reunião de 25 de julho de 1978.

22. Ata da reunião de 6 de fevereiro de 1979.

23. Ata da reunião de 10 de janeiro de 1979.

24. Ata da reunião de 4 de janeiro de 1980.

25. Ata da reunião de 15 de janeiro de 1980.

26. Rascunho da ata da reunião de 4 de março de 1981.

Temporária, tendo como objetivo a publicação de um relatório

A Comissão do Livro Negro foi criada em 1977 e extinta em 1991. Quando da sua criação não foi estipulada a duração, mas estabeleceu-se que, uma vez concluídos os seus trabalhos, seria publicado o Livro Negro do Fascismo em Portugal²⁷. José Carlos Vasconcelos justifica o abandono desta opção pela falta de meios e recursos da comissão, comparando-a com a CONADEP: “A comissão argentina, por exemplo, era de âmbito nacional, dispunha de grandes meios. No caso português, se não se fosse publicando o que havia, não teria saído nada. Não há uma visão global, articulada”. De acordo com a informação mencionada por António Capucho na entrevista, a publicação de um único relatório voltou a ser debatida, mas, por algum motivo que não conseguiu identificar, perdeu-se, com prejuízo para o legado deixado pela comissão, cuja cobertura global não considera, tal como José Carlos Vasconcelos, inteiramente conseguida. Segundo António Capucho, faltou:

uma espécie de síntese do que tinha sido o regime fascista, de modo a dar um contributo para a história desse período que fosse muito válido no plano histórico-científico, mas que pudesse também proporcionar um exorcismo do fascismo de algumas mentalidades que existiam na época e que entendiam que algumas características supostamente virtuosas do fascismo eram de elogiar (entrevista às autoras, abril de 2016)

A entrevista com Fernando Rosas, colaborador da comissão, permitiu acrescentar, à justificação de José Carlos Vasconcelos, um outro elemento: o grande volume de documentos, que impossibilitaria a publicação de um único livro. Esta opção foi consubstanciada e reforçada nas introduções dos relatórios sobre legislação repressiva e questões laborais, publicados, respetivamente, em 1984 e 1985: “a comissão não pode evitar, nem lhe cumpriria evitar, que livro a livro, da documentação parcelar publicada, acabe por er-

27. Decreto-lei n.º 110/78 (ver nota 10 supra).

guer-se o edifício acusatório de um Livro Negro Sobre o Regime Fascista Português” (1984^a: 7); “não se trata pois, verdadeiramente, da publicação de um livro, mas de vários volumes de documentação que permitam conhecer o que foi o regime fascista português” (1985^a).

Estipulada a publicação de vários relatórios em vez de um único, a opção de parcelar a documentação por temas foi consensual e a seleção destes decorreu da “cultura política dos próprios membros”, justificou Fernando Rosas, acrescentando tratar-se dos “temas que melhor denunciavam os aspetos escandalosamente repressivos do regime.” Esta decisão poderia ter resultado numa comissão com características de “processo” — um pouco à semelhança da África do Sul, por exemplo — mas a sua falta de impacto, que trataremos em seguida, aproxima-a mais das comissões que tiveram um carácter de “produto”.

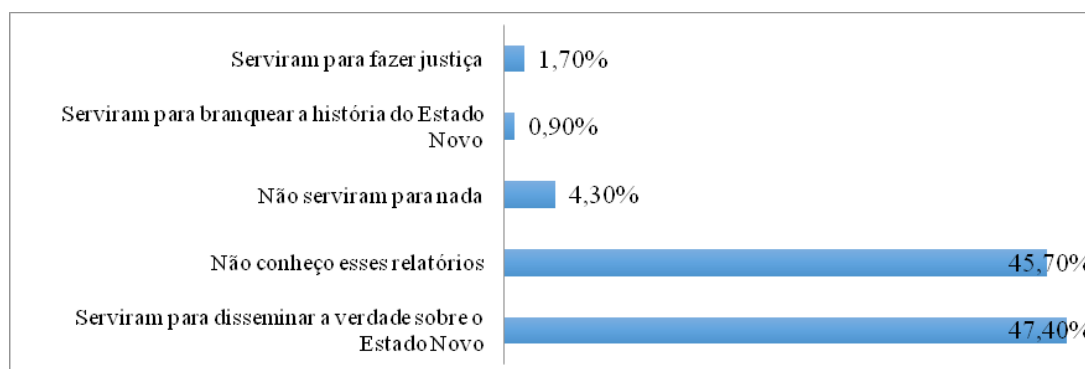
Com uma tiragem entre os 2 500 e os 5 000 exemplares, os relatórios eram, numa primeira fase e de acordo com José Carlos Vasconcelos, distribuídos gratuitamente por todas as bibliotecas, escolas e restantes organismos públicos. António Capucho recorda que a verba disponibilizada para a impressão e distribuição dos relatórios — asseguradas pela já extinta Gráfica Europa-América — tinha em conta o reduzido poder de compra dos portugueses, à data, e permitia uma ampla distribuição gratuita, que contrariou a “noção de que apenas um grupo muito restrito compraria os relatórios”. Os restantes exemplares eram disponibilizados para venda ao público a um “preço acessível” (1985^a: 5). Os três primeiros relatórios — eleições e política de informação I e II — chegaram mesmo a ter segunda edição.

O impacto da Comissão do Livro Negro

A questão do impacto ocupa um espaço significativo na literatura sobre comissões de verdade, apesar de não fazer parte da definição de Hayner. A reduzida presença da Comissão no Livro Negro na literatura sobre a transição portuguesa é apenas um de vários indícios do reduzido impacto que terá exercido, tanto em termos políticos, como sociais. Como vimos anteriormente, ao contrário de outras comissões de verdade, como a sul-africa-

na, a chilena ou a de El Salvador (Brahm, 2010), a Comissão do Livro Negro não produziu recomendações para reformas institucionais ou para compensação das vítimas, pelo que, além de ter permanecido no tempo como um fiel repositório da verdade documentada, não deixou qualquer legado. A sua utilidade académica é inegável, mas os efeitos ao nível social terão sido residuais. Como se mostra na Figura 2, um inquérito²⁸ realizado em 2016 junto de 131 vítimas do Estado Novo apurou que os inquiridos estão muito divididos nesta matéria: embora na opinião de 47 por cento os relatórios tenham servido para disseminar a verdade sobre o regime, 46 por cento não os conhecem. O resultado não permite inferir sobre a opinião geral dos portugueses em relação ao trabalho da comissão, mas não deixa de ser relevante por focar um público que à partida teria até um maior interesse, pela proximidade aos assuntos relatados no Livro Negro. E levanta uma questão: se aqueles de quem se esperava um maior interesse não têm recordação da comissão ou desconhecem a sua existência, qual será o panorama geral? Terá a comissão cumprido o objetivo de chegar aos jovens?

Figura 2. Atitudes dos inquiridos face à Comissão do Livro Negro



Fonte: Inquérito sobre a Memória da Oposição e Resistência ao Estado Novo (ICS)

28. Filipa Raimundo, Sofia Serra da Silva e Joana Rebelo Morais, *Inquérito sobre a memória da oposição e resistência ao Estado Novo*, Instituto de Ciências Sociais, 2016

Como referido anteriormente, o impacto não é um critério incluído na definição de Hayner, mas foi incontornável durante as entrevistas. José Carlos Vasconcelos justificou o reduzido impacto com a falta de meios financeiros e humanos, a vida profissional muito preenchida dos membros e até algum desinteresse dos executivos que durante os 14 anos de existência da comissão governaram, mas mencionou o enfoque na recolha de documentação como lesivo, por descurar os testemunhos das próprias vítimas, que como vimos acima, foi menos significativo. Na opinião do antigo membro, a primazia dada à recolha de documentação oficial “limitou extraordinariamente a possibilidade de produzir uma obra que a tornasse [à comissão] mais importante”, porque os principais abusos – como a tortura – não foram documentados. Apenas os testemunhos de quem sofreu esses abusos permitiriam a conquista de uma maior relevância: “Os livros em si não têm nenhuma revelação”, defendeu José Carlos Vasconcelos. António Capucho justificou o reduzido impacto com duas razões fundamentais: em primeiro lugar, a falta de dinâmica da própria comissão, não na tarefa de coligir os dados, mas na promoção do seu trabalho, que poderia ter sido conseguida através da publicação de um único relatório, uma síntese final. Por outro lado, destacou o reduzido interesse político, por força de outros objetivos prioritários, que se terá estendido às verbas dispensadas pelos executivos para o funcionamento da comissão. O impacto reduzido é especialmente notório quando se analisa a imprensa da época. Como referido anteriormente, os primeiros anos da Comissão do Livro Negro constituíram uma época de grande atividade política, o que por si só ocuparia bastante espaço mediático. Ainda assim, o passado autoritário esteve bastante presente nos jornais, mas o enfoque recaiu em outras questões em nada relacionadas com a comissão. Mesmo quando era noticiada, a dimensão e o desenvolvimento eram reduzidos. Na imprensa de direita, em que seria de esperar que a reação fosse mais acentuada, a presença da comissão foi extremamente reduzida, ainda que, como expectável, o tom crítico tenha dominado as breves menções.

CONCLUSÃO

A revisão de literatura, assente no enquadramento das comissões de verdade no fenómeno da justiça de transição, no debate sobre algumas das definições mais usadas e na influência de fatores como o tipo de transição, gerou expectativas contraditórias, mas sobretudo negativas. Contudo, não se tratando de uma investigação que procurou testar fatores explicativos, mas antes com um objetivo analítico, sobrepôs-se o indício da literatura portuguesa, que aponta a proximidade da Comissão do Livro Negro ao conceito clássico de comissão de verdade. A análise deste caso permitiu chegar a uma resposta tendencialmente afirmativa à pergunta de investigação, ainda que algumas das vertentes da Comissão do Livro Negro sejam mais evidentes do que outras, como se sintetiza na Tabela 1.

Tabela 1. A Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, segundo os critérios de Hayner

Crítérios	Resposta
Focada no Passado	Sim
Referentes a um padrão de acontecimentos verificado durante um determinado período de tempo	Sim
Envolvidas direta e amplamente com a população afetada, recolhendo informação das suas experiências	Não
Temporárias, tendo como objetivo final a publicação de um relatório	Sim
Autorizadas ou mandatadas pelo Estado sob investigação	Sim

Através da técnica da triangulação de dados e fontes comprovou-se a adequação da Comissão do Livro Negro à definição criada por Priscilla Hayner em 2011 em todos os critérios menos um. Esta comissão: (1) focou-se no passado, nomeadamente no período entre 28 de maio de 1926 e 24 de abril de 1974, ainda que a falta de tempo e de recursos tenha ditado que algum do trabalho ficasse por fazer, sobretudo o relacionado com os últimos anos da ditadura; (2) é referente a um padrão de acontecimentos, comprovado através da documentação que, exposta cronologicamente, elucida sobre a repetição e prolongamento dos abusos ao longo da vi-

gência do regime; (3) envolvida diretamente com as vítimas – mas não amplamente – através da recolha e exposição de depoimentos, alguns que chegaram a figurar nos relatórios, outros que não terão chegado ao público; (4) temporária, culminando com a publicação não de um relatório, mas de vários que foram gradualmente editados, opção ditada pelo grande volume de documentos que se pretendia divulgar; (5) autorizada pelo Estado sob investigação e criada no âmbito do Conselho de Ministros, por proposta do socialista Mário Soares, enquanto Primeiro-Ministro do I Governo Constitucional, responsável também pela nomeação dos membros que a viriam a compor.

Efetivamente, apesar de se poder considerar o envolvimento com as vítimas direto, como dita a definição de Hayner, este não deve, em rigor, ser considerado amplo, uma vez que não corresponde a um elemento que assumira um grande destaque, nem no funcionamento da comissão, nem no produto final do seu trabalho. Além dos depoimentos encontrados nos relatórios, o arquivo da comissão, disponível na SGPCM, dá conta de muitos outros que nunca chegaram a ser publicados, mas sobre os quais não é possível obter informação concreta, uma vez que se desconhece a sua real extensão. Contudo, este critério está parcialmente cumprido. Retomando a ressalva feita pela autora relativamente à necessidade de evitar uma definição demasiado rígida e ao fato de as diferenças entre comissões serem também relevantes, considera-se que esta confirmação, somente parcial, não é suficientemente significativa para anular a hipótese de a Comissão do Livro Negro poder ser considerada uma das primeiras comissões de verdade do mundo.

A questão do impacto não determina nem afeta a conclusão. Uganda, Bolívia, Haiti são exemplos de países que ilustram tentativas malogradas de procura da verdade e que são consensualmente consideradas comissões de verdade, a par de outras como a Argentina ou a África do Sul, cujos feitos são amplamente elogiados (McCalpin, 2012). Importa ressaltar que não se pretende tecer nenhuma ilação sobre o sucesso ou insucesso da Comissão do Livro Negro, apenas demonstrar que o fraco impacto não invalida que

se enquadre na tipologia deste mecanismo de justiça transicional e conjecturar sobre os motivos que explicam a sua ausência da literatura sobre o caso português e, consequentemente, internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCE, Gerardo (2010). Armed Forces, Truth Commission and Transitional Justice in Peru, *International Journal on Human Rights*, 7, (13), pp. 27-49
- BAKINER, Onur (2011). Truth Commission Impact: An Assessment of How Commissions Influence Politics and Society, *Simons Papers in Security and Development*, (16/2011)
- BAKINER, Onur (2016). *Truth Commissions: Memory, Power, and Legitimacy*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press
- BARROS, Júlia Leitão (1996). Monteiro, Armando Rodrigues de Sttau, In: Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora
- BEVERNAGE, Berber (2010). Writing the Past Out of the Present: History and the Politics of Time in Transitional Justice, *History Workshop Journal*, (69), pp. III-131
- BRAHM, Eric (2009). What is a Truth Commission and Why Does it Matter?, *Peace & Conflict Review*, 3, (2), pp. 1-14
- BRAHM, Eric (2010). *Truth Comissions and Transitional Societies: The impact on human rights and democracy*, s. l., Routledge
- BRITO, Alexandra Barahona de. Carmen González-Enríquez e Paloma Aguilar Fernández (coord.) (2004), *Política da Memória: Verdade e Justiça na Transição para a Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista (1979-91), *Eleições no Regime Fascista*, Mem Martins, Presidência do Conselho de Ministros
- COSTA, José Ribeiro (1996). Carmona, António Óscar de Fragoso, em Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora
- CRUZ, Manuel Braga (1996). Cerejeira, Manuel Gonçalves, In: Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora

- DANCY, Geoff, Hunjoon Kim e Eric Wiebelhaus-Brahm (2010). The Turn to Truth: Trends in Truth Commission Experimentation, *Journal of Human Rights*, 9, (1), pp. 45-64
- GAIRDNER, David (1999). *Truth in transition: The role of truth commissions in political transition in Chile and El Salvador*, Bergen, Chr. Michelsen Institute
- GIBSON, James L. (2005). The Truth About Truth and Reconciliation in South Africa, *International Political Science Review*, 26, (4), pp. 341-361
- GRANDIN, Greg (2005). The Instruction of Great Catastrophe: Truth Commissions, National History, and State Formation in Argentina, Chile, and Guatemala, *The American Historical Review*, 110, (1), pp. 46-67
- HAYNER, Priscilla (1994). Fifteen Truth Commissions – 1974 to 1994: A Comparative Study, *Human Rights Quarterly*, 16, (4), pp. 597-655
- HAYNER, Priscilla (2001). *Unspeakable Truths: Confronting State Terror and Atrocity*, Nova Iorque, Routledge
- HAYNER, Priscilla (2011). *Unspeakable Truths: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions*, Nova Iorque, Routledge
- HUNTINGTON, Samuel P. (1991). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman, University of Oklahoma Press
- ISAACS, Anita (2010). At War with the Past? The Politics of Truth Seeking in Guatemala, *The International Journal of Transitional Justice*, 4, pp. 251-274
- MADEIRA, João Martins (1996). Tribunais especiais, In: Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora
- MCCALPIN, Jermaine O. (2012). Truth and Freedom in Haiti: An Examination of the 1995 Haitian Truth Commission, *The Global South*, 6, (1), pp. 138-155
- NAUENBERG, Saskia (2015). Spreading the truth: How truth commissions address human rights abuses in the world society, *International Sociology*, 30, (6), pp. 654-673
- OLSEN, Tricia, Leigh Payne e Andrew Reiter (2010a). *Transitional Justice in Balance: Comparing Processes, Weighing Efficacy*, Washington, D.C., United States Institute of Peace

- OLSEN, Tricia, Leigh Payne. Andrew Reiter e Eric Wiebelhaus-Brahm (2010b), When Truth Commissions Improve Human Rights, *The International Journal of Transitional Justice*, 4, pp. 457-476
- PATRIARCA, Maria de Fátima (1993). O '18 de Janeiro': uma proposta de releitura, *Análise Social*, XXVIII, (123-124), pp. 1137-1152
- PINTO, António Costa (2006). Authoritarian Legacies, transitional justice and state crisis in Portugal's democratization, *Democratization*, 13, (2), pp. 173-204
- PINTO, António Costa (2013). Portugal, In: Lavinia Stan e Nadya Nedelsky (eds.), *Encyclopedia of Transitional Justice*, Nova Iorque, Cambridge University Press, pp. 391-397
- RAIMUNDO, Filipa (2013). Partidos políticos e justiça de transição em Portugal (1974-76), In: Martinho e Pinto, *O Passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- RAIMUNDO, Filipa e António Costa Pinto (2014). From Ruptured Transition to Politics of Silence: The Case of Portugal, em Nico Wouters (ed.), *Transitional Justice and Memory in Europe (1945-2013)*, Cambridge, Intersentia Publishing
- RAIMUNDO, Filipa (2015). A Justiça de Transição e a Memória do Autoritarismo em Portugal", *Revista Contemporânea — Dossiê Redemocratizações e Transições Políticas no Mundo Contemporâneo*, 1, (7)
- RAMOS DO Ó, Jorge (1996). Censura, In: Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora
- REZOLA, Maria Inácia (2007). *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa Esfera dos Livros
- ROLLO, Maria Fernanda e José Maia Brandão de Brito (1996). Soares, Mário Alberto Nobre Lopes, In: Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora
- SOUSA, Paulo Silveira, António J. Ramalho e Octávio Gameiro (2016), *Cronologias do Portugal Contemporâneo: 1970-1979*, Maia, Círculo de Leitores
- TELO, António José (1996). Costa, Fernando dos Santos, In: Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora

EM BUSCA DE UMA “INTERNACIONALZINHA”: O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL M PORTUGAL¹

Rodrigo Pezzonia

EM 25 DE ABRIL DE 1974, PORTUGAL, por meio de um golpe de estado levado a cabo por militares à esquerda, desfazia-se de uma ditadura fascista que quase amargava o cinquentenário. Viveu-se então a euforia de um processo revolucionário que colocava na ordem do dia a esperança do povo português em sair do estado de repressão, guerra colonial e silêncio. Não é exagero apontar que para uma parcela significativa das esquerdas latino-americanas a Revolução dos Cravos também representou algo libertador, em especial para aqueles que se refugiavam nas embaixadas chilenas do recém-instalado regime ditatorial de Augusto Pinochet, em busca de algum país que os acolhessem.

Assim, Portugal foi um dos países que receberam brasileiros e cidadãos de outras nacionalidades latino-americanas, figurando não apenas como local de exílio mas como terra de resistência, reorganização e reorientação de partidos e organizações que no Brasil já tinham dificuldades em manter-se ativos, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), organizações de luta armada como a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e ALN (Ação Libertadora Nacional), e, como anunciado no título, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil).

O trabalho que ora apresentamos tem como objetivo tratar da atuação do PCdoB no exílio em Portugal e sua influência no cotidiano da esquerda “marxista-leninista” portuguesa, com destaque na experiência de Diógenes

1. Investigação financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Arruda, histórico militante comunista que aproveitou seu exílio para percorrer países dos continentes europeu e africano no intuito de criar alianças entre os partidos de orientação maoísta e albanesa.

Para além disso, este trabalho tentará mostrar como o PCdoB percebeu no exílio a possibilidade para o reagrupamento da militância após a quase dizimação de seus quadros no Brasil, assim como procurou o fortalecimento institucional do próprio partido para o retorno pós-anistia.

ENTRE PORTUGAL E BRASIL

O ambiente político português na década de 1960 e 70, no que concerne às organizações dissidentes do Partido Comunista Português, poderia ser caracterizado de maneira informal como uma enorme “sopa de letrinhas”. É muito difícil não se confundir com a gama de legendas oriundas do PCP e ainda mais complexo é aferir e compreender todas as “dissidências das dissidências”², mas este panorama não diferia muito do que podemos encontrar no Brasil.

O PCB (Partido Comunista Brasileiro), que já havia sofrido com a saída de alguns militantes para a formação da POLOP (Política Operária) em 1961, no ano seguinte “rachava” e dava origem ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil) – depois do golpe de 1964 estas mesmas organizações originaram tantas outras pelo Brasil afora. O que não se podia imaginar é que o PCdoB seria não apenas influência, mas entidade formadora de um partido do outro lado do oceano. Desta forma, aqui nos deteremos a tratar da relação próxima entre duas organizações que foram força de ação e cooperação com os exilados do PCdoB, o Partido Comunista Português (Reconstruído) - PCP(R) e a sua frente de massas, a União Democrática Popular - (UDP).

Embora a UDP seja considerada a frente de massas do PCP(R), sua criação se deu um ano antes da criação partido, em 16 de dezembro de

2. No caso dos maoístas é possível encontrar junto a obra de Miguel Cardina, para além do conteúdo em si, mapa detalhado que identifica a formação de cada uma das organizações: (CARDINA, 2010 e 2011).

1974. Sua formação se dá a partir da junção de três organizações “Marxista-leninistas”, as quais são: o Comitê de Apoio à Reconstrução do Partido (CARP), que havia sido originado na Itália; os Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas (CCR-ML), criados em Paris; e a União Revolucionária Marxista-Leninista (UR-ML). Seu objetivo era o de ser “uma frente de unidade destinada a agrupar os antifascistas dispostos a combater por um programa de democracia popular entendida esta como uma etapa para a construção do socialismo” (*Vida Mundial*. Nº 1871, 24/07/1975, p. 30).

O PCP(R) surgiu enquanto partido em janeiro de 1976, após um congresso que se iniciou no dia 27 de dezembro do ano anterior e se estendeu até o dia 5 de janeiro, quando foi votada e divulgada sua resolução política. O partido não poderia ter sido criado em momento mais conturbado, já que menos de dois meses antes o país estava em convulsão, devido aos eventos do 25 de Novembro. A partir de então, o país amenizaria seus arroubos revolucionários vendo com extrema desconfiança a configuração de partidos que estivessem muito à esquerda do espectro político em relação aos então vitoriosos socialistas.

Como no caso do partido brasileiro, a viragem de parcela da militância portuguesa ao maoísmo, em contraposição aos PCs “soviéticos”, se deu no início da década de 1960. No caso português, essencialmente, por Francisco Martins Rodrigues, que questionava e apontava necessidade de uma revisão do posicionamento de Moscou na adesão à Revolução Democrático Burguesa em detrimento da condição revolucionária de viés socialista. Para Rodrigues, o PCP era definido como uma “deturpação pacifista do leninismo” (*Apud* CARDINA, 2010, p. 38).

No Brasil, esta discussão interna ao PCB também se fez, essencialmente por um grupo de militantes formado por Pedro Pomar, João Amazonas, Mauricio Grabois, Carlos Danielle e Calil Chade que, assim como os portugueses, discordavam da revisão teórica oriunda do XX Congresso do PCUS, o que os levou à expulsão do PCB – sigla que desde 1960 mudara de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. Por isso,

em 1962, formam o PCdoB, que tem por objetivo resgatar a tradição revolucionária e o nome do antigo Partido Comunista do Brasil.

Mas é importante destacar que, assim como comenta Jean Sales, a adesão ao maoísmo não é imediata à formação do partido. Isso só vai ocorrer na segunda metade da década de 1960 (SALES, IN: RIDENTI; AARÃO REIS, 2007a) e, sobretudo, a partir da incorporação de militantes da AP-ML (Ação Popular Marxista-leninista) na década seguinte. Como nos relatou Pedro Andrade, “a memória dos velhos sempre foram memórias russas, nunca foram chinesas. Mas depois o PCdoB liga-se a China e à Albânia porque fica órfão da URSS. Então o que sobra? Os chineses que começam a brigar com os Russos e Albaneses”. E Andrade completa,

O PCdoB nunca foi totalmente maoísta, maoísta era a AP. O velho PC do Brasil nunca foi Maoísta, a matriz daquilo sempre foi soviética. Mas a China era aliada, iam para a china fazer curso... Mas quando a China começou a virar com aquela teoria dos três mundos, em que o inimigo principal era a URSS e não os EUA, então o PCdoB rompe com a própria China e fica como única aliada a Albânia (**Pedro Andrade** - Entrevista ao autor, 16/06/2015).

Os “velhos” aos quais Pedro se refere, são os dissidentes do antigo PCB já citados, além de Diógenes Arruda que terá participação determinante, não apenas na atuação do PCdoB no exterior, mas também na criação de outros partidos em terras estrangeiras.

O CAMARADA ARRUDA

A Diógenes Arruda (23/12/1914 – 25/11/1979) é creditada a responsabilidade pela união dos partidos portugueses marxista-leninistas na UDP e na criação do PCP(R). Andrade vai além ao afirmar que “Ele [Arruda], na verdade, era o Secretário Geral do PCP(R)” (**Pedro Andrade** - Entrevista ao autor 16/06/2015).

Estas afirmações podem parecer entranhas, exageradas ou até mesmo inverídicas quando tratamos da possível ingerência de um brasileiro na histó-

ria política de um partido estrangeiro, mas isso cai por terra ao nos depararmos com os textos de despedida produzido por militantes portugueses em homenagem a Arruda após seu falecimento.

José Alves, inclusive, historiciza a relação afirmando terem conhecido o “camarada Arruda” no *Verão Quente* em 1975, momento em que Portugal estava em ebulição política e diversos grupos queriam assumir a condução revolucionária, e revela a importância deste encontro:

Essa situação objetiva exigia o surgimento de uma cabeça esclarecida, capaz de guiar no meio das dificuldades e perigos que o ameaçavam. Essa exigência era, no entanto, contrariada pelos caciques pequeno-burgueses que dirigiam os grupos [...] o camarada Arruda, apoiando-se nas forças sãs proletárias revolucionárias existentes nos antigos grupos, desenvolveu intensa luta que culminou poucos meses depois na reconstrução do Partido Comunista, no surgimento do PCP(R). [...] Dentro do nosso Partido o camarada Arruda apoiou com vistas a levar aos postos de direção quadros proletários firmes consequentes, oriundos das grandes fábricas [...] Foi esta firmeza disciplina e espírito de sacrifício dos proletários das grandes fábricas que o camarada Arruda quis que fossem transmitidos a todo o nosso Partido, assumindo um papel destacado na luta pela proletarianização dos nossos órgãos dirigentes. Essa luta foi depois prosseguida com seu apoio entusiástico no sentido de erradicar do nosso Partido as ideias e práticas pequeno burguesas, estranhas ao proletariado, no sentido de fazer afirmar em todos os meios a ideologia proletária.” (**Aprender com Diógenes Arruda**. 1979, p. 13-14).

Este é apenas um trecho de um dos textos que abordam o protagonismo de Arruda diante do PCP(R) e UDP, e que revela a condição do experiente militante brasileiro não apenas como um colaborador externo às organizações, mas um mentor ideológico e alto dirigente na concepção das organizações.

Desta forma, entendemos que as relações entre as organizações marxista-leninistas na Europa da década de 1970 corriam bem. O encontro, no exí-

lio, de militantes das mais diversas organizações coirmãs se dava facilmente, sobretudo em Paris, local que congregava um número elevadíssimo de refugiados políticos das mais diversas matizes da esquerda, e dos mais diversos pontos do planeta.

No caso do PCdoB o contato se deu via o Partido Comunista Espanhol Marxista-Leninista (PCE-ML) e da sua organização relacionada, a FRAP (Frente Revolucionario Antifascista y Patriótica), que dispunham de uma gráfica onde se produzia todo o material de propaganda que se espalhava pela Europa (**Pedro Andrade** - Entrevista ao autor 16/06/2015). Os brasileiros se aproveitavam desta estrutura cedida pelos espanhóis e publicavam todo um material também em português, como a *Classe Operária*.

Mas então, com o 25 de Abril, o PCdoB começa a encarar a possibilidade de transferir suas atividades para Portugal, e levar a cabo a orientação de unir os partidos M.L.

Ele [Diógenes Arruda] é quem convence os caras a se unir. Não convence todos, ainda sobraram duas organizações que não entraram. Uma chamada PCP-ML, do qual era onde andava Pacheco Pereira. Este continua apoiando à China, são os únicos que optam pela China. E outra que não entrou para a UDP por questões pessoais [...] O Arruda, portanto, cria essas duas, e ao criar essas duas resolve mudar de Paris para Lisboa o aparelho produtivo do Partido Comunista do Brasil. Dos materiais, dos livros, passa a editar a *Classe Operária* de Portugal; até porque os caras aqui montaram uma gráfica e eles tinham muito mais a agradecer a Arruda do que os espanhóis. E é então que Arruda manda-me para cá. Para eu tomar conta da criação da materialada toda aqui. Eu venho cá primeiro para ver as condições, depois volto pra lá, fico fazendo vai e vem durante um tempo até que venho de vez um pouco antes do Massacre da Lapa. (**Pedro Andrade** - Entrevista ao autor 16/06/2015)

Fica evidente que Diógenes Arruda já tinha contatos com os partidos M.L. exterior – e não apenas os portugueses – e que o intuito de congrega- estes partidos em uma grande organização mundial era evidente. Nas pala-

vas de Pedro Andrade, o objetivo era o de criar uma *Internacionalzinha*. Ou seja, uma congregação de forças marxista-leninistas que teriam como objetivo o de sanar os desvios ideológicos comunistas pós-XX Congresso, e retomar os preceitos programáticos da *Terceira Internacional*, além da medida interna ao partido de retomar contato com possíveis militantes “desgarrados” para auxiliar na construção de comitês de apoio à luta no Brasil. De acordo com ele:

Os velhos tinham *know how* da *Terceira Internacional*, tinham *know how* de luta na clandestinidade, então criam uma espécie de “*Internacionalzinha*”. Começam a ajudar os marxista-leninistas de outros países para passar *know how* para estes próprios comitês que eram organizados pelos partidos comunistas M.L.s. Pelo PCF-ML, que estava por trás do Comité France-Brésil, ou pelo KPD-ML (Kommunistische Partei Deutschlands /Marxisten-Leninisten)³.

Mas quando do conflito sino-soviético, e depois entre China e Albânia, o PCdoB rompe com a China mantendo aliança apenas com a Albânia, mas, quase todos os partidos M.L. europeus – com exceção de espanhol, do brasileiro e do português (que mantém sua lealdade pela origem) – continuam associados à China.

Interessante notar que todo este trabalho de prospecção de antigos militantes citado acima, é feito de maneira muito cuidadosa. O PCdoB no exterior parece assumir comportamento de clandestinidade no estrangeiro. Era comum não se revelar o verdadeiro nome e usar identidades falsas mesmo no exílio, inclusive no contato com outros exilados. Como revela Andrade:

3. Pedro Andrade explica que no caso alemão nem era necessário o uso da sigla ML após a designação do Partido, já que o partido comunista pró-russo passa a se chamar Deutsch Kommunist Partei (Partido Comunista Alemão) e os comunistas guardam o velho nome de Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista da Alemanha – Marxista Leninista), mas por causa desta tradição europeia de inserir ML, que era quase um carimbo de autenticidade, eles assumem o KPD-ML (Pedro Andrade - Entrevista ao autor na Casa do Brasil em Lisboa - 16 de junho de 2015).

Havia o pessoal dos partidos todos e o pessoal do PCdoB que, normalmente, não se misturava com essa gente. Pra começar, para não “puxar rabo” pra gente. Imagina se eu fosse começar frequentar comitês de anistia, lidar com aquela turma toda de exilado brasileiro, sei lá quem eram, sei lá quem falou na cadeia e quem não falou, ou mesmo quem foi solto para se infiltrar. Os que continuavam a trabalhar com os CODI ou CENIMAR da vida. [...] Nós éramos clandestinos, principalmente em relação aos brasileiros. O cara começa a ser seguido em Paris. Seguem a mim até o Arruda. Depois vê como o Arruda contata como Amazonas dentro do Brasil, ou com o Pomar, e depois consegue seguir até lá dentro e derruba a organização no Brasil. Nem pensar. Portanto, a clandestinidade era ninguém andar a aparecer dizendo “sou PC do Brasil”, “sou revolucionário brasileiro”. Não, [dizia] “sou estudante”! Enquanto a reivindicação básica dos outros exilados era apoio aos movimentos de anistia, a reivindicação do PCdoB era de apoio aos brasileiros e a luta no interior do Brasil.

E isso era algo muito próprio do PCdoB neste fim de exílio, eram poucos os exilados do partido que se mantinham em Lisboa e, de acordo com a pesquisa de Denise Rollemberg, realmente afastaram-se dos demais exilados e das lutas pró-anistia, pois, “... considerava que os comitês adotavam uma visão derrotista e orientavam seus militantes no sentido de não se envolverem” (ROLLEMBERG, 1999. p. 256).

Mas isso também nos mostra que o PCdoB em Portugal parecia estar distante, ou mesmo arredio, às discussões que eram travadas no Brasil, pois desde 1975, após a derrota da guerrilha no Araguaia, um grande debate interno se fez a partir de resoluções distintas acerca do futuro da organização. Enquanto para um lado, representado por Ângelo Arroio, a derrota havia se dado em âmbito apenas militar, para Pedro Pomar havia se dado também no âmbito político, o que mereceria toda uma remodelação estratégica e política para o partido. No caso de Arroio, como apenas a esfera militar havia sido derrotada, deveria se manter a mesma tática anterior, ou seja, agitação das massas e preparação clandestina da luta armada (SALES, 2007a, p. 342), sendo que esta foi a resolução assumida pelo partido.

Assim, a estratégia do PCdoB fica confusa e paradoxal, já que, ao mesmo tempo que pregava a denúncia de crimes da ditadura e a defesa das *três bandeiras* – “assembleia constituinte livremente eleita, abolição de todos os atos e leis e anistia geral” (SALES, 2007a, p. 345) – ainda entendia como meio de chegar ao seu objetivo, o empunhar das armas pelos seus militantes junto às massas.

Mas, de qualquer forma, e como já citado, a posição assumida em Lisboa pelos militantes que lá estavam, a partir das ordens de Arruda, era o de não se alinhar aos movimentos de anistia. Esta decisão mostrava uma leitura de que os militantes que estavam fora do país, neste caso, Portugal, pareciam não estar tão engajados nos debates que ocorriam no Brasil, tendo uma leitura própria da situação ou, então, entendiam que a realidade no exterior não poderia ser sobreposta à realidade de ação do partido no Brasil.

Por mais que o discurso em seus órgãos de imprensa tenha se amenizado, como podemos notar no próprio *América Latina*, e não mais expusesse o chamamento à luta armada, que era substituída pelo chamamento ao *poder popular*, as atitudes dos militantes pareciam permanecer ligados à ordem revolucionária. O que só arrefeceu com a VII Conferência em Tirana em 1979, um mês antes da promulgação da Lei de Anistia que se deu em agosto de daquele ano, causando discórdias e cisões dentro do partido.

Mas voltemos a relação entre brasileiros e portugueses nas organizações ML. Vemos que pela condição de auxiliar na criação do partido português e sua frente de luta, a produção de material de propaganda do PCdoB se faz a partir da mesma célula de propaganda.

Por exemplo, logo no primeiro ano de existência da UDP, um comício é promovido pela *União Democrática Popular* e pela *Frente Revolucionario Antifascista y Patriótico* em solidariedade com os povos da Espanha, Brasil e Chile. O evento ocorreu em data muito representativa para o calendário da esquerda latino-americana, 11 de setembro, dois anos após o golpe no Chile, mas o cartaz apontava que havia um significado local, que seria o aniversário de seis meses do 11 de março, ou seja, da vitória da esquerda ante a tentativa de golpe de Spínola. E a palavra de ordem era “Em Portugal como

em todo o mundo os povos levantam-se contra o fascismo, solidariedade a luta antifascista!”. Desta forma, se havia alguma dúvida para o governo brasileiro de que se tratava a UDP um braço do PCdoB, ela se esvai quando se lê a conclusão do folheto de apresentação da manifestação: “Basta de assassinatos e torturas no Brasil! Amnistia Geral! Viva a heroica luta armada do povo do Araguaia!”

CAMPANHAS E PROPAGANDA

O partido brasileiro já se manifestava via edições bibliográficas desde sua fase parisiense, e mesmo no período de asilo latino americano.

Em Portugal, o PCdoB encontra na Edições Maria da Fonte – criada antes da UDP, mas integrada a ela na fusão das organizações marxista-leninistas – ambiente para produção, não apenas de seu material mas, junto aos portugueses, de toda a gama de pensadores maoístas-albaneses, assim como teóricos soviéticos anteriores ao XX Congresso da PCUS.

Dos oitenta números lançados pela editora entre 1973 e 1978 (MAUÉS, 2013, p. 167), cinco tem títulos ligados às organizações brasileiras na série *Documentos*. Quatro delas diretamente ao PCdoB – *A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil* (ML⁴) (nº2. Ago. 1974); *Guerra Popular* (nº4. Out. 1974); *Caminho da Luta Armada no Brasil*; *Cinquenta Anos de Luta* (nº 11. Dez. 1975); *Política e Revolucionarização do Partido* (nº 21. Jan. 1977) – e um de responsabilidade do já citado Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil sob o título *Dos Presos Políticos Brasileiros: Acerca da Repressão Fascista no Brasil* (nº16. Mar. 1976).

4. A inclusão - de responsabilidade dos portugueses - da sigla ML (que configuraria a caracterização ao partido de marxismo-leninista) junto a do PCdoB, trouxe desconforto junto a relação dos partidos. De acordo com Pedro Andrade a reação era: “PCdoB – ML é o c...! Nós somos o original!”. O mesmo Andrade explica qual era a visão dos comunistas brasileiros: “Nossos aliados eram os partidos irmãos, chamados PC-MLs (Partido Comunistas Marxistas Leninistas) que eram gente minimamente de confiança, gente saída dos PCs. Eram dissidências que saíram dos PCs, e que se reorganizaram depois fora. Mas não era como o PC do Brasil que rachou de alto a baixo, e que inclusive ficou com o nome, com o estatuto e com o nome do jornal, *Classe Operária*. Eram minoria, mas ficaram com o passado. Até porque os outros (PCB) não queriam saber do passado pra nada”.

Como o próprio título da série revela, o intuito da coleção é o de divulgar documentação teórica das organizações marxista-leninistas, sobretudo chinesas e albanesas, que seriam a linha mestra ideológica determinada para a condução da perspectiva revolucionária dos demais partidos pelo mundo. Flamarion Maués enumera 16 títulos referentes a autores chineses, 12 albaneses (dentre estes 7 redigidos por Enver Hoxha, secretário-geral do Partido Trabalhista da Albânia), 11 soviéticos (7 de Lênin e 4 de Stalin), 4 vietnamitas (sendo dois de Ho Chi Min), quatro sobre a luta de libertação africana (2 Angola, 1 Moçambique e 1 Guiné Bissau), além disso apresentam-se dois do PCE-ML, um do Partido Comunista da Bélgica, um do Partido Comunista da Coreia do Norte e um do Comitê Central da Organização dos Marxista-Leninistas da Grécia (MAUÉS, Op. Cit, p. 168).

Outra editora, também ligada ao movimento que em Portugal circundava o PCdoB foi a do PCP(R), *Bandeira Vermelha*, que, como comenta Maués em sua tese, publicava documentos próprios e do Partido Trabalhista da Albânia, publicando dois livros diretamente relacionados ao PCdoB e um sobre Diógenes Arruda (MAUÉS, p. 177). Entre estes, identificamos apenas o livro *A Resistência Armada no Araguaia*, mas cremos que os outros dois livros aos quais Maués se refere sejam os que tenham sido editados pela *Grua Artes Gráficas*.

Tivemos acesso a duas brochuras editadas por esta empresa: a primeira, sem data mas que acreditamos ter sido publicada no ano de 1977, é de responsabilidade do *Comitê de Apoio às Lutas dos Povos da América Latina*, sob o título: *Contra a Repressão no Brasil: Brasil Irmão teu Povo Vencerá*. Nesta brochura de 36 páginas temos toda a história da militância portuguesa e brasileira em Portugal contra aquele que foi chamado de Massacre da Lapa, de fins de 1976, onde dirigentes do Partido Comunista do Brasil são massacrados à bala em uma casa no Bairro da Lapa em São Paulo. O texto aponta recortes de jornais brasileiros e portugueses que referem-se às mais diversas organizações em apoio ao PCdoB e às vítimas da ação. Além disso, relata os eventos de participação popular ocorridos com este mesmo intuito.

Outro título, e neste sim pudemos notar a marca do *Bandeira Vermelha*, se trata de uma homenagem à Diógenes Arruda intitulada *Aprender com Diógenes Arruda*, datado de dezembro de 1979, ou seja, cerca de um mês após sua morte, que se deu no dia 25 de novembro daquele ano, quando já retornado ao Brasil.

Mas não apenas nas brochuras e panfletos se fez a organização política dos partidos brasileiro e português. Com a criação do CALPAL, entidade que congregava não apenas os partidos ML, mas também personalidades de várias nuances políticas da esquerda portuguesa, a UDP/PCPR e o PCdoB criaram um órgão de imprensa para falar com a população de maneira mais rápida e efetiva, como veremos agora.

Calpal – Comitê de Apoio às Luta dos Povos da América Latina

O CALPAL, foi um comitê diretamente ligado ao PCdoB e responsável pela organização dos movimentos de solidariedade após o sucesso das ações do partido em relação aos eventos de denúncia quanto ao *Massacre da Lapa*, mas, que não focava sua ação à luta no Brasil, e sim em toda a América Latina.

Portanto, acreditamos que a CALPAL tenha sido criada por volta do início de 1977, pois, em meados deste ano é lançado, por iniciativa de um grupo político português em torno do PCdoB – não apenas da UDP e PCP(R), mas a uma miríade de militantes das mais diversas organizações partidos – seu órgão de divulgação, o *América Latina - Boletim do Comitê de Apoio às Lutas dos Povos da América Latina* (CALPAL).

Este periódico tinha como característica a preocupação com as questões - como o próprio nome refere – relacionadas à toda América Latina, sobretudo àqueles que sofriam sob atuação de regimes autoritários e ditatoriais. O *América Latina*, se preocupava com as questões dos países que estavam em luta revolucionária e buscava um caráter internacionalista para sua publicação.

Pedro Andrade, revela sua versão para a criação do CALPAL e do *América Latina*:

Quando se deu este movimento todo de solidariedade com o Brasil, pensei que não valeria perder isto. Vale a pena tentar organizar isso de uma maneira qualquer. E como nesta época haveria o campeonato mundial da Argentina, aqui na Europa nós organizamos campanhas contra a ditadura argentina. Inclusive isso levou a uma aliança momentânea minha com os Montoneros, porque, infelizmente, o PCA-ML tinha se virado para a China, apesar de ser o Arruda, que quando esteve na Argentina, deu ajuda àqueles sacanas e ajudou-os a consolidar o partido e usa o PCA-ML para criar estes comitês de solidariedade com o Brasil. Então essa história toda de transmitir *know how* começou lá na América Latina. Mas apesar de tudo, os caras prefeririam o ouro de Pequim a manterem a linha justa. A continuar a ser marxistas preferiram aderir a teoria dos três mundos, dizendo que inimigo da Argentina era a URSS. Então fizeram um comício aberto às esquerdas e a partir daí pensaram em fazer um movimento que englobasse toda a América Latina, então criou-se o CALPAL (Brasil, Argentina e Nicarágua). Só que para uma organização se legitimar era necessário um órgão, então foi criado o América Latina.

Em seu primeiro número, e logo na primeira página, é possível acessar o estatuto ou a *Plataforma do Comitê de Apoio às Lutas dos Povos da América Latina*, onde, após um preâmbulo em que é reiterado o posicionamento antifascista e antiditatorial do povo português, devido a seus 48 anos vivendo e reconhecendo em si as agruras da ditadura e de ter sido agraciado com a solidariedade internacional, tornar-se-iam agora responsáveis por “apoiar os que lutam pela liberdade e pela democracia e de prestar assistência às vítimas da repressão”. Já os princípios e objetivos do CALPAL se entediam em 6 itens:

1. Informar o povo português sobre as lutas dos povos latino-americanos, assim como as diferentes formas de oposição interna aos regimes vigentes.
2. Informar o povo português sobre as condições de vida impostas aos povos da América Latina, assim como as atrocidades contra eles cometidas.

3. Apoiar e solidarizar-se com todas as formas de luta dos povos da América Latina contra o fascismo e o imperialismo.
4. Criar condições para que o povo português se solidarize
5. Ajudar e prestar assistência às vítimas de repressão utilizando todos os meios ao alcance do comitê.
6. Denunciar a cumplicidade do imperialismo norte-americano com os regimes vigentes (América Latina. Nº1, jun-jul. 1977, p. 1).

Assim, a *CALPAL*, como outra organização de extrema importância na luta brasileira no exílio, o *Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil*, se apoiava na ação interna de conscientização da população portuguesa contra os regimes ditatoriais da América Latina, o que não quer dizer que estas ações não pudessem ter reverberações externas. Os meios de ação também eram parecidos, ou seja, publicação do boletim; organização de grupos de trabalho, organização de conferências, exposições e debates; publicação de documentos vários; organização e participação em encontros sobre a América Latina; e organização de campanhas de informação pública e imprensa. Mas é interessante ressaltar que, mesmo evidenciando que “esta solidariedade é desenvolvida por portugueses [...] este trabalho deve ser reflexo da luta desenvolvida internamente pelos povos da América Latina, o que pressupõe uma orientação a partir das lutas concretas aí travadas” (América Latina. Nº1, 1977, p. 1).

Para nós, isso denota a indicação de que o trabalho seria feito em nome dos portugueses, mas com um *background* dos militantes dos partidos latino americanos. E, se levarmos em consideração que os artigos são todos escritos em “português brasileiro”, podemos adiantar que o trabalho, pelo menos do boletim, se fazia todo pela militância brasileira que, de acordo Andrade, sempre se deu em número de apenas duas pessoas.

A ação referente à imprensa externa à organização, ou seja, nos meios midiáticos portugueses, também era parte da estratégia de luta do PCdoB.

A estratégia era passar as notícias a conta gotas aos órgãos oficiais de imprensa para que fosse uma forma de o Brasil ficar em evidência nos meios de comunicação pelo maior de tempo possível. “Não podia dar todas [as notícias] de uma vez. Tinha que ir dando fracionado. [...] Então, daqui - como saía na primeira página dos jornais portugueses – a gente mandava esses jornais para Alemanha, para França, Suécia... E então o pessoal de lá reproduzia”. (**Pedro Andrade** - Entrevista ao autor 16/6/2015).

Em outra frente, com ativa participação dos portugueses, a ideia...

... foi fazer movimentos de massa, como comícios e o tal abaixo assinado para reunir dezenas de milhares de assinaturas em solidariedade com o povo brasileiro. Isto então foi feito com base em três pessoas; havia um pintor aqui muito conhecido chamado Carlos Botelho, que era o suprasumo, mas ele já estava velhinho. Mas o filho dele que era um arquiteto, Rafael Botelho, era um arquiteto muito conhecido. Ele era da UDP, não era do PCP(R), e os dois filhos também, Pedro e João Botelho (Pedro Arquiteto e João cineasta), então eles me abriram para a intelectualidade portuguesa. Então a ideia era, a partir destes contatos, montar um comitê de intelectuais de solidariedade com o Brasil. Então eles vão falar com Sophia de Mello Breyner (poetisa) e Maria Keil (pintora), esta que serviu de contato para João Abel Manta, que fazia os cartazes do MFA, quem, aliás, fez o capa da brochura de denúncia. Esta mesma arte foi impressa e espalhada por todo Portugal. Além dos comícios no Porto, Lisboa e Algarve, além da de uma noite de teatro e artes, onde, em uma das noite, toda a receita da bilheteria seria revertida para as famílias dos presos (**Pedro Andrade** - Entrevista ao autor 16/6/2015).

As personalidades que aderem ao *CALPAL* são das mais variadas matizes da esquerda portuguesa e não se limitam aos militantes de UDP e PCP(R). É possível encontrar deputados à esquerda do Partido Socialista como Alberto Arons de Carvalho e Carlos Lage do PS, junto a Acácio Barreiro da UDP, assim como o sacerdote Bento Domingues e outros que também podem ser muito bem encontrados nas listas de apoio de outras organizações de solidariedade supra e pluripartidárias

No primeiro número do *América Latina* foram publicados depoimentos de aderentes ao CALPAL, tanto de organizações como a FAPIR – *Frente dos Artistas e Intelectuais Revolucionários*, quanto de conhecidas personalidades portuguesas, como Frei Bento Domingues, que declarava seu apoio ao Comitê, entendendo que este poderia contribuir de forma rigorosa e isenta a todas as violações de direitos humanos na América Latina - e não apenas nela – e que deveria ser ambiente de solidariedade e de apoio a luta de independência de todos os povos. Mas dito isto, provocava: “Quero, porém, deixar bem claro o seguinte: não alinho com a posição daqueles que com os mesmos actos chama virtude ou crime segundo o continente, país, região, grupo ou partido” (Frei Bento Domingues. *América Latina*. Nº1, 1977, p. 3). Com isso, o Frei Bento Domingues se aliava à causa da América Latina, mas rechaçava os regimes extremos aos quais PCdoB, UDP e PCP(R) se aliavam.

Rosa Maria Rainho, deputada do PS, repetia o discurso de Frei Bento em relação à luta pelos direitos humanos na “sofrida América Latina” e somava que esta organização não poderia se limitar à Lisboa, já que “Toda a luta extraordinária na afirmação que cada homem tem de ser livre, deve ser conhecida, para ser sentida por todo nosso povo”. E continua: “Ao aderir ao CALPAL fi-lo na convicção de que este comitê terá uma missão altamente positiva tanto no aspecto humano quanto no político, pois será como uma porta aberta para todos os companheiros latino americanos, não só para os que continuam nos países, como os que tiveram que o abandonar” (Rosa Rainho. *América Latina*. Nº1, 1977, p. 3).

De acordo com Andrade, pela falta de pessoas que conhecessem sobre a América Latina, a maioria dos textos eram de sua autoria, os demais eram reproduções e traduções de material importado. Entendemos que este protagonismo de Pedro Andrade se dá pelo simples fato, corroborado por outras entrevistas, do número extremamente reduzido de militantes do partido em Portugal. Eram duas pessoas - neste momento Pedro Andrade e Daniel Levy – que orientadas por Diógenes Arruda levavam a cabo as tarefas do partido em Lisboa.

Com a anistia, em 1979, o retorno dos exilados, que já ocorria com timidez nos tempos anteriores, aumenta fluxo. Diógenes Arruda, quando percebe certa segurança, retorna de seu exílio, mas deixa militantes no exterior como um dispositivo de segurança para o caso do instituto legal ser uma mera armadilha para aniquilar os dirigentes retornados. Com esta atitude, poderia ter a segurança para reorganização do partido no exterior no caso da dizimação dos que estavam no Brasil.

Diógenes Arruda morre ao retornar. Acredita-se que pela emoção da chegada de outro dirigente comunista, João Amazonas. Crê-se que Arruda sucumbe pelas emoções fortes que aquele dia trouxe para seu coração já avariado pelas torturas.

Um mês depois, o PCP(R) lança livro homenageando Arruda cujo um dos textos havia sido originalmente lido após sua morte, em cerimônia no Teatro Vasco Santana, intitulado *Os Contributos de Diógenes Arruda para a edificação do PCP(R)*. Nele, José Alves Dias, expõe as qualidades do falecido camarada e assume a importância dele e do PCdoB para o partido português

Para nós, militantes e dirigentes comunistas, lembrar o camarada Arruda é lembrar o internacionalismo proletário militante, a ajuda fraterna de nossos irmãos de ideais, de luta e de sangue do Partido Comunista do Brasil. O camarada Arruda foi para nós o símbolo vivo da justa política internacionalista prosseguida com firmeza pelos dirigentes do Partido Comunista do Brasil. Foi a lição prática de que o proletariado não tem pátria, de que fazemos parte de um destacamento do exército único do proletariado mundial. Da força dos ideais que abraçamos passa por cima e de que só é através da união combativa e revolucionária do proletariado e dos povos do mundo inteiro, através da solidariedade internacionalista militante entre eles é possível levar a vencida o capitalismo, o imperialismo e transforma a humanidade.

Bem, concluímos ao analisar a história da ligação entre estes partidos que, diferente do que se poderia imagina, o protagonismo da organização,

em meios ideológicos e práticos, veio da experiência do exilado e não da condução solidária da organização nativa do país de acolhida.

Como último ponto deste trabalho, acreditamos ser interessante dar um derradeiro exemplo de atuação do PCdoB em terras lusas, relatando um episódio que ficou marcado na História da resistência à ditadura militar no Brasil, e em especial do PCdoB, que foi o Massacre da Lapa. E que também afetou as relações entre o governo português e brasileiro no ano de 1977, tendo como cenário a Assembleia da República.

O MASSACRE DA LAPA E A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em 1976, no Brasil, a esquerda armada já havia sido dizimada. Seu último foco de luta havia sido o episódio que ficou conhecido como o da “Guerrilha do Araguaia”.

Neste movimento, por cerca de oito anos, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) se dedicariam à deflagração da guerrilha rural em uma área de mata no sul do Pará, estado situado à região norte brasileira e que é conhecida, ainda hoje, como uma das mais sofridas do país, sendo ainda palco de graves conflitos agrários.

Durante todos estes anos, ou pelo menos até o início dos combates, visavam o objetivo estritamente militar, onde o trabalho político não teria espaço, como apontou o trabalho de Jean Rodrigues Salles (2000, p. 210-211), que revela ainda que “somente quando foram descobertos redigiram um programa – *União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* – e o distribuíram entre a população local”.

Então, o objetivo que era apenas o de reconhecer a região e promover o treinamento dos guerrilheiros, passa então para, também, o de conscientização e atração dos camponeses para suas fileiras. Mas, com a deflagração antecipada dos combates, dada a descoberta dos planos do PCdoB, a insurreição é debelada após três incursões do Exército, sendo que a última com ordens e único objetivo de destruição física dos envolvidos e não apenas a prisão. O foco guerrilheiro é dizimado no ano de 1975.

A derrota no Araguaia causou um trauma no partido levando seus dirigentes a debaterem sobre os caminhos futuros a partir daquele evento. Como comenta Sales:

Na interpretação de [Angelo] Arroio, como fora apenas um erro secundário, muito mais de preparação do que outra coisa, o partido poderia continuar com a mesma tática e estratégia que utilizara até o momento –agitação das massa e preparação clandestina da luta armada. Já para [Pedro] Pomar, na medida que não havia conseguido nenhum de seus objetivos, aquela experiência demonstrara uma total ineficácia enquanto tática política, e, desta forma, o partido deveria pensar novas formas de atuação política. (SALES, 2000, Op. Cit., p. 213)

Mas, o desfecho deste debate, ou pelo menos de seus dois promotores, seria selado em meados de dezembro de 1976. Mesmo o PCdoB não oferecendo mais qualquer resistência prática ao regime, três dirigentes do Partido foram assassinados pelas forças da repressão da ditadura: João Batista Drummond é morto sob tortura nas dependências do DOI-CODI no dia 15 de dezembro; Pedro Pomar e Ângelo Arroio são alvejados em uma casa na Rua Pio XI, nº 767 no Bairro da Lapa na cidade de São Paulo. Outros dois que haviam saído da reunião pouco antes foram presos e mais dois fugiram, entre eles Jover Telles, o delator.

No Brasil, como era de se esperar, a reação dos órgãos de imprensa ao ocorrido foi a de aceite à versão oficial, qual seja, o de morte “após violento tiroteio”⁵ a despeito de todos os indícios e testemunhos apontarem o contrário. Mas fora do país e longe da censura brasileira o rumo tomado foi de outra ordem. Com o auxílio de intelectuais e políticos dos países de acolhimento, os exilados conseguiram adquirir solidariedade à causa. No caso português, não apenas aconteceu o mesmo, como foi mais surpreendente. De Portugal, surgiram moções e manifestos de

5. Sobre as versões ver: MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999. p. 205-211.

solidariedade de intelectuais, políticos, e claro, como era de se esperar dos estudantes⁶.

Já a Assembleia da República, há algum tempo demonstrava empatia com a luta dos brasileiros contra a sua ditadura e isso pode se ver a partir de seus Diários.

Por exemplo, em agosto de 1975, Américo Duarte vinha à carga contra a “ditadura fascista brasileira” usando como mote a prisão de dois brasileiros lendo carta da AEPPA (Associação de Ex-Presso Políticos Antifascistas).

(...) lutadores antifascistas de há longa data. São eles o dirigente operário José Duarte, ferroviário, de 72 anos, militante antifascista desde 1924, preso pela primeira vez em 1935 pelo regime fascista de Getúlio Vargas, e o padre Alípio de Freitas, condenado a uma pena de trinta anos de prisão por motivos políticos. O repatriamento destes dois valorosos lutadores antifascistas constitui tarefa urgente para o povo português e o Governo Português. Essa é a única possibilidade que se nos abre de os libertar das garras dos generais brasileiro (Diários da Assembleia Constituinte, 21 de agosto de 1975, nº 35, Pag. 939).

É notório o desconforto que a manutenção das prisões de Alípio de Freitas e José Duarte que ocorreram antes do 25 de abril, trouxeram para as relações entre Brasil e Portugal. E ainda mais com a prisão do filho do escritor e jornalista Miguel Urbano Rodrigues, Miguel Treafaut Rodrigues, em outubro de 1975. Todos presos e torturados pelo regime brasileiro por fazerem parte do Partido Comunista do Brasil. No caso deste Treafaut o governo brasileiro chegou a temer ataques contra a sua embaixada em Lisboa e Porto, o que levou a sugerir aos consulados tomarem “providências acau-

6. A revista *Amnistia* publicou uma moção votada em assembleia no dia 31 de março de 1976 pelos alunos da Universidade de Coimbra em “... solidariedade aos patriotas brasileiros na luta pelas liberdades democráticas e pelo estabelecimento do Estado de Direito no Brasil”. Além de exigir o fim das violências perpetradas pelo Estado brasileiro, repudiavam a permanência na embaixada brasileira em Lisboa do general Carlos Alberto da Fontoura que, antes de ser nomeado ao posto de embaixador, havia sido chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações). **Coimbra: Moção.** In: *Amnistia: Órgão do Comitê Pró Amnistia Geral no Brasil*. Lisboa. Nº 1, p. 9.

telatórias” (Ministério dos Negócios Estrangeiros. BR.AN.DPN.PES.308, p. 34/49).

Bem, mas nesta mesma sessão a Assembleia dava voz aos exilados brasileiros, permitindo a leitura de uma carta assinada por Marcio Moreira Alves, David José Lehrer e Fernando Perrone, que apontava como primeiro objetivo da luta dos brasileiros a conquista da Anistia e avisava da formação de comitês pró-anistia no Brasil em vários países, destacando sua presença em Portugal “... cujo lançamento contou com o apoio das comissões políticas e das direcções dos partidos que formam a esmagadora maioria desta Assembleia Constituinte”. E continua pedindo o apoio da casa: “Dirigimo-nos hoje, através da vossa Presidência e das lideranças parlamentares dos partidos políticos, a todos os Deputados, à Assembleia Constituinte para que intervenham da forma como julgarem conveniente, pela libertação dos presos políticos no Brasil e pela proclamação da amnistia ampla irrestrita” (Diários da Assembleia Constituinte, 14 de outubro de 1975, nº, 63, pag. 1938).

Realmente, esta ajuda existiu, pois parlamentares dos partidos à esquerda se empenharam na constituição e desenvolvimento do Comitê e, com certa frequência, criticavam o governo brasileiro, e isso fica evidente nas moções de 1977. Assim, voltemos ao caso “Massacre da Lapa”.

Na sessão do dia 19 de janeiro de 1977, é aprovado por unanimidade um voto de repúdio contra o que havia ocorrido na Lapa e, em maior escala, vinha ocorrendo no Brasil há mais de uma década. Abaixo temos a moção dirigida ao governo brasileiro:

A Assembleia da República, ao tomar conhecimento do assassinato de três antifascistas brasileiros, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Baptista Drummond, na noite de 15 para 16 de dezembro de 1976 e da prisão de outros doze, dos quais se conhece só a identidade de seis, temendo pelo perigo que correm suas vidas e interpretando os sentimentos do povo português protesta contra estes assassinatos e reclama a libertação de todos os presos políticos, nomeadamente daquele

que correm, neste momento, o perigo da tortura e o risco de morte (Diários da Assembleia da República. 19 de janeiro de 1977. N.º 64. Pagina 2101).

Com esta, a Assembleia da República dava o primeiro ultimato ao regime militar brasileiro, indo, como já vimos, em desacordo com o que pregava a política externa do governo português vigente que estava sob uma coligação em que se inseria o PS surpreendentemente, também, o partido cujos representantes haviam sido os executores da proposta de moção.

Mas embora tivesse sido do Partido Socialista a iniciativa de propor a moção de repúdio, é a UDP – União Democrática Popular⁷ – quem mais se sentiu confortável para falar dos envolvidos no caso, tendo, inclusive, apresentado uma breve biografia de cada um dos mortos, e nomeado os outros possíveis envolvidos, presos ou desaparecidos. Isto se dá, principalmente, e como já vimos, pelo fato da UDP ser a principal ligação do PCdoB⁸ em Portugal, dada a linha maoísta assumida por ambas as organizações. Além disso, o PCdoB neste momento já tinha uma importante ramificação de ação, como na Bélgica e Albânia, onde também foram lidas moções de protesto (escrito por Enver Hoxha do Partido dos Trabalhadores da Albânia) pelas mortes brasileiras na assembleia portuguesa pela UDP.

Aliás, pelo detalhado relatório divulgado quanto aos nomes e trajetória dos brasileiros envolvidos no caso da Lapa, fica claro que o PCdoB, encarnado na UDP, é – e obviamente que junto à esquerda do PS quem propôs a moção na Assembleia – responsável pela criação de tal voto. E isso fica ainda mais evidente quando perguntamos a Pedro Andrade sobre a motiva-

7. Partido criado em fins de 1974 a partir da fusão de três organizações marxistas leninistas: CCRML (Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas Leninistas), URML (Unidade Revolucionária Marxista Leninista) e CARPML (Comitê de Apoio à Revolução Marxista-Leninista). TELO, António José. **Do 25 de Abril à Atualidade. Vol. I.** Coleção Fundamentos. Lisboa: Editora Presença, 2007. Pag. 52.

8. Os poucos exilados do PCdoB que se mantinham em Lisboa, de acordo com a pesquisa de Denise Rollemberg, afastaram-se dos demais exilados e das lutas pró-anistia, pois, “... considerava que os comitês adotavam uma visão derrotista e orientavam seus militantes no sentido de não se envolverem”. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. Pag. 256.

ção que levou o PS, e não a UDP, a propor a Moção de Protesto. Andrade, explica:

Porque nós éramos o PCdoB. Não íamos colocar uma moção pela UDP, a direita não iria votar uma moção da UDP nunca. A moção do PS eles votavam. Então o que a gente faz: Nós tínhamos contatos dentro do PS e aí então quem mete é o PS. A UDP apoia como os outros. E é por isso que o CDS e o PSD (na época ainda chamava-se PPD, não era Social Democrata, chamava-se Popular Democrático) que era a direita portuguesa e o CDS que era direita à direita, vota a moção, porque a moção foi metida pelo PS. Nunca pela UDP, meu deus! (**Pedro Andrade** - Entrevista ao autor, 16/06/2015)

Mas então pergunto se o trânsito entre PS e UDP era tão fácil que permitiria um arranjo destes. Novamente, ele responde: “Claro que tinha! Eu tinha trânsito com deputados do PS que eu conhecia da ala esquerda do PS”. Pedro afirma então que Carlos Lages era chefe da bancada parlamentar do PS, e que eles colocaram a proposta a partir de outro parlamentar que era mais à esquerda. Mas, ele explica que quem estava por trás...

... era o Acácio Barreiros, que era do PCP(R), era um deputado da UDP mas era do PCP(R). Ele sabia de tudo, e foi pra ele que eu passei as coisas, já que vai brilhar, quem mete é PS, mas a UDP faz o discurso principal da moção. E foram duas moções, pois, quando a embaixada se recusa a receber a moção e as 50.000 assinaturas - há uma moção também popular de 50.000 assinaturas pedindo a libertação dos presos - as pessoas vão lá com caixas de papel assinado, a embaixada se recusa a receber a delegação do povo português que tentou entregar aquilo (**Pedro Andrade** - Entrevista ao autor, 16/06/2015).

Bem, mas trabalho com a documentação da Assembleia da República é muito interessante, pois a transcrição do documento é fiel, não somente às falas dos parlamentares, como também às suas reações. Acusa aplausos, interjeições e reações dos políticos. Isso nos mostra, por exemplo, o mal-estar

que este tipo de votação trazia para o PCP, que, diferente dos demais partidos, não se manifestava, embora tenha votado a favor do voto de protesto.

Isso pode se explicar, também, pelo fato que na mesma sessão houve votação a favor de uma moção contra as prisões de “Intelectuais, socialistas e democratas” na Checoslováquia, com ênfase do Ministro das Relações Exteriores anterior à invasão soviética, Jiri Hájek. O Partido Comunista Português (PCP) votou contra, pois os comunistas levaram tal voto como “uma provocação política do mais requeitando anticomunismo” (*Diários da Assembleia da República*. 19 de janeiro de 1977. N°64. Pagina 2100).

Já a UDP votou a favor junto aos demais, mas não sem interpelar a questão pelo viés comunista. Desta forma, isso viria a causar certo desconforto entre os partidos de direita⁹ e esquerda no parlamento, porque, a necessidade de coerência fazia com que os parlamentares tivessem que votar contra as suas identidades ideológicas, já que, enquanto era votada esta moção de apoio contra o governo brasileiro, o mesmo se fazia em relação à Checoslováquia causando de parte a parte questionamentos.

No diário da sessão do dia 1º de fevereiro de 1977, o plenário acusa a devolução, pela embaixada da Checoslováquia, do voto de protesto enviado semanas antes pela repressão e pela prisão do ministro do exterior. Curiosamente, a reação do presidente da casa com a devolução da carta foi de surpresa e ironia, dizendo “Eu estou pouco afeito às regras diplomáticas. Antigamente se supunha que só se devolviam as cartas dos namorados uns aos outros, quando acabava o namoro” (*Diários da Assembleia da República*. 1 de fevereiro de 1977. N°70. p. 2286).

Esta devolução acirra ainda mais os ânimos entre as forças ideológicas da Assembleia. O CDS reclamava da posição do governo Checoslovaco em recusar recebimento da carta, aproveitando para atacar todo o leste euro-

9. Mais adiante, inclusive, um dos parlamentares do CDS mostrará realmente o pensamento do partido ao defender o regime brasileiro, dizendo: “Especialmente hoje e especialmente num momento em que os destinos da Nação apresentam fortíssima incerteza, é trágico desviar as atenções da Assembleia da República praticando mais um enxovalho a um país estrangeiro, desta vez o Brasil, num gesto platónico de defesa de direitos que por si só não tem qualquer eficácia e pode prejudicar as relações internacionais de Portugal. Cunha Simões (CDS)”. *Diário da Assembleia da República*, 03 de junho de 1977. p. 3941.

peu, enquanto o PCP levava a reação dos partidos à direita como provocação, dizendo que o deputado estaria usando da “estratégia e tática do imperialismo mundial, que nada tem a ver com os interesses da nação Portuguesa” (*Diários da Assembleia da República*. 4 de fevereiro de 1977. Nº72. p.2384).

Os socialistas advertiam que a Assembleia portuguesa não toleraria violência que viesse de qualquer parte, seja do Vietnã ocupado, do Chile, Brasil ou Checoslováquia. Enquanto a UDP caminhava no sentido de depreciar as acusações do CDS, afirmando que vários outros abaixo-assinados já foram devolvidos por países ocidentais, e, até então, o parlamentar do CDS apenas apontara atitudes do leste europeu, consideravam aquilo, inclusive, como “desprezo grave”, e colocavam também em questão qual seria o motivo de a moção votada dias antes, em relação ao que ocorrera na Lapa, até aquele momento não ter sido enviada. Realmente, aquele era um questionamento pertinente, levando em consideração que o voto contra os comunistas já havia recebido uma resposta, enquanto o voto de protesto contra o governo brasileiro não havia sido, sequer, enviado.

Vasco da Gama Fernandes, presidente da mesa, revelou, para surpresa dos parlamentares, que a ação não ocorreu porque não havia sido requerido tal ato. Assim, após votação unânime, e a burocracia sanada, o requerimento foi aceito e, enfim, o manifesto enviado à Embaixada Brasileira em Lisboa.

Este ato foi comemorado pelo *Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil*, que enviou uma carta, lida na Assembleia da República no dia 10 de fevereiro de 1977, onde, além de congratular a casa por sua “unânime condenação aos crimes políticos perpetrados no Brasil”, pediam apoio para a soltura dos presos ligados ao ocorrido na Lapa, em especial Aldo Arantes, levando em consideração que “a repressão brasileira prepara o seu assassinato, caso Aldo não se dobre às torturas físicas e psicológicas a que vem sendo submetido e aceda a apresentar-se na televisão para prestar declarações renegando o seu passado de luta e apoiando o regime ditatorial no Brasil” (*Diários da Assembleia da República*. 10 de fevereiro de 1977. Nº74. Pagina 2454).

Mas, no mesmo dia em que Antônio Reis (Deputado pelo Partido Socialista) reproduzia a carta de congratulação pelo ato da Assembleia, a Embaixada Brasileira escrevia a resposta aos parlamentares portugueses.

Lida no dia 17 de fevereiro na Assembleia da República, este era seu conteúdo:

A Embaixada do Brasil cumprimenta o Ministério dos Negócios Estrangeiros e tem a honra de remeter-lhe, em anexo, o ofício número 94/SL/77, de 4 de fevereiro corrente pelo qual o Presidente da Assembleia da República enviou-lhe fotocópia de um voto de protesto e pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e aprovado por unanimidade.

A Embaixada do Brasil muito agradeceria as providências do Ministério dos Negócios Estrangeiros no sentido de devolver a seu signatário esse ofício, pois seus termos são obviamente inadmissíveis e o procedimento de sua entrega é inaceitável à luz da prática internacional e da Convenção sobre Relações Diplomáticas de Viena.

A Embaixada do Brasil aproveita a oportunidade para renovar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros os protestos da sua mais alta consideração.

Lisboa, em 8 de fevereiro de 1977.

Esta resposta foi muito mal aceita pela Assembleia. Vasco da Gama Fernandes, Presidente da casa, chegou a ironizar:

Esta missiva diz simplesmente que o Sr. Embaixador do Brasil devolve nossa carta e moção por ser imprópria e contra seus princípios, não sei em nome de que leis, pois não faço ideia nenhuma de que exista uma lei ou leis que obriguem um embaixador a devolver uma carta” (Diários da Assembleia da República. 24 de janeiro de 1977. N°64. p. 2650).

No entanto, o que realmente parece ter irritado o Parlamento Português foi o fato de que a moção fora devolvida via Ministério de Negócios Estrangeiros, o que dá a entender o não reconhecimento da Assembleia da

República de Portugal pela Embaixada e, por sua vez, pelo governo brasileiro. Ele diz:

A carta que foi devolvida vai para o arquivo. Há, no entanto, uma coisa que o Sr. Embaixador do Brasil pode ter certeza: é que todas as vezes que aqui forem aprovadas moções eu lhes enviarei diretamente, visto que não preciso de interposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como presidente que sou de um órgão de soberania, para me dirigir directamente aos representantes diplomáticos acreditados em Portugal. (Diários da Assembleia da República. 24 de janeiro de 1977. N.º64. p. 2650)

O Partido Socialista, citado na resposta como organizador da moção, pareceu se sentir frontalmente atacado. Carlos Lage discursou:

A Embaixada do Brasil devolveu a carta em que estava contida a moção que esta Assembleia, por unanimidade, aprovou, de condenação pelos crimes contra os direitos humanos e, nomeadamente, contra os assassinatos perpetrados no Brasil. Essa devolução não é de molde a deixar-nos muitas esperanças de que as coisas mudarão. Os homens são maus juizes de si mesmos e os regimes também o são. Estão sempre convencidos de que não cometem os crimes e as faltas que efectivamente cometem e que todo o observador imparcial e justo vê que cometem (*Diários da Assembleia da República*. 24 de janeiro de 1977. N.º64. p. 2651).

E então apontou algo que é de suma importância e pode ser encontrado também nos discursos dos exilados.

Parece que a arrogância com que essas moções são devolvidas significa que não produzem quaisquer efeitos, e que o nosso protesto não deixa eco. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu estou convencido, e o PS também, do contrário: apesar das devoluções e das atitudes aparentemente negativas, os nossos protestos e as nossas moções terão um efeito positivo na luta contra a situação de opressão, na salvaguarda dos direitos humanos. Por isso o PS, apesar das atitudes pouco

positivas que esses países e governos demonstram, não deixará, sempre que haja opressões, tiranias, ou qualquer espezinhamento do homem de elaborar moções, de fazer protesto, e não se sentirá desencorajado pelas atitudes a que nós acabamos de assistir (*Diários da Assembleia da República*. 24 de janeiro de 1977. N°064. p. 2651).

Ou seja, por mais que o governo brasileiro negue o recebimento de tais votos de protesto, sabe-se que estes chegarão a seu destino. A opinião pública internacional e a brasileira estão cientes de sua existência e de seu conteúdo, o que faz com que haja, pelo menos, a segurança de vida para aqueles citados na moção ou o cessar das sessões de tortura, já que o regime fica obrigado a tirar o preso da incomunicabilidade e apresentá-lo.

Mas uma questão respondida a partir da análise deste caso, diz respeito a qual motivo que fez com que as relações diplomáticas entre os dois países não fossem afetadas. Aliás, isso parecia estar confuso mesmo para os agentes brasileiros ligados ao CIEX (Centro de Informações do Exterior), como vemos em um informe ainda de setembro de 1976:

Note-se a persistente presença de VASCO DA GAMA FERNANDES à frente de uma iniciativa hostil ao governo brasileiro, em que pese sua posição de presidente da Assembleia da República e figura destacada do Partido Socialista Português (PS). Situação paradoxal quando se atenta para o fato de que o governo português, formado pelo PS, ter manifestado reiteradamente seu propósito de promover o estreitamento das relações luso-brasileiras. A atitude do aludido parlamentar só é compreensível à luz das ligações que ele mantém com asilados políticos brasileiros radicados em Portugal (CIEX, Informe nº 324/76, 16/09/1976. Arquivo Nacional: BR AN BSB IE 15.9 p.17).

Realmente, Portugal e Brasil identificavam-se enquanto governos que mostravam interesses econômicos comuns, o que leva ao estreitamento de relações. O pragmatismo brasileiro, orientava as relações políticas e de comércio e tentavam superar as questões ideológicas. E o mesmo parecia ser

encarado nas relações externas portuguesas, principalmente, no que confere um governo social democrata como era o de Mário Soares. Além disso, o agente do governo brasileiro escreveu o texto como se estivesse certo de que as técnicas de convencimento e persuasão do asilado pudesse ter sido o ópio ideológico que embriagou o parlamentar português.

Do mesmo modo, não nos estranha a resposta da Embaixada ser enviada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, já que era este Ministério que tinha como tarefa manter as boas relações comerciais e políticas com o Brasil e funcionar como órgão interlocutor entre estes mesmos dois governos.

Aliás, Magalhães Cruz, Diretor Geral do MNE, foi quem enviou a carta de resposta da Embaixada à Assembleia da República pedindo explicações. A resposta vindo no dia 18 de fevereiro de 1977, Vasco da Gama Fernandes envia sua impressão a Magalhães Cruz dizendo: “Não tenho o que comentar a decisão da embaixada [brasileira], mas afigurasse-me que, não houve qualquer violação de regras pré-estabelecidas, pois se trata de um direito expresso por um órgão de soberania, que transmiti, como se impunha” (Ministério dos Negócios Estrangeiros. PEA 33/BRA/15-Geral). Por fim, o Presidente da Assembleia pedia ao MNE que encaminhasse tal resposta para a Embaixada Brasileira.

Mas nos parece que não foi o que ocorreu, pois, anotado acima do documento enviado por Vasco Gonçalves, e assinado por Alves Machado, estava a seguinte recomendação, à caneta: “Parece-me ser melhor arquivar o papel e esfriar o assunto” (Ministério dos Negócios Estrangeiros. PEA 33/BRA/15-Geral.).

Bem, mas mais adiante foi divulgado novo voto de protesto e ainda mais contundente e acusador¹⁰.

10. Acreditamos que esta não reação possa estar ligada à política externa brasileira daquele momento, o supracitado *pragmatismo ecumênico e responsável*, pois os interesses brasileiros em Portugal e em suas colônias que estavam em processo de independência estariam acima de qualquer desconforto que as moções pudessem trazer ao governo brasileiro. Mas é algo que ainda tem que ser mais bem investigado.

Na seção do dia 1º de abril, quando o golpe brasileiro comemorava o 13º aniversário, o ato de protesto mais violento vem à votação a partir da representação do PS na voz do Deputado Gualter Basílio, e assinado pelos também socialistas, Antônio Reis, Carlos Lage e Herculano Pires. Diz ele:

Temendo pela vida de Manuel Jover Telles, ex-deputado brasileiro, e José Novais, que a ditadura daquele país confessou «desaparecidos».

Sabendo que na linguagem das ditaduras «desaparecido» significa quase sempre um prisioneiro que sucumbiu à tortura. A Assembleia da República, reunida em 1 de Abril de 1977: Manifesta a sua natural inquietação sobre a sorte de Manuel Jover Telles e de José Novais; Alerta contra a ficção de «desaparecido» sob a qual se ocultam os mais bárbaros atentados aos direitos do homem; Apela para a liberdade e direito à vida de todos os perseguidos políticos do Brasil, nomeadamente de Manuel Jover Telles e José Novais. (*Diários da Assembleia da República*. 01 de abril de 1977. N°94. p. 3180)

Sabe-se hoje que Jover Telles não estava preso naquela ocasião e que, na realidade, ele teria sido o delator da reunião que vitimou os três militantes do PCdoB, além das prisões. Mas, em linhas gerais, o que importa é que, em apenas um breve comunicado, o órgão legislativo da república portuguesa acusa o governo militar brasileiro de sequestrar, desaparecer, torturar e assassinar cidadãos brasileiros. A moção foi aceita por unanimidade novamente e, desta vez, prontamente enviada.

Bem, mas a resposta da embaixada foi tratada pela Assembleia só no mês de maio. Aliás, resposta que novamente vem encaminhada via Ministério dos Negócios Estrangeiros, e exatamente com o mesmo teor, ou seja, uma cópia da resposta enviada anteriormente. O que causa a ira do Presidente da Assembleia:

Srs. Deputados, como naturalmente notaram, o Sr. Embaixador do Brasil reincide em devolver a esta Assembleia - é esta a segunda vez que isso acontece - uma moção aqui aprovada, devolução que eu considero em termos impróprios.

Ora, quero dizer ao Sr. Embaixador do Brasil aquilo que já aqui disse uma vez: é que me parece que a sua vocação para Monsieur de Sevigné se devia dirigir mais à Assembleia do que ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, porque não há nada, absolutamente nada, nas regras diplomáticas que impeça a este órgão de Soberania receber correspondência directa dos diplomatas acreditados neste país. E sobre o juízo que o Sr. Embaixador do Brasil possa fazer sobre os termos em que foi dirigida essa moção, aprovada nesta Assembleia, creio que, por unanimidade, não me importo de fazer aqui qualquer comentário. O Sr. Embaixador ficará com a sua opinião e nós com a nossa. É, no entanto, de estranhar que, mais uma vez, se reincida numa prática comum, que nem sequer chegou a considerar atentatória da nossa dignidade, mas que chega a ser um pouco deslegante da parte de um representante diplomático, prática essa de não se entender directamente com esta Assembleia e de o fazer por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros (*Diário da Assembleia da República*, nº105, 6 de maio de 1977).

Mais uma vez, fica claro sentimento contrariado pelo retorno vir via Ministério dos Negócios Estrangeiros. Isso, para os representantes portugueses, além de um desrespeito, parecia ser a não concordância com a legitimidade daquela Assembleia, e porque não dizer, dos representantes socialistas que haviam redigido a moção, assim como os demais que nela votaram.

Em 7 de junho, há uma terceira moção, mais amena que as duas primeiras e que se dedicava ao protesto contra a repressão violenta e contra o movimento estudantil e as passeatas que estavam em ebulição naquele 1977, dizia o voto de protesto:

Os estudantes brasileiros realizaram no dia 19 de maio uma jornada nacional de luta, com greve geral, manifestações nas grandes cidades brasileiras, exigindo liberdades democráticas, o fim das torturas e da repressão fascista, a libertação dos presos políticos.

Mais uma vez o governo brasileiro reprimiu com violência o manifesto dos estudantes, como tem feito a todas as manifestações do povo brasileiro, que vão

no sentido de restaurar as liberdades democráticas. A Assembleia da República de Portugal manifesta uma vez mais a sua solidariedade ao povo do Brasil e exprime o seu protesto pela repressão e a tortura que continua a atingir os que se batem pelas liberdades democráticas e pelos direitos do homem, apelando pela libertação imediata dos estudantes presos (*Diários da Assembleia da República*. NºII6, 02/06/1977, p. 3915.)”

Este voto (de 2 de junho de 1977), também foi apresentado pelo PS, mas desta vez na voz de José Leitão, então membro da Juventude Socialista.

Na leitura do voto, Leitão, atinando para o fato de a Embaixada Brasileira estar devolvendo os manifestos da Assembleia da República, sugere ao Presidente da mesa que este voto seja enviado diretamente ao “Sr. General Ernesto Geisel, Presidente da República do Brasil - Palácio do Planalto, Brasília (Brasil) -, ao Sr. Armando Falcão, Ministro da Justiça do Brasil - Ministério da Justiça, Brasília (Brasil) - e ao Sr. Deputado José Bonifácio de Andrade, Presidente da Câmara dos Deputados - Congresso Nacional, Brasília (Brasil). (*Diários da Assembleia da República*. NºII6, 02/06/1977, p. 3915.)”

Por fim, em 22 de setembro de 1977, um documento que falava sobre a visita de Mario Soares ao Brasil em 1976 e a possibilidade de esforços de ambos os governos em uma intensificação da cooperação política e econômica tanto a nível bilateral quanto a organismos internacionais a quem fazem parte, mostrava a preocupação do Ministério dos Negócios Estrangeiros com os embates ocorridos entre a Assembleia da República e a Embaixada Brasileira. Diz o documento:

... o resultado das relações entre os dois países que os resultados desta visita deixavam antever foi ensombrado, durante o ano de 1977, por sucessivas notas de protesto apresentadas pela embaixada do Brasil em Lisboa. Uma destas referia-se as atividades contra o actual regime brasileiro, desenvolvidas em Portugal por cidadãos daquele país, e à cobertura que lhes era dada pelos órgãos de comunicação estatizados. As outras acompanhavam as devoluções de votos de protesto sobre acontecimentos internos do Brasil, aprovadas em fevereiro, abril e

junho pela Assembleia da República e enviadas diretamente por este órgão de soberania à Embaixada Brasileira. Invocando a Convenção de Viena e a prática internacional corrente, estas novas protestavam contra o que considerava uma ingerência nos assuntos internos daquele país (Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lopes Aleixo – Aditamento. PEA 33/BRA/1 (1978).

Mas, o temor do Ministério dos Negócios Estrangeiros era que, “Acontecimentos deste tipo se alguma utilidade podem reverter para as forças que no Brasil lutam contra o actual regime, vão por outro lado reforçar os argumentos dos sectores político-militares mais radicais que neste país se opõem ao estreitamento das relações com o Governo português (Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lopes Aleixo – Aditamento. PEA 33/BRA/1 (1978)”.

Sim, a preocupação parecia ser legítima e congruente, mas estavam ocultos neste documento os interesses mútuos e a tentativa de reaproximação comercial entre os dois países, que se tornara, de acordo com a documentação dos Ministérios de relações exteriores de ambas as nações, esforços que não poderiam ser prejudicados.

CONCLUSÃO

Neste texto tentamos, de forma abrangente, fazer um panorama sobre a representatividade do Partido Comunista do Brasil dentro do espaço político português, sua influência na formação partidária e ideológica da UDP e do PCP(R), assim como o inestimável auxílio que os partidos e povo português tiveram com a causa brasileira após o 25 de Abril.

O PCdoB, mesmo com uma baixa representatividade em número de militantes, nos parece, teve amplo trânsito entre os partidos tidos como “MLs” da esfera partidária portuguesa e europeia, e, mesmo de forma clandestina, se envolveu e produziu material de denúncia contra o regime ditatorial brasileiro e da América Latina como um todo.

Com o retorno ao Brasil, as divergências embates que vinham desde 1975 se agravam, as cisões ocorrem e o próprio partido toma outro rumo.

A partir dos anos 90, o PCdoB ameniza fortemente seu discurso e, principalmente, após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, chega ao poder como aliado em 2002. Quando da escrita deste texto (agosto de 2016), às vésperas do *Impeachment* da Presidente da República eleita, o PCdoB é ainda seu mais ardoroso defensor e dos avanços sociais atribuídos aos últimos anos de governo. O PCdoB hoje, mais à direita do espectro político do que fora nas décadas de 1960 e 70, ainda se assume como *o partido do socialismo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDINA, Miguel. *O Essencial sobre a esquerda radical*. Coimbra: Angelus Novos, 2010.
- _____. *Margem de certa maneira*. O maoísmo em Portugal: 1964-1974. Tinta-da-China, 2011.
- MAUÉS, Flamarion. *Livros que tomam partido: a edição política em Portugal (1968-1980)*. Tese de Doutorado: FFLCH-USP, 2013.
- MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar - a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo; Boitempo Editorial, 1999.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PCdoB: propostas teóricas e práticas políticas – 1962 – 1976*. Campinas: UNICAMP – Mestrado, 2000.
- _____. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: *História do Marxismo no Brasil VI: Partidos e Movimentos após os anos 1960*. RIDENTI; AARÃO REIS (Orgs.), Campinas: Editora UNICAMP, 2007.
- _____. *Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)*. História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 340-365, 2007.
- Vários Autores. *Aprender com Diógenes Arruda*. Lisboa: Edições Bandeira Vermelha, 1979.

CONSTRUINDO UMA DEMOCRACIA DE PARTIDOS: CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE EM PERSPETIVA COMPARADA (1991-2016)¹

Edalina Rodrigues Sanches

INTRODUÇÃO

UM QUARTO DE SÉCULO DEPOIS DO ARRANQUE dos processos de liberalização política em África, ainda são poucos os regimes considerados democráticos. Os dados da *Freedom House*, indicam que o percurso em relação à democracia tem sido desigual, intermitente e raramente bem-sucedido. Episódios de retrocesso democrático causados por golpes de estado e conflitos políticos graves (por exemplo: Gâmbia 1994; Mali 2012 ou Lesotho 2010-2012) e persistência de instituições e de práticas autoritárias mais ou menos enraizadas (por exemplo: Angola, Gâmbia, Guiné Equatorial ou Zimbabué) têm sido a norma no continente. Entre 1991 e 2016 o número total de democracias liberais (democracias “livres”) manteve-se praticamente inalterado. Neste grupo restrito encontramos África do Sul, Botswana, Benim, Cabo Verde, Gana, Namíbia, Senegal, São Tomé e Príncipe e Maurícias, que são casos excepcionais num continente onde a maioria dos países são frequentemente classificados de democracias híbridas (LYNCH e CRAWFORD, 2011) ou de regimes competitivos autoritários (BOGAARDS e ELISCHER, 2016; LEVITSKY e WAY, 2002).

Neste capítulo analisamos Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspetiva comparada abordando: 1) os processos de liberalização e de tran-

1. Pesquisa realizada com bolsa de Investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Referência da bolsa: SFRH/BPD/103318/2014.

sição à democracia, 2) as características dos sistemas partidários e os seus fatores explicativos. Esta abordagem é relevante na medida em que a transição é uma conjuntura crítica em que são tomadas decisões importantes sobre o sistema político que vigorará no futuro. Os partidos políticos são atores chave nesta conjuntura e suas interações influenciam o desempenho da democracia a longo prazo. A comparação entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe justifica-se com base em cinco critérios. Em primeiro lugar, tratam-se de pequenos estados insulares, que tiveram experiências de colonização similares, e que ao contrário da maioria dos estados africanos são pouco fragmentados do ponto de vista étnico, religioso e linguístico. Em segundo lugar, não têm legados de conflitos armados violentos. Ao contrário de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, estes países conquistaram a sua independência por via pacífica e realizaram eleições para a assembleia constituinte como forma de legitimar o governo dos principais movimentos de luta pela independência: o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) e o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) (CHABAL, 2002; CHABAL, 1996). Em terceiro lugar, no final dos anos 1980, estes partidos foram pressionados, quer pelo recrudescer da crise econômica, quer pela crescente contestação dentro e fora do regime, a implementar programas de ajustamento estrutural e a introduzir medidas de liberação política (Ibid.). Em quarto lugar, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são os únicos países lusófonos em que, na sequência das primeiras eleições multipartidários, os partidos incumbentes foram substituídos pela oposição recém-formada (CAHEN, 1991; SANCHES, 2016). Em quinto lugar, se considerarmos a trajetória de desenvolvimento socioeconómico destes países, entre 1990 e 2015, verificamos que apresentam evoluções similares em alguns indicadores chave (ver quadro 1). No que toca à percentagem da população urbana, à esperança média de vida e aos níveis de literacia as diferenças são ténues: ambos os países estão em patamares semelhantes. Porém, relativamente ao desempenho da economia e ao nível global de desenvolvimento humano Cabo Verde está francamente melhor do que São Tomé e Príncipe. No geral, porém, são mais os fatores que apro-

ximam estes dois casos do que os que os afastam, tornado assim este estudo comparativo pertinente.

Quadro 1. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Indicadores de Desenvolvimento (1990-2015)

Ano	País	IDH (posição)	População (milhares)	População urbana (%)	Esperança média de vida (anos)	Literacia (% população > 15 anos)	PIB (% crescimento anual)	PIB per capita (US\$)
1990	CV	104	341256	44,1	66	62,8	0,7	899,3
	STP	112	113575	43,6	62	73,2 ^a	-2,2 [*]
2000	CV	100	438737	53,4	70	80,0 ^b	14,3	1229,0
	STP	119	137164	53,4	63	84,9 ^c	3,2 ^f	515,9 ^h
2010	CV	122	490379	61,8	73	85,3 ^d	1,5	3393,9
	STP	143	170880	61,9	66	90,1 ^e	4,5	1142,2
2015	CV	122	520502	65,5	73	88,5	2,5	3131,1
	STP	143	190344	65,1	66	91,7	4,5 ^g	1810,7 ⁱ

Fonte: Human Development Reports (<http://hdr.undp.org/en/>); World Bank: (<http://databank.worldbank.org/>). * <http://pt.knoema.com/atlas/S%C3%A3o-Tom%C3%A9-e-Pr%C3%ADncipe/Crescimento-do-PIB>.

Notas: 1) CV = Cabo Verde; STP= São Tomé e Príncipe; IDH = Índice de Desenvolvimento Humano; PIB = Produto Interno Bruto. 2) Valores relativos aos seguintes anos ^a2001; ^b2004; ^c2001; ^d2012; ^e2012; ^f2001; ^g 2014; ^h2001; ⁱ2014.

DEMOCRATIZAÇÃO EM CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Estudos sobre as transições democráticas no continente africano identificam três tipos de fatores – domésticos, regionais e internacionais – como tendo sido responsáveis pela implementação de reformas de liberalização política na grande maioria dos estados, nos finais dos anos 1980. No plano doméstico, o falhanço das políticas económicas centralmente planeadas e a erosão das fontes de legitimidade dos partidos do governo estão entre os fatores catalisadores de mudança (CHABAL, 1998; DIAMOND e PLATTNER, 1999). Em muitos países, especialmente nas ex-colónias francófonas

(por exemplo: Benim, Camarões, Costa do Marfim, Níger, Togo e República do Congo) e anglófonas (por exemplo: África do Sul, Nigéria e Zâmbia), uma onda significativa de protestos populares foi fundamental para o desencadear de importantes reformas políticas e económicas (BRATTON e VAN DE WALLE, 1997). No plano regional, o desfecho positivo do processo de transição no Benim e a libertação de Nelson Mandela são vistos como marcos importantes (DIAMOND e PLATTNER, 1999), que contagiaram países vizinhos com a ideia de que a mudança era possível. Segundo TEORELL (2010) África é o continente em que esta dimensão de contágio tem mais efeito no processo de democratização. Finalmente, no plano internacional, o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, significaram o fim do apoio do bloco comunista aos regimes de partido único em África, forçando estes últimos a encontrarem novos aliados no Ocidente (CHABAL, 1998; DIAMOND e PLATTNER, 1999).

A combinação entre estes fatores criou uma espetacular sequência de processos de liberalização e de transição política em África à qual as ex-colónias portuguesas não ficaram imunes. Entre finais de 1980 e 1994, os partidos que governaram o Estado desde a independência negociaram mudanças institucionais significativas com as forças da oposição para realizar as primeiras eleições multipartidárias na história do país (CHABAL, 2002). Estes partidos eram o PAIGC na Guiné-Bissau, partido fundado em 1956 por Amílcar Cabral e que até 1980 representava também Cabo Verde; o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV)²; o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) fundado em 1956; a Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO) fundada em 1962 e o MLSTP fundado em 1972. Em comum estes partidos têm o facto de terem sido os principais protagonistas³ da luta anticolonial e os negociadores do processo de independência. Para além disso, todos instauram regimes de partido único ideologicamente vinculados com a matriz marxista (CHABAL, 2002). É

2. Criado em 1980 após o golpe de estado de Nino Vieira na Guiné-Bissau, que põe fim ao projeto binacional.

3. Não queremos com isto dizer que foram os únicos. Sobretudo na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique existiram outros movimentos de luta anticolonial, mas os que referimos no texto foram os protagonistas.

verdade que estes regimes enfrentaram desafios diferentes e que seguiram diferentes vias de transição, mas não abordaremos essas diferenças. Neste estudo examinamos apenas os casos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Em concreto analisamos duas fases centrais do processo de democratização: a liberalização e a transição. Para melhor enquadrarmos esta análise definimos estes conceitos e a relação esperada entre eles.

A liberalização é uma condição necessária da democratização na medida em que precede o processo de transição. É marcada por uma expansão significativa dos direitos humanos e das liberdades cívicas e políticas (SCHNEIDER e SCHMITTER, 2004, p. 64). Através da produção de nova legislação o regime permite que grupos dissidentes, organizações políticas formais e informais e partidos políticos alternativos possam exercer o direito de oposição. Complementarmente, abre-se espaço para uma imprensa independente e para a formação de sindicatos para além da esfera do estado (Ibid.). No entanto, nem todo o processo de liberalização conduz à democratização (Ibid.). No caso africano BRATTON e VAN DE WALLE (1997) demonstraram que dos 40 estados que efetuaram reformas de liberalização política entre 1989-1994 apenas 16 completaram os seus processos de transição. Se assim é então importa analisar os processos e vias de transição de cada país. Para os “transitólogos” estudar a transição é fundamental porque as escolhas feitas nesta fase – ainda que debaixo de grande incerteza e refletindo relações de poder desiguais – determinam a estabilidade e a consolidação da democracia (LINZ e STEPAN, 1996; SCHNEIDER e SCHMITTER, 2004).

Um processo de transição é marcado, no mínimo, pela organização de eleições, livres justas e transparentes e pela aceitação desses resultados por parte dos cidadãos e dos atores políticos chave (Ibid.). Mas em sentido *latu* pode implicar um conjunto de outros fatores como o envolvimento de movimentos sociais e políticos nos processos de negociação, a introdução de legislação que limite a arbitrariedade no exercício do poder político e a aprovação de uma constituição que garanta direitos políticos a todos os cidadãos (SCHNEIDER e SCHMITTER 2004, p. 66). De seguida analisamos

em que medida algumas destas dimensões estiveram presentes nos dois estudos de caso.

LIBERALIZAÇÃO (1985-1990)

Em Cabo Verde a fase de liberalização situou-se entre 1985-1990. Do ponto de vista político, esta fase pode ser vista como uma resposta do partido a duas crises importantes que haviam fragilizado a sua unidade interna. A primeira ocorreu em 1979 e ficou conhecida como a “crise dos ministros trotskistas”. Esta crise conotou uma facção do partido que reivindicava por mais democracia e transparência interna e ficou marcada pela demissão de dois ministros (Manuel Faustino e José Tomaz Veiga) e pelo afastamento de possíveis liberais de cargos influentes, nomeadamente, Jorge Carlos Fonseca e Eugénio Inocêncio que viriam mais tarde a integrar o Movimento para a Democracia (MpD) primeiro partido legalmente constituído em Cabo Verde (LOPES, 1996; CAHEN, 1991; SANCHES 2008; SANCHES 2011). A segunda crise resulta de divergências em torno do projeto binacional com a Guiné-Bissau, que chega ao fim em 1980 com o golpe de estado de Nino Vieira em Bissau e com a fundação do PAICV (LOPES, 1996, p. 44). Do ponto de vista económico, os resultados dos dois planos de desenvolvimento implementados pelo regime foram insuficientes para animar setores importantes de atividade (indústria e agricultura) e tornaram inevitável a necessidade de apoiar a iniciativa privada e a liberalização do mercado (ANDRADE, 2002, pp. 269–72; SILVA, 1997, p. 5; KOUDAWO, 2001, pp. 106-107; ÉVORA, 2004, p. 83).

O início das reformas políticas começa com as eleições de 1985, que se desenrolaram num ambiente mais participativo do que as anteriores (1975, 1985) (FOY, 1988; CAHEN, 1991). O PAICV publica em 1985 uma nova lei eleitoral que dá aos cidadãos a possibilidade de rejeitar os nomes propostos pelo partido e de indicar outros, cabendo-lhes a última palavra sobre a composição da lista dos candidatos (Foy: 1988: 50-66). Os eleitores puderam ainda discutir as qualidades dos candidatos nos *meetings* políticos organizados em cada círculo eleitoral (FOY, 1988, p. 60). Nestas eleições Carlos Veiga

(que viria a ser líder do MpD e primeiro-ministro de Cabo Verde em 1991) foi eleito candidato independente.

Posteriormente, no III Congresso do PAICV entre 25-30 de novembro de 1988, sob o lema “Num Mundo em Transformação Um Partido para o Futuro” foi definida uma ampla agenda de reformas políticas e econômicas, incluindo: a *reorientação da reforma agrária* (causa de descontentamento entre as classes rurais e os proprietários agrícolas), *reforma da administração pública* (com vista a institucionalização do poder local autónomo), *reforma do sistema eleitoral* (para permitir maior competição através da introdução de mecanismos de intervenção democrática de cidadãos e associações políticas económicas) e *reforma do sistema económico* (para potenciar a posição geoeconómica do país em espaços económicos mais vastos) (KOUDAWO, 2001, pp. 93-94).

Na continuidade destas mudanças a Assembleia Nacional Popular aprova um pacote de leis de liberalização política nos finais de 1990. A revisão do artigo 4º da Constituição põe fim ao multipartidarismo (Lei Constitucional n.º 2/III/90) e possibilita a constituição de partidos políticos de acordo com a Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 86/III/90 de 6 de outubro). Paralelamente, as alterações na Lei eleitoral para a Assembleia Nacional Popular (Lei n.º 81/III/90 de 13 de outubro) e a aprovação da Lei eleitoral do Presidente da República (Lei n.º 88/III/90 de 13 de outubro), estabeleceram as condições de elegibilidade e o sistema eleitoral das primeiras eleições multiparidárias. Finalmente, um conjunto de outras leis permitiu a ampliação de um conjunto de direitos políticos e de liberdades cívicas: Direito de Reunião e de Manifestação (Lei n.º 81/III/90 de 29 de junho) e Direito de Antena e de Resposta Política (Lei n.º 90/III/90 de 23 de novembro).

Em São Tomé e Príncipe a liberalização também foi um processo gradual e relativamente rápido que demorou cerca de cinco anos 1985-1990 (SEIBERT, 2002, p. 302). Mas também aqui encontramos antecedentes importantes de deterioração da legitimidade do regime, com lutas de poder internas acompanhados pelo recrudescer de medidas autoritárias por parte do Presidente Pinto da Costa. Com o afastamento do primeiro-ministro Miguel Trovoada em 1981 e mais tarde do ministro da defesa Daniel Daio

(1981), entre outros membros importantes do partido, Pinto da Costa conseguiu limitar a contestação interna ao partido e assumir o papel de líder do partido, Chefe do governo, Chefe de Estado e Chefe das Forças Armadas (SEIBERT, 2002, p. 298). Foi no exílio que muita da contestação ao regime se fez com a formação da Frente de Resistência Nacional de São Tomé e Príncipe (FRNSTP) em Libreville, da União Democrata e Independente de São Tomé e Príncipe (UDISTP) e da Ação Democrática Nacional de São Tomé e Príncipe (ADNSTP) em Portugal (SEIBERT, 2002, p. 299).

Em julho de 1984 Pinto da Costa mostra-se disponível para introduzir medidas de liberalização política. Numa tentativa de enfraquecer a contestação externa ao regime procura cooptar Carlos Graça então líder do FRNSTP para o governo. Carlos Graça demite-se da presidência deste partido mas acaba por ficar apenas com a pasta dos Negócios estrangeiros, visto que o «bureau político recusara a sua nomeação como primeiro-ministro» (SEIBERT 1995, p. 246). Em 1987 o regime assinou um programa de ajustamento estrutural com o FMI e o Banco Mundial que previa a adoção de amplas medidas de liberalização económica. Esta aproximação ao Ocidente foi muito controversa, levando a cinco mudanças no governo entre 1985 e 1988. Ainda no ano de 1987 foram introduzidas mudanças constitucionais que permitiram a eleição direta do presidente, a eleição de candidatos independentes e de candidatos propostos por organizações reconhecidas pelo governo, tais como sindicatos e grupos de juventude (FLEISCHHACKER, 1999, p. 739)

Em dezembro de 1989 o MLSTP organizou uma conferência nacional que aprovou a transição para a democracia e para uma economia de mercado. Note-se que pressão feita pelos “renovadores” – uma ala intelectual pró-democrata dentro do partido – foi fundamental para a organização desta conferência e para o desencadear de reformas vigorosas. Os anos 1990 ficam marcados, tal como em Cabo Verde, por um conjunto de mudanças significativas no sistema político. A amnistia decretada pelo presidente Pinto da Costa em Abril de 1990 permitiu o regresso de vários intelectuais e dirigentes políticos que estavam no exílio (FLEISCHHACKER, 1999, p. 739). De seguida a Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 8/90 de 21 de setembro), a Lei do Direito de Sufrágio e do Recensea-

mento Eleitoral (Lei n.º 2/90 de 14 de maio), a Lei eleitoral (Lei n.º 11/90 de 26 de novembro) e a Lei das Comissões Eleitorais (12/90 de 26 de novembro) foram promulgadas por forma a regular o novo o quadro de competição multipartidária. Ainda nesta fase foi aprovada a Lei de Referendo (Lei n.º 3/90 de 1 de junho) para regular os termos do referendo popular; a Constituição da República de São Tomé e Príncipe (Lei n.º 7/90 de 20 de setembro); e os estatutos dos titulares de cargos políticos (Lei n.º 10/90 de 26 de novembro). A constituição viria a ser foi aprovada em agosto de 1990 por 81% da população (SEIBERT, 2002, p. 304).

TRANSIÇÃO

Tanto em Cabo Verde como em São Tomé e Príncipe as transições iniciaram com crises no interior do regime de partido único. Neste último caso as crises foram mais recorrentes e apresentaram um carácter mais personalístico (SEIBERT, 1995) enquanto no primeiro caso as crises envolveram divergências em torno de questões de fundo do programa do PAICV. Sendo ambas transições de regime, importa introduzir aqui uma importante distinção: enquanto em Cabo Verde o processo de negociação permaneceu fechado ao nível da elite, no caso de São Tomé e Príncipe os mecanismos utilizados permitiram maior envolvimento de outros atores sociais e políticos. Em particular, a organização de uma conferência nacional e o referendar da constituição geraram maior mobilização popular em torno da mudança do regime. No que toca ao processo de negociação, em Cabo Verde o processo foi desencadeado pelo PAICV, debaixo de forte pressão do MpD que apesar de recém-formado (setembro de 1990) conseguiu nivelar a negociação.

O MpD foi o primeiro partido da oposição legalmente constituído em Cabo Verde (a 16 de novembro de 1990). O seu objetivo inicial foi fazer oposição ao regime do PAICV e foi por isso o principal parceiro de negociação no processo de transição para a democracia. Ao contrário do PAICV, não resultou de um “movimento social”, tendo antes sido fundado por jovens estudantes e por uma elite política dissidente⁴. Na sua formação, esti-

4. De acordo com *Expresso* (10/11/1990) “mais de metade dos dirigentes do MpD pertenceu ao PAICV nos primeiros anos da independência, quando muitos deles ainda eram estudantes liceais. O próprio presidente

veram vários ministros que fizeram parte do governo do PAICV e que foram demitidos na sequência da crise dos “ministros trotskistas”.

O contexto da transição levou ainda ao ressurgimento de antigas forças políticas que operavam fora do território nacional: a União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde (UPICV), sediada no Senegal, e a União Cabo-Verdiana Independente e Democrata (UCID) ativa sobretudo nos núcleos de imigrantes nos Estados Unidos e na Holanda (*O Jornal*, 03/08/1991). Ambas as forças políticas foram excluídas dos processos de negociação que presidiram à transição para a democracia, e uma vez que estavam sobretudo sediadas no estrangeiro o espaço político de oposição que reivindicavam foi ocupado pelo MpD. Nem a UPICV nem a UCID conseguiram cumprir os requisitos para a apresentação de candidatos nas eleições de 1991 (SEMEDO, BARROS, e COSTA, 2007).

De um modo geral o processo político foi relativamente consensual quanto à escolha do sistema eleitoral (representação proporcional com fórmula de D’Hondt), sendo que as principais divergências tiveram a ver com a definição dos poderes presidenciais em que o PAICV defendia uma presidente forte e o MpD um presidente com poderes limitados, essencialmente no domínio legislativo (SANCHES, 2008; COSTA, 2001; ÉVORA, 2004).

Em São Tomé e Príncipe a transição foi negociada ao nível das elites – que estavam dentro e fora do regime (nomeadamente as que regressaram do exílio). A Conferência nacional de 1989 foi a sede das negociações. Mais do que uma negociação entre partidos, esta conferência propiciou uma negociação entre MLSTP, alas e facções dissidentes. Os primeiros partidos legalmente constituídos surgiram alguns meses depois. Assim, um grupo de participantes da conferência nacional – entre os quais vários dos chamados “renovadores” – constituíram o Grupo de Reflexão (GR), que sob coordenação de Guadalupe de Ceita, se tornou o primeiro movimento político de oposição ao MLSTP (SEIBERT, 1995, p. 247). O GR realiza o seu primeiro congresso a 4 de

Carlos Veiga (...) foi militante do PAIGC entre 1976-1979, tendo desempenhado entre outras coisas o cargo de Procurador Geral da República.”

novembro de 1990, em que se constitui como Partido de Convergência Democrática (PCD-GR). O congresso elegeu Daniel Daio como secretário-geral e Leonel d'Alva como presidente do partido. No primeiro trimestre de 1990 foi ainda constituída a Coligação Democrática da Oposição (CODO)⁵ e a Frente Democrática Cristã (FDC). Para além disto, o próprio MLSTP remodelou-se, adotando, em meados de outubro de 1990, a divisa Partido Social-Democrata, indicadora da sua ligação com o PSD português (Ibid).

Em ambos os países a transição fica marcada pela realização de eleições livres e justas em 1991, em que os partidos incumbentes foram, pacificamente, substituídos pela oposição: o MpD em Cabo Verde e PCD-GR em São Tomé e Príncipe.

A EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PARTIDOS

Desde a transição para a democracia realizaram-se seis eleições legislativas em Cabo Verde (1991; 1996; 2001; 2006; 2011; 2016) sete em São Tomé e Príncipe (1991; 1994; 1998; 2002; 2006; 2010; 2014)⁶. As eleições têm sido avaliadas como sendo livres e justas (*Freedom House*) e têm sido marcadas pelo surgimento e reconstituição de partidos políticos, bem como pela formação de coligações eleitorais. Se em Cabo Verde as eleições têm levado à consolidação de duas forças políticas – PAICV e MpD –, em São Tomé e Príncipe o MLSTP-PSD, o PCD-GR e o ADI têm partilhado alternadamente a liderança em governos de coligação. Assim, no primeiro caso temos um clássico formato bipartidário – em que a existência de um terceiro partido não inibe o governo sem oposição dos dois maiores partidos (Sartori, 1976, 143) – e no segundo caso temos um sistema multipartidário em que três partidos apresentam condições mais ou menos idênticas para ganhar as eleições e formar governo.

Entre 1991 e 2000 o sistema político cabo-verdiano registou uma expansão importante no número de partidos (ver quadro 2). Em 1992, logo após

5. Composta pela FRNSTP e por dois outros pequenos grupos de exilados em Lisboa.

6. Uma versão similar desta e da próxima secção foi publicada em SANCHES (2016).

as primeiras legislativas, surge o Partido Social-Democrata (PSD), resultante de uma cisão no interior da UCID. Também na sequência de uma divisão, desta vez no seio do MpD, nasce em 1993 o Partido da Convergência Democrática (PCD). Em 2000 foram criados o Partido do Trabalho e Solidariedade (PTS), por Onésimo Silveira, e o Partido da Renovação Democrática (PRD), tendo este último surgido na sequência de uma cisão no seio do MpD (SEMEDO, BARROS, e COSTA, 2007).

Estes partidos têm concorrido isoladamente, no âmbito de coligações e através das listas dos dois principais partidos. Em 2001 PCD, PTS e UCID concorrem unidos na Aliança Democrática para a Mudança (ADM), mas em 2006 seguiram estratégias próprias: o PTS concorreu pelas listas do PAICV, a UCID concorreu sozinha, elegendo dois deputados e o PCD concorreu pelas listas do MpD, sem conseguir eleger deputados. Neste último caso, a opção de alguns dirigentes em concorrerem pelo MpD, aliado aos maus resultados eleitorais, levou à decisão de Auto dissolução do partido em 2007. Em 2011 mantêm-se na corrida os partidos habituais, não havendo incremento no número de partido ou novas alianças entre os partidos. Finalmente, em 2016 há mais um partido novo a concorrer às eleições parlamentares, o Partido Popular (PP) reconhecido legalmente a 08/12/2015⁷.

Quadro 2 – Partidos/Alianças concorrentes às eleições legislativas em Cabo Verde (1991-2016)

Partido/Aliança	1991	1995	2001	2006	2011	2016
ADM			X	X		
MpD	X	X	X	X	X	X
PAICV	X	X	X	X	X	X
PCD		X	ADM	Lista MpD		
PP						
PRD			X	X		
PSD		X	X	X	X	X

7. <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article115266>

Partido/Aliança	1991	1995	2001	2006	2011	2016
PTS			ADM	Lista PAICV	X	X
UCID		X	ADM	X	X	X

Fonte: Adaptado de Sanches (2016).

Nota: os partidos/alianças estão por ordem alfabética. Quando numa eleição, um determinado partido concorre numa aliança/coligação em vez do símbolo “X” surge o nome da coligação. Por exemplo, em 2001 PCD, PTS e UCID concorreram na coligação ADM.

Em São Tomé e Príncipe logo após as eleições de 1991, dissidentes do PCD-GR formam a Ação Democrática Independente (ADI), que viria a competir nas eleições de 1994. Mas é sobretudo entre 2001 e 2006 que assistimos a uma evolução importante no número de partidos e de coligações eleitorais (ver quadro 3). Em 2001 é constituído o Movimento Democrático das Forças da Mudança-Partido Liberal (MDFM-PL), em 2005 a Geração Esperança (GE) e a União dos Democratas para Cidadania Desenvolvimento (UDCD), e em 2006 o Movimento Novo Rumo (MNR). Neste período emergiram ainda vários pequenos partidos que integraram coligações eleitorais em 2002 e 2006: o Partido da Renovação Democrática (PRD), a União Nacional para a Democracia e Progresso (UNDP), o Partido Popular do Progresso (PPP), o Partido da Renovação Social (PRS), o Partido Trabalhista Santomense (PTS) e o Partido Liberal Social (PLS). Em termos de coligações, as mais importantes foram a Uê Kédadjí (UK) e o MDFM-PCD que competiram tanto nas legislativas de 2002 como nas de 2006⁸.

As eleições de 2010 foram menos concorridas (no que diz respeito ao número de partidos) do que as anteriores e distinguiram-se pela fraca incidência de movimentos de coligação. As coligações UK e MDFM-PCD desfizeram-se e os partidos que as integravam seguiram estratégias individualizadas. Para além disso, novos partidos surgiram na arena eleitoral – a Confederação Democrática Nacional – Fêssu Bassóla (CDN-FB) e o Movimento Socialista (MS). Em

8. Em 2002 faziam parte da UK os seguintes partidos: ADI, CODO, PRD, PPP e UNDP; no entanto em 2006 houve uma pequena alteração mantiveram-se alguns parceiros de coligação (CODO, PRD, PPP e UNDP), enquanto a saída da ADI foi compensada com a entrada do PSR. O MDFM-PCD foi uma coligação entre MDFM-PL e o PCD-GR.

2014 manteve-se a tendência de crescimento do sistema partidário, com dois novos partidos legalizados em abril – o Partido de Estabilidade e Progresso Social (PEPS), e a Plataforma Nacional para o Desenvolvimento (PND).

Quadro 3 – Partidos/ Alianças concorrentes às eleições legislativas em São Tomé e Príncipe (1991-2014)

Partido / Aliança	1991	1994	1998	2002	2006	2010	2014
ADI		X	X	UK	X	X	X
CDNFB						X	
CODO	X	X	X	UK	UK	X	X
FDC	X	X	X	X	X	X	X
GE					X		
MDFM-PL				MDFM/PCD	MDFM/PCD	X	X
MDFM/PCD				X	X		X
MLSTP-PSD	X	X	X	X	X	X	X
MNR					X		
MS						X	X
PCD-GR	X	X	X	MDFM/PCD	MDFM/PCD	X	X
PEPS							X
PLS					X		
PND							X
PPP		X	X	UK	UK		
PRD				UK	UK		
PRS					UK		
PTS				X	X		X
UDD					X	X	X
UK				X	X		
UNDP		X	X	UK	UK	X	X

Fonte: Adaptado de Sanches (2016).

Nota: os partidos/alianças estão por ordem alfabética. Quando numa eleição, um determinado partido concorre numa aliança/coligação em vez do símbolo “X” aparece o nome da coligação. Por exemplo, em 2002 o UNPD concorre na coligação UK.

Esta breve descrição aponta para duas estruturas de competição diferenciadas. No caso de Cabo Verde, estamos perante um sistema partidário aliçado sobretudo em dois partidos que têm competido sistematicamente em todos os atos eleitorais e que têm definido o campo político, de tal modo que parecem ter estancado a partir de 1995 a possibilidade de surgimento de novos partidos. No caso de São Tomé e Príncipe, o número de partidos políticos concorrentes a eleições foi crescendo sistematicamente ao longo do tempo. Apesar da pulverização do sistema partidário (sobretudo entre 2001-2006), pelo menos quatro partidos (MLSTP-PSD, ADI, PCD-GR, MDFM-PL) parecem ser concorrentes habituais no sistema político. Estes dados muito preliminares não permitem tirar grandes conclusões por si só, mas indiciam uma competição centrípeta e relativamente fechada em Cabo Verde, e uma competição centrífuga e relativamente aberta em São Tomé e Príncipe (SARTORI, 1976; MAIR, 1997).

AS CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS PARTIDÁRIOS DEMOCRÁTICOS

Um sistema partidário é mais do que o número de partidos que existem no seu interior, ele é o padrão de interações entre os partidos que competem pelo governo (SARTORI, 1976). Estes padrões podem ser mais ou menos estáveis e influenciam a qualidade da democracia. Embora a relação entre as características dos sistemas partidários e a democracia nem sempre seja linear, o facto é que de um modo geral a existência de um sistema partidário estável favorece a responsabilização vertical, as ligações programáticas entre partidos e cidadãos e a natureza da representação (MAINWARING, 1999).

Nos quadros 4 e 5 apresentamos um conjunto de indicadores que nos permitem caracterizar os sistemas partidários cabo-verdiano e santomense ao longo do tempo. O quadro 5 contém informação sobre a percentagem de votos nos principais partidos, a diferença de votos entre eleições presidenciais e legislativas e finalmente a relação entre governo, maioria parlamentar e presidência. Lidos em conjunto estes indicadores apontam para diferenças importantes entre os sistemas partidários cabo-verdiano e santomense. Em Cabo Verde, MpD e PAICV são sistematicamente os parti-

dos mais votados em eleições legislativas (reunindo mais de 90% dos votos válidos) e os candidatos presidenciais por eles apoiados são também os mais votados. O enraizamento destes partidos entre os eleitores é evidenciado quando olhamos para a diferença de votos entre eleições legislativas e presidenciais: em média a diferença de votos entre estas eleições é relativamente baixa (14,0%), embora o MpD registre ganhos mais expressivos do que o PAICV que é bastante mais penalizado em eleições presidenciais. Para além de se verificar uma alternância periódica entres estes dois partidos, durante duas décadas prevaleceu um modelo em que o partido com maioria parlamentar conseguia também eleger o seu candidato presidencial, havendo assim confluência institucional. Este padrão é alterado em 2011, altura em que se regista a primeira coabitação política entre a maioria parlamentar do PAICV e o presidente apoiado pelo MpD. No entanto este evento foi excepcional pois na sequência das eleições de 2016 voltamos a estar perante um governo unificado, com maioria no parlamento e na presidência.

Diferentemente, em São Tomé Príncipe cerca de quatro partidos emergem sistematicamente como os mais votados desde 1991, entre eles: MLS-TP-PSD, PCD-GR, ADI e MDFM-PL. Apenas em três das sete eleições realizadas entre 1991-2014 surgiu um vencedor claro, isto é, com maioria dos votos – 1991 (PCD-GR), 1998 (MLSTP-PSD) e 2014 (ADI) – nas restantes observou-se um equilíbrio entre as principais forças políticas concorrentes. O desempenho dos partidos, entre eleições, é relativamente irregular, mas no global as diferenças não são muito elevadas (14,3%). Adicionalmente, e bem diferente de Cabo Verde, as fórmulas de governo santomenses têm sido caracterizadas pelo estabelecimento de coligações entre os partidos mais votados, que têm coabitado, sistematicamente, com um presidente de uma cor política diferente ou da cor política de apenas um dos parceiros de coligação. Com efeito, desde 1994 que os resultados das legislativas e das presidenciais espelham uma coabitação interinstitucional conducente a vários impasses institucionais e fatalmente à queda dos governos (por via parlamentar, mas também por intervenção direta do Presidente da República).

Quadro 4 — Eleições presidenciais e parlamentares: principais partidos e relação entre eleições parlamentares e presidenciais

País	Anos eleitorais	Votos nos principais partidos (%) ¹		Diferença de votos entre eleições PRE e LEG	Relação: Governo, maioria parlamentar e presidência
Cabo Verde	1991	MpD	62,0	10	Confluência (Governo maioritário e presidente apoiado pelo MpD)
		PAICV	32,0	-6	
	1995/ 1996	MpD	59,0	21	Confluência (Governo maioritário e presidente apoiado pelo MpD)
		PAICV ²	28,0	52	
	2001	MpD	39,2	10,8	Confluência (Governo maioritário e presidente apoiado pelo PAICV)
		PAICV	47,8	2,3	
	2006	MpD	44,0	5,02	Confluência (Governo maioritário e presidente apoiado pelo PAICV)
		PAICV	52,3	-1,3	
	2011	MpD	42,3	-4,5	Coabitação (Governo maioritário do PAICV e presidente apoiado pelo MpD)
		PAICV	52,7	-20,0	
	2016	MpD	53,6	20,5	Confluência (Governo maioritário e presidente apoiado pelo MpD)
		PAICV ³	37,5	-15,0	

País	Anos eleitorais	Votos nos principais partidos (%) ¹		Diferença de votos entre eleições PRE e LEG	Relação: Governo, maioria parlamentar e presidência
São Tomé e Príncipe	1991	PCD-GR	54,4	16,6	Confluência (Governo maioritário e presidente apoiado pelo PCD-GR)
		MLSTP-PSD	30,5	-30,5	
	1994/ 1996	MLSTP-PSD	42,5	4,73	Coabitação (Governo minoritário do MLSTP-PSD e presidente apoiado pelo ADI)
		ADI	26,3	26,47	
		PCD-GR	24,6	-9,99	
	1998/ 2001	MLSTP-PSD	50,6	-10,63	Coabitação (Governo maioritário do MLSTP-PSD e presidente apoiado pelo ADI)
		ADI	28,2	26,99	
		PCD-GR	16,0	-15,99	
	2002	MLSTP-PSD	39,6		Coabitação (Governo de coligação MLSTP-PSD, MDFM-PCD e UK e presidente apoiado pelo ADI)
		MDFM-PCD	39,4		
		UK	16,2		
	2006	MDFM-PCD	38,8	21,79	Confluência (Governo minoritário e presidente apoiado pelo MDFM-PCD)
		MLSTP-PSD	29,5		
		ADI	20,0	18,82	
	2010/ 2011	ADI	43,1	3,99	Coabitação (Governo de coligação ADI e MDFM/PL, e presidente independente)
		MLSTP-PSD	32,8	-28,75	
		PCD-GR	13,9	0,45	
	2014	ADI	50,5	-0,7	Coabitação (Governo maioritário e presidente apoiado pelo ADI)
		MLSTP/PSD	23,6	1,2	
		PCD-GR	10,4	-10,4	

Fonte: Adaptado de Sanches (2016)

Nota: ¹ Partidos com mais de 10% dos votos. ² PAICV e MpD apoiaram a candidatura de António Mascarenhas Monteiro, que obteve 80% dos votos. ³ O PAICV manifestou “simpatia” pelo candidato Albertino Graça que obteve 22,5% dos votos. Mas o apoio não foi oficial.

Apesar destas diferenças, os resultados também indicam que tanto o PAICV como o MLSTP estão fortemente enraizados na sociedade – para usar uma expressão de Mainwaring (1999) – e que conseguiram, a longo prazo, captar as preferências de parte do eleitorado. Estes partidos conseguiram ter a maioria dos votos em várias ocasiões – o PAICV nas eleições de 2001, 2006 e 2011 e MLSTP nas eleições de 1998 e 2002. Adicionalmente, mesmo quando estiveram na oposição, conseguiram reunir uma percentagem considerável dos votos. O MLSTP nunca teve menos do que 23% (em 2014) dos votos enquanto o PAICV nunca desceu abaixo dos 28% dos votos (em 1995).

Consideremos agora até que ponto o sistema partidário é estável ou pelo contrário permeável a novos partidos (ver quadro 5). Os dados da volatilidade eleitoral – que mede a mudança de voto entre duas eleições legislativas consecutivas (PEDERSEN, 1983) – indicam que o eleitorado cabo-verdiano é mais estável do que o santomense: a mudança de voto em termos médios atinge 11,1% entre os eleitores cabo-verdianos e 23,8% entre os santomenses. É lógico supor que os elevados níveis de volatilidade eleitoral estejam correlacionados com os níveis mais elevados de competição eleitoral entre os partidos santomenses: quanto maior a oferta, maior a possibilidade de escolha. Consideremos agora os dados da representação de novos partidos. Por novos partidos entende-se aqueles que conseguem pelo menos um assento parlamentar numa eleição presente e que na eleição anterior não conseguiram nenhum assento. Os dados no quadro 5 revelam que o sistema partidário cabo-verdiano é mais fechado à entrada de novos partidos do que o santomense: os partidos que conseguem representação parlamentar – pela primeira vez, ou depois de terem falhado a representação parlamentar numa eleição anterior – conseguem em média 0,6% e 12,2% dos votos, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, respetivamente.

Quadro 5 — Volatilidade eleitoral, votação em novos partidos e percentagem de lugares em função da data de fundação dos partidos

País	Eleições	Volatilidade		Novos partidos (% lugares)	% de lugares obtidos por partidos fundados até			
		Votos	Lugares		1960	1970	1980	Total
Cabo Verde	legislativas							
	1991/1995	7,7	4,5	1,4	29,1		...	29,1
	1995/2001	22,3	20,0	1,4	29,2		1,4	30,6
	2001/2006	7,7	2,0	1,4	55,6		2,8	58,3
	2006/2011	2,8	3,0	0,0	56,9		2,8	59,7
	2011/2016	14,8	9,0	0,0	52,8		2,8	55,6
	2016				40,3		4,2	44,5
Média		11,1	7,7	0,8	44,0	0,0	2,3	46,3
São Tome e Príncipe	1991/1994	39,7	20,0	25,5			49,1	49,1
	1994/1998	14,7	6,0	0,0			56,4	56,4
	1998/2002	28,2	15,0	14,5			43,6	43,6
	2002/2006	15,7	4,0	43,6*			36,4	36,4
	2006/2010	28,7	16,0	0,0			38,2	38,2
	2010/2014	16,0	8,0	1,8			23,6	23,6
	2014						29,1	29,1
Média		23,8	9,9	12,2	0,0	0,0	39,5	39,5

Fonte: Adaptado de Sanches (2016)

Nota: O novo partido é o MDFM, mas os valores dizem respeito ao total obtido pela coligação MDFM-PCD. Não encontramos dados individuais.

Finalmente, olhando para a proporção de lugares dos partidos por data de fundação, verificamos que Cabo Verde apresenta partidos mais velhos do que São Tomé Príncipe. No primeiro caso o PAICV, e em menor grau a UCID, são os partidos mais antigos do sistema e totalizam perto de 50% dos lugares em média. No segundo caso o MLSTP é o único partido fundado até 1980 a conseguir representação parlamentar. Se tivermos em conta que quanto mais “velhos” os partidos, mais institucionalizados estão podemos assumir que em Cabo Verde os partidos estão mais institucionalizados (JANDA, 1970; HUNTINGTON, 1965).

FATORES EXPLICATIVOS DO SISTEMA PARTIDÁRIO

FORMULA ELEITORAL E DIMENSÃO DOS CÍRCULOS ELEITORAIS

Tanto em Cabo Verde como em São Tomé e Príncipe a escolha do sistema eleitoral foi feita no contexto da transição, mais concretamente no período imediatamente precedente à realização das primeiras eleições multipartidárias. O sistema escolhido, em ambos os casos foi o de representação proporcional, com aplicação do método de D'Hondt. Em termos de efeitos mecânicos, este sistema é conhecido por produzir resultados mais proporcionais e níveis mais elevados de fragmentação e de representação parlamentar do que os sistemas eleitorais maioritários (LIJPHART, 1994). Todavia, os dados até aqui apresentados indicam que o sistema partidário santomense é mais fragmentado do que o cabo-verdiano. Uma possível explicação para esta diferença é a dimensão dos círculos eleitorais, pois quanto maior a dimensão do círculo eleitoral mais proporcional tenderá a ser a conversão dos votos em mandatos e mais favorecida é a representação dos pequenos partidos (LIJPHART, 1994).

Começando por Cabo Verde, nas eleições legislativas de 1991, o território nacional foi dividido em 16 círculos eleitorais nacionais (Paul, Ribeira Grande, Porto Novo, S. Vicente, S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Praia, S. Domingos, Santa Cruz, Santa Catarina, Tarrafal, S. Filipe, Mosteiros e Brava) e três círculos eleitorais no estrangeiro (África, América, Europa/Resto

do mundo). De acordo com a legislação vigente, os três círculos eleitorais do estrangeiro deviam eleger três deputados (um por círculo), sendo os restantes 76 deputados distribuídos pelos círculos eleitorais do território nacional (Art.º 12.º Lei Eleitoral de 1990). A assembleia era, assim, constituída por 79 lugares. A revisão dessa legislação, em 1994, atribuiu dois mandatos a cada círculo eleitoral do estrangeiro, reduziu o número de mandatos de 79 para 72 (Art.º 153.º da Constituição da República 1992, Art.º 391.º da Lei Eleitoral de 1999) e desmembrou o círculo eleitoral do Tarrafal em mais um círculo – S. Miguel. Desde de 1994 têm existido alterações pontuais na dimensão dos círculos eleitorais, mas sem consequências para a dimensão da Assembleia da República.

Em São Tomé e Príncipe, o território nacional foi, inicialmente, organizado em sete círculos eleitorais (Água Grande, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata, Mé-Zóchi, Pague) e este sistema vigorou por mais de duas décadas. Mais recentemente, em 2013, foi aprovada uma nova lei eleitoral com os votos a favor da maioria parlamentar MLSTP-PSD, PCD-GR e MDFM-PL, e os votos contra da ADI. Uma das inovações desta lei “(...) é a alteração do número de deputados por cada círculo eleitoral em função da sua densidade populacional. Assim, dos seus atuais 13 deputados, o distrito de Água Grande, o mais populoso do país, passa para 16 deputados, enquanto o segundo distrito com maior número de habitantes passa de 13 para 12 deputados”⁹.

Do ponto de vista da dimensão dos círculos eleitorais, o sistema eleitoral cabo-verdiano caracteriza-se pelo domínio esmagador de círculos de pequena dimensão (elegem até quatro mandatos) embora haja uma diminuição do seu peso ao longo do tempo. Em 1991, elegem 25 deputados (31,6%) e em 2016 um total de 17 (25,6%). Quanto aos círculos eleitorais de média dimensão (elegem entre 5-9 mandatos), após as eleições de 1991 verifica-se uma diminuição drástica do número de mandatos que podem eleger. Com

9. Nova lei eleitoral de São Tomé e Príncipe adotada pelo parlamento, RFI, 07-08-2013. Disponível *online*: <http://pt.rfi.fr/africa/20130807-nova-lei-eleitoral-de-sao-tome-e-principe-adoptada-pelo-parlamento> (acedido em 31-01-2016).

feito, em 1991 existiam cinco círculos eleitorais que elegiam 28 (35,5%) deputados, enquanto em 2016 passaram a existir dois círculos de média dimensão que elegem 12 deputados. No caso de São Tomé e Príncipe, não existem círculos de pequena dimensão e predominam os círculos de média dimensão. No total, estes últimos elegem 52,5% (29) do total de 55 lugares da Assembleia da República. Dois círculos eleitorais – Água Grande e Mé-Zóchi – elegem 26 deputados (47,3%). As mudanças na lei eleitoral em 2013 não alteram esta tendência geral (ver quadro 6).

O sistema eleitoral cabo-verdiano, por ser dominado por círculos de pequena dimensão acaba por penalizar os partidos pequenos, pois onde existirem pouco lugares em competição os partidos maiores tenderão a levar vantagem. No caso santomense observamos o contrário, a dimensão dos círculos eleitorais é maior, e com isso aumenta o limiar de eleição dos pequenos partidos.

Quadro 6 - Círculos eleitorais (CE) e distribuição de mandatos (MD)

Dimensão	Cabo Verde																	
	1991			1995			2001			2006			2016			1991/2016		
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%
	CE	MD	MD	CE	MD	MD	CE	MD	MD	CE	MD	MD	CE	MD	MD	CE	MD	MD
Pequena	12	25	31,6	16	41	56,9	17	39	54,2	17	40	55,6	8	17	23,6	0	0	0
Média	5	28	35,4	1	7	9,7	1	9	12,5	1	6	8,3	2	12	16,7	5	29	52,7
Grande	2	26	32,9	2	24	33,3	2	24	33,3	2	26	36,1	3	43	59,7	2	26	47,3
Total	19	79	100	19	72	100	20	72	100	20	72	100	13	72	100	7	55	100

Fonte: Adaptado de Sanches (2010).

Nota: Pequena (elege até 4 mandatos), Média (elege entre 5-9 mandatos), Grande (elege + 10 mandatos).

A LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS

As leis dos partidos permitem aos governos controlar a formação, a organização e a sustentabilidade dos partidos políticos (SALIH e NORDLUND, 2007, pp. 107-110). Em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe estas leis fo-

ram elaboradas no período de liberalização política, em conjunto com outras reformas que colocaram o ponto final na proibição dos partidos e expandiram os direitos políticos e liberdades cívicas. Em ambos os países as leis foram promulgadas poucos meses antes das eleições multipartidárias, o que significa que as forças políticas existentes tiveram muito pouco tempo para cumprir os requisitos necessários à sua legalização e participação nas eleições. Ainda assim, importa salientar, como aliás vimos nos quadros 2 e 3, que as primeiras eleições foram diferentes em termos do número de partidos políticos participantes: enquanto em São Tomé e Príncipe para além do MLSTP-PSD, o PCD-GR, a CODO e a FDC concorreram nas primeiras eleições multipartidárias, em Cabo Verde apenas o MpD se legalizou a tempo de competir.

Uma forma de olhar para o surgimento destes partidos é verificar até que ponto a lei aprovada na fase de liberalização encorajou ou restringiu a formação de partidos políticos (ver quadro 7). A legislação cabo-verdiana impôs mais condições aos partidos que pretendiam concorrer em 1991. Para além de projeto de estatutos, do programa, e do atestado de residência dos requerentes, era exigido que os partidos tivessem pelo menos 500 membros e que estivessem sediados no país. A Lei santomense tinha uma configuração mais flexível, quer no que concerne a totalidade de documentos necessários para a inscrição do partido, quer na obrigatoriedade de os membros residirem no território nacional. Saliente-se ainda, a celeridade do processo de decisão sobre o processo de formação dos partidos. A análise do enquadramento legal de registo e de formação dos partidos nestes dois países revela que Cabo Verde apresenta, no momento da transição, um modelo mais protetor dos interesses dos partidos que estavam a negociar a transição. Entre outros aspetos, a necessidade de atestados de residência, visava sobretudo excluir a UPICV e a UCID, que, a par do PAICV, eram as duas forças políticas mais antigas no sistema político cabo-verdiano, mas cuja atividade estava pouco implantada no território nacional. Nem UPI-CV nem UCID se legalizaram a tempo de poder participar nas eleições de 1991. Em São Tomé e Príncipe, em contrapartida, encontra-se um modelo

que tende a facilitar a formação de partidos políticos. Com efeito os partidos têm um enquadramento legal que promove a sua constituição e que é menos restritivo do ponto de vista do controlo das suas atividades. Esta escolha institucional favorece a fragmentação do sistema partidário desde a transição, tendo este traço sido reforçado ao longo do tempo.

Quadro 7 – Registo dos partidos

Cabo Verde	São Tomé e Príncipe
Art.º 6.1. A constituição do partido político é livre, não dependendo de qualquer autorização. 3. A inscrição é feita a requerimento no mínimo de 500 cidadãos, maiores de 18 anos (...) entre os requerentes figurarão pelo menos 10 residentes um em cada 9 dos 14 concelhos do país. 4. O requerimento de inscrição é dirigido ao Presidente do Supremo tribunal de justiça e será acompanhado de c) projetos de estatutos e programas, d) projeto de denominação, sigla e símbolos do partido; e) atestado de residência dos requerentes (...); f) declaração dos requerentes de que aceitam os estatutos e o programa do partido.	Art.º 9.1. A formação de um partido obtém por inscrição no registo próprio existente no Supremo Tribunal de Justiça. 2. O requerimento de inscrição é assinado por, pelo menos, duzentos e cinquenta cidadãos eleitores. 3. O requerimento é acompanhado de documentos comprovativos da capacidade eleitoral dos requerentes, bem como do projeto de estatutos, da denominação, da sigla e do símbolo do partido. 4. A decisão sobre a inscrição compete ao plenário do Supremo Tribunal de Justiça no prazo máximo de quinze dias. 5. Só pode haver recusa com fundamento em violação da presente lei.

Fontes: Lei n.º 86/III/90 de 6 de outubro (Cabo Verde) e Lei n.º 8/90 (São Tomé e Príncipe).

TIPOS DE PARTIDO

O PAICV começou por ser um *partido de massas de base nacionalista*¹⁰ cuja organização representava a vontade popular de construção de um estado-nação independente. Após o cumprimento deste objetivo o partido adquiriu uma componente mais classista apostando na reforma agrária e nas reivindicações dos trabalhadores rurais (FURTADO, 1993). No final dos anos 1980, com a crise económica e a necessidade de incentivar a iniciativa priva-

10. Proposto na tipologia de Gunther and Diamond (2003).

da e de liberalizar o mercado, o PAICV torna-se mais pragmático do ponto de vista ideológico. O MpD fundado por intelectuais e elites políticas dissidentes, assumiu um posicionamento ideológico muito abrangente desde a sua fundação, não se comprometendo nem à esquerda e nem à direita (ÉVORA, 2004)¹¹. Este posicionamento aproxima o MpD do tipo ideal *catch all*, em particular, na sua estratégia de reduzir as diferenças ideológicas para aumentar as suas bases de apoio popular. Embora o PAICV, membro Internacional Socialista, esteja mais inclinado à esquerda, e o MpD, membro da Internacional democrata, mais inclinado à direita, a verdade é que as diferenças entre estes partidos e os seus eleitores são ténues (SANCHES, 2008, p. 55-64). Ambos competem ao centro do espetro partidário e são atores estáveis e “conhecidos” dos eleitores. Adicionalmente, a bipolarização política tem estruturado de tal modo a competição partidária, que os episódios de defeções e de cisões dentro dos principais partidos são menos frequentes, pelo menos quando comparados com outros Estados africanos (SANCHES, 2014, 93-95). Em São Tomé e Príncipe o MLSTP também pode ser visto como um *partido de massas de base nacionalista*, que nos finais dos anos 1980 se reformou adotando uma ideologia e divisa social democrata. Ao contrário de Cabo Verde, a realidade política santomense é marcada pela proliferação de vários partidos políticos, a partir de cisões dentro dos partidos existentes. Muitos deles são veículos para aspirações mais personalísticas – veja a fundação do ADI por Miguel Trovoada e do MDFM-PL para apoiar a candidatura do presidente Fradique de Menezes. Assim, a circulação de elites entre velhos e novos partidos pode explicar parte dos níveis de fragmentação evidenciados entre 1991-2016. Seibert (1995, p. 249) destaca este aspeto ao argumentar que na “sociedade santomense, a política é inevitavelmente muito personalizada” e formatada por conflitos políticos pessoais. Nestes partidos a componente ideológica é muito fraca, e é desempenho do líder que determina o “sucesso” do partido. Não queremos com isto

11. Numa entrevista ao Jornal *Público* (29/07/90), o líder Carlos Veiga refere: “Temos gente da esquerda à direita. Vamos elaborar um programa credível, alternativo”.

dizer que não existem dimensões de personalismo na política cabo-verdiana. Pelo contrário, também aqui surgem partidos de natureza personalística, no entanto, de acordo com os estudos que conhecemos, este é um traço que define melhor o caso santomense do que o cabo-verdiano.

CONCLUSÃO

Neste estudo conduzimos duas análises empíricas. A primeira focou nos processos de liberalização e de transição cabo-verdiana e santomense. Demonstramos que os processos de liberalização foram relativamente céleres e desencadeados por crises no interior do regime e por um mau desempenho da economia nos finais da década de 1980. Entre 1985-1990 uma produção legislativa significativa ampliou as liberdades cívicas e os direitos políticos, preparando terreno para as primeiras eleições multipartidárias em 1991. O processo de negociação em Cabo Verde teve dois protagonistas principais – PAICV e MpD – enquanto em São Tomé e Príncipe o MLSTP organizou uma conferência nacional do qual participaram, várias elites políticas e fações do partido.

Ao longo do tempo Cabo Verde e São Tomé e Príncipe conseguiram consolidar-se enquanto democracias liberais, ainda que sustentadas por sistemas partidários com características diferentes. No primeiro caso temos um clássico sistema bipartidário em que dois partidos têm expectativas de ganhar eleições, enquanto no segundo caso, estamos perante um sistema multipartidário em que pelo menos três partidos dividem as preferências do eleitorado – MLSTP, ADI e PCD-GR.

A segunda análise empírica procurou identificar alguns fatores explicativos dos sistemas partidários cabo-verdiano e santomense - o sistema eleitoral, a lei dos partidos políticos e a natureza dos partidos. Sobre o sistema eleitoral, verificámos que em Cabo Verde a baixa dimensão dos círculos eleitorais favorece os principais partidos e fortalece a dimensão bipolar do sistema político, enquanto em São Tomé e Príncipe, os círculos eleitorais – de dimensão média – têm favorecido a representação parlamentar de mais partidos. No que diz respeito às leis dos partidos aprovadas na fase de libe-

ralização, a cabo-verdiana procurou proteger os interesses dos partidos do governo, enquanto a santomense, favoreceu a formação de novos partidos políticos. Concluímos, assim, que as escolhas institucionais feitas pelos atores políticos chave, durante a fase de transição afetaram a longo prazo a estruturação dos sistemas partidários. Como defendem os institucionalistas históricos, na medida em que os atores políticos procuram minimizar os riscos e os custos da transição, as suas escolhas têm impactos importantes no tipo de competição que irá surgir no futuro (MAHONEY e THELEN, 2010; THELEN, 1999). Relativamente à natureza dos partidos, observamos que em São Tomé e Príncipe eles tendem a ser mais personalísticos e clientelares do que em Cabo Verde, servindo sobretudo como plataforma para aspirações políticas pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Elisa Silva. Cape Verde. In CHABAL, Patrick (org.). *History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst & Company, 2002. 264–290.
- BOGAARDS, Matthijs; ELISCHER, Sebastian. Competitive Authoritarianism in Africa Revisited. *Zeitschrift Für Vergleichende Politikwissenschaft*, vol. 10, n.º 1, 5–18, 2016.
- BRATTON, Michael; VAN DE WALLE, Nicolas. *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CAHEN, Michel. Vent Des Îles - La Victoire de L'opposition Aux Iles Du Cap-Vert et à São Tomé e Príncipe. *Politique Africaine*, vol. 43, 63–78, 1991.
- CHABAL, Patrick. The Transition to Multi-Party Politics in Lusophone Africa: Problems and Prospects. *Lusotopie*, 57–69, 1996
- A Few Considerations on Democracy in Africa. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs)*, vol. 74, n.º 2, 289–303, 1998
- . (org.) *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana: Indiana University Press, 2002.

- COSTA, Daniel. *O Semi-Presidencialismo em Cabo Verde (1991-2000)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2001.
- DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc (orgs.). *Democratization in Africa*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.
- ÉVORA, Roselma. *Cabo Verde: A Abertura Política E a Transição Para a Democracia*. Praia: Spleen Edições, 2004.
- FLEISCHHACKER, Helga. Sao Tomé and Príncipe. In: NOHLEN, Dieter; KRENNERICH, Michael; THIBAUT, Bernhard (orgs.). *Elections in Africa. A Data Handbook*. New York: Oxford University Press, 1999, 739–755.
- FURTADO, Cláudio. *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1993.
- HUNTINGTON, Samuel P. Political Development and Political Decay. *World Politics*, vol. 17, n.º 3, 386–430, 1965.
- JANDA, Kenneth. A Conceptual Framework for the Comparative Analysis of Political Parties. *Sage Professional Papers in Comparative Politics*. Beverly Hills: Sage Publications, 1970.
- KOUDAWO, Fafali. *Cabo Verde, Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Guiné Bissau: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, 2001.
- LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. The Rise of Competitive Authoritarianism. *Journal of Democracy*, vol. 13, n.º 2, 51–65, 2002.
- LIJPHART, Arend. *Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty-Seven Democracies, 1945-1990*. New York: Oxford University Press, 1994.
- LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.
- LOPES, José Vicente. *Cabo Verde os Bastidores da independência*. Praia: Instituto Camões, 1996.
- LYNCH, Gabrielle; CRAWFORD, Gordon. Democratization in Africa 1990–2010: An Assessment. *Democratization*, vol. 18, n.º 2, 275–310, 2011.

- MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (orgs.). *Explaining Institutional Change Ambiguity, Agency, and Power*. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2010.
- MAINWARING, Scott. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.
- PEDERSEN, Mogens N. 1983. Western European Party Systems: Continuity and Change. In: DAALDER, Hans; MAIR, Peter (orgs.). *Changing Patterns of Electoral Volatility in European Party Systems: Explorations in Explanation*. Beverly Hills, CA and London: Sage Publications, 1983. 29–66.
- SALIH, M. A. Mohamed; Nordlund, Per. *Political Parties in Africa: Challenges for Sustained Multiparty Democracy*. Stockholm, Sweden: International IDEA, 2007.
- SANCHES, Edalina. *Sistema de Partidos Cabo-Verdiano no Período Democrático: 1991-2006*. Dissertação (Mestrado em Política Comparada) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.
- _____. Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona. O Caso Cabo-Verdiano. *Caderno de Estudos Africanos*, vol. 20, 112–38, 2011.
- _____. Institucionalização do Sistema Partidário e Democratização em Cabo Verde: 1991-2011. In: SARMENTO, Cristina Montalvão e COSTA, Suzano (orgs.). *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Almedina, 2013. 249–270.
- _____. *Explaining Party System Institutionalization in Africa: From a Broad Comparison to a Focus on Mozambique and Zambia*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.
- _____. O Desenvolvimento dos Sistemas Partidários de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em Perspetiva Comparada (1991-2014). *Anuário de Direito de São Tomé e Príncipe*, vol. 1, 2016.
- SARTORI, Giovanni. *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- SCHNEIDER, Carsten Q.; SCHMITTER, Philippe C. Liberalization, Transition and Consolidation: Measuring the Components of Democratization. *Democratization*. Vol. 11, n.º 5, 59-90, 2004.

- SEIBERT, Gerhard. A Política num Micro-Estado: São Tome e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos. *Lusotopie*, 239–50, 1995
_____. São Tomé e Príncipe. In CHABAL, Patrick (org.). *History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst & Company, 2002. 291-315.
- SEMEDO, João; BARROS, Crisanto; COSTA, Daniel. *Estudo Sociológico Sobre as Eleições Legislativas e Presidenciais de 2001 e 2006*. Praia: DGAE, 2007.
- SILVA, António Leão Correia. O processo Cabo-verdiano de Transição para a Democracia. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África) - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1997.
- TEORELL, Jan. *Determinants of Democratization: Explaining Regime Change in the World, 1972–2006*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010.
- THELEN, Kathleen. Historical Institutionalism in Comparative Politics.” *Annual Review of Political Science*, vol. 2 , n.º 1, 369–404, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

- MAI/STAPE. Cabo Verde. Constituição Lei Eleitoral e Legislação Complementar. Lisboa: Edições 70, 1994
- MAI/STAPE. S. Tomé e Príncipe. Constituição Lei Eleitoral e Legislação Complementar. Lisboa: Edições 70, 1994

PROCESSOS DE TRANSIÇÃO DUPLA EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE: A ADAPTAÇÃO DO MPLA E DA FRELIMO

Claudia Generoso de Almeida

COMPREENDER OS PROCESSOS POLÍTICOS do pós-independência em Angola e Moçambique implica necessariamente olhar para o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e para a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Ambos atores têm dominado o poder de forma ininterrupta nestes dois países; primeiro, como partidos únicos num regime monopartidário de quase 30 anos após 1975 e, agora, como partidos dominantes desde o esforço de transição dupla para a paz e democracia multipartidária do começo dos anos 90.

Se no âmbito da África subsariana o domínio continuado destes dois partidos não é algo exclusivo, já no contexto dos países africanos de expressão portuguesa, podemos dizer que é. De facto, o MPLA e a FRELIMO integram a lista dos partidos africanos há mais tempo no poder¹. Porém, no contexto dos PALOP, verificamos que, ao contrário de Cabo Verde, Guiné Bissau ou São Tomé e Príncipe, não houve alternância no poder desde a transição para o multipartidarismo.

Mais particular ainda e que, aliás, nos prende a atenção é o fato de o MPLA e a FRELIMO serem casos de partidos que conseguiram manter-se no poder apesar da guerra intraestatal que devastou os dois países após a independência. Em ambos os casos, foi tentado um acordo de paz para pôr fim à guerra e esperou-se que a sua implementação fosse selada por uma

1. Juntamente com o CCM (Tanzânia), o BPD (Botswana), o RDPC (Camarões) e a SWAPO (Namíbia). Note-se que o SPPE/LP (Seychelles) que também incorporava esta lista deixou de fazer parte recentemente, ao perder (ainda que por poucos votos) as últimas eleições de Setembro de 2016.

transição dupla bem-sucedida para a paz e democracia multipartidária via eleições.

No caso de Moçambique, essas eleições, previstas pelo Acordo Geral de Paz de 1992 e que foram realizadas em 1994, deram a vitória à FRELIMO, abrindo uma nova fase de domínio do partido agora num contexto multipartidário. No caso angolano, as eleições de 1992, as quais estipuladas pelos Acordos de Bicesse assinados em 1991, também deram a vitória ao MPLA. Contudo, em claro contraste com o primeiro, Angola regressou à guerra civil na sequência daquelas eleições, mas o ex-partido único não deixou de governar o país².

Estes dois ex-partidos únicos, originalmente movimentos de libertação, e ainda dominantes têm mostrado uma grande capacidade de adaptação que importa compreender. De fato, vários estudos têm sublinhado que grande parte dos partidos políticos em África emerge enquanto movimentos de libertação, extraparlamentares na sua origem e durante um regime colonial não democrático (BOGAARDS, 2004; CARBONE, 2007; HODGKIN, 1961; MOZAFFAR e SCARRITT, 2005; SALIH, 2003). Sabemos que, desde a independência, muitos desses antigos movimentos de libertação têm influenciado a evolução política dos respetivos países. Porém, ainda sabemos pouco relativamente à forma como se adaptam a novos contextos políticos, nomeadamente, de democratização.

Neste sentido, este capítulo procura perceber de que forma o MPLA e a FRELIMO se comportaram em termos de adaptação à transição dupla para a paz e democracia durante a implementação dos respetivos acordos de paz assinados no início dos anos 90. A partir de um estudo aprofundado destes dois partidos, argumenta-se que, se queremos saber mais sobre como estes partidos têm sido capazes de influenciar a experiência de democratização em Angola e Moçambique, é necessário captar as suas respostas tanto a nível interno (do partido) como externo (do partido em relação a outras forças). Em particular, é necessário identificar os desafios principais e as respe-

2. Não obstante, os confrontos armados entre o governo moçambicano e a RENAMO reacenderam em 2012.

tivas respostas destes dois partidos dominantes dos PALOP num momento tão crucial como foi o da transição dupla para a paz e democracia multipartidária. Em termos mais amplos, pretende-se contribuir com novas pistas de investigação relativamente à adaptação de partidos únicos a processos de democratização nos PALOP e, igualmente, para o estudo de partidos políticos africanos ao nível do seu funcionamento interno, particularmente aqueles que têm conseguido permanecer no poder, tanto em regimes mono como multipartidários.

Dito isto, começamos por fazer apresentar de forma breve o debate relativo à adaptação de partidos únicos a transições para a democracia na África subsariana. Posteriormente, apresentar-se-á um modelo de interface de desafios e respostas para analisar a adaptação de partidos únicos a transições duplas para paz e democracia. Em seguida, será analisada a adaptação do MPLA e FRELIMO no período entre a assinatura do acordo de paz e as primeiras eleições multipartidárias. Desde logo, o desenvolvimento destes dois partidos neste período temporal carece de investigação que importa fazer, em especial porque se tratou de um momento em que se procurou a pacificação e a democratização em simultâneo em Angola e Moçambique. Por último, serão tecidas algumas reflexões finais sobre os principais resultados desta investigação.

1. A ADAPTAÇÃO DE PARTIDOS ÚNICOS À TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA NA ÁFRICA SUBSARIANA

Muitos dos partidos da África subsariana que estão há mais tempo no poder têm governado os seus respectivos países em duas fases após a independência: 1) de partido único e de regime monopartidário entre os anos 60 e 80; 2) de partido dominante e de regime democrático multipartidário a partir dos anos 90.

De acordo com vários autores, a tradição de movimento de libertação tem tido um impacto importante na forma como os partidos políticos operam e se comportam atualmente em África (BAREGU, 2004; SUTTNER, 2004). Em particular, quando os movimentos de libertação se transformam

em partidos políticos, estes tendem a comportar-se como partidos únicos, exclusivos intérpretes da vontade popular e, conseqüentemente, como partidos-Estado (SALIH, 2003, p. 18). Com efeito, o sistema de partido único ou monopartidário que prevaleceu em África a partir da década de 60 até ao final da de 80 influenciou também a organização destes partidos, na medida em que são altamente centralizados, com um forte culto de personalidade e com uma tendência para a hiper-burocratização que ainda se mantém hoje em dia (MATLOSA, 2007, p. 31).

Após o fim da Guerra Fria, uma vaga de democratização atingiu a região da África subsariana e um dos sinais mais visíveis foi a realização de várias eleições multipartidárias (CRANENBURGH, 2003, p. 188). Não obstante, vários autores têm considerado que, na prática, estas transições para a democracia multipartidária têm resultado na substituição de sistemas de partido único em sistemas de partido dominante ou bipartidários (DOORENSPLEET, 2003; DORENSPLEET e NIJZINK, 2013; SALIH, 2003). Segundo BRATTON e VAN DE WALLE (1997) ou BOGAARDS (2004), a maior parte dos Estados africanos tem realizado eleições multipartidárias, no entanto, a mudança de governo não tem ocorrido na maior parte deles.³ Tanto assim é que GILIOMEE e SIMKINS (1999) manifestam a sua preocupação relativamente aos regimes de partido único *de fato* em África.

SCHEDLER (2009), por sua vez, afirma que a democratização significa para os ex-partidos únicos um meio para manter o seu poder dominante, pelo que procuram controlar o processo de mudança política. Com algumas exceções, a transformação (*transformation*) e a transposição (*transplacement*) caracterizaram a transição de sistemas de partido único para a democracia de 1989 (HUNTINGTON, 2009, p. 37). Dito de outro modo, as elites do partido incumbente lideraram a mudança de regime (processo de trans-

3. Não obstante, vale a pena mencionar a exceções a esta tendência. Por exemplo, o UNIP na Zâmbia ou o MCP no Malawi. Ambos partidos governaram por décadas mas já não se encontram no poder desde que perderam as eleições multipartidárias de 1991 e 1994, respetivamente. Nos PALOP, o PAICV em Cabo Verde ou o MLSTP em São Tomé e Príncipe perderam as primeiras eleições multipartidárias de 1991. Interessante também notar que o Botswana, país com uma das democracias mais consolidadas de África, tem o mesmo partido no poder, o BDP, desde as primeiras eleições em 1965.

formação) mas, frequentemente, com alguma negociação ou ação conjunta com os grupos de oposição (processo de transposição). Tal é especialmente observável no caso de Angola ou de Moçambique, dado que os seus partidos únicos, MPLA e FRELIMO, decidiram introduzir a mudança no sentido do multipartidarismo mas também em resultado de negociações diretas com os seus principais oponentes, UNITA e RENAMO.

HUNTINGTON (2009, p. 39) considera que a democratização significa que o poder hegemônico ou o controle do governo por parte dos partidos únicos está em risco, já que o sistema multipartidário implica, desde logo, que outros partidos compitam pelo poder. Por outro lado, a democracia eleitoral coloca grandes desafios ao nível do funcionamento interno destes partidos, por exemplo, no que diz respeito à aquisição de votos ou à coordenação eleitoral e parlamentar. Outrossim, “para ganhar o poder, os líderes do partido devem prevalecer não só sobre os outros partidos, mas também sobre os seus rivais no interior do próprio partido” (MANNING, 2008, p. 27).

Além do mais, os partidos únicos têm o desafio adicional de ter que “largar», ainda que teoricamente, o Estado. Dito de outro modo, num regime de partido único existe uma simbiose entre partido e Estado, pelo que a transição para a democracia multipartidária pressupõe uma separação dos dois, o que resulta muitas vezes em desafios institucionais e ideológicos para o partido. Em especial, porque a ideologia do partido único definiu o próprio Estado e, por conseguinte, é necessário estabelecer uma outra identidade para o Estado, bem como para o partido. Por outro lado, onde o partido único se manteve no poder, existe sempre a questão da relação entre os líderes que estão no governo e os organismos centrais do partido como o Politburo e o Comité Central (HUNTINGTON 2009, p. 38).

Dito isto, os desafios colocados pela transição para a democracia não terminam nas difíceis mudanças institucionais e ideológicas; existe ainda uma questão interna que diz respeito a visões contra e a favor da transição, as quais, por sua vez, necessitam de ser equilibradas pela liderança do partido de forma a garantir o seu poder no interior do partido e, ao mesmo tem-

po, permitir levar avante a sua política estratégica de mudança de regime em direção ao multipartidarismo.

Transpondo a distinção de HUNTINGTON (2009) relativa às atitudes dos atores chave no processo de democratização para o processo interno do partido único, alguns grupos estarão a favor da democratização, enquanto que outros se irão opor, podendo ainda existir outros que apoiarão somente uma reforma limitada de abertura política ou de liberalização. Muito importante, o poder relativo destes grupos influenciará o processo de democratização, sendo que dito poder pode alterar-se durante o próprio processo, pelo que à medida que a transformação ocorre, os moderados são muitas vezes cooptados para o governo enquanto que os *standpatters* que se opõem ao processo são afastados (HUNTINGTON, 2009, p. 41-42).

De acordo com SHARE (1987, p. 538), a liderança do partido do regime autoritário enfrenta-se, de fato, a vários obstáculos no interior da sua coligação para implementar a transição para a democracia. Assim sendo, dado que a transição para a democracia implica desafios particulares a partidos únicos, o que se sabe acerca do seu comportamento em termos de adaptação?

Pode dizer-se que os partidos únicos asseguram a sua sobrevivência quando têm uma estratégia de adaptação ao processo de abertura política. O tema da adaptação é tudo menos raro no estudo sobre partidos políticos. Contudo, o mesmo centra-se mais nas mudanças do sistema partidário e menos nos partidos a nível individual (KATZ e MAIR, 1992, p. 9), e, devemos dizê-lo, sobretudo dedicado aos partidos políticos do Ocidente. Segundo WILLS-OTERO (2009, p. 129), muitos académicos têm argumentado que concentrar a nossa atenção nos partidos enquanto unidades de análise permite uma melhor compreensão sobre como os partidos políticos se adaptam a novos contextos políticos e por que razão uns falham e outros são bem-sucedidos.

Segundo MAIR (1997), os partidos estão num processo de contínua adaptação a novas circunstâncias sociais e políticas. Neste sentido, a adaptação é fundamental para a sobrevivência destes partidos, pois sem esta o par-

tido arrisca-se a entrar em declínio ou, até mesmo, a desaparecer (MAIR, 1997, p. 16). Na mesma linha de raciocínio, KATZ e CROTTY (2006) notam que, devido ao fato de terem que adaptar-se a novos contextos dentro e fora do país onde operam, os partidos têm estado sempre num processo de mudança.

HARMEL e JANDA (1994, p. 261-262), por sua vez, assinalam que a mudança pode ser vista como um processo de adaptação em duas perspectivas. Uma de tipo evolucionista que considera que a mudança é algo natural, dado que os partidos são como organismos e, como tal, têm um ciclo de vida. Já a perspectiva de desenvolvimento, que PANEBIANCO (1988, p. 239-240) aliás subscreve, basicamente sustenta que não existe um caminho inevitável no sentido da mudança, pelo que quando esta ocorre é o efeito de alianças entre atores da organização, e, por conseguinte, o resultado de escolhas deliberadas e conscientes.

Neste sentido, podemos dizer que os partidos mudam porque, em parte, criaram as circunstâncias que facilitaram essas mesmas mudanças (KATZ e CROTTY, 2006, p. 1). Assim sendo, o partido e, em particular, os seus líderes levam a cabo ações específicas em resposta a mudanças ambientais (WILSON, 1980). Não obstante, para DESCHOUWER (1992, p. 12), não é só o ambiente que afeta os partidos mas também estes afetam o próprio ambiente, já que a liderança do partido tem a liberdade de escolha de não se desviar ou de manter o mesmo curso. Tal como MANNING (2008, p. 41) refere, é a interação dinâmica entre desafios internos e externos que molda as respostas dos partidos e as suas implicações para a democracia e para a construção de um Estado pós-conflito.

PANEBIANCO (1988, p. 261), por sua vez, nota que todos os partidos têm uma “coligação dominante” ou um grupo que está na liderança e que é responsável pelas mudanças, pelo que o estímulo externo pode atuar como um importante catalisador para um processo que finalmente resulte em mudança. HAMEL e JANDA (1994, p. 265) consideram que os estímulos externos mais importantes são aqueles que fazem o partido reavaliar a sua eficácia em termos de alcançar o seu objetivo primário, seja esse o êxito eleito-

ral ou algum outro. Para estes mesmos autores, o objetivo perseguido pelo partido é aquilo que explica as suas mudanças a nível individual (HAMEL e JANDA, 1994).

No que diz respeito ao objetivo, independentemente de se estar num sistema democrático competitivo ou num sistema de partido único, o controle do poder do Estado continua a ser o objetivo central (SALIH, 2003, p. 4). Vale a pena mencionar que, de acordo com RIEDL (2014, p. 11), os partidos africanos autoritários incumbentes procuram um papel central no processo de transição política e na competição futura com novos partidos e, conseqüentemente, procuram controlar e ser vencedores do processo de liberalização⁴.

Por outro lado, dado que as eleições competitivas são um aspeto nuclear da democracia multipartidária, os líderes dos partidos têm que equilibrar dois objetivos. Um é manter as suas posições de poder e outro é que o partido prevaleça sobre os outros partidos políticos em termos de resultados eleitorais (MANNING, 2008, p. 40). Acrescenta-se ainda que o partido procede a mudanças quando estas são necessárias para preservar o seu próprio poder e quando são necessárias para alcançar o seu objetivo primário (MANNING, 2008, p. 31).

WILLS-OTERO (2009, p. 126) considera que o tema da capacidade de adaptação dos partidos tem sido explorado por vários académicos, particularmente no que diz respeito à estrutura organizacional dos partidos, às suas dinâmicas internas, agendas programáticas e ideológicas, mecanismos de recrutamento, à interação com os seus eleitores ou às estratégias que utilizam para atrair votos.

ISHIYAMA (1995) investiga sobre a adaptação de partidos comunistas da Europa de Leste às novas circunstâncias políticas, sustentando que a evolução destes ex-partidos comunistas se baseia na influência tanto de fatores ambientais/contextuais como internos. Neste sentido, sair de um passado de par-

4. Podemos dizer com exceção, por exemplo, da África do Sul, na medida em que os incumbentes do regime do *apartheid* estavam conscientes da sua situação minoritária, pelo que procuraram antes assegurar a sua sobrevivência e representação na nova África Sul.

tido único dependerá dos incentivos dados pelo contexto político, social e econômico que compeliram a liderança do partido a mudar, mas também se a liderança que o partido tem no momento da transição política é composta, fundamentalmente, de pragmáticos que estão dispostos a largar a bagagem ideológica e a apresentar-se como alternativa credível, para assim tirar vantagens das novas oportunidades políticas (ISHIYAMA, 1995, p. 148).

Chegados aqui, podemos dizer que existe um consenso de que os partidos, de forma geral, são organizações adaptativas desafiadas pelo contexto externo e interno. No entanto, como se comportam em termos da sua adaptação à transição para a democracia?

Para MANNING (2008, p. 28), os partidos reestruturam-se para, desta forma, enfrentarem de modo mais efetivo os novos desafios, mas isto nem sempre em direção à democracia. Dito de outro modo, os partidos podem responder aos desafios internamente “centralizando ou personalizando o poder” ou “ampliando a participação e melhorando a transparência ao nível interno do partido” ou ainda responder à competição eleitoral “buscando ampliar o apelo aos eleitores” ou ainda “investir na mudança para competir de forma mais eficaz ou então investir em novas formas de subverter o sistema” (MANNING, 2008, p. 28-29).

SFERZA (2002, p. 171) apresenta no seu estudo sobre o Partido Socialista francês o argumento de que os líderes podem e, de fato, adaptam as suas estruturas internas de acordo com as mudanças no seu ambiente, mas muitas vezes essa adaptação é o resultado de uma luta entre visões rivais a respeito de como o partido deve responder, e não tanto o resultado direto de uma decisão tomada de forma autônoma pelos líderes do partido.

MANNING (2008, p. 36) salienta que o grau de centralização é também importante na medida em que os partidos desenvolvidos desde o centro por um pequeno grupo de elite são menos afetados pelos desafios externos que os partidos formados por “difusão” ou através de uma amálgama ou de um acordo entre múltiplos grupos de elites para criar o partido.

Já TSEBELIS (1990, p. 83) considera que, uma vez que os atores políticos considerem que o *outcome* político os pode prejudicar, não procuram ne-

cessariamente modificar e rapidamente as instituições políticas existentes. Pelo contrário, continuam a funcionar dentro do mesmo quadro institucional, esperando que numa próxima ocasião, as condições externas trabalhem em seu benefício. Neste sentido, WILSON (1994) argumenta que os líderes do partido começam, primeiro, por fazer pequenas mudanças. Por exemplo, os programas e a doutrina do partido carregam valores simbólicos que tornam a sua modificação um custo significativo, tanto em termos do debate intrapartidário que pode provocar como da probabilidade de “ofender” alguns membros do partido (WILSON, 1994, p. 89).

Segundo MANNING (2008, p. 37-40), a adaptação do partido ao eleitoralismo pode ser dividida em três categorias: 1) alterações nos procedimentos internos de tomada de decisão, bem como nos procedimentos de recrutamento interno e seleção dos candidatos do partido a cargos públicos; 2) alterações na identidade do partido, as quais, por sua vez, podem causar uma tensão intrapartidária; 3) participação regular nas eleições e reação aos resultados eleitorais. Estas respostas têm implicações na sobrevivência do próprio partido enquanto organização, bem como dos seus líderes (MANNING, 2008, p. 40).

Dito isto, apesar de a adaptação ser considerada um fator importante no estudo dos partidos políticos em geral, no que diz respeito ao estudo de partidos únicos, em especial, da África subsariana, podemos dizer que ainda é pouco investigada. Por outro lado, a investigação sobre a adaptação de partidos aponta para a noção de que os partidos estão num processo contínuo de adaptação, o qual é influenciado por uma interação dinâmica entre desafios internos e externos. A adaptação de partidos únicos à transição para a democracia tem o desafio adicional da separação do partido do Estado e o reforço da própria estrutura partidária de forma a mobilizar apoiantes e votantes para a vitória eleitoral e, assim, assegurar a permanência no poder. Por outro lado, a adaptação é uma decisão tomada pela liderança que procura estabelecer um equilíbrio entre visões intrapartidárias para, deste modo, garantir a manutenção do seu próprio poder no interior do partido.

2. A ANÁLISE DA ADAPTAÇÃO A PARTIR DE UM MODELO DE INTERFACE DE DESAFIOS E RESPOSTAS

Em termos gerais, a adaptação pode ser definida como as respostas do partido a desafios externos e internos a fim de garantir o seu desenvolvimento e, no caso de ser um partido que está no governo, de seguir no poder. Neste sentido, propomos um modelo de interface de desafios e respostas para analisar a adaptação de partidos únicos a transições duplas para a paz e democracia.

Desde logo, neste modelo os desafios e as respostas não são considerados blocos separados, pois entende-se que se influenciam mutuamente. Expressamente, desafios específicos podem influenciar respostas particulares e vice-versa. Por outro lado, as respostas do partido a um desafio particular pode, por sua vez, produzir mais e novos desafios. Por exemplo, a resposta ao desafio da construção do Estado governado exclusivamente pelo partido pode causar o desafio adicional da oposição à sua autoridade, a qual pode assumir o grau de uma guerra intraestatal. Essa guerra, por sua vez, é um desafio externo ao partido mas que pode desafiá-lo por dentro, em especial a sua unidade, uma vez que pode criar uma divisão entre membros que são a favor ou contra as negociações com a oposição para terminar com a guerra.

Mais especificamente, o estudo da adaptação de ex-partidos únicos na África subsariana a transições duplas pode ser realizado a partir de um modelo de interface composto por duas partes que interagem entre si: desafios e respostas (veja-se Figura 1).

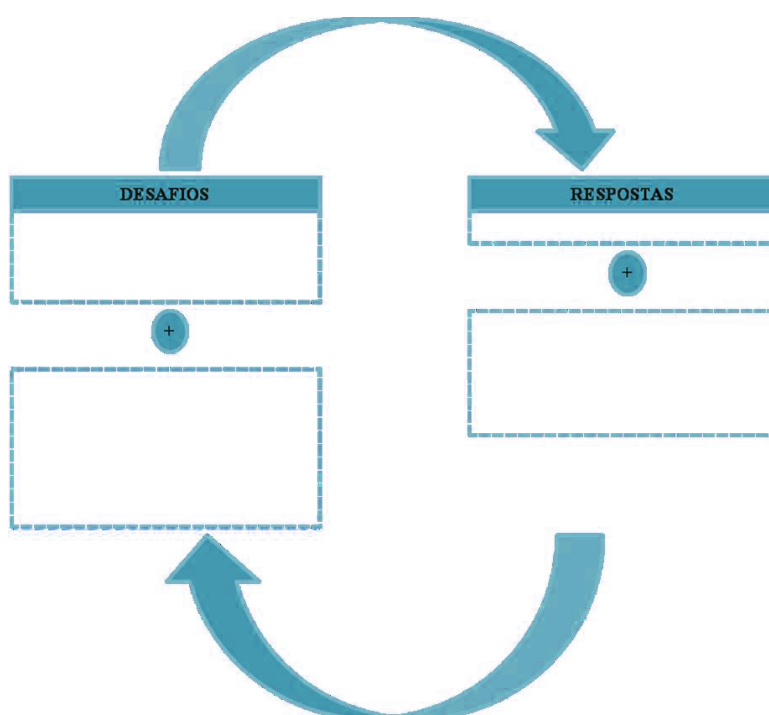
Do lado dos desafios, estes podem surgir fora ou dentro do partido e influenciar-se mutuamente. A implementação do acordo de paz e a competição eleitoral são considerados os principais desafios externos aos partidos únicos nos processos de transição dupla, enquanto que a divisão intrapartidária entre aqueles que são contra ou a favor do processo, a separação do partido do Estado e a adequação da estrutura do partido ao processo eleitoral são os principais desafios internos do partido.

No que respeita à parte das respostas, o modelo centra-se na estrutura ideológica/programática e organizacional do partido. Em termos de respos-

ta ideológica/programática, o objetivo é identificar se ocorreu alguma alteração ao nível da ideologia e programa do partido. Na resposta ao nível da estrutura organizacional centra-se na identificação de alterações ao nível da distribuição interna do poder e dos critérios de adesão de membros.

Justifica-se a análise destes dois tipos de resposta pelo fato de existir a necessidade de um foco no partido enquanto unidade de análise. Em vários casos de partidos que estão há muito tempo no poder na África subsariana, como são os casos do MPLA e FRELIMO, estes foram também partidos-Estado, pelo que é importante isolar o comportamento do partido do comportamento do partido que governa o Estado.

FIGURA 1 - Modelo de interface de desafios e respostas do partido único a transições duplas para a paz e democracia



Fonte: elaborado pela autora

De forma a analisar a adaptação do MPLA e FRELIMO, enquanto partidos únicos, a processos de transição dupla que, em ambos os casos, coincidiu com o momento de implementação dos acordos de paz assi-

nados no início dos anos 90, esta investigação recolheu dados de: 1) documentos oficiais do MPLA e FRELIMO relativos aos seus congressos (veja-se Tabela 1)⁵; 2) entrevistas semiestruturadas a membros de ambos partidos bem como a especialistas⁶; 3) notícias dos principais jornais nacionais, em concreto, *Jornal Angola* (Angola) e *Jornal Notícias* (Moçambique).

Os congressos são momentos fundamentais na vida de um partido político. Enquanto reuniões gerais importantes, são responsáveis por debater e determinar a ideologia do partido, bem como a estrutura organizacional do partido, incluindo alterações nos estatutos e liderança do partido. Além do mais, são também momentos de avaliação, pelo que os congressos do MPLA e FRELIMO foram úteis para compreender que desafios eram considerados proeminentes na altura e que respostas decidiram dar.

Um outro evento importante nestes dois ex-partidos únicos são as reuniões do comité central, as quais permitem identificar o debate no interior da liderança do partido. Contudo, o acesso às atas destas reuniões é difícil⁷. Não obstante, uma alternativa foram as entrevistas semiestruturadas aos membros do partido, dado que ajudaram a preencher algumas lacunas de informação e a compreender a razão das decisões feitas em congressos, bem como o seu significado em termos da adaptação do partido. Por outro lado, os principais jornais de Angola e de Moçambique foram importantes na recolha de dados sobre as reuniões do respetivo Comité Central, em especial porque são jornais associados ou pró-partido.

5. A documentação relativa aos congressos da FRELIMO foi recolhida no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo), na sede do Comité Central do partido em Maputo e no Centro de Investigação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) em Lisboa. No que diz respeito ao MPLA, foi recolhida a documentação dos congressos no Centro de Investigação Histórica do MPLA e na Associação Tchiweka de Documentação (Luanda), e igualmente no CIDAC.

6. Um grande número dessas entrevistas foi realizado graças à participação da autora na série documental *Moçambique da Guerra e da Paz*, da autoria do moçambicano Sol de Carvalho. Veja-se <http://www.mozambique-fromwarandpeace.com>.

7. Foram consultadas algumas dessas atas na sede do Comité Central da FRELIMO em Maputo. Contudo, a autora não está autorizada a reproduzir o conteúdo desses mesmos documentos.

TABELA 1 - Lista dos congressos do MPLA e FRELIMO desde a sua fundação até às primeiras eleições multipartidárias

MPLA	FRELIMO
ANTES DA INDEPENDÊNCIA	
1ª Conferência 1962	1º Congresso 1962
Conferência de Quadros 1964	2º Congresso 1968
Congresso de Lusaka 1974	
Conferência Inter-regional 1974	
APÓS A INDEPENDÊNCIA	
Durante a guerra intraestatal e regime monopartidário	
1º Congresso Ordinário 1977	3º Congresso 1977
1º Congresso Extraordinário 1980	4º Congresso 1983
2º Congresso Ordinário 1985	5º Congresso 1989
3º Congresso Ordinário 1990	
Durante o processo de paz e transição para o regime multipartidário	
2º Congresso Extraordinário 1991	6º Congresso 1991
3º Congresso Extraordinário 1992	

3. A ADAPTAÇÃO DO MPLA E DA FRELIMO AO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DUPLA

A transição dupla para a paz e para a democracia multipartidária ocorrida durante a implementação dos Acordos de Bicesse (1991-1992), no caso de Angola, e do Acordo Geral de Paz ou Acordos de Roma (1992-1994), no caso de Moçambique, foram um momento importante de adaptação para o MPLA e FRELIMO, respetivamente. Contudo, não foi o primeiro, pois ambos partidos já haviam experimentado esse momento de adaptação durante a transição para a independência.

Com efeito, o MPLA e a FRELIMO começaram como movimentos de libertação, abertos a todos, apelando a um espectro político amplo a nível externo e com uma liderança colegial⁸. Mas rapidamente as divisões come-

8. Oficialmente, o MPLA foi fundado em Dezembro de 1956, em resultado de uma fusão de quatro movimentos nacionalistas, embora alguns autores mantenham que 1960 é o verdadeiro ano de fundação (PACHECO, 1997; TALI, 2001a). A versão oficial da FRELIMO declara que o movimento foi formado em Junho de

çaram a surgir no seu interior, sendo que o contexto externo tornou mais apelativo a preferência marxista, pelo que o MPLA e a FRELIMO começaram o seu movimento em direção ao marxismo-leninismo.⁹

Este movimento em direção ao marxismo traduziu a vitória do grupo revolucionário e do seu projeto de edificação de um Estado e de uma sociedade novos liderados exclusivamente por um partido supostamente unificado sob os princípios marxistas-leninistas. Esta orientação ideológica foi também bastante útil para a criação e consolidação de uma disciplina partidária forte de forma a conter potenciais fações, ainda que apenas alguns membros estivessem familiarizados com os conceitos básicos desta doutrina política.

Quando ambos decidiram deixar a natureza de movimento de libertação e declarar-se oficialmente partidos de vanguarda marxista-leninista em 1977, tal já confirmara uma tendência desenvolvida anos antes da independência¹⁰. Em consequência, o centralismo democrático seria o princípio organizacional e a disciplina partidária estrita o *modus operandi* em ambos partidos, onde a adesão de novos membros seria agora restrita e filtrada pelas estruturas do partido. Este princípio também refletiu um sistema onde os escalões a nível inferior deviam obedecer à decisão a nível superior, transformando a decisão do líder numa norma obrigatória (ADAM, 1996, p. 52).

Porém, o período de entusiasmo que marcou os anos 70 deu lugar à necessidade de ambos partidos reverem a sua filosofia e estruturas, especialmente devido à guerra intraestatal e à recessão económica que se seguiram a 1975. Para além disso, a crescente falta de apoio popular às políticas do partido-Es-

1962, como frente unida de três organizações nacionalistas de base regional, mas alguns autores argumentam que foi anunciada pela primeira vez em Maio de 1962 e apenas pelos líderes de duas delas (CABRITA, 2000; MWAKIKAGILE, 2007).

9. Em particular, no seu segundo congresso enquanto movimentos de libertação as preferências ideológicas pelo marxismo-leninismo e estrutura organizacional piramidal foi crescentemente reforçada.

10. Relativamente a esta primeira fase como movimentos de libertação e depois como partidos únicos após a independência, veja-se GOMES (2009), GUIMARÃES (1998), MARCUM (1987 e 1987), MATEUS e MATEUS (2013), MESSIANT (2008), MUNSLOW (1986), PÉLISSIER (2009) e TALI (2001a e 2001b) para o caso do MPLA. Relativamente à FRELIMO, veja-se ADAM (1996), ADAM *et al.* (1984), DE BRAGANÇA e DE PELCHIN (1986), CABRITA (2000), CRAVINHO (1995) e HENRIKSEN (1978).

tado sentia-se também no número gradualmente decrescente de membros do partido, bem como nas estruturas partidárias de base durante a primeira metade dos anos 80. Como resposta, os dois partidos únicos lançaram campanhas de remobilização e recrutamento de novos membros e de revitalização das estruturas partidárias nos anos 80, começando por alargar os principais órgãos nacionais do partido a grupos negligenciados e ou marginalizados.

Durante a década de 1980 a balança de poderes a nível mundial começava a alterar-se, bem como as exigências do conflito armado no interior dos territórios dos dois países. Internamente, em ambos os partidos começou a emergir uma divisão entre os membros da chamada “velha guarda”, os chamados *hardliners*, e membros mais pragmáticos ou moderados, inclusive de quadros mais tecnocratas. Esta divisão tornou-se ainda mais evidente quando a liderança do MPLA e da FRELIMO decidiu negociar com o regime do *apartheid* em 1984 e, mais tarde, introduzir mudanças no modelo económico em direção à liberalização.

A segunda metade dos anos 80 caracterizou-se por mudanças significativas. Ao nível internacional, a nomeação de Mikhail Gorbachov como novo secretário do partido comunista em Abril de 1985 significou uma nova praxis da URSS. Por outro lado, a reeleição de Ronald Reagan mais tarde nesse mesmo ano e, com ela, uma administração que apoiava os chamados *freedom fighters* anti-comunistas^{II}. Ao nível regional da África Austral, o Presidente P. W. Botha seria substituído por F. W. de Klerk, inaugurando-se com este uma nova fase da evolução política da África do Sul, junto com a independência da Namíbia em Março de 1990 na sequência dos Acordos de Nova York assinados em Dezembro de 1988. Ao nível nacional, a guerra atingia níveis de intensificação, fadiga e destruição insustentáveis.

A resposta das lideranças do MPLA e da FRELIMO nesse período foi remover alguns dos *hardliners* e introduzir membros mais jovens e letra-

II. É interessante notar que alguns lobistas no Congresso dos Estados Unidos procuravam o apoio da administração Reagan à RENAMO (oponente da FRELIMO), mas que Reagan não fez. Com efeito, as boas relações entre o governo moçambicano e o americano remontam 1980, devido ao papel de Samora Machel nas Conferências de Lancaster House para a independência do Zimbábue e, ademais, altamente reconhecido pela dama de ferro, Margaret Thatcher.

dos, alargando os seus órgãos a este novo grupo¹². Tal deu à própria liderança espaço de manobra para introduzir as reformas político-económicas necessárias para aliviar a pressão internacional. Porém, deixou à mesma o complexo exercício de equilibrar aqueles que estavam contra e a favor das negociações da paz e das reformas de abertura político-económica, antes de se iniciarem as negociações diretas com os seus oponentes.

A decisão de abandonar oficialmente o marxismo-leninismo como a ideologia professada em ambos partidos marcou o segundo maior momento de adaptação. Tal como sucedeu em 1977, esta mudança foi também o culminar de uma tendência iniciada anos antes, sendo que o abandono oficial da carga ideológica marxista ocorreu mais cedo na FRELIMO (5º Congresso de 1989) do que no MPLA (2º Congresso Extraordinário de 1991).

De acordo com alguns membros entrevistados do ex-partido único angolano, o MPLA chegou à conclusão que o marxismo-leninismo limitava o seu crescimento, especialmente ao restringir o acesso à militância, além de condicionar a unidade nacional e o desenvolvimento económico.

As mudanças no MPLA e FRELIMO ocorreram em simultâneo com os esforços para acabar com a guerra civil e num contexto de vaga de democratização em África. Ambos estavam perante a inevitabilidade de ter que negociar com os seus oponentes e deixar de ser partidos únicos. Porém, estas mudanças foram tudo menos fáceis. Por exemplo, no caso do partido angolano, se a decisão para o multipartidarismo foi alcançada, já o consenso com respeito a detalhes da negociação com a UNITA foi bem mais difícil de obter. De facto, existia uma forte suspeita de que a UNITA e os EUA se aproveitariam das negociações para tirar vantagens das concessões no sentido de para derrubar o próprio governo (MINTER, 1994, p. 67). Por outro lado, o partido temia a derrota em caso de eleições multipartidárias, de-

12. A entrada da FRELIMO na segunda metade dos anos 80 foi marcada pela morte do seu líder carismático, Samora Machel, com a queda do avião que transportava a comitiva presidencial moçambicana em Mbuzini no dia 19 de Outubro de 1986. O então ministro dos negócios estrangeiros, Joaquim Chissano, sucederia a Machel. No caso do MPLA, anos antes, José Eduardo dos Santos, então ministro do Plano, tinha assumido a liderança do partido-Estado na sequência da morte de Agostinho Neto por doença em 1979.

vido às políticas do MPLA após 1975 e à capacidade política que reconhecia ao seu principal oponente (UNITA e o seu líder Jonas Savimbi).

Não obstante, a vitória militar era cada vez mais um cenário irrealista, ao mesmo tempo que a pressão internacional no sentido de encontrar-se uma solução política à guerra era cada vez mais forte, pelo que os dois partidos únicos tinham que negociar a paz. Por outro lado, a grande promessa política dos acordos de paz era a transição para a democracia multipartidária via eleições e precedida de garantias de segurança.

Assim sendo, ambos partidos decidiram-se pelo multipartidarismo como resposta às exigências das negociações de paz. Neste sentido, foi um processo de transformação (controlo do processo) e de transposição (negociação do processo com os seus oponentes). Tanto o MPLA como a FRELIMO queriam assegurar a sua continuidade no poder e, conseqüentemente, a vitória eleitoral, pelo que controlaram o próprio processo de abertura política. Além do mais, o comportamento de ambos partidos únicos pode ser visto em termos de um conjunto de ações para prevenir a crises de legitimidade ocorridas nos PALOP, quando o PAICV em Cabo Verde ou o MLSTP em São Tomé e Príncipe perderam as primeiras eleições multipartidárias.

Vale a pena mencionar que a FRELIMO aprovou as mudanças constitucionais no sentido do multipartidarismo logo em Novembro de 1990, ou seja, na fase inicial das negociações de paz, enquanto que o MPLA só o fez em Maio de 1991, ou seja, no mesmo mês em que se assinaram os Acordos de Bicesse. Com esta jogada de antecipação, o governo da FRELIMO queria transmitir uma importante mensagem, ou seja, que tinha sido o seu partido e não o seu opositor RENAMO a estabelecer o regime democrático no país, para além de procurar esvaziar as supostas exigências do seu opositor¹³.

13. Ao aceitar o estabelecimento de canais informais de comunicação com o seu oponente através de organizações não políticas, em particular, as igrejas moçambicanas e a comunidade italiana Sant'Egidio, tal deu à FRELIMO um espaço de manobra mais amplo inclusive para deixar o processo ao mesmo tempo que reforçava a ideia que a RENAMO não era um igual política. No caso angolano, o processo caracterizou-se essencialmente por atores estatais e, comparativamente, o espaço de manobra do MPLA era mais reduzido.

Um mês antes de assinar os Acordos de Bicesse, o MPLA realiza o seu 2º Congresso Extraordinário em Abril de 1991, no qual aprovou um novo programa que comprometia o sistema de partido único a um multipartidário, em particular, para promover uma maior democratização dos assuntos internos do partido, encorajar um debate interno mais amplo, revitalizar as bases do partido, promover reuniões periódicas entre membros e não membros e a aprovação de novos estatutos. Em consequência, o MPLA-PT era de novo só MPLA e abria-se a sectores marginalizados, por exemplo, a crentes religiosos e às autoridades tradicionais. O tempo para a admissão de novos membros reduzia-se e o objetivo era construir um socialismo democrático com uma economia mista baseada nas leis no mercado. Não obstante, o princípio do centralismo democrático manter-se-ia, bem como a estrutura piramidal do poder a nível interno do partido.

Por outras palavras, o princípio da supremacia da maioria e o princípio de que a opinião da minoria podia somente ser transmitida e ou assumida dentro do partido. De novo, a disciplina partidária estrita era percebida como forma de manter a unidade no interior do partido. Por outro lado, segundo alguns quadros entrevistados do partido, existia uma maior democracia interna no tempo do partido único, já que os candidatos ao Comité Central eram submetidos à votação de indivíduo por indivíduo e não em listas fechadas.

Contudo, ainda foram feitas alterações na composição dos principais órgãos do partido. Por exemplo, o Congresso incluiria o grupo parlamentar e membros eleitos pelas conferências provinciais. O partido também criaria o cargo de secretário-geral do partido, subordinado ao presidente do partido, para além de que, oficialmente, não poderiam existir mais células do partido nos locais de trabalho, o que era, pelo menos a nível formal, um sinal da separação do partido do Estado.

Um aspeto importante, aliás detalhado no relatório do Comité Central por ocasião do congresso do MPLA de 1990, foi a necessidade do partido encontrar uma forma de adaptar-se à separação do Estado e ao acesso limitado aos seus recursos financeiros. Ou seja, o quadro organizacional do par-

tido tinha que ser adequado à capacidade financeira, formalmente mais reduzida, pelo que a redução do número de quadros e a sua reafecção era uma questão importante.

De acordo com MESSIANT (2007, p. 99), a transição para a democracia multipartidária em Angola ocorreu num contexto de crise económica, desordem social e de ressentimento geral da população para com o governo do MPLA. Mais ainda, significou uma mudança “radical” de uma suposta sociedade socialista para uma capitalista (CARREIRA, 1996, p. 173). Assim sendo, a liderança do MPLA rapidamente percebeu a necessidade de reabilitar a máquina do partido, em especial as suas estruturas locais (VIDAL, 2007, p. 139).

De acordo com vários entrevistados, o MPLA temia perder as primeiras eleições multipartidárias, pelo que seguiu uma estratégia mais significativa de mobilização da sua grande família. Neste sentido, o 3º Congresso Extraordinário de Maio de 1992 declarou que era altura de reunir a grande família MPLA, inclusive integrando antigos dissidentes.

Segundo alguns membros entrevistados do partido, a estratégia eleitoral consistiu na mobilização dos próprios militantes, bem como no aumento do número de membros do partido a partir de uma revitalização das bases. Segundo VIDAL (2007, p. 139), as bases tinham que ser revitalizadas, resultando no aumento de membros, de 65.362 em 1990 para 544.639 no final de 1992.

O objetivo subjacente a esta estratégia era apresentar o MPLA como a única força capaz de conduzir a mudança e de introduzir a mudança política, pelo que uma parte significativa dos recursos financeiros do MPLA foi destinada à campanha eleitoral, gerida pela então empresa brasileira Propega-Orion.¹⁴ O partido foi capaz de criar uma dinâmica forte nas suas fileiras, com a realização de vários «comícios espetáculo» que enfatizavam a mensagem de defesa do Estado de direito, num Estado democrático, mul-

14. Empresa que, além do mais, havia contribuído para a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições brasileiras de 1990.

tiético e secular. O seu candidato José Eduardo dos Santos, chamado de Zédu, era apresentado como força reconciliadora, *O Soma Yolo Soma* (“o soba de todos os sobas”). O partido inclusive transformou o hit do cantor angolano Kizua Gourgel *Angola no coração* na banda sonora do partido - *O MPLA no Coração*- associando o partido e o seu candidato à paz¹⁵.

A análise da campanha eleitoral do MPLA em 1992 permite confirmar a análise de HEYWOOD (2000, p. 217), ou seja, de que o MPLA levou a cabo, com o controlo privilegiado do aparato do Estado e dos principais meios de comunicação, uma campanha de inclusão, procurando, por um lado, assinalar que o governo não conseguiu fazer mais por culpa da guerra e, por outro, apresentar o seu candidato às presidenciais, José Eduardo dos Santos, como uma alternativa positiva e melhor ao candidato do seu principal oponente e como símbolo de unidade nacional.

A adaptação do MPLA procurou também assegurar a sua predominância no caso de derrota eleitoral, procedendo a um processo de privatização massiva e utilizando os recursos do Estado para reforçar a sua rede clientelar (MESSIANT, 2007, p. 100). MESSIANT (2007, p.115) também sublinha que a transição para uma política mais democrática requeria que o partido se mantivesse disciplinado, de forma a preservar uma frente unida contra os seus competidores num contexto de uma Assembleia Nacional multipartidária. Por outro lado, a quase dependência total do MPLA no seu presidente seria uma constante.

A FRELIMO, por sua vez, realizou o seu 6º Congresso em Agosto de 1991 como necessidade de renovação e de rejuvenescimento do partido de forma a responder efetivamente à nova realidade política e social. O aumento de membros do partido já havia ocorrido entre o 5º Congresso e este último (de 187.702 para 421.400). Neste 6º congresso, as negociações com a RENAMO foram objeto de discussão, existindo o consenso entre os

15. Veja-se o vídeo de propaganda do MPLA, «Com o MPLA no Coração - Angola, 1992», disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=Qi-rtEKwSms>, e o vídeo do arquivo de Ademar Rangel «Angola 1992 parte 9 - MPLA», disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=AORdCQy7PtA&list=PLGYyjfCoKTJO6zhweTyxKm-gIrUJJNCgf&index=10> (ambos consultados em Abril de 2016).

membros do partido de que o governo não abdicaria do seu poder como autoridade do Estado que já existia e que era legítima. Contudo, este consenso não preveniu o descontentamento de alguns membros que continuavam a considerar que as negociações eram um sinal de capitulação por parte do governo.

No programa e estatutos aprovados no 6º Congresso, realizado durante o período de implementação do acordo de paz, o partido apresentava-se como uma continuidade do seu passado enquanto Frente de libertação e como partido de transformação. Ocorreram algumas mudanças, em especial no que toca ao acesso à militância, de novo aberta a todos os maiores de 18 anos que aceitassem o programa e estatutos da FRELIMO. O tempo para a admissão foi reduzido para 30 dias e todos os membros tinham o direito reconhecido de renunciar à sua militância. Tal como o MPLA, o partido não introduziu mudanças ao nível do seu princípio organizacional, isto é, a distribuição piramidal e a disciplina partidária baseada na supremacia da maioria manter-se-ia. Teoricamente, o partido aceitava opiniões políticas diferentes dentro dos seus órgãos, no entanto, era inaceitável uma ação política distinta. Assim sendo, o chamado centralismo democrático e a disciplina partidária estrita substituíram a abordagem de consenso por uma abordagem centrada na lealdade à suposta linha correta de pensamento e de ação.

Ao nível dos órgãos do partido, o bureau político assumia uma nova designação, era agora Comissão Política. O partido do presidente era o presidente do comité central e a coordenação do partido era assegurada por um secretário-geral. Devido à situação financeira do partido, as reuniões do comité central passariam a ser anuais.

SIMPSON (1993, p. 335) nota um aspeto deveras interessante no 6º Congresso da FRELIMO. Em particular, o novo grupo dominante é composto largamente por figuras históricas que se “converteram” à nova ortodoxia¹⁶. O partido procurou apresentar uma imagem renovada marcada pelo incre-

16. Com efeito, a decisão de levantar as restrições ao sector privado permitiu alargar as atividades de negócio a alguns membros do governo.

mento da representação regional nos seus órgãos e nomeando para posições executivas quadros jovens e para a Assembleia da República “a geração mais velha” dos seus membros. Para LUNDIN (1995, p. 440), a FRELIMO parece estar polarizada entre os velhos membros que estão na Assembleia e os jovens tecnocratas do governo.

Segundo CABAÇO (1995, p. 100), a FRELIMO manteve desde o começo da implementação do processo de paz a sua estratégia tradicional baseada no reforço dos elementos agregadores da sociedade moçambicana. O seu programa de reconciliação nacional traduziu o equilíbrio entre as necessidades internas e as demandas externas (CABAÇO, 1995, p. 100). Embora o programa eleitoral da FRELIMO não ter representado novas ideias ou propostas, o partido introduziu a aceitação das estruturas tradicionais de poder. Contudo, a sua conceção de reconstrução e desenvolvimento nacionais centrava-se ainda na modernidade do sector urbano, sendo que a sociedade rural era vista como algo complementar (CABAÇO, 1995, p. 101).

Para MANNING (2002, p. 160), a FRELIMO, no entanto, foi um partido com tensões internas fortes, sendo que eleições de 1994 abriram novas feridas. Com efeito, alguns membros queixavam-se da repressão do povo Macua pelos líderes de Maputo do sul. Além do mais, a liderança do partido marginalizou alguns marxistas. Por exemplo, o Marcelino dos Santos (ex-ministro de planeamento) ou o Jorge Rebelo (ex-ministro da Informação) não se candidataram ao politburo.

Para alguns membros entrevistados da FRELIMO, o partido não se preparou para a competição eleitoral de 94. Embora tenha realizado comícios espetáculo (*showmícios*), existia uma grande expectativa de vitória eleitoral. Tal como o MPLA, o partido apresentava uma campanha eleitoral mais sofisticada e organizada que os seus oponentes e o controlo dos meios de comunicação (LODGE *et al.* 2002, 200), mas com menos recursos que o partido angolano¹⁷. De facto, o MPLA investiu mais na campanha e propaganda

17. Com efeito, a mediados de 1993, o partido contratou uma empresa de relações públicas sul-africana, mas passado um mês não tinha mais fundos para pagar os seus serviços.

eleitorais que a FRELIMO. Para alguns entrevistados, a campanha eleitoral deste último baseou-se na modernização e num discurso nacionalista.

Durante a campanha eleitoral, o partido promoveu o seu candidato às presidenciais como o estadista “mais velho”, o homem que tinha conseguido o acordo de paz e que representava o partido com experiência de governação e que tinha aprendido com o passado e os seus erros. Para MANNING (2002, p. 134-144), apesar do lema da sua campanha, “FRELIMO para um futuro melhor”, o partido procurou distinguir-se através de referências ao passado e não ao futuro. A estratégia era enfatizar o seu papel histórico, primeiro ao trazer a independência e depois a paz e a democracia ao país.

No final do processo eleitoral, o candidato da FRELIMO e presidente de Moçambique desde 1986, Joaquim Chissano, ganhou as eleições presidenciais com 53% dos votos, sendo que as eleições legislativas foram também ganhas pelo ex-partido único com 44% dos votos, isto é, 129 dos 250 assentos parlamentares. A FRELIMO ganhou a maioria dos votos em três províncias do sul (Inhambane, Gaza e Maputo) e duas do norte (Cabo Delgado e Niassa). A polarização dos tempos de guerra, antes e após a independência, também se refletiu nestes resultados (CHICHAVA, 2008; SANCHES, 2014, p. 159).

No que diz respeito às eleições gerais de 29 e 30 de Setembro de 1992, estas também foram ganhas pelo MPLA nas legislativas, com 53.7% dos votos, tendo recebido a maior dos votos em 13 de um total de 18 províncias. Ao contrário do candidato da FRELIMO, o candidato do MPLA e presidente da República desde 1980, José Eduardo dos Santos, não conseguiu a maioria dos votos; porém, a segunda volta não foi possível devido ao reacender dos confrontos armados entre o governo angolano e a UNITA e que conduziram ao regresso à guerra civil no país.

4. REFLEXÕES FINAIS

O MPLA e a FRELIMO integram a lista dos partidos que estão há mais tempo no poder na África subsariana. Em particular, estes dois partidos foram capazes de permanecer no poder durante a guerra intraestatal prolon-

gada após a independência, de negociar a paz com os seus oponentes e, na sequência, ganhar as primeiras eleições multipartidárias.

Este capítulo procurou compreender o comportamento de adaptação destes dois ex-partidos únicos e movimentos de libertação que, no contexto dos PALOP, conseguiram ficar de forma ininterrupta no poder desde a transição para a multipartidarismo e, neste sentido, podem contribuir para os estudos sobre *incessant rulers* em África. A partir de um modelo de interface de desafios e respostas do partido, o objetivo foi perceber de que forma estes dois partidos se adaptaram à transição dupla para a paz e democracia levada a cabo durante a implementação dos respetivos acordos de paz assinados e implementados nos primeiros anos da década de 1990.

Desde logo, a transição política pressuposta pelos supraditos acordos de paz significou um processo de transformação e de transposição; isto é, o MPLA e a FRELIMO controlaram o processo de mudança política, preparando estrategicamente a sua adaptação antes da implementação do acordo de paz, mas tiveram que negociar a mesma com a oposição. O objetivo de ambos foi preservar a continuidade do seu poder e, subsequentemente, garantir a vitória eleitoral. Contudo, a transição dupla para a paz e democracia representou desafios sérios para ambos partidos, nomeadamente no que respeita a visões opostas dentro do partido, à separação do Estado e à revitalização das estruturas partidárias francamente debilitadas pela guerra.

Tanto o MPLA como a FRELIMO responderam ao desafio do processo de paz e das eleições, mudando a sua identidade ideológica, os procedimentos de admissão de novos membros, junto com a revitalização da suas estruturas de base. No que respeita à campanha eleitoral, os dois fizeram «comícios espetáculo» centralizados nos seus candidatos às presidenciais e seguiram uma estratégia de rejuvenescimento dos seus órgãos, procurando integrar sectores da população para uma maior representação de grupos até então marginalizados ou pouco representados.

Os então partidos de vanguarda marxista-leninista eram agora partidos de massa, abertos a qualquer grupo social e com órgãos alargados para acomodar membros de diferentes grupos e regiões. As lideranças de ambos

partidos procuraram recuperar o espírito original e agregador do seu passado de movimento de libertação e, nesse esforço, figuras marginalizadas foram de novo chamadas para garantir a vitória eleitoral.

Os dois partidos resistiram à liberalização política até não aguentar mais a pressão a nível externo e interno. Começaram, primeiro, por introduzir pequenas mudanças, sendo que as principais ocorreram na segunda metade da década de 80, mas sempre dentro do mesmo quadro institucional. Por outras palavras, ambas lideranças procuraram atrasar a mudança em termos ideológico-programáticos e de abertura política em direção ao multipartidarismo até deixar de ser possível, o que vai de encontro ao argumento de TSEBELIS (1990), mas também por uma questão de garantir uma margem de tempo para introduzir alterações intrapartidárias prévias necessárias.

Não obstante estas mudanças, o centralismo democrático continuaria a ser o princípio da distribuição interna do poder em ambos partidos. Quer isto dizer que se manteve o poder concentrado num grupo reduzido de membros. Além do mais, a supremacia da maioria sobre a minoria prevaleceria e, conseqüentemente, a obediência à linha correta de pensamento. O debate seria apenas intramuros e a disciplina partidária ainda mais reforçada devido à criação de um grupo parlamentar.

Por outro lado, a liderança de ambos ex-partidos únicos teve que estabelecer negociações dentro do partido único para assegurar um xadrez de forças a favor da solução negociada e política ao conflito e das reformas de abertura política, de forma a manter não só poder do partido em relação a outras forças políticas mas também o seu próprio a nível interno do partido. Esta negociação intrapartidária condicionou também a solução política à paz e a implementação dos respetivos acordos de paz, por exemplo no que concerne à revisão da constituição e de outras leis necessárias ao multipartidarismo.

Neste sentido, as lideranças do MPLA e da FRELIMO controlaram a adaptação, tendo que equilibrar as forças internas e externas de acordo com o argumento de WILSON (1980), além das próprias representarem uma coli-

gação dominante (PANEBIANCO 1988) a favor da liberalização político-económica. O objetivo primário era assegurar o poder da liderança internamente e a do partido sobre outras forças partidárias, pelo que a direção de ambos procurou incorporar pragmáticos e afastar os mais duros do partido, de resto como já havia apontado HUNTINGTON (2009, p. 41-42) na sua análise sobre a importância do poder relativo dos grupos no interior do partido autoritário para a natureza do próprio processo de democratização.

Em suma, este estudo mostrou, desde logo, que o MPLA e a FRELIMO não são blocos monolíticos, já que no seu interior existem opiniões divergentes que a liderança necessita de equilibrar a favor do seu próprio poder e das políticas a implementar. Não obstante, esta dimensão interna é poucas vezes abordada de forma aprofundada, apesar de ser importante para compreender o ritmo da própria transição. Tal como sustenta SHARE (1987), a liderança do partido do regime autoritário enfrenta vários obstáculos intrapartidários para implementar a transição para a democracia.

Por outro lado, o comportamento do MPLA e da FRELIMO em termos da sua adaptação à transição dupla converge com o argumento de SCHEDLER (2009) no sentido da democratização ser considerada um meio para manter o poder dominante dos ex-partidos únicos, pelo que estes atores procuram controlar o processo de mudança política. Em conformidade com MANNING (2002), a centralização do poder num pequeno grupo em ambos partidos permitiu também controlar os efeitos dos desafios externos.

Ademais, podemos dizer que a guerra civil após a independência foi um elemento diferenciador na adaptação destes ex-partidos únicos no contexto dos PALOP, o qual, mais que significar o fim do seu domínio, permitiu antes o seu reforço com o processo de transição dupla e o prevalecimento de lógicas hegemónicas de poder.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, Yussf. *Trick or Treat. The Relationship between Destabilisation, Aid and Government Development Policies in Mozambique 1975-1990*. Dissertação de doutoramento. Trekroner (Denmark): Roskilde University, 1996.

- ADAM, Yussuf, Jacques DEPELCHIN e Garry LITTLEJOHN. *FRELIMO from Front to Party: Revolutionary Transformations*. Maputo: Centro de Estudos Africanos-UEM, 1984.
- BAREGU, Mwesiga. From Liberation Movements to Ruling Parties in Southern Africa. In: LANDSBERG, Chris; MACKAY, Shaun (org.). *Southern Africa Post-apartheid? The Search for Democratic Governance*. Cape Town: CPS/IDASA/NIMD, 2004. 92-103.
- BOGAARDS, Matthijs. Counting parties and identifying dominant party systems in Africa. *European Journal of Political Research*, v. 43, 173-197, 2004.
- BRATTON, Michael e Nicholas VAN DE WALLE. *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*. New York: Cambridge University Press, 1997.
- CABAÇO, José Luís. A longa estrada da democracia moçambicana. In: BRAZÃO, Mazula (org.). *Moçambique. Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-África Group, 1995, 79-114.
- CABRITA, João. *Mozambique. The Tortuous Road to Democracy*. New York: Palgrave, 2000.
- CARBONE, Giovanni. Political Parties and Party Systems in Africa: Themes and Research Perspectives. *World Political Science Review*, v. 3, n. 3, 1-29, 2007.
- CARREIRA, Iko. *O pensamento estratégico de Agostinho Neto: contribuição histórica*. Lisbon: Dom Quixote, 1996.
- CHICHAVA, Sérgio. Uma Província ‘Rebelde’: O Significado do Voto Zambeziano a Favor da Renamo. In: BRITO, Luís; CHICHAVA Sérgio; FRANCISCO, António (org.). *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo: IESE, 2008. 15-48.
- CRANENBURGH, Oda van. Power and Competition: The Institutional Context of African Multi-Party Politics. In: SALIH, Mohamed (org.). *African Political Parties. Evolution, Institutionalisation and Governance*. Londres: Pluto Press, 2003. 188-206.
- CRAVINHO, João. *Modernizing Mozambique: Frelimo Ideology and the Frelimo State*. Dissertação de doutoramento. Trinity: Oxford University, 1995.
- DE BRAGANÇA, Aquino e DEPELCHIN, Jacques. Da idealização da FRELIMO à compreensão da História de Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, v. 5/6, 29-52, 1986.

- DESCHOUWER, Kris. Belgium. In: KATZ, Richard; MAIR, Peter (org.), *Party Organization Data handbook on Party Organizations in Western Democracies, 1960-90*. Londres: Sage, 1992. 121-198.
- DOORENSPLEET, Renske. Political Parties, Party Systems and Democracy in Sub-Saharan Africa. In: SALIH, Mohamed (org.). *African Political Parties. Evolution, Institutionalisation and Governance* (pp.). Londres: Pluto Press, 2003. 169-215
- DOORENSPLEET, Renske e NIJZINK, Lia. *One-Party Dominance in African Democracies*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2013.
- GILIOMEE, Hermann e SIMKINS, Charles. *The awkward embrace: One party domination and democracy*. Cape Town: Tafelberg Publishers, 1999.
- GOMES, Catarina. *De como o poder se produz: Angola e as suas transições*. Dissertação de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Economia Universidade de Coimbra, 2009.
- GUIMARÃES, Fernando. *The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*. Basingstoke: Macmillan Press, 1998.
- HARMEL, Robert e JANDA, Kenneth. An Integrated Theory of Party Goals and Party Change. *Journal of Theoretical Politics*, vol. 6, n. 3, 259-287, 1994.
- HENRIKSEN, Thomas. Marxism and Mozambique. *African Affairs* v. 77, n. 309, 441-462, 1978.
- HODGKIN, Thomas. *African Political Parties*. Baltimore: Penguin Books, 1961.
- HUNTINGTON, Samuel. How countries democratize. *Political Science Quarterly*, v. 124, n. 1, 31-69, 2009.
- ISHIYAMA, John. Communist Parties in Transition: Structures, Leaders, and Processes of Democratization in Eastern Europe. *Comparative Politics*, v. 27, n. 2, 147-166, 1995.
- KATZ, Richard e CROTTY, William (org.). *Handbook of Party Politics*. Londres: Sage, 2006.
- Katz, Richard e MAIR, Peter (org.). *Party Organizations: A Data Handbook on Party Organizations in Western Democracies, 1960-90*. Londres: Sage, 1992.
- LODGE, Tom, KADIMA, Denis e POTTIE, David (org.). *Compendium of Elections in Southern Africa*. Johannesburg: Electoral Institute of Southern Africa (EISA), 2002.

- LUNDIN, Irãe. Partidos Políticos: A leitura da vertente étnico-regional no processo democrático. In MAZULA, Brazão (org.). *Moçambique. Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-África Group, 1994. 423-472.
- Mair, Peter. *Party System Change. Approaches and Interpretations*. New York: Oxford University Press, 1997.
- MANNING, Carrie. *The Politics of Peace in Mozambique*. Post-Conflict Democratization, 1992-2000. Westport, CT e Londres: Praeger, 2002.
- MANNING, Carrie. *The Making of Democrats. Elections and Party Development in Postwar Bosnia, El Salvador, and Mozambique*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- MARCUM, John. *Angolan revolution. Vol. II Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*. Cambridge, Mass: M.I.T Press, 1978.
- MARCUM, John. The People's Republic of Angola: A Radical Vision Frustrated. In: *Afro-Marxist regimes*. Boulder e Londres: Lynne Rienner Publishers, 1987.
- MATEUS, Dalila e MATEUS, Álvaro. (2013). *Purga em Angola*. 8ª edição. Alfragide e Luanda: Texto, 2013.
- MESSIANT, Christine. The Mutation of Hegemonic Domination: Multiparty Politics without Democracy. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno (org.). *Angola, the Weight of History*. Londres: Hurst, 2007. 93-123
- MESSIANT, Christine. *L'Angola postcolonial. 1. Guerre et paix sans démocratisation*. Paris: Kartahala, 2008.
- MINTER, William. *Os contras do apartheid*. As raízes da guerra em Angola e Moçambique. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1994.
- MUNSLOW, Barry. Angola: Second Congress of the MPLA-Workers' Party. *Journal of Communist Studies*, v. 2, n. 2, 204-207, 1986.
- MWAKIKAGILE, Godfrey. *Nyerere and Africa: end of an era*. Pretoria e Dar es Salaam: New Africa Press, 2007.
- MOZAFFAR, Shaheen e SCARRITT, James. The Puzzle of African Party Systems. *Party Politics*, v. 11, 399-421, 2005.
- PACHECO, Carlos. *MPLA – Um Nascimento Polémico*. Lisboa: Veja, 1997.
- PANEBIANCO, Angelo. *Political Parties: Organization and Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

- PÉLISSIER, René. O confronto político antes de 1961. In: D. Wheeler, Douglas e R. Pélissier, René (org.). *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009. 233-248.
- RIEDL, Rachel. *Authoritarian Origins of Democratic Party Systems in Africa*. New York: Cambridge University Press, 2014.
- SALIH, Mohamed. Introduction: The Evolution of African Political Parties. In: Salih, Mohamed (org.). *African Political Parties. Evolution, Institutionalisation and Governance*. Londres: Pluto Press, 2003. 1-33
- SANCHES, Edalina. *Explaining Party System Institutionalization in Africa: From a Broad Comparison to a Focus on Mozambique and Zambia*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014.
- SCHEDLER, Andreas. 2009. Sources of competition under electoral authoritarianism. In: LINDBERG, Staffan (org.). *Democratization by Elections. A new mode of transition*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009. 179-201.
- SHARE, Donald. Transitions to Democracy and Transition through Transaction. *Comparative Political Studies*, v. 19, n. 4, 525-548, 1987.
- SFERZA, Serenella. Party Organization and Party Performance: The Case of the French Socialist Party. In: GUNTER, Richard; MONTERO, José; LINZ, Juan (org.). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002. 166-190.
- SIMPSON, Mark. Foreign and Domestic Factors in the Transformation of Frelimo. *The Journal of Modern African Studies*, v. 31, n. 2, 309-337, 1993.
- Suttner, Raymond. Transformation of political parties in Africa today. *Transformation*, v. 55, 1-27, 2004.
- TALI, Jean-Michel. *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio*. Vol. I (1962-1974). Luanda: Editorial Nzila, 2001a.
- TALI, Jean-Michel. *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio*. Vol. II (1974-1977). Luanda: Editorial Nzila, 2001b.
- TSEBELIS, George. *Nested Games: Rational Choice in Comparative Politics*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- VIDAL, Nuno. The Angolan Regime and the Move to Multiparty Politics. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno (org.). *Angola, the Weight of History*. Londres: Hurst, 2007. 124-174.

- WILLS-OTERO, Laura. From Party Systems to Party Organizations: The Adaptation of Latin American Parties to Changing Environments. *Journal of Politics In Latin America*, v. 1, n. 1, 123-141, 2009.
- Wilson, Frank. Sources of Party Transformation: The case of France. In: MERKL, Peter (org.). *Western European Party Systems: Trends and Prospects*. New York: Free Press, 1980. 526-551.
- WILSON, Frank. 1994. The Sources of Party Change: The Social Democratic Parties of Britain, France, Germany, and Spain. In: Lawson, Kay (org.). *How Political Parties Work: Perspectives from Within*. Westport, CT: Praeger, 1994. 263-284.

O CAMINHO RUMO À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM MOÇAMBIQUE, 1980- 1990: DA LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA À LIBERALIZAÇÃO POLÍTICA

Rufino Carlos Gujamo

EM JUNHO DE 1975 a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) proclamou a independência de Moçambique, estabelecendo o regime de partido único, o sistema de economia centralmente planificada e o socialismo como a ideologia do partido e do Estado. Entretanto, em 1990, através da Assembleia Popular (poder legislativo) ainda monopartidária, a FRELIMO aprovou a nova constituição de Moçambique que introduziu a democracia multipartidária e a economia do mercado, pondo, assim, o fim ao regime de partido único. O presente artigo procura descrever e analisar o processo de liberalização econômica e política conduzido pelas elites da FRELIMO na década de 1980 que culminou no estabelecimento da democracia em Moçambique, em 1990.

A discussão sobre o processo que conduziu à transição de regime de partido único para a democracia em Moçambique passa inevitavelmente pela reflexão sobre o conceito de transição democrática. Michael Bratton e Nicholas van de Walle entendem que a transição de regime é a mudança de um conjunto de procedimentos políticos de características mais antigas para outros novos, tratando-se de um intervalo de intensa incerteza política durante o qual a construção de novos arranjos institucionais é influenciada pela disputa entre as elites no poder e a oposição (BRATTON e VAN DE WALLE, 1997, p. 10). De acordo com estes autores a transição pode ocorrer através de uma rápida e curta transformação (quando o regime autoritário colapsa e é substituído por um outro regime) ou através de um pro-

cesso incremental (quando o regime autoritário reduz de forma gradual as medidas de controle e repressão, fomentando, deste modo, a abertura e a sua liberalização).

Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter definem a transição como sendo o intervalo entre um regime político autoritário e um outro, podendo este ser democrático (O'DONNELL e SCHMITTER, 1986, p. 6). Assim, segundo o entendimento destes autores a transição democrática será o intervalo entre o regime político autoritário e o regime democrático. De acordo com estes autores a transição é delimitada, por um lado, pelo lançamento do processo de dissolução de um regime autoritário e, por outro lado, pelo estabelecimento de uma forma de democracia, o retorno a alguma forma de autoritarismo ou emergência de uma alternativa revolucionária. Os autores explicam que durante o período de transição os atores políticos procuram a todo o custo satisfazer os seus interesses imediatos e definir as regras cuja configuração determinará quem será potencialmente o vencedor ou derrotado no futuro. As regras definirão os recursos que poderão ser legitimamente usados na arena política assim como os atores que serão autorizados a participar no jogo político. Samuel Valenzuela e Scott Mainwaring definem a transição democrática como sendo o movimento de um regime autoritário para o regime democrático (VALENZUELA, 1989; MAINWARING, 1989). Nancy Bermeio propõe um conceito de transição democrática entendido como o período entre a quebra da ditadura e a conclusão das primeiras eleições democráticas nacionais (BERMEO, 1997, p.305).

As definições de transição democrática acima apresentadas parecem convergir na ideia de que trata-se de um processo que inicia com o colapso do regime autoritário culminando com o estabelecimento da democracia sinalizado pela realização das primeiras eleições democráticas. As definições acima apresentadas tendem a colocar a consolidação democrática como um processo distinto da transição democrática. Entretanto, Guillermo O'Donnell sublinha que o processo de democratização implica duas transições. A primeira é a transição de um regime autoritário prévio para a

instalação de um governo democrático. A segunda transição é deste governo (democrático) para a consolidação da democracia, isto é, para o funcionamento efetivo do regime democrático (O'DONNELL, 1992, p.18). Esta definição revela-se bastante útil na medida em que parece abandonar a dimensão restrita que caracterizava as noções de transição democrática anteriormente apresentadas. Com esta nova definição O'Donnell reconhece, ainda que implicitamente que a transição democrática estende-se para além do simples estabelecimento de uma determinada forma de democracia, devendo culminar com a consolidação democrática.

Assim, no contexto deste artigo a transição democrática é entendida como um processo historicamente mais longo e complexo que se estende desde a liberalização económica e política de regimes autoritários, passando pela sua dissolução e instauração de alguma forma de democracia, devendo culminar com a consolidação democrática. Neste contexto, a consolidação democrática deve ser entendida como a fase superior de todo o processo de transição democrática. Isto é, a consolidação democrática é parte integrante de todo o processo de transição democrática. A utilização deste conceito de transição democrática no presente artigo permite captar numa perspetiva histórica as complexas dinâmicas económicas e políticas que conduziram à mudança de regime de partido único para o regime democrático em Moçambique. Deste modo evitar-se-á o confinamento da transição democrática a um período e a eventos bastante localizados cuja compreensão mais global passa necessariamente pela sua interligação com um contexto histórico mais alargado ou relativamente longo. Aliás, segundo Dankwart Rustow o estudo da transição democrática levará o cientista político a mergulhar profundamente na história mais do aquilo que este comumente previa fazer (RUSTOW, 1970, p.347).

Os fatores determinantes do processo de transição democrática têm sido objeto de muitas discussões. No final da década de 1950 Seymour Martin Lipset identificou o desenvolvimento económico, compreendendo a industrialização, a riqueza, a urbanização e a educação, por um lado e a legitimidade, por outro lado, como sendo as condições importantes para o esta-

belecimento e sustentação de uma democracia estável (LIPSET, 1959, p.71). A importância dos fatores económicos para a ocorrência da transição democrática foi posteriormente sublinhada por Barrington Moore no princípio da segunda metade da década de 1960 quando este autor fez a análise sobre a mudança de regime em Inglaterra, França, Alemanha, EUA e na Ásia (MOORE, 2010). Na mesma perspetiva estruturalista Walt Rostow defendeu a teoria da modernização segundo a qual o crescimento económico ou a passagem de uma economia tradicional para a moderna revelava-se fundamental para a ocorrência da transição democrática (ROSTOW, 1960).

Entretanto, Dankwart Rustow considera que os fatores económicos nem sempre estão envolvidos na transição democrática, sublinhando que a democratização é fruto da luta política entre as elites com interesses divergentes. De acordo com o autor a luta política pode incluir uma dimensão económica. Neste trabalho importante que viria a influenciar os estudos posteriores sobre a transição democrática, Rustow destacou 4 fases importantes no processo de mudança de regimes no sentido de democratização, nomeadamente, (i) a fase de *background* marcada pela existência de unidade e consenso entre os cidadãos sobre a entidade política à qual pertencem (ii) fase de preparação caracterizada pela polarização entre as elites políticas, (iii) a fase de decisão caracterizada pela escolha pela democracia e (iv) a fase de habituação durante a qual todos são forçados a viver dentro do novo contexto resultante de tal decisão no sentido da democracia (RUSTOW, 1970, p.350-358).

Reconhecendo a relevância das críticas às abordagens estruturalistas, Samuel Huntington destaca o papel dos atores políticos, reiterando que a democracia tende a ser o produto da oligarquia do que da contestação contra a mesma, sendo que as elites decidem optar pela democratização no contexto da aceitação da diversidade na unidade ou da unidade na diversidade. Ademais, as elites políticas decidem optar pelo estabelecimento da democracia como um meio para alcançar os objetivos como o seu prolongamento no poder, a legitimidade internacional, minimizar a oposição doméstica e reduzir a possibilidade de ocorrência de violência civil da qual elas pró-

prias (elites) podem sofrer. Igualmente, o autor sublinha que a democratização pode resultar de um processo de substituição das elites ou da transformação (HUNTINGTON, 1984, p.212-213).

Na sua análise sobre a transição democrática, Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter sublinham o papel das elites políticas na abertura dos regimes autoritários em direção ao estabelecimento da democracia. Segundo os autores o sinal típico do início da transição surge quando as lideranças do regime autoritário decidem modificar as leis e as regras no sentido de providenciar as garantias mais seguras de direitos aos cidadãos e grupos. Este processo é classificado pelos autores como liberalização (O'DONNELL e SCHMITTER, 1986, p.6-7). Ao processo de liberalização liga-se a democratização entendida como o processo através do qual as regras e os procedimentos de promoção da cidadania aplicam-se às instituições anteriormente governadas por outros princípios (como a coerção e o controlo) ou expandidas para incluir pessoas que anteriormente não gozavam estes direitos ou ainda às instituições que anteriormente não eram sujeitas à participação dos cidadãos (O'DONNELL e SCHMITTER, 1986, p.8). Segundo O'Donnell e Schmitter a transição democrática é um processo que resulta das contradições entre as alas mais duras e as moderadas dentro do regime autoritário, culminando com a vitória do segundo grupo. Assim, estes autores destacam que os fatores internos têm um papel determinante na transição democrática, contudo, reconhecem a existência de influências internacionais sobre a perceção dos atores domésticos (O'DONNELL e SCHMITTER, 1986, p.15-19). As contradições entre a ala dura por um lado e a moderada, por outro são impulsionadas pelas crises económicas, políticas ou sociais dentro do regime autoritário. Segundo Jan Teorell, as crises económicas no seio do regime autoritário favorecem a emergência da democracia na medida em que perante as dificuldades o regime tende a perder a sua legitimidade e o apoio popular, gerando-se, internamente, uma rotura ou fragmentação entre as elites dura e moderada, sendo a última favorável ao processo de democratização e mais próxima ao povo (TEORELL, 2010).

Todavia, Karen Remmer considera que a análise do processo de democratização a partir de causas internas de forma isolada, ou a partir de questões meramente económicas ou simplesmente culturais, ou ainda a partir das escolhas das elites é contraproducente (REMMER, 1995, p.105-106). Os fatores internacionais desempenham um papel importante na mudança de regimes no sentido da democratização. Entre os fatores internacionais destacam-se o contágio, controlo, consentimento e a condicionalidade (WHITEHEAD, 1986) bem como a influência das organizações regionais ou internacionais nos processos de democratização (PEVEHOUSE, 2005). De acordo com Karen Remmer, qualquer análise do processo de democratização em África deve ter em consideração o colapso do comunismo, o crescimento da pressão das instituições financeiras internacionais e a sua habilidade de exercer a alavancagem sobre as escolhas políticas domésticas e respetivos resultados (REMMER, 1995, p.106).

Assim, à luz do debate acima exposto o processo de liberalização económica e política conduzido pelas elites da FRELIMO, tendo culminado no estabelecimento da democracia em Moçambique, em 1990, será analisado tendo como base as teorias centradas na agência (ação e decisão das elites políticas) e no papel das crises económicas como fatores geradores de incentivos para as elites políticas no sentido da abertura conducente ao estabelecimento do regime democrático. Igualmente, a análise basear-se-á no papel da condicionalidade como um fator internacional que influencia a decisão das elites políticas no sentido da liberalização económica e da democratização.

DAS REFORMAS À LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA

Após a proclamação da independência, o governo da FRELIMO adotou políticas de desenvolvimento de orientação socialista baseadas na planificação centralizada, definindo como parceiros de cooperação para a sua materialização a URSS e outros países socialistas que desde cedo começaram a enviar ajudas ao novo Estado africano independente. Em 1977, depois do 3º congresso da FRELIMO foi estabelecido o Plano Prospetivo Indicativo

(PPI) no contexto do qual pretendia-se que a indústria retomasse os níveis de produção de 1973. Igualmente, pretendia-se desenvolver a indústria básica de modo a alterar a estrutura industrial do país (CASTEL-BRANCO, s/d).

No âmbito do PPI, a parceria com os países socialistas ocupava um lugar fundamental. Por exemplo, no vale do Limpopo, província de Gaza, previa-se o desenvolvimento do regadio para o qual foram enviados técnicos usbeques e búlgaros para a produção de algodão. Igualmente, foi enviada para o regadio do Limpopo a maquinaria da República Democrática Alemã (RDA) e da Bulgária. Na província do Niassa havia um projeto agrícola ambicioso contando com o apoio de técnicos da RDA, Roménia, China e Jugoslávia (CHISSANO, 2014). Outros países socialistas envolveram-se em projetos na área de pesquisa mineira, entre outras.

Acreditando que os países socialistas eram detentores de tecnologia, conhecimento e recursos financeiros, e convencidos de que aqueles apoiariam os planos de desenvolvimento de Moçambique, nomeadamente, o PPI, no princípio da década de 1980, o governo da FRELIMO manifestou o seu interesse em juntar-se ao Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON)¹. O governo da FRELIMO acreditava que entrando para o COMECON beneficiar-se-ia das facilidades que outros países como Cuba usufruíam, considerando a vastidão e a riqueza do território moçambicano (CHISSANO, 2014). A candidatura de Moçambique ao COMECON foi incentivada e apoiada por alguns países socialistas, nomeadamente a RDA. Aliás, um representante da RDA que esteve em Moçambique disse às autoridades moçambicanas que “nós vamos cooperar, mas para vocês terem maior ajuda vocês têm que se definir... Vocês não podem ser carne e peixe ao mesmo tempo” (CHISSANO, 2014). Com esta declaração inserida no

1. Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON- *Council for Mutual Economic Assistance*) foi fundado em 1949, tendo como objetivo a integração econômica das nações do Leste Europeu. Os países que integraram o organismo foram a URSS, Alemanha Oriental (1950-1990), Checoslováquia, Polónia, Bulgária, Hungria e Roménia. Mais tarde outros países juntaram-se ao COMECON: Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vientnam (1978). O COMECON surgiu como a resposta soviética ao Plano Marshal estabelecido pelos EUA com vista a apoiar a reconstrução económica da Europa ocidental.

contexto da Guerra Fria pretendia-se que Moçambique abandonasse a sua política de não alinhamento e abraçasse de forma clara o bloco socialista.

Porém, em 1982, a entrada de Moçambique ao COMECON não foi aprovada. Os países membros do organismo apresentaram o argumento segundo o qual a decisão resultava do facto de Moçambique não ser verdadeiramente socialista (CHISSANO, 2014). Igualmente, a URSS sublinhou que não podia subsidiar Moçambique no nível de apoio que se atribuía ao Vietname e Cuba, membros do COMECON (HALON, 1990, p.235). Entretanto, mais do que o argumento acima apresentado, a rejeição da entrada de Moçambique para o COMECON deveu-se às limitações financeiras daquele organismo do bloco socialista. No princípio da década de 1980 as dificuldades económicas da URSS estavam a acentuar-se. Assim, a entrada de Moçambique ao COMECON abriria um precedente e a entidade poder-se-ia ver pressionada para a entrada de outros países africanos, agudizando ainda mais as dificuldades económicas e financeiras daquele organismo do bloco socialista que teria que repartir os escassos recursos disponíveis por mais estados.

A indisponibilidade do COMECON liderado pela URSS foi manifestada numa altura em que o endividamento de Moçambique era crescente, porém, sem o crescimento das exportações nacionais de forma a responder às correspondentes necessidade de divisas. Esta situação e a dependência em relação aos credores internacionais forçaram o governo da FRELIMO a operar reformas no domínio económico (Murteira, 1996, p.18). A recusa da entrada de Moçambique no COMECON jogou um papel decisivo para o início das transformações económicas realizadas pelo governo da FRELIMO (ALDEN, 2001, p.14).

Em 1983 decorreu o 4º congresso da FRELIMO durante o qual o estado da economia nacional foi objeto de reflexão, tendo havido o reconhecimento da existência de enormes dificuldades económicas no país. Durante a apresentação do relatório do Comité Central da FRELIMO ao congresso, Samora Machel fez alusão ao crescimento registado em alguns sectores da economia, entre 1977 e 1981 como a indústria e outros (*Tempo*, 1 de maio, 1983). A seguinte tabela ilustra a evolução da produção industrial em Moçambique, entre 1975 e 1984.

Tabela nº1: Evolução da Produção Industrial

Ramo/Produto	Unidade	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Açúcar	10 ³ t	228,0	216,0	158,0	191,6	211,6	170,2	177,2	125,8	73,7	39,3
Chá-feito	10 ³ t	13,0	14,8	17,0	18,0	19,0	18,9	22,2	22,3	10,3	12,8
Algodão-fibra	10 ³ t	15,7	11,9	17,0	11,0	11,9	22,3	19,6	14,9	10,0	5,3
Sisal-fibra	10 ³ t	13,6	13,0	13,0	3,0	3,1	9,4	8,7	5,5	6,0	2,9
Amêndoa de caju	10 ³ t	17,2	16,5	20,2	16,7	14,7	17,6	16,9	13,3	4,6	3,8
Arroz descascado	10 ³ t	44,0	50,1	33,2	31,5	25,0	16,0	22,6	27,8	12,3	6,3
Peixe	10 ³ t	6,8	6,8	6,0	-	-	7,4	9,6	9,6	12,8	11,7
Camarão	10 ³ t	5,4	4,8	5,0	3,6	3,7	7,0	8,7	6,2	5,7	5,8
Energia elétrica	10 ³ gwh	0,5	0,4	5,8	8,7	12,4	11,1	3,6	2,4	5,97	0,3
Carvão coque	10 ³ t	316,0	304	178	78,5	104,5	86,1	167,0	121,8	30,3	23,5
Carvão/queima	10 ³ t	259,0	249,0	147,0	70,4	94,6	121,2	163,0	79,0	27,8	16,0
Pecas de ferro fundido	10 ³ t	705,0	505,0	483,0	418,0	424,0	377,0	515,0	508,0	447,0	372,0
Enxadas	10 ³ peças	678,0	540,0	198,0	230,0	75,0	217,0	489,2	807,7	134,0	-
Charruas de tração mecânica	10 ³ peças	-	-	-	397,0	286,0	194,0	121,0	15,0	200	106

Fonte: Comissão Nacional do Plano, Direção Nacional de Estatística, *Informação e Estatística, 1975-1984* (S/l.: s/ed., 1985), 53-58. (Adaptado pelo autor)

Conforme ilustra a tabela acima apresentada, a partir de 1982 a tendência crescente da economia foi interrompida. No seu relatório, o Comité Central da FRELIMO admitiu este facto e sublinhou que entre 1981 e 1982 registou-se uma diminuição bruta da produção na maioria dos setores da economia. O Comité Central da FRELIMO reconheceu que por essa razão eram maiores, naquele momento, as dificuldades no crescimento e, particularmente, sensíveis, os efeitos negativos do abaixamento da produção e da importação de bens de consumo na vida do povo (*Tempo*, 1 de maio, 1983.).

A tabela número 2 apresenta a evolução da balança de pagamentos global entre 1978 e 1984, ilustrando o seu sentido negativo sobretudo a partir de 1982, com a balança comercial atingindo os níveis mais baixos. A tabela em referência ilustra, igualmente, as dificuldades que a economia moçambicana tinha para gerar reservas internacionais (crise de divisas) e para sustentar o serviço da dívida sobretudo em 1983 e 1984 - o momento de pico das dificuldades. Em resultado da inexistência de reservas internacionais as importações foram cortadas drasticamente numa altura em que o financiamento da guerra era muito importante. As calamidades naturais que afetaram o país no princípio da década de 1980 e a guerra contribuíram para o agravamento da crise (WUYTS, 1989, p.67).

Tabela nº 2: Balança de Pagamentos de Moçambique

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Balança Comercial	-11,86	-10,28	-16,63	-18,40	-22,92	-20,29	-18,84
Exportações	5,33	8,30	9,09	9,92	8,65	5,28	4,06
Importações	17,19	18,58	25,92	28,32	31,57	25,57	22,90
Balança de Invisíveis e Serviços Produtivos	+2,93	+1,89	+3,32	+3,24	+3,44	+3,54	+1,74
Donativos	+1,77	+2,16	+1,81	+2,03	+3,0	+3,6	+7,12
Balança de Transações Correntes	-7,16	-6,23	-11,7	-13,13	-16,48	-13,15	-9,98
Balança de Capitais	+3,97	+5,33	+11,16	+13,19	+12,65	+12,76	+10,93

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Variação de Reservas	+3,67	+1,24	+1,05	+0,79	+4,44	+0,89	-0,84
Erros e Omissões	-0,48	-0,34	-0,51	-0,85	-0,61	-0,50	-0,11

Unidade: 10⁶ contos.

Fonte: Comissão Nacional do Plano, Direção Nacional de Estatística,
Informação e Estatística, 1975-1984 (S/l.: s/ed., 1985), 40.

As dificuldades económicas eram também agravadas pelos cortes da África do Sul na contratação de mão-de-obra moçambicana para as minas sul-africanas - uma importante fonte de receitas para Moçambique. Conforme ilustra a tabela número 3, os cortes na contratação de mão-de-obra moçambicana, registados após a proclamação da independência foram superiores a 50%. Estes cortes eram parte das pressões económicas de Pretória sobre o governo de Maputo devido ao seu apoio ao ANC.

Tabela nº 3: Moçambicanos Mineiros na África do Sul

ANOS	EFFECTIVO
1975	118 030
1977	41 364
1980	45 824
1981	41 288
1982	45 491
1983	39 731
1984	45 496

Fonte: Comissão Nacional do Plano, Direção Nacional de Estatística,
Informação e Estatística, 1975-1984 (S/l.: s/ed., 1985), 45.

O relatório do Comité Central ao 4º congresso da FRELIMO apontou alguns erros que conduziram às dificuldades económicas do país, nomeadamente, a marginalização do setor familiar e o gigantismo das empresas agrícolas estatais face às capacidades de gestão, a excessiva centralização das decisões que marginalizavam o povo e arrefeciam o seu entusiasmo e criatividade bem como a secundarização de pequenos projetos e das iniciati-

vas locais (*Tempo*, 1 de maio, 1983). De algum modo, com este relatório a FRELIMO revelava o reconhecimento do fracasso das medidas económicas que tinha adotado desde a independência. Por isso, a FRELIMO apresentou propostas de reformas que deviam ser implementadas com vista a revitalizar a economia que estava à beira do colapso.

Entre as decisões do 4º congresso da FRELIMO destaca-se a necessidade de criação de incentivos para o desenvolvimento do setor privado e a valorização dos setores familiar e cooperativo (VELOSO, 2011, p.196). Estas decisões que sinalizavam a viragem no sentido da liberalização foram consensuais no seio da FRELIMO. Perante a indisponibilidade do apoio do COMECON e da URSS e a necessidade de evitar o colapso total da economia patente nos indicadores económicos de 1983, facto que teria graves implicações económicas, políticas e sociais, podendo afetar a legitimidade do partido, os membros da FRELIMO, incluindo as alas mais ortodoxas apoiaram as reformas económicas iniciadas após o 4º congresso.

O relatório do Comitê Central do Partido FRELIMO destacou a subida dos partidos socialistas ao poder nos países da Europa ocidental, afirmando que tal facto criava as condições para um novo tipo de relacionamento económico e cooperação com os países subdesenvolvidos. Deste modo, e perante a indisponibilidade da ajuda económica do COMECON, a FRELIMO sinalizava a sua viragem para o ocidente que no período imediatamente posterior à independência tinha sido preterido como parceiro de desenvolvimento, privilegiando-se a cooperação com os países socialistas considerados pelo partido governamental como aliados naturais de Moçambique.

No 4º congresso a FRELIMO salientou o desenvolvimento da cooperação com a Itália, França e Grã-Bretanha, referindo-se, igualmente à evolução positiva das relações com os EUA e Portugal. Aliás, com a rejeição da entrada de Moçambique no COMECON, o país decidiu voltar ao não alinhamento de forma mais clara, aproximando-se aos países ocidentais com vista a busca de ajuda económica. Foi neste contexto que Joaquim Chissano, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique fez um períplo

pelos países da Europa ocidental e pelos EUA. Posteriormente, Samora Machel, acompanhado por Chissano viria a fazer o mesmo períplo em 1983. Na sequência destas visitas, para além do encorajamento para a busca de entendimento entre Moçambique e a África do Sul, os EUA e outros estados ocidentais recomendaram a Maputo uma posição clara de não alinhamento e o afastamento da dependência em relação à URSS como condição importante para a obtenção de ajuda (VINES, 1991, p.51). Para os EUA a entrada de Moçambique para o Banco Mundial e para o Fundo Monetário Internacional (FMI) era politicamente muito importante na medida em que sinalizava a viragem do país do campo socialista para o ocidente. Aliás, esta era a condição para o fornecimento da ajuda ao país (HALON, 1996, p.25).

Em 1983 teve lugar o início das negociações entre o governo moçambicano e as instituições de *Bretton Woods* na sequência das quais Moçambique aderiu ao FMI e ao Banco Mundial, em 1984. No mesmo ano (1984) Moçambique aderiu à Convenção de Lomé. Ao juntar-se a estas instituições o governo moçambicano pretendia buscar a ajuda económica e financeira de modo a evitar o colapso da economia nacional e promover a recuperação económica. Igualmente, a decisão permitia demonstrar ao ocidente o seu cometimento ao não alinhamento. Falando na Assembleia Popular, em Abril de 1984, Samora Machel disse que com a aproximação ao ocidente rompia-se o bloqueio internacional à volta de Moçambique (*Tempo*, 6 de maio, 1984, p.15). O governo moçambicano esperava que o crescimento do investimento ocidental em Moçambique levaria os países do ocidente a pressionar Pretória no sentido de parar os ataques contra o país (HALON, 1990, p.236). Igualmente, a aproximação de Moçambique ao ocidente visava a construção de boas relações com os países que podiam potencialmente apoiar a RENAMO que lutava contra o governo da FRELIMO.

Em abril de 1984 teve lugar a 12ª sessão da Assembleia Popular durante a qual foi discutida a situação da economia do país. Durante o debate, Rui Baltazar, Ministro das Finanças explicou que para além de causas externas existiam causas internas por detrás da crise económica, nomeadamente, a tendência prevalecente de substituição das leis económicas por deci-

sões administrativas, persistência do espírito de gratuidade, falta do espírito de austeridade e a centralização excessiva das decisões (*Tempo*, 6 de maio 1984, p.14-15). Durante as discussões verificou-se a unanimidade dos deputados em relação aos problemas levantados, resultando daí a seguinte decisão da Assembleia Popular: Para o funcionamento regular da economia era necessário eliminar a ingerência e o bloqueio de caráter administrativo para que a empresa se tornasse efetivamente na célula-base da economia e; em 1984 o governo devia aprovar e fazer aplicar as leis e normas económicas que libertassem as forças produtivas do país (*Tempo*, 6 de maio 1984, p.15). Assim, no contexto da implementação de uma gestão com base nas leis económicas, os deputados apreciaram satisfatoriamente a proposta de Orçamento de Estado de 1984 marcado pela introdução de medidas de austeridade. Posteriormente, outras medidas viriam a ser implementadas como a política de liberalização de preços, a separação mais clara entre o Estado e a empresa estatal, responsabilizando o gestor pelo sucesso ou fracasso da mesma, a livre circulação de mercadorias por todo o território nacional assim como a importação de determinados bens sem o monopólio do Estado (VELOSO, 2011, p. 198-199). Assim, devido à crise económica davam-se os primeiros passos rumo à liberalização económica.

Em resultado da aderência de Moçambique à Convenção de Lomé, em Março de 1985, Samora Machel recebeu as cartas credenciais do primeiro representante da Comunidade Económica Europeia (CEE) em Moçambique, António Morongiu. No mesmo mês, a CEE concedeu o financiamento para Moçambique e para a Conferência para a Coordenação e Desenvolvimento da África Austral (SADCC) no valor de 6 400 000 US\$ (*Tempo*, 31 de março, 1985, p.8). Os dois atos acima referidos eram o sinal inequívoco do sucesso da aproximação de Moçambique ao ocidente.

No primeiro semestre de 1985, através do seu Vice-Presidente para as Regiões da África Oriental e Austral, o Banco Mundial anunciou que a partir de junho do mesmo ano iria conceder o seu primeiro empréstimo à Moçambique no valor de 45 000 000 US\$ (*Tempo*, 26 de maio, 1985, p.3-4). No princípio de 1985 o governo norte-americano anunciou a ajuda mili-

tar para Moçambique no valor de 1 140 000 US\$ e a disponibilização de 40 000 toneladas de milho, prevendo-se que durante o ano a ajuda alimentar atingisse 110 000 toneladas (*Tempo*, 3 de fevereiro, 1985, p.4-5). Ainda no primeiro semestre de 1985 empresários norte-americanos visitaram Moçambique com vista a explorar as possibilidades de desenvolvimento de negócios (*Tempo*, 21 de abril, 1985, p.4).

Em setembro do mesmo ano, durante a visita a Washington, Londres e Roma, Samora Machel recebeu o apoio de Ronald Reagan, Margaret Thatcher e do governo italiano às medidas económicas tomadas em Moçambique no sentido da liberalização. Deste modo confirmava-se o apoio ocidental às medidas implementadas pelo governo de Samora Machel. Seguramente, este apoio teve um papel importante no fortalecimento da posição de Samora Machel enquanto líder de todo o processo assim como conferiu maior legitimidade às reformas económicas, desincentivando a resistência das alas mais ortodoxas da FRELIMO defensoras da economia estatal centralizada. Assim, o apoio internacional acima referido contribuiu para a coesão do partido. Sem a ajuda económica do COMECON e da URSS, e perante a necessidade urgente de apoio económico e financeiro para o país oferecido pelo ocidente, ainda que com os seus condicionais, os defensores mais intransigentes da economia estatal centralizada ficaram sem margem de manobra se não apoiar as reformas económicas orientadas no sentido da economia de mercado.

Entre 1983, ano em que decorreu o 4º Congresso da FRELIMO e 1986 a economia moçambicana continuou a experimentar um enorme declínio na sua produção combinado com o agravamento das distorções económicas e desequilíbrios financeiros (TORP, 1989, p.38). Neste contexto, em janeiro de 1987 foi lançado o Programa de Reabilitação Económica (PRE). Tratava-se de um programa de ajustamento estrutural estabelecido com o apoio do FMI com o objetivo de criar as condições para a reabilitação da economia moçambicana. Pretendia-se assegurar que em 1990 o país reconquistasse os índices de produção atingidos em 1981 (ALDEN, 2001, p.10). No âmbito deste programa foram introduzidas medidas de austeridade e

mecanismos com vista a aumentar a produção e a captação de receitas para o Estado assim como combater os desequilíbrios financeiros. A desvalorização da moeda, as reduções no setor público, os cortes nos programas de subsídios, a maior responsabilidade fiscal, a promoção de um elevado envolvimento do sector privado na economia e as privatizações foram algumas das medidas adotadas no âmbito do PRE (HUME, 1994, p.20).

Durante a 6ª sessão do Comitê Central da FRELIMO realizada de 6 a 10 de janeiro de 1987 foram aprovadas as medidas diretivas do PRE. O Comitê Central orientou todos os órgãos partidários e estatais no sentido da implementação rigorosa das medidas de austeridade com vista ao relançamento da economia. Igualmente, o Comitê Central orientou o governo a prosseguir o relacionamento com os organismos internacionais com vista a reabilitação econômica do país (*Tempo*, 18 de janeiro, 1987, p. 3-4). As recomendações do Comitê Central da FRELIMO revelavam a existência de um elevado grau de consenso no seio da elite dirigente da FRELIMO sobre a necessidade das reformas econômicas no país. Não se pretende com isto transmitir a ideia de que não houve membros da elite dirigente do partido que se opuseram às reformas. Aliás, no dia 3 de fevereiro de 1987, falando aos membros da FRELIMO, em Maputo, Joaquim Chissano, Presidente de Moçambique e da FRELIMO explicou que as negociações do seu governo com o FMI, Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais não negavam as escolhas do partido pelo socialismo como caminho do desenvolvimento, salientando que “uns vão dizer que estamos a ter dúvidas sobre a opção socialista. Este não é o caso. Nós escolhemos o socialismo como resultado da nossa experiência” (HOILE, 1994, p.91). Este pronunciamento mostra que dentro do partido havia grupos que se mostravam pouco satisfeitos com as transformações económicas, receando que tal facto levasse ao abandono da linha socialista da FRELIMO e do Estado. De facto, no final da década de 1980 surgiram no seio da FRELIMO 3 grupos que embora tivessem em comum a concordância sobre a necessidade e a inevitabilidade das reformas económicas não deixaram de expressar posições diferenciadas sobre a maneira como tais reformas deveriam ser feitas, a sua

amplitude e as suas implicações político-ideológicas e sociais. Estas posições diferenciadas revelavam que apesar da ideia de unidade apregoada na FRELIMO desde o período da luta pela independência, o partido não deixou de reunir dentro de si interesses diversificados e, porventura, contraditórios.

De acordo com Anne Pitcher o primeiro grupo era constituído por membros proeminentes do partido FRELIMO e do governo ao nível nacional e provincial bem como por membros de organizações de massas como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM) que embora reconhecessem a necessidade das reformas, defendiam as modificações, porém, sem o abandono dos princípios socialistas e de intervenção do Estado. Este grupo que via o crescimento do setor privado como ameaça aos seus interesses era dominado sobretudo pelos altos dirigentes da FRELIMO relativamente mais ortodoxos na defesa do socialismo (PITCHER, 2002, p.116). De acordo com a autora, o segundo grupo apoiava a emergência do sistema de economia do mercado e um maior envolvimento do setor privado na economia, porém, defendia que o setor estatal devia ser otimizado, reestruturado e mantido. Este grupo desejava o controlo do crescimento do setor privado e da dependência em relação aos mercados. Dentro deste grupo estavam membros do partido e oficiais do Estado que receavam perder as mordomias provenientes do controlo do partido e do Estado (CABAÇO, 2014). Entretanto, juntos, os dois primeiros grupos eram muito pequenos no seio da FRELIMO e já sem muito poder, estando entre eles, Jorge Rebelo (BOWEN, 2000, p.185-202).

O terceiro grupo era constituído por aqueles membros do partido, do governo e empresários nacionais que queriam e defendiam, sem reservas, a introdução do sistema de economia de mercado e do investimento privado. Este grupo era favorável à ligação entre a política e os negócios. Este grupo incluía os empresários nacionais que já existiam, altos funcionários do Estado sobretudo dos ministérios das finanças, indústria e comércio que estavam envolvidos na formulação das políticas de ajustamento estrutural e

de remoção das restrições às atividades do setor privado (PITCHER, 2002, p.117-118). No final da década de 1980, Eneas Comiche, Ministro das Finanças de Moçambique dizia que “não devia ser o papel do Estado gerir as empresas e que estas deviam estar nas mãos dos privados, cabendo ao Estado o papel de regulação, procurando trazer a eficiência da economia do país” (BOWEN, 2000, p.185-202). Outro defensor das reformas económicas tendentes à liberalização da economia era Armando Guebuza, na altura Ministro dos Transportes e Comunicações que afirmou, numa conferência internacional, que “apesar do impacto no aumento de desigualdades, desemprego, baixos salários e outros efeitos negativos do PRE, tais males eram o preço que tínhamos que pagar pelo desenvolvimento do país” (BOWEN, 2000, p. 185-202). Este terceiro grupo constituído pela maioria revelou-se vencedor no debate interno, tendo contado com o apoio do ocidente e das instituições financeiras internacionais, nomeadamente, o FMI e o Banco Mundial - credores de Moçambique que defendiam as políticas de liberalização da economia com o maior envolvimento do setor privado e a redução do papel do Estado, mantendo-se apenas como regulador.

Assim, poder-se-á compreender que com as palavras proferidas no dia 3 de fevereiro de 1987, Joaquim Chissano, Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique procurava tranquilizar os receios dos dois primeiros grupos acima referidos e mobilizar o seu total engajamento no apoio às reformas económicas no país. A maturidade política das alas mais ortodoxas da FRELIMO (os dois primeiros grupos acima referidos) permitiu que as mesmas compreendessem que as mudanças políticas e económicas internacionais marcadas pelo colapso da URSS e do bloco comunista e a vitória do capitalismo tornavam inevitáveis as reformas económicas adotadas pelo governo e pelo partido. Ademais, estas elites entendiam que a inviabilização das reformas poderia levar o país ao colapso económico total com profundas consequências sociais e políticas, gerando a erosão da legitimidade da FRELIMO já de si fragilizada pela guerra civil que dilacerava o país. Neste contexto, poder-se-á concluir que a atitude das elites mais ortodoxas da FRELIMO confirma o argumento de Samuel Huntington, segun-

do o qual as elites políticas decidem optar pelo estabelecimento de reformas como um meio para alcançar os objetivos como o seu prolongamento no poder, a legitimidade doméstica e internacional, minimizar a oposição doméstica, e reduzir a possibilidade de ocorrência de violência civil da qual elas próprias (elites) podem sofrer (HUNTINGTON, 1984, p. 212).

No final da década de 1980, Joaquim Chissano convocou uma reunião do Comitê Central do partido governamental. Durante o encontro que aconteceu no contexto da preparação do 5º congresso da FRELIMO, Chissano questionou aos presentes se havia uma contradição entre os princípios socialistas e um sistema de economia de mercado. Os participantes chegaram à conclusão de que não havia contradição. No encontro sublinhou-se que podia haver economia de mercado, tanto mais que havia países governados por partidos socialistas porém, adotando a economia de mercado (MAZULA, 2014). Esta reunião parece ter servido para a formalização do consenso sobre as reformas que vinham sendo construídas desde o 4º congresso da FRELIMO em torno da necessidade de um maior envolvimento do setor privado e da adoção do sistema de economia de mercado para a recuperação económica do país. Posteriormente, no 5º congresso da FRELIMO realizado em 1989 o partido aprovou a proposta de orientar a economia moçambicana no sentido de um sistema de mercado. Esta decisão culminou com a aprovação da nova constituição em 1990 que consagrava a livre iniciativa e o sistema de economia de mercado.

O 5º congresso da FRELIMO foi também marcado pelo incentivo da propriedade privada, sendo autorizada a participação dos membros do partido, governantes em diferentes níveis e funcionários públicos em iniciativas empresariais e de negócios privadas sem nenhuma restrição. Esta foi uma viragem significativa na medida em que até aquele momento era proibida a participação de membros da FRELIMO e do governo em iniciativas privadas pois estas eram ideologicamente conotadas com a exploração do homem pelo homem, embora tenha sido reconhecida a importância do setor privado desde o 4º congresso do partido.

Considerada a inevitabilidade da liberalização da economia por força da condicionalidade da ajuda econômica imposta pelo ocidente e pelas instituições financeiras internacionais, nomeadamente, o FMI e o Banco Mundial, tornou-se imperioso para a FRELIMO assegurar a criação de uma classe capitalista (ou empresarial) nacional de modo a evitar que o tecido empresarial emergente no contexto das privatizações que tinham lugar à luz do programa de ajustamento estrutural fosse dominado, somente, pelo capital estrangeiro. Assim, as políticas e a legislação sobre as privatizações e iniciativas de investimento privado adotadas no final da década de 1980 e princípios da década de 1990, inseridas no contexto das reformas económicas, embora incentivassem o investimento estrangeiro, privilegiaram as elites locais, nomeadamente, membros e dirigentes do partido FRELIMO, dirigentes do Estado aos mais diferentes níveis, dirigentes militares e antigos combatentes, gestores das empresas estatais, tanto em funções ou não. Neste contexto, 90% das empresas estatais privatizadas passaram para as mãos dos capitalistas nacionais, o grupo acima referido (PITCHER, 2002, p.153). Entre outubro de 1989 e Setembro de 1992 foram privatizadas pelo Ministério das Finanças muitas empresas, sendo que, só de processos registados, mais de 140 empresas agrícolas e industriais das quais 70% a favor de empresários nacionais (FELICIANO, 1996, p.31). Em outros casos os empresários nacionais estabeleceram parcerias com investidores estrangeiros, beneficiando-se de facilidade de financiamento e investimento concedidas pelo Estado com o intuito de assegurar a consolidação de uma classe capitalista nacional.

Deste modo, pode constatar-se que grande parte da classe empresarial moçambicana que emergiu a partir do final da década de 1980 e princípios da década de 1990 beneficiou-se em larga medida das suas ligações ao partido FRELIMO e ao Estado. Tendo os membros da FRELIMO e grande parte das elites dirigentes do partido e do Estado aos mais diferentes níveis sido beneficiados pelos processos de privatização no contexto das reformas económicas tendentes à liberalização da economia, estes viram-se mobilizados para o apoio às transformações económicas implementadas pelo governo com o forte incentivo da comunidade internacional. Este facto contribuiu não só

para a criação de um novo *constituency* mas também para o estabelecimento do ambiente necessário para coesão no seio da FRELIMO num momento de profundas transformações económicas e políticas dentro do partido e do Estado. Neste contexto, as decisões que conduziram à introdução do sistema de economia de mercado em Moçambique foram marcadas por um elevado grau de consenso no sentido de que as elites dirigentes do Estado e do partido estavam de acordo em relação à inevitabilidade das reformas económicas profundas no sentido da liberalização, conforme nota José Luís Cabaço, antigo Ministro da Informação e dirigente da FRELIMO:

Toda a gente, e eu próprio, estávamos de acordo sobre a necessidade de formular uma política que rompesse com o isolamento em que nós estávamos e também uma política que dinamizasse e estimulasse a própria vida económica. Sobre isso não havia duas opiniões. Então era necessário realmente fazer essa modificação e ela foi discutida e estávamos todos mais ou menos de acordo em relação aos princípios dessa modificação. Mas havia conquistas e princípios fundamentais que era preciso preservar. (CABAÇO, 2014)

A declaração acima apresentada reforça a ideia segundo a qual apesar do consenso existente sobre a importância, urgência e inevitabilidade das mudanças económicas em Moçambique, havia alguns membros na direção da FRELIMO e do Estado que estavam preocupados com o surgimento da corrupção e outros males decorrente das privatizações e de todo o processo de liberalização da economia. Entretanto, estes membros não contrariaram as reformas. Pelo contrário, estes membros, entre os quais, Jorge Rebelo e Marcelino dos Santos apoiaram-nas, porém, procurando, através do seu exemplo pessoal de boas práticas de ética e de responsabilidade não só evitar o surgimento da corrupção endémica, entre outros males associados à liberalização da economia mas também assegurar que as conquistas como o acesso à educação e saúde não fossem comprometidas (CABAÇO, 2014). Portanto, neste processo de reformas não foram registadas contestações fraturantes no seio do partido.

A cultura e a disciplina da FRELIMO baseadas no consenso obrigaram os membros e as elites do partido a respeitar as decisões tomadas após as discussões nos órgãos partidários. A cultura do consenso estava enraizada na crença de que todas as vozes deviam ser ouvidas antes da tomada de qualquer decisão. De acordo com Sara Lefanu trata-se de um processo inclusivo não muito diferente dos métodos protestantes de resolução de problemas (LEFANU, 2012, p.195). Esta prática ajudou a reduzir ou a evitar a continuidade de contradições após a tomada de decisões, contribuindo, assim, para a coesão do partido. Igualmente, há outros fatores importantes ligados a história da FRELIMO que ajudam a explicar a coesão do partido. As dissensões que abalaram muito a vida da FRELIMO no final da década de 1960 e início da década de 1970 ficaram na consciência das pessoas. Por isso nunca se organizaram outros grupos de tendência discordante dentro do partido FRELIMO porque poderiam ser vistos também como reacionários (CABAÇO, 2014). Portanto, havia uma autocensura dos militantes no sentido de não se organizarem em grupo para a manifestação de divergências. Isto é, havia uma espécie de trauma. O facto de os envolvidos nas dissensões do final das décadas de 1960 e princípios da década de 1970 terem sido derrotados fez ficar cristalizada a ideia de traidor. Assim, ninguém queria ser e nem confundido como traidor. Por outro lado, jogou um papel muito importante o trabalho coletivo no seio da FRELIMO que se intensificou após a crise que abalou o partido no período acima referido (CABAÇO, 2014). A FRELIMO passou a ultrapassar as opiniões divergentes através das discussões pela maioria das pessoas. Entretanto, a prática de construção de consensos pode também ser vista como um desejo de controlo para eliminar as contradições ou uma cobertura para o medo das diferenças e da dissidência (LEFANU, 2012, p.195).

DAS REFORMAS À LIBERALIZAÇÃO POLÍTICA

O processo de reformas políticas que culminaram com a aprovação da nova constituição que introduziu a democracia multipartidária em Moçambique, em 1990, pode ser traçado a partir de 1983, ano em que foi realizado o 3º congresso da FRELIMO que admitiu que o governo estava excessiva-

mente centralizado (GALLI, 2003, p.163). As reações negativas ao acordo de Nkomati por parte de alguns países da região austral de África e de outros sobretudo do bloco comunista associadas ao posicionamento crítico de alguns membros da FRELIMO contribuíram para que o período imediatamente posterior à assinatura do entendimento fosse particularmente difícil para Samora Machel que tinha dirigido pessoalmente todo o processo de negociações entre Moçambique e a África do Sul. Igualmente, o momento tornou-se difícil para Machel uma vez que ele viu-se obrigado a abandonar alguns dos princípios que defendia por razões do evidente realismo político e tático que se revelava urgente para evitar a continuidade da agressão sul-africana contra o território moçambicano. Perante esta dura realidade e devido ao facto de ter conduzido pessoalmente e de forma bastante sigilosa as negociações do acordo de Nkomati, Samora Machel ter-se-á sentido relativamente solitário na decisão sobre o acordo com a África do Sul.

Durante as discussões que tiveram lugar dentro do Bureau Político da FRELIMO, no período pós-acordo de Nkomati, alguns membros afirmaram que estava a perder-se a tradição de discussão e de participação de todos na tomada de decisões que caracterizava a prática do partido desde a luta de libertação nacional (CABAÇO, 2014). Na sequência das críticas acima referidas e tendo percebido que, de algum modo, as elites dirigentes do partido demandavam mais poder, Samora Machel lançou por sua iniciativa o debate sobre a desacumulação e/ou desconcentração de poderes. Assim, de 30 de junho a 8 de julho de 1986 decorreu a 5ª Sessão do Comitê Central do Partido FRELIMO, em Maputo. Neste encontro foi analisado o desenvolvimento da situação do país e a crescente complexidade dos órgãos que dirigiam o Estado (*Tempo*, 27 de julho, 1986, p.4). Neste encontro, Samora Machel propôs a divisão entre o poder legislativo e o executivo com vista a dar maior dinamismo à vida do país e não só mas também promover o envolvimento de mais pessoas nos cargos de direção efetiva do Estado (CABAÇO, 2014). Por iniciativa de Samora Machel o assunto foi discutido por diferentes grupos de trabalho constituídos pelos membros do Comitê Central da FRELIMO.

A 5ª Sessão do Comitê Central concluiu que, por um lado, era necessário robustecer a FRELIMO de modo que esta organização política tivesse maior capacidade de dar tarefas ao Estado. Por outro lado, era preciso fortalecer o Estado a fim de cumprir as decisões do partido. Igualmente, o órgão recomendou sobre a necessidade de a Assembleia Popular funcionar de forma eficaz. Na sequência das conclusões e recomendações do Comitê Central, Samora Machel decidiu iniciar a desconcentração de funções e a desacumulação de tarefas de modo a garantir a operacionalidade dos órgãos dirigentes do Estado (*Tempo*, 27 de julho, 1986, p.4). As medidas de desconcentração e desacumulação de funções propostas e anunciadas por Samora Machel consistiram, imediatamente, na criação do cargo de Primeiro-ministro e na separação entre o poder legislativo e executivo.

A primeira implicação das medidas acima referidas foi a passagem da Presidência do Conselho de Ministros ao Primeiro-ministro que assumiu a coordenação da ação deste órgão na vida económica e social do Estado. Anteriormente, esta tarefa estava concentrada na figura do Presidente da República. A segunda implicação, bastante significativa, residia no facto de o Presidente da República deixar de ser, simultaneamente, Presidente da Assembleia Popular (órgão legislativo), um gesto que marcava o início da separação entre o poder executivo e legislativo. Assim, uma nova figura fora do executivo passaria a presidir a Assembleia Popular. No contexto destas medidas, o Presidente da República passou a concentrar a sua atenção nas questões de defesa e segurança nacional e na direção do partido FRELIMO.

Numa comunicação feita no dia 17 de julho de 1986, Samora Machel disse que “a evolução da situação política, militar, económica e social não se compadece já com esta situação se queremos assegurar a contundência e a eficiência da nossa ação governativa”. (*Tempo*, 27 de julho, 1986, p.4). Porém, na mesma ocasião Machel sublinhou que de imediato não seria possível caminhar para uma total desconcentração de funções e, por isso, era necessário que em alguns casos se continuasse a acumular tarefas de modo a garantir que a política do partido fosse implementada pelo governo. Segundo Samora Machel as medidas de desconcentração e de de-

sacumulação das funções e tarefas estender-se-iam também aos responsáveis aos vários níveis.

Após a aprovação da proposta de desconcentração e de desacumulação das funções pelo Comitê Central da FRELIMO a mesma foi submetida à Assembleia Popular para a respetiva aprovação. Durante a 15ª Sessão da Assembleia Popular, realizada em julho de 1986, a proposta foi aprovada com muito entusiasmo num claro sinal de que a decisão refletia a vontade e o sentimento geral não expresso. Em agosto de 1986 um texto publicado pela revista *Tempo* sublinhava que as medidas de desacumulação aprovadas vinham com um certo atraso mas eram absolutamente necessárias, destacando que havia muito tempo que a maioria dos moçambicanos, incluindo jornalistas falava sobre o excesso de funções confiadas ao chefe de Estado, clamando pela sua desacumulação, embora ninguém tivesse ainda expressado publicamente tal vontade (*Tempo*, 3 de agosto, 1986, p.19). O texto assinado pelo jornalista e escritor moçambicano Calane da Silva revelava que em meados da década de 1980 já existia a vontade no seio da sociedade moçambicana e entre os membros da FRELIMO de ver as reformas políticas iniciadas no sentido de desconcentração e de separação de poderes.

Após as necessárias alterações à constituição e no contexto destas reformas políticas, em julho de 1986 Samora Machel nomeou Mário Machungo para o cargo do Primeiro-ministro de Moçambique. No dia 13 de janeiro de 1987, Marcelino dos Santos foi eleito Presidente da Assembleia Popular sob proposta do Comitê Central da FRELIMO. Estas reformas políticas, por sinal as primeiras mais significativas depois da independência de Moçambique foram continuadas por Joaquim Chissano.

Conforme foi anteriormente referido, no final da década de 1980, Joaquim Chissano convocou uma reunião do Comitê Central da FRELIMO, no contexto da preparação do 5º congresso deste partido. Durante o encontro Chissano questionou aos presentes, entre os quais os membros do Bureau Político, se queriam ou não a manutenção do conceito de socialismo científico. Dos membros ali presentes, somente um número muito reduzido respondeu à pergunta colocada. E, todos aqueles que responderam, embora fossem

poucos, disseram que não queriam a manutenção do conceito. Os restantes membros mantiveram-se em silêncio. O silêncio da maioria revelava o consentimento em relação à proposta de abandono do conceito de socialismo científico. Uma vez que ninguém se opunha à retirada do conceito de socialismo científico decidiu-se que o mesmo seria abandonado (MAZULA, 2014).

Em 1989 decorreu o 5º Congresso da FRELIMO durante o qual o partido abandonou oficialmente o socialismo, tendo sido aprovada a necessidade de separação entre o partido e o Estado bem como a revisão da constituição. Na sequência deste processo, em 1990 foi aprovada a nova constituição que consagrava a democracia multipartidária, reforçava a separação de poderes e sublinhava a descentralização do poder. Estas reformas foram aprovadas de forma consensual no decurso do 5º congresso da FRELIMO e na Assembleia da República - facto que sinalizava a maturação destes princípios no seio do partido governamental. Portanto, em finais da década de 1980, no seio das elites da FRELIMO e do Estado havia um consenso dominante sobre a necessidade e a inevitabilidade das reformas políticas no país no sentido da liberalização e da introdução da democracia multipartidária, a necessária consolidação do princípio de separação dos poderes, da descentralização e desconcentração.

Embora a condicionalidade da ajuda económica e financeira imposta pelas instituições financeiras internacionais, nomeadamente, FMI, Banco Mundial e os estados ocidentais tenha contribuído para as reformas económicas e políticas em Moçambique, confirmando-se, deste modo, a relevância das teorias da condicionalidade apresentadas por (WHITEHEAD, 1986) e sobre a influência das organizações internacionais nos processos de democratização defendidas por (PEVEHOUSE, 2005), parece certo que a vontade de ver operadas as mudanças políticas existia no interior do partido FRELIMO e do Estado.

CONCLUSÃO

As medidas de liberalização (abertura económica e política) iniciadas em meados da década de 1980, manifestamente graduais, tendo culminado com a aprovação da constituição multipartidária em 1990 e adoção do sis-

tema de economia de mercado foram resultado de decisões tomadas pelas elites políticas da FRELIMO e do Estado. A liberalização da economia no período em alusão surgiu como a resposta do regime de partido único à profunda crise económica que o Estado atravessava desde a primeira metade da década de 1980. A condicionalidade da ajuda económica internacional, particularmente, dos estados ocidentais e das instituições financeiras internacionais, nomeadamente, FMI e Banco Mundial influenciou a opção das elites políticas da FRELIMO e do Estado moçambicano pela liberalização da economia.

Igualmente, é importante sublinhar que as contradições internas no seio da elite dirigente da FRELIMO resultantes da assinatura do Acordo de Nkomati e o surgimento de segmentos no seio do partido demandando uma maior participação na tomada de decisões assim como uma maior partilha do poder então concentrado na figura do Presidente da República que, simultaneamente, ocupava o cargo de chefe do governo, Presidente da Assembleia Popular e de comandante em chefe das forças armadas contribuíram para a realização das primeiras reformas políticas significativas no Estado moçambicano a partir da segunda metade da década de 1980, tendo sido marcadas pela desacumulação e/ou desconcentração de poderes num processo relativamente longo que culminou com a adoção da nova constituição em 1990, consagrando a separação efetiva dos poderes, a descentralização e o multipartidarismo.

Assim, poder-se-á concluir que o caso moçambicano em análise confirma a abordagem de (O'DONNELL e SCHMITTER, 1986) por um lado, e por outro lado, (TEORELL, 2010) segundo a qual a transição democrática é um processo que resulta das contradições entre as alas mais duras e as moderadas dentro do regime autoritário, culminando com a vitória do segundo grupo. As contradições entre a ala dura, por um lado e a moderada, por outro lado, são impulsionadas pelas crises económicas, políticas ou sociais dentro do regime autoritário. Conforme foi ilustrado neste artigo, foram as dificuldades económicas e as dissensões posteriores ao acordo de Nkomati que levaram as elites da FRELIMO e do Estado a iniciarem as reformas que

conduziram à liberalização económica e política culminando com a transição democrática cujo marco mais elevado foi a realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias que tiveram lugar em outubro de 1994.

Diferentemente de outros estados africanos como a África do Sul, o Benin e a Zâmbia onde a mobilização popular desempenhou um papel determinante para a liberalização, em Moçambique as massas populares não jogaram um papel decisivo no processo de abertura económica e política. Contudo, não é de excluir o papel desempenhado pelas lideranças religiosas, nomeadamente da Igreja Católica em Moçambique, Igrejas protestantes integrantes do CCM e da comunidade muçulmana em Moçambique. As manifestações públicas dos líderes religiosos pela paz e pela reconciliação nacional durante a década de 1980 podem ter ajudado a fortalecer a posição e os argumentos das elites moderadas da FRELIMO manifestamente defensoras das medidas de abertura económica e política.

O processo de liberalização (económica e política) decorreu durante o período em que Moçambique estava mergulhado numa profunda guerra civil perturbando bastante a ordem e a segurança públicas no país, contrariando, assim, as abordagens teóricas sobre a transição democrática segundo as quais perante as adversidades em referência os regimes autoritários ou de partido único tendem a aumentar a repressão e o controlo, inviabilizando a possibilidade de abertura política ou económica.

Pelo contrário, no caso moçambicano, a RENAMO rejeitou as várias iniciativas com vista a pôr termo a guerra civil em Moçambique através de uma solução baseada na integração dos seus homens na sociedade moçambicana, contudo, sem obter o necessário reconhecimento político. Perante esta experiência factual, as elites da FRELIMO encontraram na liberalização económica e política um mecanismo através do qual seria possível criar o ambiente político e económico favorável ao fim da guerra civil em Moçambique, restaurando a paz, recuperando a economia e buscando a legitimidade ao nível interno e internacional. Assim, o caso moçambicano parece demonstrar que a ideia segundo a qual a moderação (entendida como

a ausência de violência, insegurança e ameaças a ordem e segurança públicas) é determinante para a ocorrência e sucesso do processo de transição democrática é contrariada pela realidade. Aliás, Nancy Bermeo através de um trabalho comparativo concluiu que a ideia de moderação não é comprovada em muitas experiências de transição e por isso não deixa de ser um mito (BERMEO, 1997).

Finalmente revela-se importante sublinhar que o facto de a transição democrática em Moçambique ter resultado de um processo de decisão das elites políticas da FRELIMO desde o momento da liberalização pode ajudar a explicar a estabilidade política e não só mas também a coesão das lideranças do partido que marcou o processo a despeito das incertezas que caracterizam a mudança de regimes. Esta coesão jogou um papel importante na prevenção do surgimento de *spoilers* do lado da FRELIMO e do governo que poderiam inviabilizar ou comprometer o processo de transição democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALDEN, Chris. *Mozambique and the construction of the New African State: from negotiation to nation building*. New York: Palgrave, 2001.
- BOWEN, Merle L. *The state against the peasantry: rural struggles in colonial and postcolonial Mozambique*. Charlottesville e London: University Press of Virginia, 2000.
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Problemas estruturais de industrialização: a indústria transformadora. IESE. <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Problemas%20Estruturais%20de%20Industrializacao.pdf>, s/d.
- COMISSÃO NACIONAL DO PLANO. Direção Nacional de Estatística. *Informação e estatística, 1975-1984*. S/l.: s/ed., 1985.
- DAHL, Robert A. *On democracy*. USA: Yale University Press, 1998.
- _____. *La poliarquía: participación y oposición*. Madrid: Editorial Tecnos, 2002.
- DIAMOND, Larry. Is the third wave over?. *Journal of Democracy*, Vol. 7, nº 3 (1996): 20-37.

- FELICIANO, José Fialho. Empresários e memória social: percursos em Moçambique, 1983, 1993. *Economia Global e Gestão*, n° 2 (1996): 23-44.
- GALLI, Rosemary Elisabeth. *People's spaces and state space: land and governance in Mozambique*. Lanham: Lexington Books, 2003.
- HANLON, Joseph. *Mozambique: the revolution under fire*. London: Zed Books, 1990.
- _____. *Peace without profit: how the IMF blocks rebuilding in Mozambique*. London: Irish Mozambique Solidarity and the International African Institute in association with James Currey and Heineman, 1996.
- HOILE, David. *Mozambique, 1962-1993: a political chronology*. London: Mozambique Institute, 1994.
- HUME, Cameron. *Ending Mozambique's war: the role of mediation and good offices*. Washington: United States Institute of Peace, 1994.
- HUNTINGTON, Samuel P. Will more countries become democratic?. *Political Science Quarterly*, Vol. 99, n°2 (1984): 193-218.
- _____. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. S/l.: University of Oklahoma Press, 1993.
- LEFANU, Sara. *S Is for Samora: a lexical biography of Samora Machel and Mozambican Dream*. London: Hurts and Company, 2012.
- LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *The American Political Science Review*, Vol. 53, n°1 (1959): 69-105.
- MAINWARING, Scott. Transitions to democracy and democratic consolidation: theoretical and comparative issues. *Working Paper*, n°130, (1989).
- MOORE Jr, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- MURTEIRA, Mário. Empresariado nacional e transição para a economia de mercado na África lusófona. *Economia Global e Gestão*, n° 1 (1996): 7-24.
- O'DONNELL, Guillermo. Transitions, continuities, and paradoxes. In: *Issues in Democratic Consolidation: The new south american democracies in comparative perspective*. ed. Scott Mainwaring, Guillermo O'Donnell e J. Samuel Valenzuela, 17-56. Indiana: University of Notre Dame Press, 1992.

- O'DONNELL, Guillermo e Philippe C. Schmitter. *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1986.
- PEVEHOUSE, Jon C. *Democracy from above: regional organizations and democratization*. Cambridge: University Press, 2005.
- PITCHER, M. Anne. *Transforming Mozambique: the politics of privatization, 1975-2000*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- REMMER, Karen L. New theoretical perspectives on democratization. *Comparative Politics*, Vol. 28, n°1 (1995): 103-122.
- ROSTOW, Walt. *Stages of growth: a non communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- RUSTOW, Dankwart A. Transitions to democracy: toward a dynamic model. *Comparative Politics*, Vol. 2, n°3 (1970): 337-363.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- TEORELL, Jan. *Determinants of democratization: explaining regime change in the world, 1972-2006*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- TORP, Jens Erik. «Mozambique». In: *Mozambique, São Tomé e Príncipe: politics, economics and society*. org. Jens Erik Torp, L. M. Denny e Donald I. Ray, 3-117. London: Pinter Publishers, 1989.
- VALENZUELA, J. Samuel. Labor movements in transitions to democracy: a framework for analysis. *Comparative Politics*, Vol. 21, n° 4 (1989): 445-472.
- VELOSO, Jacinto. *Memórias em voo rasante*, 4ª ed. Maputo: JV Editores, 2011.
- VINES, Alex. *Renamo: Terrorism in Mozambique*. London: Indiana University Press, 1991.
- WHITEHEAD, Laurence. International aspects of democratization. In: *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*, ed. Guillermo O' Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead, 3-46. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1986.
- WUYTS, Marc Eric. *Money and planning for socialist transition: the Mozambican experience*. Aldershot: Institute of Social Studies, 1989.

FONTES IMPRENSAS

Extratos do Relatório do Comité Central do Partido FRELIMO ao 4º Congresso.

In: *Tempo*, 1 de maio de 1983.

Tempo. Renegociação da dívida externa. 6 de maio de 1984.

Tempo. Transformar a empresa na célula-base da economia. 6 de maio de 1984.

Tempo. Financiamento da CEE para a RPM e SADCC. 31 de março de 1985.

Tempo. Banco Mundial empresta 45 milhões de dólares. 26 de maio de 1985.

Tempo. Relações moçambicano-americanas: a dependência da estabilidade. 3 de fevereiro de 1985.

Tempo. Empresários dos EUA na RPM. 21 de abril de 1985.

Tempo. Aprovadas medidas de reabilitação econômica. 18 de janeiro de 1987.

Tempo. Mário Machungo designado Primeiro-ministro. 27 de julho de 1986.

Tempo. Desacumulação: com certo atraso mas absolutamente necessária. 3 de agosto de 1986.

FONTES ORAIS

Nome		Data de Realização da Entrevista	Local	Instituição e Funções
1	Aguiar Mazula	29 de Agosto de 2014	Maputo	Membro da FRELIMO; Membro da delegação do governo de Moçambique nas negociações de Paz, em Roma, Itália: 1990-1992; Ministro da Administração Estatal: 1990-1994; Ministro da Defesa Nacional: 1995-1999.
1	Joaquim Chissano	12 de Setembro de 2014	Maputo	Membro da FRELIMO: Desde 1963; Presidente do Governo de Transição: 1974-1975; Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique: 1975-1986. Presidente de Moçambique: 1986-2004.
3	José Luís Cabaço	6 de Outubro de 2014 e 7 de Outubro de 2014	Maputo	Membro da FRELIMO; Ministro da Informação: 1974-1975 e 1981-1986; Ministro dos Transportes e Comunicações de 1975-1981; Oficial de Informação da ONUMOZ: 1993-1995.

MOÇAMBIQUE EM REVISÃO: UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE O PAPEL DA “SOLUÇÃO MOÇAMBICANA”¹

Natália Bueno

Não tínhamos entendido a guerra, não entendíamos agora a paz. Mas tudo parecia correr bem, depois que as armas se tinham calado (O último voo do flamingo, Mia Couto)

A GUERRA CIVIL entre a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) foi um dos conflitos armados mais sangrentos do continente africano, com aproximadamente um milhão de mortos (HANLON, 1991). Durante a guerra civil, famílias e comunidades inteiras foram instigadas ao confronto, trazendo o conflito para os ciclos mais íntimos da esfera social. Concomitantemente à constante destruição da coexistência pacífica, observou-se o surgimento de uma cultura de guerra. Um acúmulo de situações traumatizantes, que não podem simplesmente ser apagadas ou ignoradas como se já não fizessem mais parte das lembranças da população e da história do país.

No entanto, apesar da violência estrutural associada à guerra, logo após a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em 4 de outubro de 1992, o governo da Frelimo ratificou a Lei de Anistia (15/92), eximindo todos os responsáveis pelos crimes cometidos entre 1979 e 1992. Moçambique foi considerado um modelo em termos de democratização e de transformação do

1. Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) - SFRH/BD/96941/2013.

Estado (BARTOLI et al., 2009, p. 153), e um dos mais proeminentes casos de sucesso da Organização das Nações Unidas (ONU) na África. Sob a tutela da ONU, as eleições gerais realizadas em 1994 foram consideradas “*free and fair*”, elevando os ânimos de que o país continuaria a seguir os passos rumo à democratização. Em particular, no tocante aos processos de justiça transicional e de reconciliação, a fórmula de sucesso moçambicana ficou conhecida pela comunhão entre anistia, no nível formal, e os rituais tradicionais de cura e purificação, na esfera informal e comunitária. Em termos gerais, a anistia foi vista como um instrumento da reconciliação ao contribuir para a superação do passado, enquanto os rituais de cura e de purificação foram considerados mecanismos ideais para o tratamento das experiências traumáticas, favorecendo a reintegração dos indivíduos afetados pela guerra, ex-combatentes ou não. No entanto, passados mais de vinte anos de paz formal, Moçambique presenciou em 2013/4 o ressurgimento do conflito armado nas regiões central e norte do país, pondo em questão a aparente estabilidade democrática e o processo de reconciliação. Ao final, o AGP foi suspenso e um novo acordo de paz – o Acordo de Cessação de Hostilidades – foi assinado entre os líderes da Frelimo e da Renamo em 5 de setembro de 2014. A história se repetiu e uma nova Lei de Anistia (17/2014) foi aprovada isentando mais uma vez os responsáveis pelos crimes cometidos durante o renovado conflito violento.

A retomada do conflito desafia não apenas a real reconciliação do país, mas também a efetividade da anistia e dos rituais tradicionais de cura e de purificação como mecanismos de justiça transicional. Em face desse desafio, o presente artigo propõe a revisão do caso moçambicano. Questiona-se a efetividade da “solução moçambicana” – representada pelo concerto de anistias formais e rituais informais – como uma solução estabelecida em nome da estabilidade e da paz e em detrimento dos elementos de justiça e de verdade como condições necessárias para a reconciliação. A partir desse entendimento, argumenta-se que uma dose de justiça e verdade poderia ter contribuído para a real reconciliação moçambicana através da aplicação da metodologia da análise contrafactual. Entrevistas semi-estruturadas

e não-estruturadas realizadas com ex-combatentes e população local da região de Maputo e Homóine, respectivamente, entre junho e agosto de 2015 reforçam esse argumento.

Para tal fim, o presente capítulo é dividido em quatro partes. A primeira recupera os debates sobre os conceitos de justiça transicional e de reconciliação. Considera-se essa tarefa de primordial relevância, pois permite situar o leitor em relação ao desenvolvimento dos conceitos, e delinear o enquadramento teórico a partir do qual o caso de Moçambique é reavaliado. A segunda parte oferece um breve histórico sobre o acordo de paz e esclarece as bases nas quais foi estabelecida a “solução moçambicana”. Em seguida, a terceira seção é dedicada à análise contrafactual, a qual permite descrever os limites da “solução moçambicana”, ao mesmo tempo que demonstra que uma dose de justiça e de verdade poderia ter facilitado a reconciliação em Moçambique. Por fim, as considerações finais são apresentadas na última seção.

RECONCILIAÇÃO E JUSTIÇA TRANSICIONAL

É difícil determinar com precisão a linha que separa os debates sobre os conceitos de reconciliação e de justiça transicional. Ambos se esbarram, ora apontando alcances e limites de um, ora de outro conceito. Neste sentido, ao tratar de reconciliação, torna-se imperativo resgatar as principais ideais em torno de justiça transicional.

Apesar de suas raízes serem longínquas e poderem ser rastreadas desde a antiguidade, as primeiras noções de justiça transicional surgiram depois das atrocidades cometidas durante a I Guerra Mundial. Foi, no entanto, somente décadas mais tarde que sua importância e expressão avolumaram-se em nível internacional em consonância ao movimento em defesa dos direitos humanos em resposta às atrocidades cometidas durante a II Guerra Mundial. Configurou-se como o primeiro passo para o despertar da criação de tribunais internacionais, nomeadamente, os Tribunais de Nuremberg e de Tóquio (TEITEL, 2003), os quais julgaram os crimes cometidos por oficiais alemães e japoneses durante a II Grande Guerra.

Posteriormente, nas décadas de 1970 e princípios da de 1980, o movimento de direitos humanos em termos de justiça transicional centrou-se essencialmente nos processos judiciais que buscavam respostas para as violações de direitos humanos cometidas durante regimes ditatoriais em transição. O caso da Argentina com o *Juicio a las juntas*, durante o governo do ex-presidente Raul Alfonsín (1983-1989), é um exemplo emblemático.

Foi neste contexto de efervescentes mudanças provocadas pela onda de democratização da América Latina nos anos 80 e pelo colapso da União Soviética, que Ruti Teitel cunhou, em 1991, o termo justiça transicional² (TEITEL, 2008). De acordo com a autora, justiça transicional é definida “como a concepção de justiça associada a períodos de mudança política, caracterizada por respostas legais com o fim de enfrentar as injustiças cometidas durante regimes opressores anteriores³” (TEITEL, 2003, p. 69).

Com um escopo até então bastante limitado, o significado atribuído à justiça transicional era fundamentalmente legalista. Ao longo dos anos e

2. Em seu artigo “Transitional Justice Genealogy”, Teitel identifica as principais mudanças sofridas por justiça transicional ao decorrer dos anos. Dividida em três fases, a primeira compreende o período do pós-Grande Guerra (1945) até finais da Guerra Fria (1990). Este momento foi marcado pela internacionalização da justiça transicional através da cooperação interestatal e pelo foco na responsabilização do indivíduo, ultrapassando os limites dos tribunais nacionais e da responsabilidade coletiva do pós-I Guerra Mundial. O imperativo de evitar futuras violações - ou *the forward-looking nature of deterrence* - serviu para justificar as iniciativas tomadas durante esse estágio que tiveram como palco os Tribunais de Nuremberg e Tóquio. A segunda fase teve início no pós-Guerra Fria e perdurou até os últimos anos do século XX. O entendimento sobre justiça transicional neste período foi delineado pela ênfase atribuída aos processos de construção do estado, ampliando o escopo legalista da fase anterior ao incluir os elementos de “verdade” e “justiça” e ao considerar reconciliação como meta desejada. Outra questão que marcou esta etapa foi o entendimento mais matizado sobre o Estado de Direito em termos de comunidades e localidades, contrariando o período anterior caracterizado pela ideia de responsabilização individual. A última e atual fase encerra o entendimento de justiça transicional como uma componente dos processos pós-conflitos. Normaliza-se, neste momento, um discurso de justiça humanitário e um corpo jurídico é formado em torno dos conflitos prolongados. Ademais, esta etapa reflete um incremento do interesse por processos de justiça e de reconciliação tradicionais ou locais (2003: 70-72). Cabe observar que foi durante o segundo estágio de desenvolvimento do campo de justiça transicional que reconciliação ganhou espaço, incrementando as discussões.
3. Esta citação, assim como todas as outras presentes nesse capítulo, foi traduzida livremente pela autora do original em inglês.

em decorrência de inúmeras transformações ocorridas no cenário internacional, entretanto, novas definições foram propostas com vistas a incorporar não somente as possíveis respostas à violência, mas também com o fim de atender às expectativas geradas a partir dessas respostas. Em particular, o conceito ampliou seu alcance e passou a incluir questões relativas aos crimes de guerra e às violações de direitos humanos cometidos em conflitos internos violentos (MINOW, 1998). Dito de outra forma, um conceito, ora limitado quase exclusivamente a processos de transição de regimes autoritários a democráticos, aumenta significativamente sua relevância e passa também a ser discutido de forma ampla por agências de construção da paz envolvidas em sociedades arrasadas por guerras civis (FISCHER, 2011, p. 407).

As inovações também ocorreram no plano prático com o aparecimento de novos instrumentos de justiça transicional, como as comissões de verdade na Argentina (1983), no Chile (1990), e na África do Sul (1995). Anteriormente restrita a tribunais e a julgamentos, a justiça de transição passou a materializar-se através de diferentes estratégias e mecanismos, de forma combinada ou não. A África do Sul serve de exemplo como um caso onde comissão da verdade e anistia foram implementadas em conjunto. Como enumerado por David Backer, as opções atualmente variam entre: a) processos criminais através de cortes existentes ou *ad hoc*; b) outras formas de sanções como os expurgos e os banimentos de partidos políticos; c) reparações, em termos financeiros, materiais ou simbólicos; d) investigações realizadas através de comissões de verdade ou de inquéritos independentes; e) reforma institucional, incluindo o estabelecimento de órgãos de supervisão e monitoramento dos direitos humanos (comissões, ombudsman, comitê parlamentar especial, entre outros), e a promulgação, reforma ou restauração da constituição; f) imunidade através da anistia, perdão, e outros limites quanto à prestação de contas e à punição; g) assassinato ou exílio dos indivíduos implicados nas violações; h) a utilização de mecanismos de resolução de conflitos de base comunitária-local e tradicional e rituais de reconciliação ou a criação de instituições nacionais

oficiais com propósito semelhante; e i) programas de desarmamento, desmobilização e integração⁴ (BACKER, 2009, p. 28).

Com o intento de capturar essa noção ampliada do conceito, Naomi Roht-Arriaza caracteriza “justiça transicional como [...] [um] conjunto de práticas, mecanismos, e preocupações que objetivam confrontar e lidar com os legados das violações de direitos humanos e de direito humanitário do passado” (2009, p. vii). Seguindo o desenvolvimento conceitual, os objetivos da justiça transicional também se tornaram mais complexos, incorporando, por exemplo, os elementos de verdade e de reconciliação (SKAAR, 2013). Mais especificamente, de acordo com Crocker (2000), atualmente os objetivos de justiça transicional podem ser enumerados como: 1) verdade; 2) existência de uma plataforma pública para as vítimas; 3) prestação de conta e punição; 4) estado de direito; 5) compensação às vítimas; 6) reforma institucional e desenvolvimento a longo prazo; 7) reconciliação; e 8) debate público (2000, p. 100-108). Observa-se, assim, que ao ampliar seu escopo, justiça transicional foi paulatinamente aproximando-se das noções de reconciliação até chegar ao ponto de incluí-la como um de seus objetivos.

A pergunta que surge em seguida refere-se não somente ao entendimento existente sobre reconciliação, mas também à intrincada relação entre justiça transicional e reconciliação. Em referência ao primeiro questionamento é importante reconhecer que apesar de considerável desenvolvimento, o debate sobre reconciliação ainda requer pesquisas continuadas. Mesmo grandes teóricos, como Johan Galtung, reconhecem a dificuldade de defini-la; a exemplo, o autor adverte: “reconciliação é um tema com profundas raízes humanas, psicológicas, sociológicas, e teológicas – e ninguém sabe exatamente como atingi-la com sucesso” (2001, p.4). Não havendo, pois, consenso, diferentes definições e alcances são atribuídos à mesma. Nas palavras de Noel Chicuecue:

4. Em “Cross-National Comparative Analysis”, David Backer apresenta um vasto estudo comparado sobre os distintos processos de justiça transicional implementados pelos países desde meados da década de 1970 até os dias atuais.

Reconciliação tem significados diferentes para pessoas diferentes, dependendo do cenário cultural específico. As crenças e os valores das pessoas determinam seu entendimento sobre como o mundo é, sobre si mesma e o outro, e sobre como ambos deveriam ser. Em algumas sociedades, conflitos são considerados inevitáveis, positivos e necessários. Outras sociedades e culturas consideram a harmonia como a melhor maneira de viver juntos. Em tais contextos, o conflito não é visto como normal: quando uma relação é quebrada, há a necessidade de se restaurar a harmonia (1997, p. 483).

Para alguns autores (LEDERACH, 2001; BAR-SIMAN-TOV, 2004), ela revela-se como processo. Lederach afirma que a reconciliação – a mudança e a redefinição das relações entre as pessoas – dá-se de forma processual; uma dinâmica com o fim da construção e da cura (2001, p.842). Distintamente, Daniel Bar-Tal e Gemma Bennick (2004, p.15), apesar de reconhecerem o caráter processual, enfatizam que a reconciliação é um estado final, um fim último. Caracterizam-na como uma situação em que há, entre outros, reconhecimento e aceitação mútua, atitudes positivas, e consideração e sensibilidade das necessidades e dos interesses uns dos outros. Similar à proposição de Murray Last, o qual propõe que “reconciliação é, em última instância, sobre a restauração da sociabilidade, sobre o estabelecimento necessário da confiança não apenas para tolerar, mas para cooperar em parceria a qual pode sobreviver mesmo quando sob ameaça de fracasso” (2000, p. 329).

Observa-se também a distinção de reconciliação em termos de escopo com variação desde os mais superficiais e restritos até os mais profundos e alargados. Enquanto o primeiro refere-se estritamente à pacificação e à coexistência (BLOOMFIELD et al., 2003), o segundo revela a importância da transformação das atitudes e dos comportamentos destrutivos para outros de natureza construtiva e passíveis de ir além da simples tolerância e da coexistência (KRIESBERG, 1998; BROUNÉUS, 2008). De acordo com a versão minimalista, antigos inimigos seguem suas disputas através da política, condicionados pelos determinantes da lei ao invés de resolverem suas disputas através da violência e da mútua destruição, enquanto, na versão mais robusta,

o perdão, a misericórdia, a visão coletiva partilhada, a cura mútua, e a harmonia são elementos considerados necessários (CROCKER, 2003, p.54).

Ademais, reconciliação também pode ser entendida a partir de seu papel nos mais distintos níveis sociais. Ernesto Verdeja em seu livro *“Unchopping a tree: reconciliation in the aftermath of political violence”* contribui imensamente para o entendimento da reconciliação em relação aos seus múltiplos níveis. De acordo com o autor, reconciliação é um processo que se dá em quatro níveis: no político, no institucional, na sociedade civil e no nível interpessoal (VERDEJA, 2009, p.20); um processo dinâmico que perpassa diferentes camadas, não se restringindo apenas às questões de caráter político ou institucional.

Apesar de o debate exaustivo sobre as mais diversas definições atribuídas a reconciliação estar além do escopo central desse trabalho, a partir da revisão de literatura do conceito, é fundamental destacar um conjunto representativo das definições até então propostas. Tabela 1 abaixo lista tais definições. Esse exercício permite enumerar os principais atributos contidos nessas definições, de onde será extraído um denominador comum conceitual. Tal denominador comum obedece a duas finalidades: (1) mitigar a remanescente falta de consistência desse campo de estudo (BROUNÉUS, 2008a), que ainda requer o aprofundamento do debate com propostas conceituais definidas em termos ontológicos (GOERTZ, 2006) e passíveis de serem operacionalizadas; (2) e servir como referência para a análise do caso proposto, Moçambique.

Tabela 1. Diferentes definições, distintos atributos

Autor	Definição de reconciliação proposta	Atributos
1) Lederach	“O lugar onde Verdade e Misericórdia, Justiça Paz se encontram” (1997, p. 29).	verdade; misericórdia; justiça; paz.
2) Brounéus	“Reconciliação é um processo social que envolve o reconhecimento mútuo do sofrimento passado e a mudança de atitudes e comportamentos destrutivos em relações construtivas com vistas à paz sustentável” (2008, p. 294).	reconhecimento mútuo (verdade individual/coletiva); atitudes positivas; paz.

3) Hamber e Kelly	“Nós definimos reconciliação como o processo de equacionamento de relações conflituosas e fraturadas, [...] [o qual] geralmente inclui cinco vertentes interligadas e relacionadas: desenvolvimento de uma visão partilhada sobre uma sociedade interdependente e justa, reconhecer e lidar com o passado, a construção de relacionamentos positivos, significativa mudança cultural e comportamental, e substantiva mudança social, econômica e política” (2009, p. 291-292).	visão coletivamente partilhada; reconhecimento do passado (verdade); atitudes positivas; justiça.
4) Bar-Tal e Bennink	“Reconciliação como um resultado consiste em mútuo reconhecimento e aceitação, interesses pessoais e objetivos no desenvolvimento de relações pacíficas, confiança mútua, atitudes positivas, bem como sensibilidade e consideração para com as necessidades e interesses da outra parte envolvida” (2004, p.15).	aceitação; verdade; objetivos partilhados; confiança; atitudes positivas; empatia.
5) Verdeja	Reconciliação “refere-se a uma condição de respeito mútuo entre antigos inimigos, o que requer o reconhecimento do valor moral e da dignidade dos outros. Ela é alcançada quando identidades anteriores, fundadas na era do conflito, deixam de operar como clivagens primárias na política, e, portanto, os cidadãos adquirem novas identidades que atravessam as errôneas linhas anteriores” (2009, p. 03).	respeito mútuo; verdade; prestação de contas; reconhecimento das vítimas; estado de direito.

Nota: Com exceção dos atributos das definições 1 e 5, enumeradas pelos próprios autores, os demais atributos são inferidos pela autora a partir das definições propostas.

A partir das definições enumeradas e da identificação de seus atributos, entende-se reconciliação como o processo de reequilíbrio social com base na inclusão, na verdade, e na justiça. Esta definição não só funciona como um denominador comum das anteriores, como também expõe de forma mais clara e precisa seus atributos, facilitando a análise do caso em questão e de possíveis outros como reconciliados ou não.

Ademais, também é primordial esclarecer o entendimento sobre a relação entre justiça transicional e reconciliação. Justiça transicional é entendida a partir do desdobramento que a implementação de seus mecanismos provoca. Dito de outra forma, entende-se justiça transicional através das lentes de seus mecanismos, os quais operam como “motores” da reconciliação. Ao considerar as particularidades de cada mecanismo – as diferenças entre anistia e tribunais, por exemplo –, quando uma sociedade emerge de um conflito violento ou de um regime autoritário e implementa instrumento X ao invés de Y, esta sociedade delineia seu processo de reconciliação de uma forma particular. A depender de cada mecanismo, uma atmosfera distinta de reconciliação é criada e formatada, perpassando por toda a sociedade e influenciando seu processo de construção da paz e/ou seu desenvolvimento democrático ao longo dos anos.

Os casos do Camboja e da África do Sul ilustram esse entendimento. Depois da queda do governo do Khmer Rouge, no Camboja, a anistia como mecanismo de justiça transicional foi implementada, não só eximindo o governo de transição de realizar um autoquestionamento sobre as atrocidades cometidas no passado, mas também desmotivando que outros o fizessem. Em prática, as pessoas foram encorajadas a esquecer as violações do passado, culminando em um status de silêncio autoimposto (HUYSE, 2008, p. 20). Distintamente, observa-se que por meio da recolha de aproximadamente 23.000 testemunhos (THEISSEN, 2004, p.7) por meio da Comissão de Verdade e de Reconciliação da África do Sul, a busca pela verdade ganhou grande relevância (HUYSE, 2008, p. 2). Os abusos de direitos humanos cometidos pelos diferentes lados durante o apartheid foram expostos, contribuindo para a construção da memória coletiva do país (GIBSON, 2004, p. 207).

Em síntese, a ideia dos mecanismos de justiça transicional como motores da reconciliação ajuda a revelar que, a depender do mecanismo implementado por sociedades recém-saídas de conflitos violentos ou regimes repressores, o processo de reconciliação ganhará uma direção particular. Mais especificamente, esse distinto direcionamento significa que o desenvolvi-

mento de determinados elementos será favorecido em detrimento de outros, delineando, assim, o processo como um todo.

Com base nos entendimentos propostos sobre reconciliação e os mecanismos de justiça transicional, dedica-se a próxima seção para reavaliar o caso moçambicano. A fim de situar o leitor, um breve histórico do processo de paz é apresentado, assim também como as bases nas quais foi estabelecida a “solução moçambicana”. Na sequência, questiona-se o entendimento comum do caso, apresentando a verdade e a justiça como contrafatuais.

O pós-guerra civil e a “solução moçambicana”

Divergências não só entre membros da Frelimo e da Renamo, mas também entre acadêmicos marcam as explicações sobre as verdadeiras origens da guerra civil moçambicana. Em particular, os debates são permeados por diferentes perspectivas que oscilam entre a importância atribuída aos fatores de natureza doméstica e os de foro internacional. De um lado, ao caracterizar a guerra civil como uma guerra pela democracia, a Renamo enfatiza o elemento interno, nomeadamente as questões desencadeadas pelo governo autoritário pós-independência da Frelimo e suas políticas repressivas (GEFFRAY, 1991). Enquanto, por outro lado, as autoridades da Frelimo vêm a guerra civil como uma extensão da guerra de agressão externa, inicialmente liderada pela Rodésia, e, depois, continuada pelo regime do apartheid da África do Sul (HANLON, 1990; VINES, 1991); ou, de forma simplificada, definindo-a como uma guerra de desestabilização. Contrariando ambas versões, identifica-se, ainda, uma terceira via, a qual defende que a explicação jaz nem em um lado nem em outro, mas na combinação de ambos fatores: internos e externos (IGREJA, 2008).

Para além das causas do conflito, com aproximadamente um milhão de mortos, a guerra civil moçambicana foi um dos conflitos mais sangrentos da África, deixando rastros de destruição não só em termos materiais, mas especialmente em termos humanos e sociais. Famílias e comunidades foram colocadas uma contra a outra, trazendo o conflito para os círculos mais íntimos da esfera social. A Renamo ganhou expressão pelo uso ritualístico da violência com o fim de disseminar o medo paralisante nas comu-

nidades rurais. Essas táticas causaram severas rupturas no tecido social e minaram a legitimidade do governo que se mostrou incapaz de proteger grandes áreas do país (HONWANA, 1998, p. 75). Em contraste, denotam-se também as atrocidades cometidas pelo governo da Frelimo durante a guerra civil a despeito do silêncio em relação às mesmas (IGREJA, 2008, p. 543).

Ambos grupos opositores, Frelimo e Renamo, recrutavam compulsoriamente jovens para participarem da guerra civil. Forçados a destruir suas próprias vilas e a matar seus próprios parentes, membros de uma mesma família eram obrigados a vigiar um ao outro, levando à tortura e ao assassinato de muitos familiares. O convívio pacífico foi lentamente desfazendo-se, dando lugar a uma cultura de guerra. As relações de confiança, reciprocidade, cooperação e solidariedade, ou seja, os elementos formadores do capital social foram, assim, severamente corroídos (IGREJA E DIAS-LAMBRANCA, 2008, p. 63).

Após anos de negociações mediadas pela Comunidade de Santo Egídio, o AGP foi finalmente assinado no dia 4 de outubro de 1992, pondo fim aos dezesseis longos anos de conflito armado. De acordo com o AGP, foram acordados entre as partes um plano para a realização de eleições democráticas, a criação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) – composta igualmente por ex-soldados das forças da Frelimo (FAM) e da Renamo –, e o financiamento da desmobilização e da reintegração dos soldados de ambas partes (S/24635, 1992, Protocolos III, IV). Ademais, é válido enfatizar que no Acordo também estava previsto o pedido de participação da ONU na supervisão da implementação do AGP. Chefiada pelo representante especial das Nações Unidas, Aldo Ajello, o Conselho de Segurança por meio da resolução 797 (1992) estabeleceu a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ na sigla em inglês) com o fim de monitorar e dar suporte ao cessar-fogo, à desmobilização das forças armadas, e à realização das eleições nacionais, entre outros.

Apesar de as negociações e da assinatura do acordo terem-se dado sob os auspícios da ONU, o Acordo não incluiu, entretanto, nenhum plano para a reforma do sistema judiciário ou para a investigação das violações de direi-

tos humanos cometidas durante a guerra civil. Tampouco foi estabelecido a implementação de qualquer tipo de mecanismo de monitoramento durante a ONUMOZ. Em relação a seus signatários, embora tenham assumido publicamente o compromisso pela reconciliação nacional⁵, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama assinaram um acordo no qual não estava previsto o estabelecimento de nenhum mecanismo de justiça transicional⁶.

Formalmente, a resposta às atrocidades cometidas durante a guerra civil foi dada por meio da aprovação unilateral da Lei de Anistia (15/92)⁷ pela Frelimo dez dias após a assinatura do AGP, em 14 de outubro de 1992. Ao isentar membros de ambas as partes, da Frelimo e da Renamo, esta lei institui a anistia geral para os crimes cometidos entre 1979 e 1992 (HARSCH, 2005; COBBAN, 2009). Consequentemente, assim como no AGP, nenhum mecanismo de prestação de contas foi incluído na lei com o fim de lidar com os abusos do passado (IGREJA, 2015), e sua publicação foi caracterizada pela ausência de debates públicos sobre as implicações morais da mesma. Ao contrário do caso da África do Sul, que implementou uma comissão de verdade em justaposição à anistia, o argumento em Moçambique foi “[...] que a cultura africana funciona sob o princípio do perdão e da não

5. Durante as negociações de paz, em 1989, apesar de nem o então presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, nem o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, pedirem desculpas públicas pelas atrocidades ocorridas, ambos indiretamente reconheceram os horrores da guerra publicamente comprometendo-se com a reconciliação nacional (Armon, 1998, p. 38-39). Ademais, embora o AGP não incluía nenhum mecanismo de justiça transicional, tal acordo demarca o firme compromisso de ambos líderes com a reconciliação: “O Presidente da República de Moçambique e o Presidente da Renamo comprometem-se a fazer tudo que estiver a seus alcances para a obtenção de uma genuína reconciliação nacional” (S/24635, 1992, p. 5).

6. Vale indicar, no entanto, que embora a anistia ou nenhum outro mecanismo formal de justiça transicional tenham sido enumerados no AGP, o excerto VI.ii.1 do Protocolo IV já precisava o fato de que não haveria punições. De acordo com tal trecho, “para todos os efeitos, os soldados desmobilizados de ambas partes deverão tornar-se civis e receber igual tratamento por parte do Estado” (S/24634, 1992, p. 29). Esta provisão, juntamente com a ausência de qualquer outro instrumento formal de justiça transicional, reforça a noção de que a anistia contribuiu para a assinatura do acordo de paz em Moçambique, mas não necessariamente para a reconciliação nacional como argumentado nesse capítulo.

7. De acordo com a Lei nº 15/92, “São anistiados os crimes cometidos contra a segurança do povo e do Estado popular, previstos na Lei nº 2/79, de 1 de março e na Lei nº 1/83, de 16 de março, os crimes contra a segurança do Estado previstos na Lei nº 19/91, de 16 de agosto, e os crimes militares previstos na Lei nº 17/87, de 21 de dezembro” (BR, 1992). Suplemento.

confrontação, e tal comissão abriria as feridas da guerra já em processo de cura” (BARTOLI E JEBASHVILI, 2005, p. 05).

Assim, em nome da paz e da estabilidade e com o objetivo de deixar o passado para trás, favoreceu-se a aprovação da anistia, isentando membros da Frelimo e da Renamo de seus atos. O apelo geral foi para o perdão e para o esquecimento do passado, refletindo, dessa forma, o pensamento cristão do perdão e da reconciliação distintivo dos líderes religiosos envolvidos no processo de paz (BARTOLI, 2001, p. 379), como por exemplo, o bispo anglicano Dom Dinis Sengulane. Mas, mais importante, a escolha pela anistia correspondeu aos interesses das elites políticas que optaram por deixar o passado no passado (BARTOLI, 2001, p. 379).

Neste âmbito, apesar de o acordo de paz proporcionar imenso alívio às vítimas, em termos de justiça transicional a elite política moçambicana não desenvolveu qualquer política específica para lidar diretamente com os crimes perpetrados durante a guerra civil. O governo apostou todas suas fichas na anistia ancorado na justificativa de que a mesma contribuiria para a paz e para a reconciliação essencialmente por meio de dois fatores: redução da tensão entre as partes, e superação do passado. Com relação ao primeiro, este tem como base as críticas aos possíveis efeitos desestabilizadores dos julgamentos e dos processos penais como mecanismos de justiça transicional. Sociedades pós-conflitos violentos – normalmente caracterizadas por acordos de paz frágeis e delicadas transições democráticas – podem ter suas precárias estabilidades abaladas caso os julgamentos sejam perseguidos na direção errada. Nas palavras de Verdeja, “tribunais e demandas de punição indubitavelmente antagonizam elites sob acusação, as quais podem pôr em perigo o ressurgimento da violência” (2009, p. 45). A frágil estabilidade do novo regime, como argumenta o autor, pode ser colocada em jogo. Neste âmbito, argumenta-se que a estabilidade torna-se preponderante em relação à prestação de contas. As leis de anistia são vistas como mecanismos úteis que não só permitem aos indivíduos compartilhar mais uma vez o mesmo espaço social, mas também possibilitam a promoção da reintegração dos ex-combatentes neste mesmo espaço.

Quanto à superação do passado, enfatizou-se a necessidade em deixar os abusos do passado para trás como em um virar de páginas, facilitando a cura das feridas abertas e evitando, assim, que novas se abrissem. Em consequência, depois de sofrerem grandes abusos, as vítimas foram impedidas a perdoar e a esquecer o terror do passado como parte do processo de construção da paz e de reconciliação do país (IGREJA E DIAS-LAMBRANCA, 2008, p. 61). Houve uma aceitação, mesmo que tácita, da crença de que “quanto menos nós nos prendermos ao passado, mais reconciliação haverá” (HAYNER, 2001, p. 186).

Enquanto a anistia figurou como o mecanismo formal de justiça de transição da “solução moçambicana”, os rituais tradicionais de cura e de purificação⁸ – historicamente usados para lidar com diferentes formas de violência e conflitos sociais (CABRAL, 2009, p. 134) – completaram a fórmula ao exercer o papel no nível informal e comunitário, auxiliando às pessoas a lidarem com seus sofrimentos. Segundo a literatura, eles distinguiram-se por, em princípio, permitir o reconhecimento de ações passadas, “libertando” vítimas e perpetradores e possibilitando um renovado convívio social (HONWANA, 1998, 2005; HAYNER, 2001; CABRAL, 2009). Mais especificamente, o argumento é que esses rituais ajudaram às pessoas a emanciparem-se de suas experiências passadas, uma vez que tinham como objetivo restaurar as identidades dos indivíduos e viabilizar a reintegração destes na comunidade⁹ (HONWANA, 1998, p. 78). Neste sentido, alega-se que os rituais tradicionais de cura e purificação abriram caminho para que as pessoas pudessem lidar com suas dores e seus sofrimentos. Uma oportunidade

8. Alcinda Honwana (1998) discute em detalhe três tipos de rituais: *mpfhukwa*, *ku femba*, e *timhamba*.

9. De acordo com a autora, “no período pós-guerra, muitas famílias nas áreas rurais têm realizado também um ritual de purificação para purificar e proteger seus parentes das atrocidades que eles experimentaram durante a guerra. O ritual de purificação, como cerimônias para barrar o caminho para espíritos malevolentes, está ligado à noção de “poluição social” que deve ser eliminada antes que as ligações com o passado possam ser cortadas. O processo de cura é composto de vários rituais carregados de simbolismo que tem com fim restabelecer a identidade do indivíduo e a reintegração dele ou dela na comunidade” (HONWANA, 1998, p. 78). (Grifo da autora).

para que vítimas, perpetradores¹⁰ e testemunhas pudessem encontrar um lugar comum, ao atribuir um sentido de fechamento aos eventos do passado e, assim, voltar o olhar para o futuro. “Ao lavar-me”, referindo-se à sua participação em um ritual de limpeza depois da guerra civil, o ex-combatente J.¹¹ declarou: “o objetivo era me limpar, esquecer tudo o que havia acontecido no mato; começar uma nova vida”¹².

Mais especificamente, apesar de os rituais apresentarem características singulares a depender das regiões onde são realizados, em particular nas zonas sul e centro de Moçambique, (HONWANA, 1998; CABRAL, 2009; IGREJA 2007), vale destacar uma característica comum entre os mesmos. Considera-se que depois de realizado a cerimônia, em que o indivíduo (ex-combatente ou familiar deste) antes perturbado pelo espírito de alguém morto durante a guerra é libertado, esta mesma “pessoa deixa de viver sob a sombra de ser um perpetrador, cujo comportamento sempre suscita motivos de suspeita. Ele ou ela ganham o status de uma pessoa limpa” (IGREJA, 2007, p. 9) ou purificada. Similarmente, como descreve Cabral:

[...] o ritual rompe com a identidade social de soldado do enfermo, restabelece a relação biográfica com a identidade social “anterior à guerra” e constrói uma nova identidade resultado da mescla entre a “antiga” identidade “anterior” à guerra, não problemática, e a “nova” identidade, também não problemática, a ser desenvolvida (uma oportunidade para começar de novo) (Cabral, 2009, p. 139).

-
10. Pauta-se em uma perspectiva mais ampla do que a tradicional visão binária de vítima e perpetrador, amigo inimigo, guerra e paz, entre outros. Toma-se, assim, como base um entendimento mais flexível e complexo que reconhece o intercâmbio de papéis que muitos grupos assumem nas sociedades, funcionando em um dado momento como vítima e em outro como perpetrador (SCHWAB, 2012; MAMDANI, 2001).
 11. Com o fim de preservar a identidade dos entrevistados, seus verdadeiros nomes são substituídos por iniciais escolhidas de forma aleatória.
 12. J. tem 49 anos, foi recrutado em 1982 e desmobilizado em 1994. A entrevista foi conduzida pela autora em Maputo, julho de 2015.

Ademais, argumenta-se que os mecanismos tradicionais facilitaram a reconciliação no nível interpessoal, ao criar espaço para que a justiça reparatoria pudesse ser praticada (IGREJA E DIAS-LAMBRANCA, 2008) e para que as múltiplas verdades pudessem emergir (IGREJA, 2007, p. 8).

A renovação do conflito em 2012/3, no entanto, coloca em questão não apenas a legitimidade dos processos de paz e de democratização moçambicanos, mas também a efetividade dos papéis desempenhados pela anistia e pelos rituais de cura e de purificação como mecanismos de justiça transicional. De fato, a volta do conflito armado sugere, ao contrário do apregoado, que após a assinatura do AGP o país foi simplesmente pacificado e não palco de processos genuínos de paz e de reconciliação.

Em particular, após receber elogios da comunidade internacional pela promoção de eleições regulares e pelos altos níveis de crescimento econômicos anuais desde o fim do conflito em 1992¹³, o país experimentou quase dois anos de confronto militar. A Frelimo e a Renamo discordaram sobre “a legislação eleitoral, o desarmamento da Renamo, a integração das forças da Renamo no exército moçambicano, e sobre a despolitização do Estado” (BUENO et al. 2015, p. 2), e, no final, ambas partes recorreram ao uso de armas com vistas à resolução de suas disputas. Uma vez suspenso o AGP, um novo acordo de paz – o Acordo de Cessação de Hostilidades – foi assinado entre o líder da Frelimo e então presidente de Moçambique, Armando Guebuza, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, em 5 de setembro de 2014. Promulgada no dia 14 de agosto de 2014 e à semelhança da Lei 15/94, a nova Lei de Anistia (17/2014)¹⁴ também isentou os responsáveis pelos crimes cometido durante o renovado conflito violento em nome da promoção “

13. De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, a taxa média de crescimento real do GDP aumentou vertiginosamente de 0% (1981-1992) para 8.1% (1993-2008), fazendo de Moçambique a economia não petrolífera que mais cresceu na África Subsaariana ao longo do período (ADB, 2009).

14. A Lei nº 17/2014 determina que “[...] são anistiados os cidadãos que tenham cometido crimes contra a segurança do Estado previstos e punidos pela lei nº 19/91, de 16 de agosto, e os crimes militares ou conexos previstos e punidos pela lei nº 17/87, de 21 de outubro. A anistia aplica-se aos crimes cometidos contra as pessoas e contra a propriedade, no âmbito das hostilidades militares ou conexas, cometidas em todo o território nacional, de março de 2012 até a data da entrada em vigor da presente lei [...]” (BR, 2014).

[d]a estabilidade política, [d]a paz duradoira, [d]a confiança, [d]as garantias e [d]a **reconciliação nacional**” (BR, 2014) (grifo da autora).

Observa-se, assim, que apesar do desenvolvimento e do aumento significativo da importância da justiça transicional e da reconciliação, as elites moçambicanas decidiram novamente fechar os olhos para os abusos e os crimes cometidos durante a renovação do conflito. Neste contexto, a revisão do caso já não pode ser evitada. Esta é feita utilizando verdade e justiça como contrafatuais; ou seja, enumera-se os processos que poderiam ter sido desencadeados na presença destes, contribuindo, assim, para a reconciliação moçambicana. Além disso, essa análise serve também para apontar os limites da anistia e dos rituais como mecanismos de justiça transicional. Cumpre-se tal tarefa na seção a seguir.

JUSTIÇA E VERDADE COMO CONTRAFATUAIS

Comumente encontrados em situações vivenciadas no dia-a-dia, os contrafatuais emergem como reações a determinadas declarações causais. Entende-se, neste sentido, que ao determinar-se que um “conjunto de condições, processos e eventos causaram, influenciaram ou contribuíram para um subsequente conjunto de condições, processos e eventos implica que, se as condições antecedentes tivessem sido diferentes, o resultado também teria sido diferente” (LEVY, 2008, p. 629). Seguindo esse raciocínio, os contrafatuais são vistos como poderosas ferramentas para avaliar explicações histórias de grandes eventos, assim como para testar teorias sobre fenômenos sociais a fim de elucidar questões sobre causalidade (HARVEY, 2012, p. 4).

Ao argumentar que uma dose de verdade e de justiça poderiam facilitar a reparação do passado em Moçambique, aplica-se à lógica contrafactual ao presente caso. Dito de outra forma, parte-se da ideia de que a ausência de justiça e verdade contribuiu para o fracasso do processo de reconciliação moçambicano. Esse exercício não só permite reforçar a importância da justiça e da verdade como elementos constitutivos da reconciliação, mas principalmente, ajuda a delinear os limites dos papéis desempenhados pela

anistia e pelos rituais de cura e purificação como mecanismos de justiça transicional.

A Figura 1 abaixo ilustra os quatro cenários possíveis: 1) A = quando justiça e verdade não estão presentes e não há paz, quadro que representa o momento presente; 2) B = quando justiça e verdade estão presentes e não há paz, como argumentam os defensores da anistia; 3) C = quando justiça e verdade não estão presentes e há paz, como durante os 20 anos de paz ilusória da “solução moçambicana”; e 4) D = quando justiça e verdade estão presentes e há paz, hipótese contrafactual em que Moçambique estaria reconciliado.

		Justiça e Verdade	
		Ausente	Presente
Paz	Ausente	A Momento Presente \emptyset	B Polarização Contradiz a hipótese de que justiça e verdade são necessários para reconciliação
	Presente	C “Solução moçambicana” Contradiz a hipótese de que justiça e verdade são necessários para reconciliação	D Reconciliação Confirma a hipótese de que justiça e verdade são necessários para reconciliação

Figura 1.

Destaca-se, assim, que quanto maior evidência a confirmar o caminho D¹⁵, mais suporte se agrega à ideia de que justiça e verdade poderiam contribuir para a reconciliação moçambicana. Em paralelo, consolida-se também o argumento de que a “solução moçambicana”, fundada em nome da paz e da estabilidade, deixou a desejar. Como indicado a seguir, a revisão do caso demonstra que há mais evidências que suportam a hipótese D do que

15. Em termos de causalidade, o caminho D implica que justiça e verdade são *condições necessárias* para a reconciliação em Moçambique.

a hipótese C – hipótese em que justiça e verdade são irrelevantes para a reconciliação.

Em correspondência com a anistia geral, observa-se que em Moçambique a busca pela prestação de contas dos crimes passados foi praticamente nula no nível nacional, assim também como estiveram praticamente ausentes a busca pela justiça, pela condenação, ou pela exclusão da vida política dos responsáveis pelas atrocidades cometidas no país (HAYNER, 2001, p. 187). Consequentemente, o potencial da justiça¹⁶, como elemento reconciliatório, ficou restrito ao papel desempenhado pelos rituais de cura e de purificação aos quais foram atribuídos à noção de justiça restaurativa por permitir que os indivíduos assumissem seus feitos durante a guerra, restaurando a dignidade de vítimas e reaproximando famílias separadas pela guerra (IGREJA, 2007; IGREJA E DIAS-LAMBRANCA, 2008; CABRAL, 2009). Apesar de indicações sobre a relevância reparatória dos rituais nos níveis individuais e interpessoais, é importante notar, no entanto, que não há pesquisas sistemáticas que demonstrem que estes hajam contribuído para a reconciliação direta entre os ex-combatentes da Frelimo e da Renamo, independentemente dos rankings ocupados durante a guerra civil – do soldado raso ao general.

Como alternativa, ao vislumbrar que juntamente com a anistia outros mecanismos, como cortes e tribunais, tivessem sido implementados, a busca pela justiça poderia ter contribuído para o processo de reconciliação do país ao atuar particularmente em duas frentes: na identificação e na responsabilização dos culpados pelos crimes da guerra civil e na criação de políticas reparatórias em favor das vítimas.

Com relação à identificação dos responsáveis, o processo de personificação teria sido particularmente importante no restabelecimento da dignida-

16. A justiça como elemento constitutivo de reconciliação pode ser subdivida em duas subcategorias: justiça reparatória e justiça retributiva. A justiça criminal ou justiça punitiva-retributiva é a teoria de justiça que considera a punição, se proporcional, a melhor resposta para o crime, enquanto a justiça restaurativa propõe um novo paradigma na definição de crime e dos objetivos da justiça. Nessa perspectiva, concebe-se o crime como violação à pessoa e às relações interpessoais, e o papel da justiça deve ser o de restauração dessas violações, ou seja, a reparação dos danos causados não somente à vítima, mas também à sociedade, ao ofensor e às relações interpessoais (Boraine, 2006).

de das vítimas, as quais teriam tido suas penas reconhecidas e aliviadas com a punição dos responsáveis. A identificação dos responsáveis teria contribuído também para quebrar o ciclo de autodesresponsabilização das faltas que impera no país. Ao atribuir reiteradamente uns aos outros os abusos passados, perpetua-se a negação do passado, ao mesmo tempo em que se justifica as violações presentes, mantendo as chamas do conflito acesa. Dentre muitos, o caso de Homoíne é um exemplo a ser citado. Uma pequena vila rural na província de Inhambane, Homoíne foi palco de um dos maiores massacres durante a guerra civil, em 1987¹⁷, com um número oficial de 350 mortos, o qual contraria o entendimento local de aproximadamente 400 pessoas. O número das vítimas não é, no entanto, a única questão sem esclarecimento ou prestação de contas. Passados quase vinte anos, “não há verdade, e na sua ausência, cada qual a seu turno incita a população ao conflito”¹⁸, declarou G., membro da população local. Na ausência de qualquer tipo de investigação e de identificação dos responsáveis, o “outro” é considerado responsável pelo massacre a depender de sua filiação política – Frelimo ou Renamo.

Adicionalmente, a materialização da justiça por meio da identificação dos culpados também teria aliviado a noção de impunidade ao excluir da vida política responsáveis pelos crimes cometidos durante a guerra civil. Observa-se, ainda, que a busca pela justiça também poderia ter levado à elaboração de políticas públicas com o objetivo de reparar materialmente as vítimas do conflito, aliviando, assim, as duras perdas sofridas durante a guerra não só em termos humanos, mas também materiais. “Eu perdi tudo. Minha casa, minha família. Foram 13 mortos em um só dia. Mas nunca recebi nada. Nenhuma ajuda”¹⁹, declarou H., moradora de Homoíne, ao revelar sua experiência sobre o massacre.

Em termos de verdade, apesar da referência a fatos ocorridos durante a guerra serem comum durante alguns rituais (IGREJA, 2007; IGREJA E

17. A autora realizou trabalho de campo na vila, entrevistando a população local em julho de 2015.

18. A entrevista foi conduzida pela autora em Homoíne, julho de 2015.

19. A entrevista foi conduzida pela autora em Homoíne, julho de 2015.

DIAS-LAMBRANCA, 2008), eles não têm, a princípio, como objetivo final a busca pela verdade. Relatos e entrevistas recolhidas por Van Den Bherg na região de Manhiça, Moçambique, demonstram essa perspectiva: “Nós não falamos sobre a violência que foi cometida. Isso traria o espírito da violência de volta” (2009, p. 40). Em realidade, objetiva-se libertar o indivíduo de sua identidade violenta ao deixar o passado no passado. Nota-se, assim, que apesar do entendimento em separado sobre as funções desempenhadas pela anistia e pelos rituais, com severas críticas em relação ao primeiro e argumentos a favor do segundo (IGREJA, 2015), pode-se entender que ambos desempenharam, a princípio, papéis complementares. Dito de outra forma, enquanto no nível formal, a anistia representou o “enterrar do passado”, no nível comunitário também intentou-se deixar o passado para trás através dos rituais. Mais especificamente, enquanto a anistia ancorou-se no significado minimalista de reconciliação entendido como “vamos falar, e podemos governar juntos, mas não vamos falar sobre o passado” (HAYNER, 2001, p. 191), os rituais tomaram por base o entendimento simplificado de reconciliação visto como a “reconexão entre pessoas anteriormente afastadas” (IGREJA, 2007, p. 9).

Alternativamente, é importante reconhecer como a busca pela verdade através da implementação, por exemplo, de uma comissão da verdade, poderia também ter facilitado a reconciliação em Moçambique. Destaca-se sua importância tanto no reconhecimento do outro e das distintas versões do passado, como na construção de uma memória coletiva comum. Assim como na África do Sul os horrores do apartheid foram expostos através dos testemunhos de milhares de pessoas, uma comissão em Moçambique também poderia ter contribuído para revelar os abusos de direitos humanos perpetrados por ambos os lados. Apesar da dificuldade desse exercício, este poderia ter viabilizado a construção de uma memória coletiva sobre a guerra civil. Nota-se a importância das memórias uma vez que estas estão imbuídas nas interpretações das situações socialmente construídas por cada grupo, delineadas pela cultura, educação, discursos e crenças (Miall, 2004, p. 8). A forma como os grupos lembram e constroem o passado é fre-

quentemente fundamental para a mobilização dos conflitos. Obedecendo à mesma direção, mas seguindo o sentido contrário, a importância do entendimento do passado é também inegável no processo de reconciliação. Ao abrir as portas para o reconhecimento do passado, novos olhares são integrados e o entendimento sobre o mesmo torna-se mais compreensivo e inclusivo, facilitando, assim, a reconciliação.

Em termos mais práticos, ao possibilitar o reconhecimento do outro e de distintas versões do passado, a busca pela verdade também poderia ter freado a reiterada construção da Frelimo como único ator na construção nacional e na tomada de decisão da história moçambicana (IGREJA, 2013, p. 187), possibilitando o reconhecimento da importância de líderes nacionais pertencentes a outros grupos políticos. Exalta-se, ainda, que a busca pela verdade também poderia ter contribuído para a ampliação do campo da memória cultural, levando à criação de monumentos, ritos, celebrações, entre outros, sobre a guerra civil e suas vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir esse capítulo, é importante enfatizar os principais pontos apresentados. Primeiramente, a revisão de literatura sobre os conceitos de justiça transicional e de reconciliação permite constatar a mudança e a evolução dos conceitos ao longo dos anos. Em particular com relação à reconciliação, para mitigar a remanescente falta de consistência de campo de estudo, propõe-se um denominador comum conceitual com base em suas condições necessárias. Entendida como o processo de reequilíbrio social com base na inclusão, na verdade e na justiça, esse denominador comum de reconciliação serve como referência para a análise contrafactual do caso proposto, Moçambique.

Ademais, os limites que demarcam a relação entre justiça transicional e reconciliação também são estabelecidos. Justiça transicional é interpretada a partir de seus mecanismos, os quais são vistos como “motores” da reconciliação. Ao considerar as particularidades de cada mecanismo – as diferenças entre anistias e tribunais, por exemplo –, quando uma sociedade emerge

de um conflito violento ou de um regime autoritário e implementa instrumento X ao invés de Y, esta sociedade delinea seu processo de reconciliação de uma forma particular. A depender de cada mecanismo, uma atmosfera distinta de reconciliação é criada e formatada, perpassando por toda a sociedade e influenciando seu processo de construção da paz e/ou seu desenvolvimento democrático ao longo dos anos.

No caso moçambicano, a elite política optou pela anistia em nome da paz e da estabilidade e fechou os olhos para os crimes e os abusos cometidos durante a guerra civil. Completando a fórmula da “solução moçambicana”, os rituais de cura e de purificação emergiram como mecanismos ideais para o tratamento das experiências traumáticas, favorecendo a reintegração dos indivíduos afetados pela guerra. Contrariando todas as expectativas, no entanto, a “solução moçambicana” deixou a desejar. Em 2012/13, a renovação do conflito colocou em cheque não somente a paz e a estabilidade democrática, mas também a legitimidade do processo de reconciliação moçambicano.

Assim, sustentada na justiça e na verdade como condições necessárias para a reconciliação e no papel dos mecanismos de justiça transicional como “motores” da reconciliação, a análise contrafactual do caso moçambicano permite delinear os limites da “solução moçambicana”, ao mesmo tempo que possibilita enumerar os processos que poderiam ter sido desencadeados na presença destes elementos, criando e formatando um processo de reconciliação bastante distinto.

Longe de propor uma solução, verifica-se que uma dose de verdade e de justiça poderiam ter contribuído para o processo de reconciliação do país ao facilitar a reparação do passado, o abrandamento da culpa coletiva, e o rompimento da cultura de negação e autodesresponsabilização que persiste no país desde o final da guerra civil. Como alternativa, indica-se o estabelecimento de outros mecanismos de justiça transicional em conjunto com as anistias. “Desde que introduzidas com boa fé e acompanhadas por outros mecanismos de justiça transicional e reformas institucionais” (MALLINDER, 2008, p. 18), as anistias podem ter impactos positivos. O caso de El Salvador e da África do Sul exemplificam a justaposição desses mecanis-

mos. Ambos países implementaram anistias juntamente com comissões da verdade. A lógica por trás da combinação de anistia com outros instrumentos é que as anistias podem incentivar a divulgação de informações de forma mais sistemática e generalizada. No longo prazo, julgamentos e punições podem emergir em consequência desse maior acesso à informação, contribuindo para a promoção da justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (S/24635) Letter dated 6 October 1992 from the Permanent Representative of Mozambique to the United Nations addressed to the Secretary-General – 8th October 1992. Disponível em: <<http://www.peaceau.org/uploads/mozambique-peace-agreement-1992.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- (S/RES/797) UN Security Council Resolution 797 – S/RES/797 16th December 1992. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/797\(1992\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/797(1992))>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- Boletim da República, I Série – Número 42. Quarta-feira, 14 de outubro de 1992.
- Boletim da República I Série – Número 65. Quinta-feira, 14 de agosto de 2014.
- AGUILAR, Paloma. Justice, politics and memory in the spanish transition. In: BRITO, Alexandra B. D. et al. (org.). *The politics of memory: transitional justice in democratizing societies*. Oxford: Oxford University Press, 2001. 92-118.
- ARMON, Jeremy et al. (org.). *The Mozambican peace process in perspective*. London: Conciliation Resources, 1998.
- BACKER, David. Cross-National comparative analysis. In: Van der Merwe, Hugo et al. (org.). *Assessing the impact of Transitional Justice*. Challenges for empirical research. Washington DC: USIP, 2009. 23-89.
- BAR-SIMAN-TOV, Yaacov (org.). *From conflict resolution to reconciliation*. New York: Oxford University Press, 2004.
- BARTAL, Daniel; BENNINK, Gemma. H. The Nature of Reconciliation as an Outcome and a Process. In: BAR-SIMAN-TOV, Yaacov (org.). *From conflict resolution to reconciliation*. Oxford, OUP, 2004. 11-38.
- BARAHONA DE BRITO, Alexandra et al. (org.). *The politics of memory: transitional justice in democratizing societies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

- BARTOLI, Andrea. Forgiveness and reconciliation in the Mozambique peace process. In: HELMICK, Raymond G.; PETERSEN, Rodney L. (org.). *Forgiveness and reconciliation: religion, public policy, and conflict transformation*. Philadelphia: Templeton Foundation Press, 2001. 361-380.
- BARTOLI, Andrea et al. Mozambique – Renamo. In: DAYTON, Bruce. and Kriesberg, Louis (org.). *Conflict transformation and peacebuilding: moving from violence to sustainable peace*. London: Routledge, 2009. 140-155.
- BARTOLI, Adrea; JEBASHILI, Rati. Human rights in negotiating peace agreements: Mozambique. *The International Council on Human Rights Policy*, Belfast, 2005.
- BLOOMFIELD, David et al. (org.). *Reconciliation after violent conflict: a handbook*. Stockholm: International IDEA. 2003.
- BORAINÉ, Alexander L. Transitional justice: a holistic interpretation. *Journal of International Affairs*, v. 60, n. 1, 17-27, outono/inverno 2006.
- BRONWYN, Anne L. The irreconcilable goals of transitional justice. *Human Rights Quarterly*, v. 30, n. 1, 95-118, fev. 2008.
- BROUNÉUS, Karen. Truth-telling as talking cure? Insecurity and retraumatization in the Rwandan Gacaca Courts. *Security Dialogue*, v. 39, n. 1, 55-76, março 2008.
- _____. Analyzing reconciliation: a structured method for measuring national reconciliation initiatives. *Peace and conflict: journal of peace psychology*, v. 14, n.3, 291-313, 2008a.
- BUENO, Natália et al. Provincial Autonomy: The territorial dimension of peace in Mozambique. *GIGA Focus International Edition/English*, n. 10, 1-8, dez. 2015
- CABRAL, Ilundi. Rito y reconciliación en Mozambique: La cultura como mediadora de la experiencia bélica. *Revista CIDOB d'Àfers Internacionals*, n.87, 123-145, out. 2009.
- CAMPBELL, Susanna et al. (org.). *Liberal peace? The problems and practices of peacebuilding*. London: Zed Books, 2011.
- CHICUECUE, Noel M. Reconciliation: the role of truth commissions and alternative ways of healing. *Development in practice*, v. 7, n. 4, 483-486, nov. 1997.
- COBBAN, Helena. *Amnesty after atrocity? Healing nations after genocide and war crimes*. Boulder: Paradigm, 2009.

- CROCKER, David A. Reckoning with past wrongs: a normative framework. In: PRAGER, Carol A. L.; GOVIER, Trudy. (org.). *Dilemmas of reconciliation: cases and concepts*. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2003. 39-64.
- CROCKER, David A. Truth commissions, Transitional justice, and civil society. In: ROTBERG, Robert I.; Thompson, Dennis (org.). *Truth v. Justice: the morality of truth commissions*. Princeton: Princeton University Press, 2000. 99-121.
- DORFMAN, Ariel. Forward. In: STOVER, Eric.; WEINSTEIN, Harvey M. (org.). *My neighbor, my enemy: justice and community in the aftermath of mass atrocity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. xiii-xv.
- DWYER, Susan. Reconciliation for realists. In: PRAGER, Carol. A. L. and GOVIER, Trudy. (org.). *Dilemmas of reconciliation: cases and concepts*. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2003. 91-110.
- FISCHER, Martina. Transitional justice and reconciliation: theory and practice. In: AUSTIN, Beatrix et al. (org.). *Advancing conflict transformation. The Berghof Handbook II*. Opladen/Framington Hills: Barbara Budrich Publishers, 2011. 406-424.
- FREEMAN, Mark. *Necessary evils: amnesties and the search for justice*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- GALTUNG, Johan. After Violence, Reconstruction, reconciliation and resolution. In: ABU-NIMER, Mohammed. (org.). *Reconciliation, justice and coexistence: Theory and practice*. Lanham, MD, Lexington Books, 2001. 3-23.
- GEFFRAY, Christian. *A causa das armas em Moçambique: antropologia da Guerra contemporânea*, Porto, Afrontamento, 1991.
- GIBSON, James L. *Overcoming apartheid: can truth reconcile a divided nation?* New York: Russel Sage Foundation, 2004.
- GOERTZ, Gary. *Social science concepts: a user's guide*. Princeton: Princeton University Press, 2006
- HANLON, Joseph. *Mozambique: The revolution under fire*. Londres: Zed Books, 1990.
- HANLON, Joseph. *Who call the shots?* Bloomington: Indiana University Press, 1991.
- HAMBER, Brandon; KELLY, Gráinne. Beyond coexistence: towards a working definition of reconciliation. In: QUINN, Joan R. (org.). *Reconciliatio(s): transitional justice in postconflict societies*. Montréal: McGill-Queen's University Press, 2009. 286-311.

- HAMBER, Brandon; VAN DER MERWE, Hugo. What is this thing called reconciliation? *Reconciliation in review*, v. 1, n. 1, 3-6, 1998.
- HARSCH, Ernest. Reintegration of ex-combatants: when war ends: transforming Africa's fighters into builders. *Africa Renewal*, v. 19, n. 3, out. 2005.
- HARVEY, Frank. President Al Gore and the 2003 Iraq war: a counterfactual test of conventional "Wisdom". *Canadian Journal of Political Science*, v. 45, n. 1, março 2012.
- HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable truths transitional justice and the challenge of truth commissions*. New York, Routledge, 2001.
- HONWANA, Alcinda. Sealing the past, facing the future: trauma healing in rural Mozambique. In: ARMON, Jeremy et al. (org.). *The mozambican peace process in perspective*. London: Conciliation Resources, 1998. 75-81.
- HONWANA, Alcinda. Healing and social reintegration in Mozambique and Angola. In: Skaar, Elin et al. (org.). *Roads to reconciliation*. Lanham: Lexington Books, 2005. 83-100.
- HUYSE, Luc. Introduction: tradition-based approaches in peacemaking, transitional justice and reconciliation policies. In: HUYSE, Luc; SALTER, Mark (org.). *Traditional justice and reconciliation after violent conflict: learning from african experience*. Stockholm: International IDEA, 2008. 1-21.
- HUYSE, Luc. The process of reconciliation. In: BLOOMFIELD, David. et al. (org.). *Reconciliation after violent conflict: a handbook*. Stockholm: International IDEA, 2003. 19-33.
- IGREJA, Victor. Gamba spirits and the Homines Aperti: socio-cultural approaches to deal with legacies of the civil war in Gorongosa, Mozambique. *Study "Workshop 10 – Alternative Approached to Dealing with the Past"*, 1-15.
- IGREJA, Victor; DIAS-LAMBRANCA, Beatrice. Restorative justice and the role of magamba spirits in post-civil war Gorongosa, central Mozambique. In: HUYSE, Luc; SALTER, Mark (org.). *Traditional justice and reconciliation after violent conflict: learning from african experience*. Stockholm: International IDEA, 2008. 61-82.
- IGREJA, Victor; SKAAR, Elin. A conflict does not rot: state and civil society responses to civil war offences in Mozambique. *Nordic Journal of Human Rights*, v. 31, n. 2, 149-175, 2013.

- IGREJA, Victor. Amnesty Law, Political struggles for legitimacy and violence in Mozambique. *International Journal of Transitional Justice*, v.9, n. 2, 239–258, abril 2015.
- KERR, Rachel; MOBEKK, Eirin. *Peace and justice: seeking accountability after war*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- KRIESBERG, Louis. *Constructive conflicts: from escalation to resolution*. Lanham: Rowman and Littlefield, 1998
- LAST, Murray. Reconciliation and memory in postwar Nigeria. In: DAS, Veena. et al. (org.). *Violence and subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000. 315-332.
- LEDERACH, John Paul. *Building peace: sustainable reconciliation in divided societies*. Washington: United States Institute of Peace Press, 1997.
- _____. Civil Society and Reconciliation. In: CROCKER, A. Chester. (org.). *Turbulent Peace: The challenges of managing international conflict*. Washington DC, USIP, 2001. 841-854.
- LEVY, Jack S. Counterfactuals and case studies. In: Box-Steffensmeier, Janet et al. (org.). *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Oxford: Oxford University Press, 2008. 627-644.
- MAMDANI, Mahmood. *When victims become killers*. New York: Princeton, 2001
- MALLINDER, Louise. *Amnesty, human rights and political transitions: bridging the peace and justice divide*. Oxford and Portland: Hart Publishing, 2008.
- MARGALIT, Avishai. *The ethics of memory*. London: Harvard University Press, 2002.
- MIALL, Hugh, Conflict transformation: a multi-dimensional task. In: Austin, Alex et al. (org.). *Transforming Ethnopolitical Conflict: the Berghof Handbook*. Berlin: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004. 67-90.
- MINOW, Martha. *Between vengeance and forgiveness: facing history after genocide and mass violence*. Boston: Beacon Press, 1998.
- ROHT-ARRIAZA, Naomi; MARIEZCURRENA, javier. *Transitional justice in the twenty-first century: beyond truth versus justice*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- Sabaratnam, Meera. History repeating? Colonial, socialist, and liberal statebuilding in Mozambique. In: Chandler, D. and Sisk, T. D. (eds.) *Routledge Handbook of International Statebuilding*. New York: Routledge, 2013. 106-117.

- SCHWAB, Gabriele. Replacement children: the transgenerational transmission of traumatic loss. In: ASSMANN, Aleida; Shortt, Linda (org.). *Memory and political change*. London: Palgrave Macmillan, 2012. 17-34.
- Sikkink, Kathryn. *The justice cascade: how human rights prosecutions are changing world politics*. New York: W. W. Norton & Co, 2011.
- Skaar, Elin. Reconciliation in a transitional justice perspective. *Transitional Justice Review*, v. 1, n. 1, 1-50, 2013.
- Snyder, Jack L.; Vinjamuri, Leslie. Trials and errors: principle and pragmatism in strategies of transitional justice. *International Security*, v. 28, n. 3, 5-44, inverno, 2003/04
- Sriram, Chandra L. *Confronting past human rights violations: justice vs peace in times of transition*. New York: Frank Cass, 2004.
- _____. Transitional justice and the liberal peace. In: Newman, Edward. et al. (org.). *New perspectives on liberal peacebuilding*. Tokyo: United Nations University Press, 2009. 112-130.
- TEITEL, Ruti G. Transitional justice genealogy. *Harvard Human Rights Journal*, v. 16, 69-94, 2003.
- _____. Editorial Note-Transitional Justice Globalized. *The international Journal of Transitional Justice*, v. 2, 1-4, 2008.
- Theissen, Gunnar. Supporting justice, Co-existence and reconciliation after armed conflict: strategies for dealing with the past. In: AUSTIN, Alex et al. (org.). *Transforming ethnopolitical conflict: the Berghof Handbook*. Berlin: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004. 1-18.
- Thoms, Oskar N. et al. (2008) The effects of transitional justice mechanisms: A summary of empirical research findings and implications for analysts and practitioners. *CIPS Working Paper, center for international Policy Studies*, 1-91.
- VERDEJA, Ernesto. *Unchopping a tree: reconciliation in the aftermath of political violence*. Philadelphia: Temple University Press, 2009.
- VINES, Alex. *Renamo: terrorism in Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1991.
- Weinstein, Jeremy M. Mozambique: A Fading U.N. Success Story. *Journal of Democracy*, v. 13, n.1, 141-156, 2002.

TIMOR-LESTE: PARA UM EXERCÍCIO DE REVISITAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO¹

Maria João Carapêto

INTRODUÇÃO

A criação da CAVR, em 2001, foi feita no contexto conturbado de uma sociedade que atravessou um período pós-conflito e que procurou lidar com os problemas trazidos pelo julgamento dos perpetradores de crimes contra a humanidade, nomeadamente os sentimentos de ausência de justiça e de conhecimento da verdade.

Dos trabalhos conduzidos pela Comissão, resultou o relatório *Chega!* que reúne, ao longo de 2500 páginas, toda a descrição do processo conduzido, incluindo a metodologia e os dados das sessões, nomeadamente o testemunho das vítimas e os resultados da implementação de todo o mecanismo. Atendendo à completude deste relatório, ele contém, também, um capítulo dedicado a recomendações que foram considerados essenciais com vista ao desenvolvimento social, económico, político e judicial de Timor Leste, bem como os processos essenciais à reconciliação do país.

O método utilizado para esta revisitação passou pela análise do relatório *Chega!* e no qual nos debruçamos no capítulo das recomendações. Conscientes de que um trabalho desta natureza constitui uma arriscada missão, atendendo a que a análise carece de profundidade em determinadas maté-

1. Investigação financiada pela FCT - Fundação de Ciência e Tecnologia e pelo FSE - Fundo Social Europeu ao abrigo do Programa Doutoral da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

rias, o propósito deste trabalho é trazer uma abordagem, simultaneamente orientada para a justiça de transição e para as principais alterações ao Direito no período pós-CAVR.

Por razões de organização e a procura de uma leitura orientada para o exercício de revisitação, as recomendações da CAVR foram categorizadas segundo os grandes temas do relatório: as relações internacionais, a proteção e promoção dos direitos humanos, os direitos das pessoas vulneráveis (mulheres, crianças e jovens), a sociedade civil (eficácia, governação e justiça; e sociedade religiosa), a justiça e a verdade, a reconciliação, acolhimento e reparação e por fim, a continuidade. Cada uma destas secções foi redigida de modo a identificar, sumariamente as principais orientações da Comissão e à guisa de uma lógica comparativa, são identificados os desenvolvimentos nestas matérias (ou a ausência deles).

CONTEXTO HISTÓRICO

O Relatório Final da CAVR é particularmente rico quanto ao registo da História do país. A contextualização histórica funda-se nas fontes primárias da Comissão, mas também em fontes secundárias, como os instrumentos documentais que contribuíram para a realização de um trabalho sobre os momentos-chave da história de Timor. Lança também, o desafio a uma investigação futura profunda e ao registo escrito da história timorense carece de aperfeiçoamento com contributos de maior complexidade, de carácter abrangente, que permita “dar voz aos que foram silenciados”² e permitir uma reflexão aberta em que se alicerçará uma nação forte, “baseada no respeito pelos outros, no pluralismo e na democracia assente na igualdade de todos os cidadãos”³.

O contexto histórico sugerido pelo relatório divide a história de Timor Leste num percurso marcado pelas principais mudanças políticas que originaram conflitos e que marcaram o percurso até à proclamação da autodeterminação deste jovem país. Assim, a organização destes momentos inicia-se pela Colóni-

2. Parte 3 do Relatório *Chega!*

3. *idem*

zação do país por Portugal e o respetivo processo de descolonização marcado pela instabilidade política interna; Os principais conflitos que levam à declaração unilateral de independência pela FRETILIN⁴, a ocupação indonésia e todo o processo histórico de independência que culminou com a proclamação da autodeterminação e a implementação de um sistema democrático.

A Indonésia invade Timor-Leste em 1975 e o conflito provocou, segundo TARRISE DA FONTOURA (2009), mais de 200.000 vítimas e milhares de refugiados. O Conselho de segurança reagiu através da Resolução 384 em 22 de dezembro em que afirmou o direito do povo de Timor Leste à autodeterminação e independência e criticou a invasão pela Indonésia. A partir de 1980, a Diocese de Díli começa a denunciar os atos de genocídio e a fome provocada pela ocupação indonésia, denúncias que tiveram repercussões internas e internacionais.

Em agosto de 1999 é referendado novo Estatuto Político de Timor-Leste e que a Constituição do país consagrou no seu Preâmbulo como o ato *que confirmou a vontade autodeterminada de independência*. Os resultados daquele ato político, levaram a que as tropas indonésias e grupos de milícias pró-integração destruíssem 70% das casas e das infraestruturas de Timor Leste e massacraram milhares de pessoas através da tortura e da violência sexual por todo o território. Durante este período, foram deportadas mais de 250.000 pessoas para a parte ocidental de Timor e para a Indonésia e mais de 200.000 pessoas são deslocadas das suas casas (TARRISE DA FONTOURA, 2009). No seguimento destes confrontos, Portugal e a Indonésia reiteraram perante a ONU a sua intenção de transferir o domínio do território para aquela organização.

Em 19 de outubro de 1999 o parlamento indonésio aceita o resultado do referendo timorense que procurava a independência, facto levou à criação da UNTAET⁵. Em 1 de novembro de 1999 as Forças Armadas indonésias retiram-se do território, terminando os 24 anos de ocupação.

4. Frente Revolucionária de Timor Leste Independente

5. *Resolução 1272 (1999)* do Conselho de Segurança, adotada em 25-10-1999, que cria a UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor), a Administração Provisória das Nações Unidas para o Timor Leste, apoiada por 8.950 capacetes azuis, 200 observadores militares e 1.640 polícias internacionais.

A primeira eleição dos deputados à Assembleia ocorre em 30 de Agosto de 2001 e em 22 de março de 2002 a Assembleia Constituinte aprova e decreta a Lei Fundamental do país, cujo povo e os seus representantes

reafirmam solenemente a sua determinação em combater todas as formas de tirania, opressão, dominação e segregação social, cultural ou religiosa, defender a independência nacional, respeitar e garantir os direitos humanos e os direitos fundamentais do cidadão, assegurar o princípio da separação de poderes na organização do Estado e estabelecer as regras essenciais da democracia pluralista, tendo em vista a construção de um país justo e próspero e o desenvolvimento de uma sociedade solidária e fraterna ⁶.

A CRIAÇÃO DA CAVR

CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com Jeremy Sarkin (2008),

As sociedades em transição enfrentam enormes desafios por causa do possível confronto entre a paz e a justiça. As necessidades individuais e coletivas devem ser balanceadas com a nova realidade política enfrentada pelo novo governo, que herdou um estado frágil e um poder político limitado ⁷. (SARKIN, 2008)

E, de fato, a sociedade timorense, bastante fragilizada nos sectores sociais, políticos e económicos teve de lidar, também, com a prática de crimes de enorme gravidade que, entre 1974 e 1999, se traduziram, segundo o relatório da comissão, em 102.000 mortos relacionados com o conflito, 18.600 mortes violentas e 82.000 mortos causados pela doença e pela fome (a CAVR estimou que 70% das mortes são imputadas às forças da Indonésia e seus auxiliares), a par de um elevado número de refugiados e desaparecidos⁸.

6. Nos termos do Preâmbulo da Constituição da República Democrática de Timor-Leste

7. Tradução nossa

8. Fonte: relatório da Cavr

Com vista à responsabilização pela prática de crimes de guerra, crimes contra a humanidade, homicídio, agressões sexuais e tortura, foi estabelecido em 2000, pela ONU, o Painel Especial para Crimes Graves, um tribunal híbrido que compreendia um juiz timorense e dois juízes internacionais, que operou até maio de 2005, altura em que dissolvido pelo Conselho Segurança e que, segundo Megan Hirst (2008) demonstrou a falta de vontade política, quer da ONU, quer do governo de Timor Leste para o julgamento dos crimes e dos trabalhos conduzidos pelo tribunal, resultaram a acusação de 391 pessoas, 84 condenações e três absolvições.

As críticas a que o tribunal foi sujeito, nomeadamente quanto aos problemas de operacionalidade, das estratégias da defesa e de falta de envolvimento da comunidade e das vítimas (HIRST, 2008) foram especialmente relevantes no contexto dos objetivos da Justiça de Transição. Com efeito, as conclusões do trabalho do tribunal demonstraram um compromisso frágil com a defesa dos direitos humanos e a necessidade de reconciliação, emergente das divisões entre vítimas e perpetradores. Tudo isto veio dar força à criação de uma Comissão de Verdade que respondesse à necessidade de confrontação do passado, numa perspetiva de envolvimento da população⁹.

O PROCESSO DE CRIAÇÃO E A METODOLOGIA DA CAVR

Com vista ao apuramento da verdade sobre as violações de direitos humanos ocorridas em Timor Leste entre 25 de abril de 1974 e 25 de outubro de 1999, a CAVR foi estabelecida através do Regulamento da UNTAET n.º 2001/10 e igualmente reconhecida nos termos do art.º 162.º da Constituição da República no ano de 2005. Os seus objetivos centraram-se na investigação e relato das violações dos direitos humanos, bem como apresentação de recomendações que assegurassem as necessárias garantias de não-repetição, a promoção da reconciliação, a restauração da dignidade das vítimas e a recomendação das acusações necessárias¹⁰. Competia-lhe, igualmente, a pre-

9. Disponível em: ICTJ <https://www.ictj.org/gallery-items/truth-commissions> [acesso em 25/10/2016]

10. Nos termos do art.º 12º e 13º

paração de um relatório que demonstrasse as suas atividades e conclusões, baseados em factos e informação objetiva da prova recolhida, recebida ou colocada à sua disposição^{II}.

De acordo com Priscilla Hayner (2010), a CAVR foi criada tendo em conta as necessidades especiais da população com a promessa de que os perpetradores envolvidos nos crimes menos graves que admitissem a culpa e apresentassem desculpas pelos crimes e, ao mesmo tempo prestassem serviço comunitário ou contribuíssem com pagamentos com vista à reparação, pudessem regressar à sociedade.

Assente num modelo que envolveu a participação internacional, a Comissão procurou a transparência e o envolvimento da população, baseando-se em formas tradicionais de reconciliação e todo o trabalho foi orientado para o acolhimento e a reintegração sob alçada do Programa de Reconciliação.

A COMISSÃO DE VERDADE E AMIZADE (CVA)

Ainda que a CVA não seja o foco desta investigação, importa fazer-lhe uma breve referência enquanto mecanismo de justiça de transição utilizado no país, e com iguais objetivos de reconciliação, mas com o foco orientado para as relações externas.

Após o fim dos trabalhos da CAVR, foi criada, em agosto de 2005, a CVA que envolveu Timor-Leste e a Indonésia com o propósito de avançar para o futuro, fortalecendo as relações de paz e amizade entre os dois países, através da aprendizagem com os acontecimentos ocorridos em 1999 e a procura da reconciliação, amizade, paz e a prosperidade. Tratou-se da primeira Comissão de Verdade estabelecida por acordo bilateral (LIPSCOMB, 2011), e foi alvo de várias críticas, nomeadamente após a publicação do relatório *Ad per memoriam ad spem* em 15 de julho de 2008. As críticas centraram-se, sobretudo, quanto aos poderes desta Comissão na recomendação de amnistias e quanto às suas audiências públicas de carácter controverso (HIRST,

II. Nos termos do art.º 38º

2009). As críticas institucionais de maior relevo advieram da ONU que se manifestou contra a sua realização. Em declarações oficiais declarou que

(...) não pode apoiar ou tolerar amnistias no que se refere a acusações de genocídios, de crimes contra a humanidade, de crimes de guerra ou de violações graves dos direitos humanos, nem fazer o que quer que seja que possa incentivar tais amnistias¹².

Do trabalho da CVA resultou um número considerável de recomendações relativas a importantes áreas de ação necessária. Segundo Megan Hirst (2008), o relatório demonstrou a tentativa de aprendizagem com os desafios lançados após a conclusão da CAVR, nomeadamente a necessidade de disseminação e de implementação das medidas que, sobremaneira foram bastante semelhantes às do relatório *Chega!*, e que a autora refere, não ter sido expressamente descrito ou sugerida uma forma de articulação entre as duas propostas de recomendações.

OS RESULTADOS DA CAVR

A Resolução do Parlamento Nacional n.º 35/II de 16 de dezembro sobre a Implementação das Recomendações da CAVR e da CVA veio formalizar o reconhecimento deste trabalho, avaliou os relatórios finais e prescreveu a determinação *de medidas concretas, necessárias e adequadas à plena implementação das respetivas Recomendações*¹³. A Resolução estabeleceu ainda, o envio dos relatórios finais das Comissões à Comissão de Assuntos Constitucionais, Justiça, Administração Pública, Poder Local e Legislação do Governo¹⁴ que, em suma, estariam encarregues de proceder à sua apreciação, apresentar um relatório com as medidas concretas de implementação das recomendações e a criação de um organismo que a assegurasse¹⁵.

12. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/11587> [acesso em 27/10/2016]

13. Nos termos do art.º 3.º da Resolução do Parlamento Nacional de Timor Leste n.º 35/II de 16 de dezembro.

14. Idem nos termos do art.º 4.º

15. Ibidem nos termos das alíneas a) e b) do art.º 4.º

Segundo Ramos Horta, no seu discurso de tomada de posse como Primeiro-Ministro de Timor Leste, em 10 de julho de 2006, “o relatório exaustivo da CAVR é uma enciclopédia da nossa história, ao mesmo tempo rica de ensinamentos e trágica de sofrimentos. O mesmo pode oferecer grandes ensinamentos para compreendermos a crise de hoje e precaver crises futuras”¹⁶. Xanana Gusmão, sobre as conclusões da CAVR, afirmou que

O que me preocupa não é a revelação da verdade, já do conhecimento de todos. O que me preocupa deveras são as recomendações da CAVR, as quais posteriormente poderiam servir para a manipulação do estado de espírito do nosso povo, venceu. O relatório traz recomendações que, aos olhos da política prática, não serão absurdamente utópicas, mas são realisticamente muito ambiciosas¹⁷.

Organizadas segundo princípios relativos à promoção das relações internacionais, a promoção de direitos humanos, eficácia na governação, sobre o papel da responsabilidade da sociedade civil, sobre a política de segurança, mas também a justiça, a verdade e a reconciliação, as propostas que resultam do relatório foram orientadas para a criação de medidas concretas, que tal como afirmou Xanana Gusmão, se pautavam pela ambição. No nosso entendimento, estas recomendações constituíram uma base de trabalho orientadora para o país atual e de organização de uma resposta aos desafios futuros.

O processo de implementação das recomendações da CAVR e da CVA iniciou-se com o Projeto de Resolução n.º 34/II que veio, nos termos do n.º 1 “Reconhecer o importante trabalho realizado pela CAVR e pela CVA, que representa um valioso contributo para alcançar a verdade, a reconciliação e a justiça”; previu a apreciação os relatórios das comissões, a necessidade de determinar as medidas concretas necessárias e adequadas à plena implementação das respetivas recomendações no prazo de três meses (e cuja

16. Disponível em: <http://timor2006.blogspot.pt/2006/07/discurso-de-ramos-horta-na-tomada-de.html> [acesso em 3/10/2016]

17. Disponível em: http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=203716 [acesso em 23/10/2016]

competência foi dada à Comissão de Assuntos Constitucionais, Justiça, Administração Pública, Poder Local e Legislação do Governo). Previu também a criação de um organismo para esse fim, nos termos a definir por lei e publicação do Sumário Executivo do CAVR, nas línguas portuguesa e tétum e a publicação do relatório da CVA na íntegra.

A IMPORTÂNCIA DA REVISITAÇÃO

Decorridos 16 anos da realização da CAVR importa então, revisitar as recomendações do relatório com vista a compreender o impacto deste mecanismo nas áreas que considerou como críticas para o desenvolvimento de Timor-Leste. Os relatórios de organizações internacionais como a Amnistia Internacional “Relatório da Amnistia Internacional 2014/2015 : O Estado dos Direitos Humanos no Mundo” (2015) e da Asia Justice and Rights “Inconvenient Truths “ (2015) ¹⁸, num exercício semelhante ao nosso, não tiveram constatações de mudança ou evolução positivas. Os níveis de preocupação com a reconciliação, com as vítimas e a criação de condições políticas para a mudança já não estão latentes, muito embora exista a vontade de prossecução dos objetivos traçados, quer pela população, quer pelas organizações não-governamentais (nacionais e internacionais). A revisitação torna-se, sem dúvida, um processo de maior importância para que se assegure o cumprimento do legado da CAVR, pelo que a análise das recomendações será feita através da enunciação destas e a constatação do estado atual da sua implementação.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RECOMENDAÇÕES

No que diz respeito às relações internacionais, as recomendações passaram, sobretudo, pela divulgação ampliada das conclusões do relatório junto da Comunidade Internacional, por um pedido de desculpas formal por parte

¹⁸. Relativo aos resultados da CAVR e da CFA na Indonésia

dos Estados que mantiveram a cooperação militar com o Governo Indonésio, em violação dos deveres de proteção dos direitos fundamentais da população a que estavam obrigados. Relativamente às relações com Portugal, foi pedida, igualmente a divulgação do Relatório, com especial relevo junto dos membros da CPLP e a promoção dos relacionamentos externos, evocando o laço histórico que os uniu.

ESTADO ATUAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nos anos que se seguiram à conclusão da CAVR foi notória a divulgação dos seus trabalhos pelos principais líderes emblemáticos de Timor-Leste, José Ramos Horta e Xanana Gusmão que através da comunicação social, em encontros de carácter oficial¹⁹ e em comemorações²⁰, apelaram à importância do relatório *Chega!*. No discurso de tomada de posse de José Ramos Horta como Primeiro-Ministro de Timor Leste em 10 de julho de 2006 este referiu que:

(...) O relatório exaustivo da CAVR é uma enciclopédia da nossa história, ao mesmo tempo rica de ensinamentos e trágica de sofrimentos. O mesmo pode oferecer grandes ensinamentos para compreendermos a crise de hoje e precaver crises futuras. (...) ²¹. No discurso de Xanana Gusmão aos timorenses em 22 de junho de 2006, este afirma que (...) No Relatório da CAVR pede-se o FIM DA VIOLÊNCIA POLÍTICA, para que o povo não sofra uma vez mais. Ainda recentemente, em janeiro passado, fui entregar este Relatório ao Secretário-Geral da ONU. Ainda mal se completaram seis meses, disparos de armas, incêndios, pessoas mortas em Dili (...) ²²

19. Anúncio oficial de entrega do relatório da CAVR por Xanana Gusmão ao Secretário Geral da ONU. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/3095> [acesso em 1/10/2016]

20. Disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/mundo/cplp-representada-ao-mais-alto-nivel-no-aniversario-independencia-em-timor-leste_nn18577 [acesso em 1/10/2016]

21. Disponível em: <http://timor2006.blogspot.pt/2006/07/discurso-de-ramos-horta-na-tomada-de.html> [acesso em 1/10/2016]

22. Disponível em: <http://timor2006.blogspot.pt/2006/06/discurso-de-xanana-gusmo-ao-povo-amado.html> [acesso em 1/10/2016]

Ou ainda a notícia da distribuição de cópias do relatório, também por Xanana Gusmão pelas mais diversas instituições:

(...) O Presidente Xanana Gusmão distribuiu hoje cópias do relatório (...) a 12 embaixadas e organizações sedeadas em Díli.(...) também o representante especial do secretário-geral da ONU em Timor-Leste, Sukehiro Hasegawa, o departamento de Direitos Humanos do Escritório da ONU em Timor-Leste (UNOTIL) e o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos receberam cópias (...). O Vaticano, as organizações de defesa dos direitos humanos Amnistia Internacional e Human Rights Watch, os restantes Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e ainda a Rússia, Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca, Canadá e a comissão Europeia de Direitos Humanos também receberão em breve (...) ²³.

No que diz respeito a Portugal e à CPLP, existiu um esforço de sensibilização para as conclusões, desafios e ambições do relatório que passaram, não só, pela divulgação por parte de Timor-Leste, mas também com visitas oficiais àquele país e que ficam marcadas pelo simbolismo da compreensão e cooperação ²⁴.

PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

RECOMENDAÇÕES

Relativamente à proteção e promoção dos direitos humanos, as recomendações incidiram na necessidade de consagrar os direitos humanos, sociais e políticos da população e a criação de mecanismos governamentais, bem como a definição de políticas que os assegurassem (nomeadamente a vinculação a instrumentos internacionais como o Pacto Internacional sobre

23. Disponível em: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=13212&catogory=CPLP> [acesso em 2/10/2016]

24. Disponível em: <http://www.radioliberalidadedili.com/notisia/217-membru-cplp-vizita-arguivo-durante-resistencia-tl-ih-a-cavr> [acesso em 2/10/2016]

os Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais). Em relação aos sobreviventes foram recomendados procedimentos de obtenção de respostas sobre o destino dos restos mortais das vítimas, no sentido de apuramento da verdade e da preservação da memória através da realização de homenagens.

Ainda no que concerne aos direitos humanos, a Comissão referiu ainda, a necessidade da proteção e criação de condições de respeito pela dignidade humana dos presos, nomeadamente a garantias dos mecanismos processuais, de acesso a cuidados médicos, de garantia da prática do culto religioso, de condições de reabilitação e a formação de funcionários dos serviços correcionais com vista a assegurar a aplicação e o cumprimento dessas garantias.

A segurança e o respeito pelas liberdades fundamentais, cidadania, educação foram preocupações manifestadas pela CAVR que salientou a necessidade de criação de mecanismos de garantia de participação das populações, direitos de liberdade de circulação e de reunião. Foi salientada, igualmente, a necessidade da promoção da educação e da liberdade cultural, tendo em conta, também, a participação da igreja neste processo. Por fim, o relatório apela para o desenvolvimento sustentável em matéria ambiental e à necessidade de políticas efetivas de garantia de prestação de cuidados de saúde à população.

DIREITOS HUMANOS EM TIMOR-LESTE NA ATUALIDADE

Sobre o compromisso internacional, o Timor-Leste ratificou o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos²⁵ e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos²⁶, Sociais e Culturais. A proteção de direitos humanos, mas também de direitos civis, sociais e políticos teve acolhimento na Lei Fundamental, nomeadamente com a consagração dos direitos fundamentais de Universalidade e Igualdade (art.º 17.º), o estabelecimento da

25. Pela Resolução n.º 3/2003 de 22 julho pelo Parlamento

26. Pela Resolução n.º 8/2003 de 3 de setembro pelo Parlamento

Igualdade entre mulheres e homens (art.º 18.º) a proteção da criança e da Juventude (art.º 19.º e 20.º), mas também da terceira idade (art.º 21.º), do cidadão portador de deficiência (art.º 22.º) e relativamente aos timorenses no estrangeiro (art.º 23.º). Ainda este respeito, a Constituição prevê ainda, uma norma específica quanto à interpretação dos direitos fundamentais (art.º 23.º) onde estatui que os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outras constantes da lei e devem ser interpretados de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por fim, criou a figura do Provedor de Direitos Humanos e Justiça (art.º 27.º) que nos termos do n.º 1 é um órgão independente que tem por função apreciar e procurar satisfazer as queixas dos cidadãos contra os poderes públicos, podendo verificar a conformidade dos atos com a lei, bem como prevenir e iniciar todo o processo para a reparação das injustiças.

Relativamente aos direitos sociais e políticos, a Constituição veio consagrar a liberdade de expressão e informação (art.º 41.º), a liberdade de imprensa e dos meios de comunicação social (art.º 42.º), o direito à liberdade de reunião e de manifestação (art.º 43.º), o direito à Liberdade de associação (art.º 44.º), a liberdade de circulação (art.º 45.º), a liberdade de consciência, de religião e de culto (art.º 46.º), Direito de participação política (art.º 47.º), o Direito de sufrágio (art.º 48.º) e o Direito de petição (Art.º 49.º).

No que concerne aos progressos na saúde, o Programa do V Governo Constitucional²⁷ aponta notáveis progressos na diminuição da mortalidade materna, infantil e de crianças motivados pelas melhorias no acesso a cuidados pré-natais, partos assistidos e cuidados pós-parto de qualidade, mas também ao nível do planeamento familiar. Ainda como preocupação emergente, o Programa salienta as melhorias necessárias quanto à questão da nutrição, da morbimortalidade por doenças infecto-contagiosas, incluindo a tuberculose, o HIV-SIDA e a malária, o acesso das populações aos serviços de saúde, mas também a melhoria de instalações e o aumento do

27. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&tbl=7569&lang=pt> [acesso em 15/10/2016]

programa de vacinação contra a poliomielite, sarampo, tuberculose, difteria e hepatite. O HIV-SIDA é uma preocupação do governo, nomeadamente o tratamento, mas também a necessidade de reinserção e inclusão de pessoas infetadas.

Timor Leste ficou sujeito, pela Nações Unidas à apresentação de relatórios periódicos resultantes da 12ª Sessão da RPU²⁸ que apresentou um total 125 recomendações. Em 3 de Novembro de 2016 na apresentação do segundo relatório à RPU (2016), foram feitas 174 recomendações dos Estados-Membros relativas a questões associadas com a promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, das mulheres e das crianças, bem como com problemas de igualdade de género e de acesso à justiça, à saúde e à educação. As recomendações mencionaram, ainda, a necessidade de aperfeiçoar os instrumentos internacionais já ratificados. Foi feito um apelo a que Timor-Leste ratifique alguns instrumentos de direitos humanos a que ainda não aderiu, especialmente a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

OS DIREITOS DAS PESSOAS VULNERÁVEIS: MULHERES, CRIANÇAS E JOVENS

RECOMENDAÇÕES

O relatório demonstrou especial preocupação com a proteção e promoção dos direitos das pessoas mais vulneráveis, nomeadamente, as mulheres, as crianças e os jovens e a necessidade da criação de mecanismos da sua efetivação. Estes dois aspetos incidiram no reconhecimento dos direitos das mulheres e crianças através da consagração de instrumentos legislativos, mas também na realização de campanhas de sensibilização contra a violência física, emocional e sexual, bem como da criação de infraestruturas que permitissem o desenvolvimento da educação e de oportunidades de desenvolvimento pessoal. Foi dada especial atenção à necessidade de reintegração das crianças levadas para a Indonésia durante o conflito.

28. Revisão Periódica Universal

A PROTEÇÃO DAS PESSOAS VULNERÁVEIS NA ATUALIDADE

O Programa de Governo do V Governo Constitucional²⁹ declara que ficou resolvida no país a crise que durou entre 2006 e 2008 e que, a resolução assegurou a estabilidade no país através de programas de reconhecimento especial e a atribuição de apoio aos cidadãos que designou de “Heróis Nacionais, Combatentes da Libertação da Pátria”. Foram desenvolvidos ainda, programas de apoio, no contexto de medidas de justiça social para os idosos, inválidos, viúvas e órfãos.

Não obstante a ratificação por parte de Timor-Leste do Protocolo Adicional da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres em 2003, na 63.^a sessão da ONU sobre esta Convenção³⁰, a Secretária de Estado para o apoio e promoção socioeconómica da mulher, salientou, na apresentação do seu relatório, as alterações legislativas e institucionais decorrentes das reformas conduzidas pelo pai, nomeadamente a criminalização da violência doméstica e a consagração da igualdade de género no Código Civil e no Código de Trabalho.

Não obstante estas declarações, o Comité de Peritos da ONU manifestou a sua preocupação relativa à persistência de estereótipos e práticas tradicionais que limitam quer a educação, quer o acesso às oportunidades de emprego, mas também a necessidade de acompanhamento dos casos de violência de doméstica e da necessidade de medidas eficazes contra o tráfico de mulheres.

No que respeita aos direitos das crianças, a sexta edição do Relatório Periódico sobre os Direitos Humanos em Timor-Leste apontou a necessidade da criação urgente de legislação relativa aos direitos das crianças, nomeadamente, quanto à criação e promoção do seu desenvolvimento. De acordo com os dados publicados pelo governo, o instrumento legislativo para o efeito, “o Código da Criança” está na fase de anteprojeto³¹.

29. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&bl=7569&lang=pt> [acesso em 15/10/2016]

30. Fonte Disponível em: <http://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=16741&LangID=E> [acesso em 15/10/2016]

31. Fonte disponível em <http://www.mj.gov.tl/?q=node/568> [acesso em 16/10/2016]

SOCIEDADE CIVIL: EFICÁCIA, GOVERNAÇÃO E JUSTIÇA; SOCIEDADE RELIGIOSA

RECOMENDAÇÕES

O papel da sociedade civil, atendendo ao histórico de repressão a que foi sujeita durante a ocupação, encontra nas recomendações da CAVR o reforço da sua atuação e o reconhecimento da importância do seu desempenho para o desenvolvimento da sociedade e independência do país. A relevância deste contributo reflete-se na defesa e proteção das liberdades civis, na promoção do papel das organizações-não governamentais, bem como da igreja católica na reconciliação e desenvolvimento social.

As recomendações, no que respeita à governação, passaram sobretudo pelo reforço de poderes das instituições democráticas: o Parlamento, o sistema judiciário e a existência de um funcionalismo público, de um Provedor e de uma comunidade eclesial eficazes. Para tal desiderato, este reforço passaria pela dotação destes organismos, de infraestruturas que respondessem às necessidades de trabalho e, no que ao sistema judiciário diz respeito, salientou a importância de finalizar a redação do Código Penal e do Código de Processo Penal e a necessidade de incorporar neles, as disposições adequadas relativas aos crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Este desenvolvimento do sistema judiciário, segundo a Comissão passaria, por um lado pelo reforço da independência do poder judicial e, por outro, pelo acesso da população aos sistemas de justiça.

A modernização administrativa, a promoção da igualdade de género no funcionalismo público e o apelo a um regime de transparência, foram os aspetos fundamentais deste capítulo das recomendações.

Por fim, em relação ao papel da comunidade eclesial, salientou o reforço da promoção da educação, da defesa pública dos direitos humanos. E, num sentido marcado pelo simbolismo do período colonial, recomendou à igreja a inclusão na comunidade crente, de mulheres vítimas de violência sexual, ao contrário do que aconteceu no passado, pautando-se assim pelo repúdio à estigmatização.

A SOCIEDADE CIVIL, A GOVERNAÇÃO E A JUSTIÇA NA ATUALIDADE

No que respeita ao desenvolvimento e reforço do papel da sociedade civil, que tem tido, ao longo dos anos uma intervenção de relevo na melhoria das condições do país, destacam-se a reativação da HASATIL - Rede de Agricultura Sustentável, que reúne organizações da sociedade civil de desenvolvimento rural de todo o país e que, constitui um dos principais objetivos do Programa de Assistência Técnica e Reforço das Competências da HASATIL e das Organizações da Sociedade Civil de Desenvolvimento Rural e também a assinatura de um memorando de entendimento, em Março de 2016, ente o Governo de Timor-Leste e a Sociedade Civil³² com vista à melhoria dos processos sociais, políticos e económicos e na procura da eficiência do papel do estado.

A modernização administrativa do país tem atenções por parte do governo timorense, nomeadamente através Projeto de Apoio à Melhoria da Qualidade e da Proximidade dos serviços Públicos nos PALOP e Timor-Leste que conta com o apoio da União Europeia e cujo objetivo é a aproximação dos cidadãos à administração pública³³.

A recomendação relativa à promulgação da legislação penal de Timor Leste referenciou a necessidade urgente de os concluir. A aprovação do Código de Processo Penal foi feita através do Decreto-lei 13/2005 de 1 de dezembro e o Código Penal pelo Decreto-lei 19/2009, de 8 de abril. No que respeita à Lei Penal, ficaram consagradas as recomendações da CAVR, nomeadamente, a consagração no catálogo de crimes, os crimes contra a paz e a humanidade (o crime de genocídio no art.º 123.º, os crimes contra a humanidade no art.º 124.º), bem como a previsão de um catálogo de crimes de guerra.

Encontram-se a decorrer em 2016 os trabalhos da Comissão para a Reforma Legislativa e do Sector da Justiça ³⁴, criada em 2015, e cuja missão consiste na análise aprofundada de toda a legislação existente em Timor-

32. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=14870&lang=pt> [acesso em 29/10/2016]

33. Disponível em: http://www.rcc.gov.pt/Noticias/2015_marco/Paginas/Moderniza%C3%A7%C3%A3o-administrativa-em-curso-nos-PALOP-e-Timor-Leste.aspx [acesso em 29/10/2016]

34. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=13108&lang=pt> [acesso em 29/10/2016]

-Leste e a implementação de novo acervo legislativo que vá ao encontro das necessidades do país.

POLÍTICA DE SEGURANÇA RESPONSABILIZÁVEL: POLÍCIA, DEFESA E OUTROS ORGANISMOS DE SEGURANÇA

RECOMENDAÇÕES

No que tange à política de segurança responsabilizável, as recomendações da CAVR passaram, simultaneamente pela educação e sensibilização da população, mas também pela definição de limites quanto à atuação e definição da responsabilidade, quer da Polícia, quer da Defesa. Atendendo ao percurso histórico de Timor – Leste, as recomendações passaram pelo controlo democrático da política e das instituições de segurança pelas autoridades civis, tendo como objetivo a garantia do estrito respeito pela Constituição e pela defesa e proteção dos direitos humanos. As recomendações procuraram, ainda salientar a necessidade do controlo da atividade policial da defesa e promoção da necessária formação quanto à proteção dos direitos humanos.

No estrito cumprimento pelos princípios da legalidade, a CAVR veio sugerir que os órgãos de segurança do Estado e os outros organismos de segurança devem ser criados e sujeitos à responsabilização e ao controle parlamentar.

AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA DE SEGURANÇA

O período que decorreu desde o fim dos confrontos até a atualidade apresenta riscos de segurança de diferentes níveis. Ainda que Timor Leste não tenha disponibilizado um relatório público sobre segurança interna, as ameaças derivadas da ocorrência de confrontos entre facções políticas divergentes e respetiva violência política, bem como a prática de crimes correntes constituíram desafios importantes para nova polícia timorense³⁵. A

35. Sujeita a deveres de proteção que ficaram consagrados constitucionalmente e a todo um conjunto de regras criado *ab initio*, com todas as dificuldades que tal processo implica (DOBBINS; JONES, *et al* 2007)

Lei Fundamental de Timor Leste prevê, desde 2002, um núcleo de Direitos Fundamentais, sociais e políticos de proteção dos cidadãos quanto a possíveis violações destes Direitos ou quaisquer outras que possam resultar em condutas que lesem os cidadãos. No que respeita aos deveres das forças de segurança, a Constituição prevê no art.º 147.º, nos termos do n.º 1, o papel da polícia enquanto garante da atividade democrática e da segurança interna dos cidadãos, sendo rigorosamente apartidária. O n.º 2 prevê que a prevenção criminal deva fazer-se com respeito pelos direitos humanos e o n.º 3 remete para a lei o regime da polícia e demais forças de segurança. A Constituição define, ainda no art.º 146.º que a defesa nacional é de competência exclusiva das FALINTIL-FDT³⁶, que estas são compostas exclusivamente por cidadãos nacionais e são-lhe cometidas as responsabilidades pela garantia da independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no respeito pela ordem constitucional (nos termos do n.º 2).

Ainda que a proteção constitucional esteja assegurada, a fiscalização do seu cumprimento assume enorme relevo, atendendo a que as recomendações foram orientadas para três focos em particular: a garantia do cumprimento da lei, a formação dos corpos policiais em defesa dos direitos humanos e exclusiva competência da polícia e das forças armadas no país, pela segurança e defesa nacional do país, respetivamente.

Para Canas Mendes (2013) existiu um progresso significativo quando à consagração dos princípios e à evolução legislativa e política no domínio da segurança. O autor identifica como casos mais significativos a disciplina do uso da força, os salários da polícia, a evolução da proteção civil, mas também o controlo de fronteiras e das empresas de segurança privada.

É possível constatar, igualmente, o esforço na formação dos quadros policiais do país, que ao longo dos anos, a têm recebido de instituições como a Polícia Judiciária Portuguesa (no domínio da polícia científica, por exemplo) e o investimento por parte do governo em material técnico essencial

36. FALINTIL-FDTL - Forças de Defesa de Timor-Leste

à prossecução das investigações³⁷. Esta evolução constitui um marco de relevo para a polícia criminal de Timor Leste que desde 2014 conta com a especialização científica num corpo constituído por 47 investigadores e 31 peritos³⁸.

JUSTIÇA E VERDADE

RECOMENDAÇÕES

Atendendo às necessidades reveladas pela população durante todas as sessões públicas da Comissão, ficou marcada a importância da verdade para obter justiça e “(...) construir novas relações apoiadas na honestidade e no respeito mútuo”. Assim, os principais focos da CAVR quanto a este aspeto foram a justiça para as atrocidades cometidas no passado, a criação de um tribunal internacional pelas Nações Unidas, se fracassadas todas as outras medidas de justiça e, no que respeita à CVA, o apelo à independência dos trabalhos, o cumprimento das regras procedimentais internacionais e o estrito respeito pelas garantias de confidencialidade dos testemunhos da população.

As recomendações quanto à justiça encerram com a necessidade de divulgação do relatório, enquanto instrumento de relevância internacional, bem como a criação de um arquivo histórico de todo o trabalho realizado pela CAVR nos termos regulamentares previstos ³⁹, atendendo à necessidade de conservação de todo o acervo, constituindo-se um património especialmente relevante.

DESENVOLVIMENTOS NAS DIMENSÕES DE JUSTIÇA E VERDADE

Em relação à Justiça e Verdade para as vítimas, o Relatório do Programa de Monitorização Judicial de 2005, Visão geral sobre o sector da justiça de Ti-

37. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=14005&lang=pt> [acesso em 16/10/2016]

38. Disponível em: <http://old.instituto-camoes.pt/cooperacao/programa-apoio-governacao-timor> [acesso em 16/10/2016]

39. Regulamento n.º 10/2001, da UNTAET

mor -Leste em 2005”, 2006) declarou que se tratou “de um ano caracterizado por uma falta de clareza e vontade política que teve como resultado processos da justiça que abordaram de forma inadequada as exigências do povo timorense e do Direito Internacional no que se refere à justiça autêntica”. O relatório aponta como facto importante, a criação de uma Comissão de Peritos designada pelas Nações Unidas que procurou avaliar o progresso da justiça para os crimes cometidos em 1999 pelo Tribunal *ad hoc* de Jacarta e pelo Painel para Crimes Graves e cujo relatório foi divulgado em 27 de maio de 2005, cinco meses antes do relatório «Chega!» Do trabalho da Comissão de Peritos resultaram algumas conclusões dignas de relevo, nomeadamente a inadequação das acusações perante o Tribunal *ad hoc*, a falta de eficácia deste “perante as vítimas de violações graves dos direitos humanos e para o povo de Timor Leste” motivadas por falhas na investigação e na acusação “para responsabilização daqueles a quem mais se atribuem as violações graves”, bem como os procedimentos judiciais “revelaram um escasso respeito ou concordância com os padrões internacionais”⁴⁰.

Os julgamentos continuaram já em sede de jurisdição nacional, com acusações da prática de crimes contra a humanidade contra a milícia pró-integracionista, bem como acusações de homicídio e de participação em atentado contra o Presidente José Ramos Horta em 2008.

RECONCILIAÇÃO, ACOLHIMENTO E REPARAÇÃO

RECOMENDAÇÕES

A Comissão reconheceu a importância dos processos de reconciliação para o futuro social de Timor-Leste, bem como o seu contributo, reconhecendo que “(...) ainda [há] muito por fazer para sarar a dor profunda deste período e para consolidar o desenvolvimento de uma vida política pluralista e pacífica em Timor-Leste”⁴¹. Na procura da estabilidade e do desenvolvi-

40. Disponível em: <http://unmit.unmissions.org/LinkClick.aspx?fileticket=AvdqN9gKd9Y%3D&tabid=12032&language=en-US> [acesso em 17/0/2016]

41. Disponível em: relatório da CAVR

mento, a necessidade de um processo de reconciliação e da importância do papel da CAVR enquanto

facilitadora de um processo de mediação durante o qual os perpetradores de crimes menos graves e aqueles que praticaram atos danosos nas suas comunidades vieram a público reconhecer voluntariamente as ofensas praticadas, para se poderem reconciliar com as suas comunidades. Mais de 1.400 perpetradores participaram neste processo e levaram a cabo com êxito o seu processo de reconciliação com a comunidade⁴².

Assim, tendo em vista a reconciliação efetiva, as recomendações incidiram sobre três aspetos que considerou fundamentais: a necessidade da reconciliação na comunidade geral, a reconciliação na comunidade política e a reconciliação com a Indonésia, através de atos a praticar por aquele país, de carácter formal, de cooperação política e económica e um contributo financeira para o programa de reparações.

Relativamente ao acolhimento, a Comissão considerou que “deve constituir uma prioridade nacional a criação de um ambiente de boas-vindas, ou de acolhimento, aos timorenses que desejem visitar Timor-Leste, ou regressar ao seu país”⁴³ em que esta prioridade deverá ser direccionada para as crianças que foram separadas das suas famílias, garantido meios de comunicação entre eles, na procura da liberdade para o futuro.

Por fim, no que respeita às reparações, o relatório inicia o capítulo com um testemunho revelador dos níveis de vitimização da população: “Devido à guerra, fui usada como um cavalo pelos soldados indonésios, que me tomaram à vez e me fizeram gerar muitos filhos. Mas agora já não tenho forças para empurrar os meus filhos em direcção a um futuro melhor (...)”⁴⁴.

42. Disponível em: relatório da CAVR

43. Preâmbulo da Secção 11 do Capítulo de Reparções do Relatório Chega!

44. Preâmbulo da Secção 12 do Capítulo de Reparções do Relatório Chega!

Perante o cenário de vitimização encontrado nas sessões públicas, a CAVR apelou à necessidade de um programa efetivo e abrangente de reparações, direcionado para as populações mais vulneráveis e vítimas de violações de direitos humanos. O programa deveria estar legitimado nas obrigações do Estado Timorense e previsto na sua Lei Fundamental, estabelecendo mecanismos de compensação, restituição, reabilitação, ressarcimento da dignidade (incluindo formas simbólicas de reparação), determinação da verdade e pedidos de desculpas públicos, bem como a promoção de garantias de não reincidência.

O ESTADO ATUAL DAS RECOMENDAÇÕES SOBRE A RECONCILIAÇÃO, ACOLHIMENTO E REPARAÇÃO

A definição de reconciliação em sociedades no estado de pós-conflito depende do foco das medidas que se pretendem implementar e que, segundo (SKAAR; MICHELSEN INSTITUTE, 2013) pode ser individual, se o objetivo for a reconciliação entre o agressor e a vítima ou ao nível coletivo em que está em causa a reconciliação na sociedade ou à escala nacional e, neste caso, resultará num processo de aceitação mútua das agressões do passado e a mudança de atitudes destrutivas no comportamento com vista ao desenvolvimento de relações num ambiente de paz sustentável (BROU-NÉUS, 2003).

A CAVR recomendou a necessidade de que o processo se efetivasse tendo em conta a perspetiva da reconciliação nacional e com a comunidade política, mas também a reconciliação com a Indonésia, o acolhimento das crianças separadas da família durante o conflito e a instituição de um programa de reparações.

O processo de acolhimento das crianças foi sendo notícia, ainda que paulatinamente, através da comunicação social ⁴⁵, muito embora a AI ⁴⁶ ter

45. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/criancas-roubadas-a-timor-leste-regressam-agora-a-casa-com-nomes-indonesios-5180431.html> [acesso em 28/10/2016]

46. Disponível em: http://www.amnistia-internacional.pt/files/Relatoriosvarios/Relatorio%20Anual/2014/Rel_AI2015_Timor_Leste.pdf [acesso em 28/10/2016]

constatado falta de transparência nos procedimentos e falta de consulta da sociedade civil sobre este assunto.

Relativamente à questão da memória como mecanismo de reconciliação, as experiências de países afetados por conflitos ou catástrofes apresentam várias invocações de memória de experiências passadas, nomeadamente de tragédias e que, constituem marcos, quer na reconciliação da comunidade, quer na recuperação emocional das vítimas e sobreviventes⁴⁷. A criação de feriados comemorativos ou evocativos de tragédias passadas, por exemplo, é uma das manifestações de memória com que a população se identifica, e que de acordo com a (SHAHEED; UNGA, 2014) tem resultados positivos ⁴⁸. No caso de Timor-Leste, verificou-se a criação de feriados comemorativos de eventos que têm um valor simbólico para a população e que, ao manterem próximas as memórias de acontecimentos passados, ajudam a população no processo de reconciliação coletiva: o Dia da Restauração da Independência (20 de maio), o Dia da Consulta Popular (30 de agosto), o Dia Nacional da Juventude (12 de novembro) ⁴⁹ e o Dia da Proclamação da Independência (28 de novembro).

No que respeita ao Programa de Reparações foram aprovadas pelo Parlamento, em 23 de setembro de 2010, as recomendações da CAVR. A proposta aprovada previu a criação do Instituto da Memória Pública encarregue da centralização e monitorização da aplicação das recomendações. Contudo, até à presente data, segundo constata a AI ⁵⁰ e as declarações efetuadas à comunicação social ⁵¹ a criação deste Instituto continua adiada.

47. Disponível em: <http://shc.stanford.edu/news/research/%E2%80%99Chistory-memory-reconciliation%E2%80%99D> [acesso em 28/10/2016]

48. Ainda que considere que a memória excessiva, sobretudo na forma de versões irreconciliáveis sobre o passado pode causar mais danos do que ajudar a sociedade.

49. E que em 2016 comemorou o Massacre de Santa Cruz. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=16700> [acesso em 19/10/2016]

50. Disponível em: http://www.amnistia-internacional.pt/files/Relatoriosvarios/Relatorio%20Anual/2014/Rel_AI2015_Timor_Leste.pdf [acesso em 17/10/2016]

51. Disponível em: <http://noticias.sapo.tl/portugues/lusa/arto./18738608.html> [acesso em 17/10/2016]

CONTINUIDADE

RECOMENDAÇÕES RELATIVAS À CONTINUIDADE DO TRABALHO DA COMISSÃO

A continuidade que o relatório sugere, respeita, sobretudo, à construção de um legado da Comissão histórico para que o seu trabalho se perpetue através da criação de uma instituição legitimada politicamente para cumprir e acompanhar as recomendações contribuindo para a formação e reconciliação do povo de Timor Leste.

O ESTADO ATUAL DAS RECOMENDAÇÕES QUANTO À CONTINUIDADE DO TRABALHO DA CAVR

Após o fim dos trabalhos foi constituído em 2005 o Secretariado Técnico Pós, ficou encarregado da publicação oficial do *Chega!* da sua divulgação por toda a comunidade de Timor Leste, da administração do complexo patrimonial da ex-Comarca de Balide, bem como garantir a segurança e a organização dos arquivos da CAVR.

O legado da comissão está hoje disponível a todos cidadãos de Timor Leste através do Arquivo e Museu da Resistência Timorense (criado em 2005) ⁵² e começou a ser integrado nos currículos do sistema educativo e cujos valores ficaram consagrados na Lei 14/2008 de 29 de outubro sobre as Bases da Educação, que prevê a defesa da liberdade, da justiça, do espírito democrático, do respeito e a formação de cidadãos timorenses com a responsabilidade de implementação e difusão destes valores, mas também para a procura de decisões de sustentabilidade no desenvolvimento.

CONCLUSÕES E DESAFIOS

O relatório da CAVR constitui um importante instrumento em matéria de justiça de transição que serve, simultaneamente, à definição de obje-

52. Disponível em: <http://amrtimor.org/> [acesso em 27/10/2016]

tivos concretos e ao acompanhamento da sua implementação. Partindo desta base de trabalho, foi possível revisitar alguns dos aspetos mais relevantes do esforço empreendido pelo governo e pelo povo timorense na procura do desenvolvimento económico do país, da reconciliação da população, mas também perceber que muito falta fazer em Timor Leste.

Com efeito, atendendo a que as sociedades pós-conflito enfrentam particulares desafios, nomeadamente na consagração de instrumentos de proteção e defesa de direitos humanos e na fiscalização dessas garantias, o trabalho das organizações internacionais, nomeadamente da ONU tem constituído uma intervenção fundamental no acompanhamento desta nova fase do país.

Não obstante os desenvolvimentos, existem ainda importantes assuntos para resolver, nomeadamente o Programa de Reparações, cujo adiamento prolonga a angústia e a necessidades dos sobreviventes do conflito, mas também das vítimas indiretas, nomeadamente as gerações que lhes seguiram. De referir ainda, a atenção que devem merecer a proteção dos direitos fundamentais da população, as garantias de acesso à justiça e, sobretudo a criação de condições com vista à igualdade de género e defesa dos direitos das crianças.

Enquanto processo de justiça de Transição, a CAVR constituiu um importante desenvolvimento na procura da verdade e da reconciliação. atendendo a que o processo de implementação das recomendações continua em curso, não é possível constatar a transição em todos os aspetos focados como fundamentais, nomeadamente, a satisfação das necessidades das vítimas por ausência do programa de reparações.

Caberá, então à comunidade internacional o apoio a Timor-Leste para que o país abrace em definitivo as reformas essenciais e continua a promoção e defesa dos direitos humanos dos cidadãos mais vulneráveis, atendendo a que os mecanismos que da transição são um ponto de partida para a consagração da autonomia do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROUNÉUS, K. *Reconciliation: theory and practice for development cooperation*. Stockholm: Sida - Swedish International Development Cooperation Agency, 2003.
- DOBBINS, JAMES; JONES, SETH G.; CARNE, KEITH; DEGRASSE, B. C. *The beginner's guide to nation-budling*. Pittsburgh, PA: RAND Corporation, 2007.
- HAYNER, P. B. *Unspeakable truths: transitional justice and the challenge of truth commissions*. [s.l.] Taylor & Francis, 2010.
- HERNAWAN, B.; WALSH, P. *Inconvenient truths*. The fate of the *Chega!* and per memoriam Ad Spem reports on Timor Leste. Jakarta: Asia Justice and rights, 2015.
- HIRST, M. *Too much friendship, too little truth: monitoring report on the commission of truth and friendship in Indonesia and Timor-Leste* International Center for Transitional Justice. New York: International Center for Transitional Justice, 2008.
- HIRST, M. An unfinished truth: an analysis of the comission of truth and friendship's final report on the 1999 atrocities in east Timor. New York: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-TimorLeste-Unfinished-Truth-2009-English.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2016.
- Human rights council working group on the Universal Periodic Review Twenty-Timor-Leste. Human Rights Council - Working Group on the Universal Periodic Review. United Nations General Assembly, , 2016.
- LIPSCOMB, L.-A. *Housing the truth: the archived legacy of Transitional Justice in Timor-Leste*. [s.l.] University of California, 2011.
- MENDES, N. C. Dimensões da Segurança de Timor-Leste: Balanço e Perspetivas. *Nação e Defesa*, v. 134, n. 5 Série, p. 263-278, 2013.
- Relatório da Aministia Internacional 2014/2015 : O Estado dos Direitos Humanos no Mundo. London: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.amnesty.org>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- SARKIN, J. De Leste a Lorosae: a década da mudança em Timor. *Yale Journal of International Affairs*, v. 8, n. 17, p. 1-25, 2008.

SHAHEED, F.; UNGA. Report of special rapporteur in the field of cultural rights. v. II759, n. december, 2014.

SKAAR, E.; MICHELSEN INSTITUTE, C. Reconciliation in a Transitional Justice Perspective. *Transitional Justice Review* *Transitional Justice Review*, v. III, n. 1011, p. 54-103, 2013.

TARRISE DA FONTOURA, P. *O Timor-Leste e suas Forças Armadas*. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

Visão geral sobre o sector da justiça de Timor -Leste em 2005. Dii, Timor-Leste: Programa de Monitorização do Sistema Judicial, 2006.

SOBRE OS AUTORES

António Costa Pinto é Professor no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi professor convidado nas Universidades de Stanford (1993) e Georgetown (2004), e pesquisador visitante na Universidade de Princeton (1996) e na Universidade da Califórnia-Berkeley (2000 e 2010). Em 2014, foi professor convidado na Universidade de São Paulo. As suas obras têm incidido sobretudo sobre o autoritarismo e o fascismo, as elites políticas, as transições democráticas e a «justiça de transição». Foi consultor científico do Museu da Presidência da República portuguesa. Publicou recentemente no Brasil *O passado que não passa* (Civilização Brasileira, 2013) e *A onda corporativa* (Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2016), com Francisco Martinho, e em inglês, *The nature of fascism revisited* (Columbia University Press, 2012); e *Rethinking fascism and dictatorship in Europe* (Palgrave, 2014).

Claudia Generoso de Almeida é doutoranda da Universidade Complutense de Madrid e assistente de investigação no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL. Os seus temas de pesquisa são as eleições e os processos de democratização e de *peacebuilding* pós-guerra civil. Colabora atualmente na série televisiva documental moçambicana *Moçambique da Guerra e da Paz*, tendo publicado recentemente “Ciência política contemporânea: o ‘gigante com pés de barro’ no debate entre Sartori, Colomer e Laitin”, *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, Vol. III, nº 5, 2013 e “Das balas aos votos: um estudo comparado das primeiras eleições pós-guerra civil em Angola e Moçambique”, In: Marzia Grazzi (ed.), *PALOP: In-*

investigação em debate, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010 (com Edalina Sanches).

Cristina Buarque de Hollanda é professora adjunta do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre e doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Suas áreas de pesquisa são pensamento político brasileiro, direitos humanos e justiça de transição. É autora de *Modos da representação brasileira: o experimento da Primeira República Brasileira*, UFMG, 2009.

Edalina Rodrigues Sanches é investigadora de pós-doutorado em Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e no Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-UNL). É ainda Professora auxiliar convidada no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Recebeu o prêmio de melhor tese de doutorado da Associação Portuguesa de Ciência Política (2014-2016) pela investigação “Explaining party system institutionalization in Africa: from a broad comparison to a focus on Mozambique and Zambia”. Os seus interesses de pesquisa incluem democratização, instituições e atitudes políticas em novas democracias, com foco em África. Algumas das suas publicações mais recentes incluem: “Zambia” in *Africa Yearbook II* (Brill) e “Policy congruence in a competitive authoritarian regime: learning from the angolan case” (*Journal of Asian and African Studies*).

Fernanda Teixeira Moreira é doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Os seus temas de pesquisa são Direitas, Memória, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS) e a ditadura militar brasileira.

Fernando Perlatto é professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Sociologia pelo Institu-

to Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Suas áreas de pesquisa são democracia, esfera pública e intelectuais. É autor de *A imaginação sociológica brasileira. A sociologia no Brasil e sua vocação pública*, CRV, 2006, e um dos organizadores da coletânea *Repensar os populismos na América do Sul. Debates, tradições e releituras*, UNIFAP, 2016.

Filipa Raimundo é doutora em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Atualmente é pesquisadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professora auxiliar convidada no ISCTE-IUL. Tem publicado nas revistas *Democratization* e *South European Society and Politics* e nas editoras Palgrave/Macmillan, Routledge e Civilização Brasileira, entre outros. Os seus interesses de pesquisa são a justiça de transição, democratizações e decisão política.

Joana Rebelo Morais é mestre em Ciência Política pelo ISCTE-IUL, em Lisboa, e licenciada em Comunicação e Jornalismo pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Depois de ter passado por diversos jornais portugueses e ter sido assessora de imprensa do partido político Nós, Cidadãos! é, neste momento, jornalista no semanário *Jornal Económico*.

Maria João Carapêto é doutoranda da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e investigadora do CEDIS (Centro de I&D em Direito e Sociedade) da mesma Universidade. Mestre em Direito e Segurança pela mesma faculdade. Os seus temas de pesquisa são a justiça de transição e a justiça penal internacional.

Maria Paula Nascimento Araujo é doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) com pós-doutorado no Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES) em Buenos

Aires e pós- doutorado sênior desenvolvido na Universidade de Lisboa. É Professora Associada de História Contemporânea do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) onde integra o Programa de Pós-Graduação em História Social. Pesquisa ditaduras, resistências e processos de democratização. É autora, entre outros, de *A utopia fragmentada: novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970* (RJ, FGV, 2000); *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias* (RJ, Relume Dumará, 2007); da coletânea *Violência na história: memória, trauma e reparação*, organizada em conjunto com Carlos Fico e Monica Grin (Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012), da obra *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*, em conjunto com Antonio Montenegro e Carla Rodeghero (Recife, Editora da UFPE, 2012) e do documentário “*Memórias femininas da luta contra a ditadura militar*”. Bolsista de produtividade do CNPq.

Natália Bueno Schenoni é pesquisadora visitante do *Kroc Institute for International Peace Studies* e candidata a doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra (FEUC), em parceria com o Centro e Estudos Sociais (CES). Sua pesquisa de doutoramento é financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) – SFRH/BD/96941/2013. Anteriormente, a autora também atuou como pesquisadora visitante no *GIGA Institute of African Affairs* e no Centro de Análise de Políticas da Universidade Eduardo Mondlane. Natália é mestre em Política Comparada pela *London School of Economics* (LSE) e seus interesses de pesquisa são transformação do conflito, justiça transicional, reconciliação e África Austral. Publicou recentemente *Provincial autonomy: the territorial dimension of peace in Mozambique*, GIGA Focus International Edition, Hamburg, 2015.

Rodrigo Pezzonia possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP Assis – 2004) e mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP – 2011). Atualmente, finaliza o doutoramento em História Social pela Universidade de São Paulo (USP),

com tese sob o título: *Exílios em português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982)*. Pesquisa essa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atuou como doutorando visitante junto ao *Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa* e é membro do grupo de pesquisa *Portugal e Brasil no mundo contemporâneo: identidade e memória*. Possui produção na área de História contemporânea brasileira, e atua em temas relacionados à ditadura militar, especialmente no que concerne ao fenômeno dos exílios políticos. Publicou recentemente: *O CPAGB e a Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro*. In: Sarmiento; Carvalho; Flier. (Orgs.). *Movimentos, trânsitos & memórias: temas e abordagens*. Niterói, Ed. Universo, 2016.

Rufino Carlos Gujamo é doutor em História, na especialidade de dinâmicas do mundo contemporâneo no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Mestre em Estudos de Paz e Governança pelo Institute of Peace, Leadership and Governance da Africa University no Zimbabwe e licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Relações Internacionais, em Maputo. Os seus temas de pesquisa são as transições democráticas em sociedades pós-conflito em África, tendo concluído uma tese de doutoramento sobre o cruzamento entre a transição democrática e a durabilidade da paz em Moçambique.

Este livro foi composto em Sabon Next
LT pela Editora Autografia e pela EDUPE
e impresso em papel offset 75 g/m².
